

ANA MARIA DE BARROS

# FÉ, POLÍTICA E PRISÃO

## Pastoral Carcerária e Administração Prisional



EDITORA  
OLYVER

# FÉ, POLÍTICA E PRISÃO

Pastoral Carcerária e Administração  
Prisional

# DIREÇÃO EDITORIAL

---

**Maria Camila da Conceição**

## COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

---

**Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Profª Drª. Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)  
Absolute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

**Profª Drª. Laís da Costa Agra**

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

**Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Profª Drª. Nara Salles**

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

**Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

**Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

**Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo**

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

**Profª Me Deisiane da Silva Bezerra**

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

**Profª. Me. Francisca Maria Neta**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

### **Profª Drª. Iraci Nobre da Silva**

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)  
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

### **Profª Me. Gisely Martins da Silva**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

### **Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva**

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)  
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

### **Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques**

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do  
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

### **Profª. Drª. Maria Aparecida Santos e Campos**

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, Espanha

### **Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D**

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

### **Profª. Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia**

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y  
Políticas | Asunción (Paraguay)

### **Profª Drª. Mariana Anecchini**

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (Argentina)  
Instituto de Estudios Históricos y Sociales de la Pampa/CONICET/ Universidad Nacional de La Pampa | (Argentina)

### **Prof. Dr. Miguel Angel Rossi**

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

ANA MARIA DE BARROS

# FÉ, POLÍTICA E PRISÃO

## Pastoral Carcerária e Administração Prisional

Maceió-AL  
2021

OLYVER

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Maria Camila da Conceição  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira  
**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira  
**IMAGENS DE CAPA:** Acervo de Ana Maria de Barros (autora)

---

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2019 Editora Olyver  
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05  
Antares, Maceió - AL, 57048-230  
[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)  
[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

S364p

Barros, Ana Maria de

Fé, Política e Prisão: Pastoral Carcerária e Administração Prisional. [recurso digital] / Ana Maria de Barros, – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-81450-51-9

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Prisão. 2. Sistema penitenciário. 3. Pastoral carcerária. 4. Ressocialização.  
5. Direitos humanos. I. Título.

CDD: 370

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

*A Dom Antônio Soares Costa (in memoriam,) Hilda Felipe (in memoriam), Guilherme Azevedo e Cirlene Rocha que fizeram da promoção dos Direitos Humanos na prisão, sua mais ardente bandeira de luta.*

*A Elas e Eles, DEDICO!*

*Toda realização científica suscita sempre novas perguntas: pede para ser ultrapassada e superada. Quem deseja servir à ciência tem que resignar-se a tal fato. Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós.*

**Max Weber.**

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACATBrasil: Ação dos Cristãos Para a Abolição da Tortura.  
AIDS: Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida.  
APAC: Associação Protetora de Assistência Carcerária.  
ASCES: Associação Caruaruense de Ensino Superior.  
ASP: Agente de Segurança Penitenciário.  
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.  
CELAM: Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho.  
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
CNPCC: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.  
COAS: Centro de Orientação e Apoio aos Sropositivos.  
DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional.  
DERE: Departamento Regional de Educação.  
DIREP: Diretoria Regional Penitenciária.  
DISIPE: Diretoria do Sistema Penitenciário.  
DST: Doenças Sexualmente Transmissíveis.  
DP: Diário de Pernambuco.  
EJA: Educação de Jovens e Adultos.  
FAFICA: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru.  
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador.  
GAJOP: Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.  
GERE: Gerência Regional de Educação.  
GEREP: Gerência Regional Penitenciária.  
HCTP: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.  
ILANUD: Instituto Latino-Americano das Nações Unidas Para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente.  
JC: Jornal do Commércio.  
LDB: Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9394/96.  
LEP: Lei de Execução Penal- Lei nº 7.210, de julho de 1984.  
MEB: Movimento de Educação de Base.  
NPE: Núcleo de Pesquisa e Extensão.  
NPJ: Núcleo de Prática Jurídica

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.

PJPS: Penitenciária Juiz Plácido de Souza.

PCC: Primeiro Comando da Capital.

PM: Polícia Militar.

SEJU: Secretaria de Justiça.

SDS: Secretaria de Defesa Social.

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SERES: Secretaria Executiva de Ressoocialização.

SUSIPE: Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco.

# SUMÁRIO

---

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PRISÃO E POLÍTICA CRIMINAL.....</b>	<b>23</b>
1.1. A Prisão em Algumas Análises .....	26
1.2. Prisão e Direitos Humanos no Brasil .....	48
1.3. Igreja, Pastoral Carcerária e Ressocialização de Detentos	57
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O PERCURSO TEÓRICO E A REALIDADE PRISIONAL COMO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>72</b>
2.1. Max Weber: Algumas Considerações .....	74
2.2. Rotinização .....	88
2.3. A Rotinização na Prisão .....	92
2.4. A Rotinização e os Tipos Ideais na Prisão .....	94
2.5. O Estado e as Instituições Não-Estatais no Seu Espaço...	101
2.6. A Cooptação Estatal e as Instituições Não-Estatais.....	106
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O PERCURSO METODOLÓGICO: CAMINHOS PERSEGUIDOS.....</b>	<b>110</b>
3.1. Instrumentos de coleta e Dados .....	114
3.2. Campo de Pesquisa .....	120
3.3. Seleção da Amostra .....	122
3.4. Análise dos Dados .....	123
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>A PASTORAL CARCERÁRIA NA PJP:</b>	
<b>ASSUMINDO A GESTÃO.....</b>	<b>130</b>
4.1. Passando Pelo Sistema Penitenciário Pernambucano.....	131
4.2. A Formação da Pastoral Carcerária .....	136
4.3. O Atendimento aos Presos e os Problemas da Prisão .....	144
4.4. As Violações de Direitos .....	149

4.5. Entre a Liberação e a Posse .....	156
4.6. Primeiros Desafios .....	162
4.7. Dom Costa: Intervenção Política e Carisma .....	169

## **CAPÍTULO 5**

### **ROTINIZAÇÃO E MUDANÇAS NA PJPS..... 181**

5.1. Regulamentado Para Administrar.....	183
5.2. O Conselho dos Antigos.....	197
5.3. Convênios e Parcerias.....	208
5.4 A Imprensa e a PJPS.....	212
5.5 O Trabalho com os ASPs.....	219
5.6 A Família do Preso.....	228
5.7 PJPS: Algumas Histórias.....	233
5.7.1 Um Detento e o Vestibular.....	233
5.7.2 A Prisão Jaime Amorim Líder do MST.....	236
5.7.3 O Coral e a Música na PJPS.....	238

## **CAPÍTULO 6**

### **EMBATES E INTERAÇÕES: GOVERNO, SOCIEDADE E PRISÃO..... 245**

6.1 Interações e Conflitos no Governo Arraes.....	246
6.2 O Boicote Estatal e dos ASPs.....	255
6.3. Outra Visão de Administração Prisional.....	266
6.4. O Acesso à Justiça .....	284
6.5. Relações de Governo e Saída da PJPS .....	291

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**

### **REFERÊNCIAS..... 310**

Anexo 1 – Notícias de Jornais .....	324
Anexo 2 – Imagens do Caso Concreto.....	351

## PREFÁCIO

A historiografia tem demonstrado que a preservação da memória é fundamental, não somente como acúmulo de lembranças e recordações, mas, sobretudo, como caminho facilitador de revisões das iniciativas individuais e coletivas, como instrumento redirecionador das decisões de cada momento histórico presente com os devidos cuidados de não se repetir os equívocos cometidos e se buscar novos destinos e direções do fazer humano.

Recuperar a memória histórica não somente nos ajuda a corrigir os equívocos humanos, sobremaneira, possibilita-nos também fazer justiça histórica, contribuindo com que os atores sociais sejam vistos ou revistos situados nos seus tempos, dentro das circunstâncias peculiares prenes de limites e possibilidades, simultaneamente, tecidos e construídos.

Tudo isto porque se trata de experiências individuais, intersubjetivas, comunitárias, coletivas ou institucionais com fortes marcas existenciais, reflexivas e potencialmente transformadoras por parte dos seus integrantes, conforme Jorge Larrosa Bondía em suas notas sobre a *“experiência e o saber da experiência”* (2002); ou ainda, as experiências como gestos vivos que “reúnem como um todo, tudo aquilo que a ciência divide, seja corpo e alma, a razão e o sentimento, as ideias e as emoções” no entendimento de Boaventura de Sousa Santos (2018, p.145).

O presente livro da Professora e Pesquisadora Ana Maria de Barros, repousa, ao meu ver, nestas compreensões supracitadas que conjugam o ver, o sentir, o observar, ouvir, refletir, sistematizar, inferir e disseminar as potências/experiências vividas de uma gestão prisional, por um determinado período da história, da Penitenciária Plácido de Souza em Caruaru-PE.

Algumas peculiaridades sustentam e caracterizam estas vivências na referida comunidade prisional: as parcerias firmadas entre o Estado e a Organização Civil Organizada; a gestão compartilhada por uma equipe em que os educandos tinham assento e escuta; os diálogos com as suas respectivas famílias; a aguda atenção pedagógica revestida de atividades de alfabetização, do fazer laboral em equipe, de uma rádio comunitária interna e

da marcante presença da Pastoral Carcerária da Diocese de Caruaru formada por uma equipe interdisciplinar e inter-religiosa.

A atuação da Pastoral Carcerária neste período obteve destaque sob a orientação do então bispo diocesano D. Antonio Soares Costa em sintonia com todo o grupo que a constituía, tendo destaque a participação de membros da Comunidade Hare Krishna em Caruaru-PE.

A iniciativa e participação efetiva por vários anos (de 1996 a 2002) deste grupo inter-religioso, nesta unidade prisional, foi fortemente influenciada pela teologia da libertação que tinha por base a fé em Jesus Cristo encarnada nos empobrecidos, nos famintos, nos presos e nos abandonados social e culturalmente. O afã sagrado tinha o seu lastro distante do protagonismo institucional de um segmento religioso, tampouco de características proselitistas. O horizonte buscado ensejava a dignidade dos educandos, mediante um trato humanizado, uma pedagogia do reerguimento do poder ser de cada participante implicado, uma vez que todos/as se sentiam em diferentes processos de humanização crescente, através de surpreendentes passos de superação, de participação e de empoderamento dos encarcerados.

O modelo de gestão é digno de nota quando o acesso entre o então diretor da unidade prisional, Guilherme Felipe de Azevedo, e os educandos era direto, dialógico, estabelecendo-se acordos ou acertos de natureza imediata, cotidiana ou de questões jurídico-penais. Outro aspecto relevante é a mudança expressiva tanto das tomadas de decisão, agora compartilhada com uma equipe interdisciplinar, como do tratamento dos agentes de segurança na relação com os educandos da referida penitenciária. No lugar do medo adquiria relevância a coragem do diálogo e da escuta; em vez do “bandido” ou delinquente, agora considerados como educandos em processo. Sem esquecer o espaço prisional como também espaço das várias aprendizagens, tais como: leitura e escrita, marcenaria, padaria, artesanato e habilidades do corte-costura.

Sem delongas, o registro destas experiências é de grande valia para fazer credenciar-se: que há outras formas de recuperar a humanização do humano; que há maneiras outras de se vivenciar e exprimir a relação fé e vida e de se exercitar práticas gerenciais/administrativas de unidades

prisionais que tenham em conta a pauta dos valores cristãos e a agenda dos Direitos humanos como esteios da formação humana em sociedade.

Parabenizo a autora por transformar estas experiências não só em registros, mas elevando-as à categoria temática e de conteúdo de sua tese de doutoramento, dando a estas vivências cidadania acadêmica, fundamentação teórica, além de transformar a sua paixão pelo humano num arcabouço metodológico e num resultado de natureza científica.

Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva  
(UFPE/PPGEDUC/CAA)

## INTRODUÇÃO

Este livro é resultado de minha Tese de doutorado, onde estudei a experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru na administração da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS). Para a publicação realizei recortes para a leitura fluir para o leitor com maior facilidade. Retirei do trabalho as questões mais técnicas e metodológicas que poderiam tornar a leitura menos atrativa, e optei por contar a história a partir dos documentos, dos sujeitos entrevistados e da percepção da autora sobre a vivência de anos como pesquisadora/educadora na prisão.

A principal razão para publicar este trabalho que defendi em 2007 no doutorado de Ciência Política da UFPE se dá por algumas razões: a primeira é o registro histórico já que muitos destes sujeitos estão vivos, construíram uma história singular que ainda não foi contada em livro e a acompanhei de perto, às vezes imaginando que fazia parte de um interessante roteiro de cinema. A segunda razão é política, pois é uma experiência que dificilmente aconteceria no atual cenário político autoritário e conservador, em que as políticas de segurança pública passam por um momento de extrema repressão, e descaso com os Direitos Humanos e de desprezo pelas políticas de ressocialização.

Não alterei a organização institucional do Sistema Penitenciário (a estrutura sofreu mudanças depois do período estudado), trabalhando com os termos usados à época da realização da pesquisa, já que tratamos de um tempo passado, à época da escrita da Tese que se intitulou originalmente: Fé, Política e Prisão: Pastoral Carcerária e Administração Prisional- Um Estudo na Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru – PE.

Outras questões que são de extrema importância para a publicação, foi uma experiência que mobilizou segmentos importantes da sociedade em defesa da política de administração prisional e que foram de fundamental importância a consolidação da experiência na PJPS em Caruaru: O protagonismo do Bispo Diocesano: Dom Antônio Soares Costa, a formação da Pastoral Carcerária a partir de uma pluralidade de sujeitos sociais com capilaridade política e social na cidade de Caruaru, além de existir na esfera do Governo Miguel Arraes figuras cujo passado de luta contra a ditadura, as

aproximavam da pauta dos Direitos Humanos, além do apoio da imprensa local e de instituições que se aproximaram da experiência através de convênios e parcerias. A experiência colegiada de decisões com agentes penitenciários, com os gerentes prisionais na esfera do governo do Estado e com os detentos numa vivência cívica e cidadã, que merece seu registro através dessa publicação.

Em se tratando de história, a responsabilidade de contar esta aventura democrática e de Direitos Humanos na prisão em Pernambuco, é partilhada com os entrevistados que me ajudaram a reconstruir parcialmente o que foi vivenciado naqueles anos e seus impactos nas políticas públicas de segurança pública no Estado de Pernambuco. Assim, então, inicio o meu olhar sobre esta história! Que é o olhar de alguém da sociedade civil, que esteve presente em muitos momentos narrados pelos entrevistados (as) e que tem muito orgulho de fazer parte dessa história.

Em meados de 1997, entrei pela primeira vez na “Penitenciária Juiz Plácido de Souza”<sup>1</sup> enviada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) para com a Pastoral Carcerária em parceria, realizar o primeiro Censo populacional daquela unidade prisional. O levantamento censitário a ser procedido tinha por objetivo conhecer a realidade prisional para, daí, buscar com a direção da PJPS, encontrar alternativas para os grandes problemas existentes no interior daquela unidade carcerária.

A pesquisa exigiu convivência com a população encarcerada, até que ela compreendesse a importância da realização do trabalho para a melhoria da unidade prisional. Exigiu, também, preparar os estudantes da FAFICA do Curso de História e algumas alunas do Curso de Pedagogia para a aplicação dos questionários e para a realização da observação participante.

Na convivência, percebi que as minhas intenções, por melhores que fossem, esbarravam na falta de conhecimento (entrosamento) dos atores envolvidos: presos, estudantes e a pesquisadora responsável. Percebi que o trabalho não resultaria em fruto de significado valor, se os presos não confiassem no grupo. O comportamento dos detentos, seus gestos, as frases incompletas, entre tantos comportamentos subjetivos, convidavam para uma

---

<sup>1</sup> Penitenciária Juiz Plácido de Souza - PJPS.

mudança de postura na relação para com eles, caso quisesse um resultado mais interessante para o trabalho. Foi necessária uma leitura da realidade não - dita. Eles queriam falar, mas precisavam ter certeza de que estariam tomando a decisão certa.

Coincidentemente, começava na unidade prisional um curso de tapeçaria com as bordadeiras de Lagoa do Carro, cidade do interior de Pernambuco. Era um trabalho que reunia alguns dos detentos mais habilidosos, criativos e influentes. Conversando com o diretor da FAFICA na época, o Padre Everaldo Fernandes, este me orientou: *"Faça o curso de tapeçaria com eles! Eles precisam confiar em você!* O que foi reforçado e acatado pela direção da PJPS que completou me dizendo o seguinte: *"Eles precisam achar você uma pessoa comum: que se confunde, que comete erros, que sofre também, que se diverte e que tem dificuldades para aprender alguma coisa"*. E assim, aprendi a bordar com um dos detentos: Outro detento me orientava como fazer o ponto certo. Divertiam-se com as minhas dificuldades, com a minha falta de habilidade para os trabalhos manuais. Diziam que talvez fosse uma boa professora, mas era péssima bordadeira. Eles bordavam bem, e ainda se divertiam com a minha lentidão para realizar alguns pontos que exigem habilidade.

A aproximação ocorria naturalmente, motivada pelo bordado, pela tela e pela lã. Era preciso circular entre os presos, se quisesse um colorido diferente, um bordado mais chamativo, pois nem todo mundo tinha as mesmas cores das lãs. Era necessário trocar lãs, observar os mais habilidosos e pedir ajuda. A aproximação era um desafio, precisava chegar perto, exercitar o toque mútuo das mãos, um contato físico com o diferente, que em nenhum outro momento foi possível. Essa convivência diminuía o medo e desconfiança recíprocos. Foi desafiador para todos, não apenas para eles. Precisava percebê-los como iguais, e não é fácil pensar nesta idéia de igualdade dentro de uma prisão.

Precisava deixar de ser motivo de chacota e ser levada a sério. Isso levou algum tempo. As minhas dificuldades quebravam a imagem de pessoa comunicativa, que falava de assuntos de política com eles; e a intimidade diminuiu a distância que nos separava. A dica do Padre Everaldo e do diretor da unidade prisional começou a me fazer entender a lógica do trabalho da

Pastoral Carcerária e da sua administração na PJPS: Conviver com os presos, baixar a linguagem para me fazer ouvir e adquirir a confiança para poder fazer qualquer trabalho com eles. Não poderia achar que faria algo por eles, mas com eles. Essa era a diferença. Romper com a visão de filantropia que trazia, e começar a entender que, para ensinar, primeiro teria que aprender com eles, na prática, não no discurso.

Os prisioneiros já me conheciam pelo nome, e assim comecei o censo da unidade prisional, e participaram todas as celas individuais e coletivas. Como eles, fiz todo o curso de tapeçaria, no final do qual também apresentei um tapete completo, confesso que foi o diploma mais difícil de obter em minha vida! Os detentos me ajudaram no acabamento da peça. Não queriam que eu fosse reprovada no final do curso. Queriam que saboreasse o sucesso com eles, cuidaram de mim e dos outros que apresentavam dificuldades. Compreendi que mesmo em ambientes hostis, como uma prisão, pode-se contar com gestos de solidariedade e respeito. Terminei o curso e ainda fiquei famosa entre os presos. Adquiri confiança e comecei a trabalhar com eles com uma intimidade e reconhecimento que só aumentariam ao longo do tempo.

Neste convívio na unidade prisional, com todos os atores, percebi que os interesses se entrecruzavam, provocando interações e confrontos entre os envolvidos com a administração: Estado, Agentes Penitenciários e Direção, parceiros em projetos que eram realizados na PJPS. Estes conflitos poderiam ocorrer de forma mais aberta ou de forma velada: explodiam os interesses das mais diversas naturezas. A PJPS tornou-se pop, em torno dela foi criada uma aura de competência e dinamismo, atraindo tanto o apoio quanto oposição de políticos locais, que buscavam aproximar-se da Pastoral Carcerária para usufruir de seu momento pop; outros, que objetivavam retirar aquela Pastoral da administração da unidade prisional. Os meios de comunicação: rádio, televisão e imprensa escrita tiveram papel crucial, deram visibilidade às mudanças ocorridas na PJPS, levando, para além dos muros da unidade prisional, a administração da Pastoral Carcerária na PJPS.

Nesse cenário sombrio, pode parecer sem importância discutir uma administração prisional realizada por uma Pastoral Carcerária em uma prisão do interior do Nordeste, e até parece que o trabalho não traga nenhum dado

novo sobre a questão penitenciária, já que é fácil encontrar inúmeros estudos sobre a realidade prisional brasileira, realizados por intelectuais ou organizações de Direitos Humanos. Mas, ao contrário, não discutirei o que vem se debatendo normalmente sobre as nossas prisões: violações, tráfico, motins e rebeliões. Proponho-me a discutir o papel das instituições, do Estado e da sociedade civil no espaço local, em seus compromissos com a vida da comunidade, com o destino dos prisioneiros, relacionando a importância dessa perspectiva local, nas ações políticas que exijam da comunidade uma maior inserção na esfera pública e na solução de seus problemas sociais.

Na PJPS, encontrei uma unidade prisional que havia superado o problema da violência da tortura, ensaiado um diálogo com diversos atores sociais, como estratégia de sua política de segurança. Detectei neste modelo de gestão, outras formas de violências, que engessavam, boicotavam as ações administrativas: a violência institucional. Muitas dessas violências estão ligadas à herança autoritária permanente na sociedade brasileira e que se refletem no burocratismo e na relação com as Secretarias de Estado ou nos conflitos de diferentes visões dos sujeitos que viviam aquela realidade.

Os projetos da PJPS eram viabilizados com o apoio da comunidade local, e barrados junto às Secretarias de Estado que resistiam à idéia da Pastoral Carcerária administrando um espaço "seu". Esses setores boicotavam os projetos, ainda que os mesmos fossem aprovados e até servissem posteriormente de parâmetro para outras unidades prisionais. Os conflitos também cresciam internamente, motivados por valores e visões diferenciadas. Aos poucos alguns grupos se afastaram, e a Direção passou a ter a sua legitimidade garantida, principalmente pelo apoio do Bispo Diocesano D. Antônio Soares Costa, pela imprensa e por um grupo de agentes penitenciários.

Agentes Pastorais, Agentes Penitenciários, técnicos e educadores questionavam a centralização da administração na figura do administrador. Os detentos e as suas famílias apoiavam a administração e possuíam canais abertos ao diálogo com a direção, que se fechava aos poucos para os outros atores sociais que desertavam do projeto. Alguns, por falta de identificação com a questão penitenciária, outros responsabilizam a conduta da direção

mergulhada na rotina da unidade prisional, focada na necessidade em resolver os problemas imediatos.

A morte precoce do Bispo, em junho de 2002 e a saída da Pastoral Carcerária da administração da unidade prisional fizeram com que a experiência acabasse silenciosa. A experiência se encerrou, sem uma discussão com a comunidade ou com a imprensa, acompanhada pelo desmantelamento da Pastoral Carcerária no cenário político da comunidade local.

Nesse sentido, a prisão de Caruaru é o espaço que recortamos para buscar compreender a influência da rotinização na transformação do papel de instituições não - estatais no espaço governamental, e seus impactos no papel de controle externo destes grupos. E assim questionamos: Como a burocracia, em suas técnicas e em seus mecanismos, conspira para rotinizar os grupos carismáticos no espaço estatal? De que forma a sua superioridade técnica, no processo de rotinização, transformada em um valor em si, pode modificar o comportamento humano em instituições prisionais? De que forma a rotinização possibilita ou não, a implantação de valores da ética dos Direitos Humanos e da cidadania em um ambiente focado na disciplina e em normas de segurança? Até que ponto as disputas internas nos grupos carismáticos podem conspirar para o seu desmantelamento, e como relacionar tal fato ao fim da experiência na PJPS, em Caruaru?

O presente trabalho justifica-se pela dificuldade de encontrar pesquisas na área da Ciência Política, que discutam a crise das administrações penitenciárias baseadas no paradigma ressocializador, e também, pela necessidade de situar o papel deste tipo de experiência para a consolidação da democracia, em função da importância de se discutir seus valores sociais, a valorização dos Direitos Humanos e a responsabilidade social por trazer para a comunidade os problemas da prisão.

O objetivo Geral da pesquisa foi: Analisar os confrontos entre a burocracia e o carisma no ambiente prisional, e como o processo de rotinização atua no enfraquecimento das experiências alternativas de administração de grupos ou indivíduos oriundos das organizações não - estatais no interior da prisão, a partir da administração da Pastoral Carcerária na PJPS em Caruaru - PE, no período de 1996 a 2002.

Como caminho para a discussão da temática proposta, percorremos os seguintes objetivos específicos: Analisar a dominação carismática e burocrática partindo do pensamento Weberiano: as implicações, as interações, os consensos e as tensões dos modelos diferenciados de autoridades no Sistema Penitenciário; Identificar a atuação da Igreja Católica no Brasil na promoção dos Direitos Humanos no Sistema Penitenciário; Verificar como se deu a execução do modelo da administração da Pastoral Carcerária de Caruaru, e os princípios que nortearam a gestão, estudando as forças internas e externas que fortaleceram e fragilizaram a administração.

Compreendendo a prisão brasileira como herdeira da visão burocrática, pelas violações de Direitos Humanos dos internos, cujas violações encontram no preso comum, nos dias de hoje, o seu foco. Tal visão se confronta com qualquer outra que não limite o seu papel em punir e disciplinar. São comuns os confrontos entre policiais, agentes penitenciários, agentes pastorais, familiares de detentos, religiosos que insistem em ocupar o espaço prisional, dialogar com os presos e familiares e propor políticas públicas de intervenção em administrações prisionais. As Pastorais Carcerárias e outros grupos religiosos ou de Direitos Humanos que atuam nestas unidades tornam-se alvo de críticas e acusações por parte dos militares, secretarias de segurança, programas policiais e cidadãos comuns que os rotulam de defensores de bandidos. Consenso medíocre e autoritário que boicota a ação destes grupos e que contrapõe a opinião pública e o Estado aos agentes pastorais e militantes de Direitos Humanos, numa tentativa de desqualificação de sua atuação.

# CAPÍTULO 1

## PRISÃO E POLÍTICA CRIMINAL

---

Parece contraditório, que num momento em que se discute a falência do papel da prisão, ela se torne tão necessária para a manutenção da ordem de uma sociedade, cada vez mais eficiente na produção de tecnologia e bens de consumo. O neoliberalismo vem exigindo cada vez mais um Estado menos social e mais policial, tendência que se generaliza nas políticas de segurança internacional e nas políticas internas dos Estados Nacionais. As experiências americanas e inglesas, de mais encarceramento, tornam-se o modelo de importação para a maioria dos países. A ascensão da “*nova direita*”, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, fez com que este consenso se difundisse rapidamente entre a população, e tenha encontrado respaldo no medo e no sentimento de insegurança da população mundial, encontrando um terreno fértil para o desenvolvimento de políticas truculentas de controle social e combate à criminalidade.

O investimento em emprego, educação e bem-estar foram reduzidos para financiar o investimento em prisões. Entre 1980 e 1993, os gastos do governo americano em emprego e programas de treinamento sofreram cortes de 50%; no mesmo período, os gastos com o Sistema Penitenciário cresceram nada mais nada menos que 521%<sup>2</sup>.

Tal política se organiza através do desmonte da rede de proteção social, criada pelo *Welfare State*<sup>3</sup>, e à receita encomendada pelo *Consenso de Washington*<sup>4</sup>. *O aperto político-penal recoloca a prisão no centro das*

---

<sup>2</sup> The Prison Reform Trust. Mandatory Minimum Sentences: The American Experience, *Apud* MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade. A Gestão da violência no Capitalismo Global**. SP: Max Limonad, 2000, p. 144.

<sup>3</sup> Estado do Bem Estar Social ou Estado Providência.

<sup>4</sup> Consenso Neoliberal, subscrito pelos países centrais do sistema mundial, definindo a nova agenda da economia e da política mundial, focalizando as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na Economia. Ver, SANTOS, Boaventura de. **Os**

*estratégias de gestão do problema de violência*<sup>5</sup>. Waquant compreende que tal política reflete nos E.U.A a criminalização da pobreza, em conjunto com a imposição de subempregos e remuneração insuficiente, restringindo os programas de bem-estar social. Tal cenário vai se configurando pelas constantes demandas, por leis mais duras no plano internacional. A ascensão desta “*nova direita*”, em termos internacionais, dá-se conjuntamente com a flexibilização das relações econômicas e dos direitos sociais; neste processo de mundialização do capital são abertos maiores espaços para os negócios ligados à administração desta população descartável.

No entanto, e sobretudo, a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século<sup>6</sup>.

Nesse sentido, Robert Kurz demonstra alguns efeitos perversos desta realidade: O mercado global acena para uma perigosa reemergência do Estado Policial<sup>7</sup>. Como na Inglaterra e nos E.U.A, temos visto no Brasil, de forma intensificada, o uso da pena de prisão como forma de controle social.

As polícias civis registraram 54.696 ocorrências de crimes violentos letais intencionais no Brasil, em 2004, e 55.312 ocorrências em 2003. Estes crimes são compostos pela agregação dos homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, roubo seguido de morte e mortes a esclarecer (...) os homicídios dolosos correspondem a 74% dos crimes violentos letais e intencionais, entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, evidencia que os meses com maior

---

**Processos da Globalização. In: A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002, p.25-30.

<sup>5</sup> WAQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.20.

<sup>6</sup> Idem, p.7

<sup>7</sup> KURZ, Robert. Perdedores Globais. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!** 1/10/95.

número de registro foram entre dezembro de 2004 e março de 2005<sup>8</sup>.

O desenvolvimento de um Estado Penal, para responder aos conflitos criados pelo processo de desregulamentação da economia, é uma forma de estabelecimento de uma ditadura sobre os pobres. As prisões brasileiras mais parecem campos de concentração para pobres ou empresas públicas de depósito industrial de dejetos sociais, sem função penalógica<sup>9</sup>.

Aproximadamente 40% dos crimes violentos letais e intencionais ocorreram na Região Sudeste e 25% na Região Nordeste (...) Em termos de taxas do número de registros por 100 mil habitantes, verificamos que a Região Sudeste é a que possui a maior taxa, seguida pela Região sul. Comparando as taxas dos diversos Estados, verificamos que as maiores taxas encontram-se no rio de Janeiro e em Pernambuco, e as menores taxas encontram-se no Maranhão, Santa Catarina, Amazonas e Piauí<sup>10</sup>.

Os dados disponibilizados pelo ministério da Justiça apresentam o retrato do crescimento da violência no país, ajudam a compreender seu efeito danoso, que tem como principal consequência na prisão, a superlotação do Sistema Penitenciário Brasileiro, em geral e em particular, do Pernambucano.

As polícias civis registraram 40.420 homicídios dolosos no Brasil, em 2004, e 40.845 homicídios dolosos em 2005. Deste total, aproximadamente 45% ocorreram na Região Sudeste e 28% ocorreram na Região Nordeste. São Paulo foi o Estado onde ocorreu o maior número destes crimes em 2004 e 2005, concentrando cerca de 20% dos crimes ocorridos no Brasil (...) Em termos de taxas de registros por 100 mil habitantes, verificamos que a Região Norte é a que possui a maior taxa seguida da Região Nordeste. Comparando as taxas dos

---

<sup>8</sup> Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civas (Janeiro de 2004 a dezembro de 2005) Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf](http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf). Acesso em: 27/09/2006.

<sup>9</sup> WAQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.12.

<sup>10</sup> Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civas (Janeiro de 2004 a dezembro de 2005) Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf](http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf). Acesso em: 27/09/2006.

diversos Estados, verificamos que as maiores taxas encontram-se no Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo<sup>11</sup>.

Ao longo do documento divulgado pelo Ministério da Justiça em setembro de 2006, acompanhamos o crescimento avassalador dos variados crimes no Brasil e particularmente no Estado de Pernambuco. Algumas conclusões do documento são de suma importância para o debate da segurança pública nas cidades do interior, onde se afirma que algumas cidades de municípios, com população inferior a 100 mil habitantes, concentram certos tipos de crimes. *Este é o caso, por exemplo, de Tocantins, onde os municípios de baixa população concentram os crimes letais contra a pessoa.* O documento chama a atenção para a crescente taxa de crescimento dos variados crimes nas cidades do interior, contrariando estatísticas anteriores divulgadas pelo próprio Ministério da Justiça, e que em suas conclusões, após o diagnóstico dos dados apresentados, propõe que *é preciso, em alguns casos, dar maior importância às ações de segurança pública no interior dos Estados, do que em seus Municípios maiores ou Capitais.*

## **1.1 A PRISÃO EM ALGUMAS ANÁLISES**

O Sistema Penitenciário é uma instituição reformadora? Ele se constitui de um espaço disciplinar de recuperação de delinqüentes? Por que apesar das inúmeras críticas à prisão, como transformadora de infratores e delinqüentes, ela se torna cada dia mais necessária? É possível que apenas a mudança de seu gerenciamento garanta o respeito, os direitos e garantias dos reclusos, e contribua para a efetivação da nossa democracia? Por que os debates sobre novas formas de gestão encontram tanta resistência de serem utilizados na administração prisional? Afinal para que serve a prisão dentro deste novo cenário mundial?

---

<sup>11</sup> Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis (Janeiro de 2004 a dezembro de 2005) Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf](http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20.crime.pdf). Acesso em: 27/09/2006.

As críticas dirigidas ao Sistema Penitenciário, no que diz respeito à função da prisão na sociedade, ganharam maior intensidade e polêmica no campo das Ciências Sociais a partir das reflexões de Michel Foucault sobre o seu papel como instrumento de recuperação de delinquentes.

Michel Foucault critica a percepção humanista, atribuindo ao seu discurso humanizador a essência do modelo disciplinar: adestrador, manipulador e castrador das liberdades individuais<sup>12</sup>. Observa que a sociedade ocidental assumiu, a partir do século XIX, o sistema parlamentar e representativo, garantindo um conjunto de direitos e princípios igualitários. Mas manteve, subjacente, um “subsolo” de pequenos poderes, uma rede de micropoderes que mantêm a desigualdade e a dominação, responsáveis por sustentar as relações sociais. Critica a utopia humanista de ressocialização, alegando que *“em vez de fracasso, pode-se dizer que a prisão é bem sucedida em produzir a delinquência.”*<sup>13</sup>, em um modelo de sociedade disciplinar que se utiliza de diversas estratégias de reprodução social, onde o encarceramento se constitui em uma de suas peças principais<sup>14</sup>.

É preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção (...) o tempo dos homens é colocado no mercado, oferecido aos que querem comprar em troca de um salário; é preciso, por outro lado, que este tempo seja transformado em tempo de trabalho<sup>15</sup>.

A racionalização do processo industrial exige um novo homem, mais disciplinado e obediente, cumpridor de regras e normas, adequado às relações de trabalho, capaz de cumprir ordens e rituais, mecanicamente. Cidadãos com hábitos mais refinados, convencidos do seu papel social. Nesse tipo de sociedade, a prisão tem um papel importante e insubstituível. A industrialização trouxe a necessidade de abundante mão-de-obra, e a prisão deve transformar indivíduos ociosos em população trabalhadora e disciplinada.

---

<sup>12</sup> Ver, FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977, p.136.

<sup>13</sup> Idem. P.188.

<sup>14</sup> Ibdem, p.189

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** In: **Cadernos da PUC/RJ**, 6/74, n.16, p.93 - 94

A prisão passou a ser considerada, no século XIX, a pena das sociedades civilizadas. Anteriormente, a prisão tinha a função de garantir a presença do suspeito ou do condenado diante do juiz para a execução da pena. A mudança do seu estatuto jurídico está relacionada diretamente aos valores das revoluções burguesas, em que a perda da liberdade se constitui no maior castigo para o cidadão. Seria contraditório manter uma pena de suplício sobre o corpo, quando os valores da sociedade liberal se baseavam em valores civilizatórios que se contrapunham à diminuição do indivíduo<sup>16</sup>.

A prisão é uma “*forma-salário*” de reparação, devendo o condenado perceber que, mais que a vítima, lesou a sociedade inteira. A contabilização da pena leva em conta a variável tempo: dias, meses e anos, de acordo com a duração prevista para o delito cometido. O condenado passa a ter uma dívida com a sociedade, calculada em tempo de reclusão<sup>17</sup>. Foi projetada como uma empresa de modificação de indivíduos, mas também, as oficinas, as escolas e os quartéis. Estas instituições disciplinares possuem como objetivo a manutenção das estruturas sociais, a partir de um conjunto de dispositivos disciplinares, através do cumprimento de normas de conduta bem determinadas, apesar de não excluir a força, que não será seu dispositivo primordial.

Para o cumprimento dessa normalização social, do bom ou ruim, normal ou anormal para a sociedade, as técnicas e as ciências cumpriram seu papel: sociólogos, pedagogos, psicólogos, psiquiatras, entre outros profissionais, ajudaram a estabelecer os comportamentos aceitáveis, os padrões considerados racionais, civilizados, que devem ser seguidos por todos que desejam ser “normais”. Comportar-se fora do que este discurso aponta como bom e normal é “anormal”; quem não se enquadra no padrão estabelecido está à margem da sociedade.

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente

---

<sup>16</sup> Seus valores essenciais foram: liberdade, igualdade e fraternidade.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. In: **Cadernos da PUC/RJ**, 6/74, n.16, p.102

se formular no interior de uma moral que serve de adorno ao seu exercício; sua tirania brutal aparece então como dominação serena do bem sobre o mal, da ordem sobre a desordem<sup>18</sup>.

Nas prisões, a ordem é garantida pela segurança e pela disciplina, e é em torno delas que gira a administração prisional e a vida no cárcere. Esse sistema de disciplina possui também dispositivos relacionados a um sistema de castigos e recompensas. A prisão é parte de uma estratégia econômica e política da sociedade liberal, pois antes da sociedade industrial, a sociedade conviveu sempre com certa tolerância com a delinquência. Mas a partir do momento em que estes grupos começaram a ter acesso à riqueza: matérias-primas, máquinas e demais instrumentos, tornou-se necessário proteger esta riqueza. Os delinquentes tornam-se perigosos para os ricos, mas também para os pobres. Mostra-se uma diferença radical entre o bandido e o cidadão honesto. No tocante a esta diferenciação, a literatura policial cumpriu papel essencial. Os meios de comunicação valorizam demasiadamente as notícias de violência criminal.

As reflexões de Michel Foucault contribuíram para ampliação do debate sobre as mudanças nas relações prisionais, estimulando a militância em direitos humanos a descortinar o submundo das violações no sistema penitenciário mundial. Suas idéias impulsionaram muitas reformas na mentalidade de gerenciamento prisional e das políticas de segurança voltadas para as prisões, provocando um amplo debate sobre o respeito aos direitos dos reclusos; mesmo que não acreditasse na prisão como instituição disciplinar capaz de ressocializar, ao passo que a sua função é mesmo marginalizar, marcar o prisioneiro, aprofundando-o no universo da delinquência.

Foucault analisa a sociedade disciplinar, tendo como referência a realidade da sociedade européia. A divulgação do seu livro, *“Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões”* abriu uma ampla discussão sobre os efeitos da sociedade disciplinar na dominação dos corpos dos indivíduos e em particular na prisão. Intelectuais das mais diversas realidades sociais e

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. Os Intelectuais e o Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 72 – 73.

culturais transplantaram, sem maiores preocupações, para as mais variadas realidades, os conceitos desenvolvidos a partir da realidade europeia. Algumas destas condições, necessárias à constituição de sociedade disciplinar, estão diretamente ligadas à realidade da sociedade industrial. A sociedade disciplinar foi acompanhada na Europa de um amplo processo de industrialização, do fervilhar do desenvolvimento intelectual e tecnológico que associados, puderam fazer inúmeras mudanças nos comportamentos dos grupos populacionais, através das mudanças nos costumes, da introdução da etiqueta como instrumento de construção da cidadania<sup>19</sup>, ou mesmo da coerção produzida pelas exigências do mercado de trabalho, das leis, do perigo de ser marginalizado, ao não se enquadrar nas exigências que sociedade e mercado faziam.

Nesse tipo de sociedade, a resposta dos indivíduos à sociedade disciplinar se dá em forma de consenso: o sujeito adestrado responde de forma submissa e obediente ao modelo por desejar a integração para ser incluído neste projeto de civilização.

Tratar os 'leprosos' como 'pestilentos', projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar as exclusões – isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: O asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco- não louco; perigoso- inofensivo; normal- anormal, etc. )<sup>20</sup>.

Foucault demonstra, a partir da proposta do *panóptico de Bentham*, que o modelo de sociedade disciplinar nas prisões é perceptível na elaboração da sua arquitetura, sua racionalidade e os efeitos que deverão operar sobre o prisioneiro. Se as masmorras escondiam e retiravam da luz os prisioneiros, a nova arquitetura, ao contrário, deve garantir a sua visibilidade.

---

<sup>19</sup> - Ver, ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador I e II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977, p.176.

Esta visibilidade reduz os perigos de complôs, rebeliões, fugas ou comunicação entre detentos que facilitam a proliferação do crime.

Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontinua em sua ação <sup>21</sup>..

Como efeito psicológico, o prisioneiro se sente vigiado. Este poder de vigilância, segundo Bentham, é visível e inverificável. “O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto; no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto”<sup>22</sup>.

O estudo da prisão no Brasil nos obriga a perceber que não nos enquadrámos em um modelo de sociedade disciplinar, como o define Foucault para a realidade europeia. A sociedade brasileira, em seu desenvolvimento histórico, da passagem da colônia ao Império, ou do Império à República, não passou por um corte profundo que limitasse o domínio das relações da esfera privada sobre a esfera pública. Muitos hábitos e costumes licenciosos estão presentes na nossa vida social <sup>23</sup>. Sendo assim, o famoso ‘*jeitinho brasileiro*’ banaliza a corrupção dos agentes do Estado ou da população civil, como também demonstra a dificuldade em cumprir os rituais, respeitar a burocracia, a hierarquia, constituindo-se em elementos da nossa vida cotidiana que se reproduzem nas prisões.

A arquitetura das nossas prisões facilita o contato entre os prisioneiros, conseguem formar organização paralela ao Estado. Nossas prisões reúnem criminosos dos mais variados delitos na mesma territorialidade, criminosos comuns, guardas e policiais corruptos, facilitando motins, fugas e rebeliões.

A grande maioria das instituições prisionais brasileiras reproduz uma estrutura pela qual as celas são dispostas em “galerias”. Longos corredores com celas lado a lado, isolados

---

<sup>21</sup> Idem, p.177.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 179.

<sup>23</sup> Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

por grades de acesso. Este modelo impede a vigilância e terminou sendo funcional à criação ilegal das prisões coletivas (...) por decorrência, estes espaços tornaram-se “áreas de domínio” dos presos e é comum que os agentes penitenciários aí não entrem, salvo com a proteção de pelotões da polícia de choque<sup>24</sup>.

A arquitetura prisional de grandes construções e de fortalezas, não contém as tensões, nem mantém os detentos obedientes e mecanicamente centrados nas tarefas de trabalho e estudo nas unidades prisionais. Ao contrário, grandes prisões, a exemplo do extinto Complexo do Carandiru, possibilitaram a formação de organizações criminosas, a exemplo do PCC, em São Paulo, ou do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro<sup>25</sup>.

Vários projetos mostraram-se inadequados-espaços diminutos, com pouca aeração, ou excessivamente quentes ou frios, destituídos de locais para instalação de oficinas ou salas de aulas, corredores especialmente longos, condições de segurança incompatíveis com a população custodiada, dentre vários outros aspectos. É indispensável ultrapassar a idéia de “cofre ou da gaiola”, cujo grande mérito seria supostamente aprisionar pessoas – nem isso conseguem - conter os presos, evitando que fujam<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> ROLIM, Marcos. **Prisão e Ideologia. Limites e Possibilidades Para a Reforma Prisional no Brasil**. Disponível em: [www.ufsm.br/artigos/execução-penal/prisao-ideologia.htm](http://www.ufsm.br/artigos/execução-penal/prisao-ideologia.htm). Acesso: 27 / 02/ 2004.

<sup>25</sup> Ver, RAMALHO, Ricardo. **O Mundo do Crime. A Ordem Pelo Averso**. São Paulo: IBCCRIM, 2002, p.57.

O código de conduta inventado pelos detentos é implacável. Abarca desde aspectos mais corriqueiros do dia-a-dia até assuntos de vida e de morte. Dívidas e delação não têm perdão, são em geral castigadas com a pena de morte. A elite da cadeia se compõe de criminosos respeitados com carreira no crime, ou que são apadrinhados pelos líderes. São também punidos criminosos que vitimizaram familiares de detentos, estupradores, assassinos de pais, crianças. Em caso de espancamento, os responsáveis dificilmente chegam a ser denunciados, impera a lei do silêncio, acusar alguém pode produzir um castigo maior. Estas regras, entre outras, nasceram, sobretudo da necessidade de auto - regulação dos detentos, na busca de um “convívio pacífico”. As normas funcionam como uma estrutura de preservação para os presos.

<sup>26</sup> SUSSEKIND, Elisabeth. **Aspectos da Política Prisional no Brasil**. Revista CEJ, Brasília, N.15, set/dez, 2001, p.14-15.

O ambiente prisional no Brasil não é o da submissão. A violência verifica-se como a linguagem que mais oferece visibilidade ao prisioneiro, que garante espaço na mídia. São comuns assassinatos entre os detentos, e as mortes usadas como forma de pressionar o Estado para atender as reivindicações<sup>27</sup>. *“Parcela importante da população prisional segue cometendo crimes (...) mantém poder de organização e continua administrando seus negócios ilegais por meio de telefones celulares, familiares e advogados”*<sup>28</sup>.

Para o ILANUD<sup>29</sup> o maior problema do sistema penitenciário brasileiro recai sobre a opção exclusiva da pena de prisão. Em seu relatório discute que tais problemas seriam combatidos com maior eficiência, se no Brasil as penas alternativas fossem aplicadas em um maior número de casos<sup>30</sup>. Além da violência entre os presos ou contra eles, a corrupção dos agentes do Estado é outra situação que torna mais complexo o problema do gerenciamento das unidades prisionais. Dentro das prisões muitas situações podem ser negociadas: fugas, assassinatos, encontros conjugais, seqüestros, prostituição, assaltos, tráfico de drogas, contrabando de celulares, tráfico de influência, entre outros comportamentos criminosos<sup>31</sup>.

O submundo da corrupção policial tem suas regras. É preciso conhecê-lo para combater a corrupção, a brutalidade e o crime nas polícias. Antes de mais nada, é preciso ter sempre presente que há muita gente decente nas polícias (...) nessa zona sombria, que envolve bandidos uniformizados e a rapaziada que se deixa perverter, há gradações e distinções enormes. Há, por exemplo, os policiais especializados nos negócios da prostituição, que conhecem bem o métier, avaliam com faro profissional o mercado e investem em

---

<sup>27</sup> Relatórios anuais de organizações como a Anistia Internacional, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Human Rights Watch, Justiça Global entre outros, apontam as condições de insalubridade das prisões brasileiras, como também, as mais diversas práticas de violações em cadeias públicas, delegacias, penitenciárias e presídios.

<sup>28</sup> Idem, p.15.

<sup>29</sup> Instituto Latino-Americano das Nações Unidas Para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente.

<sup>30</sup> Disponível em: [www.conjunturacriminal.com.br/artigos/ilanud/oesp1.htm](http://www.conjunturacriminal.com.br/artigos/ilanud/oesp1.htm). Acesso em: 10/10/2003

<sup>31</sup> AMNESTY INTERNATIONAL PUBLICATIONS. **Eles nos Tratam Como Animais. Tortura e Maus – Tratos no Brasil**. Publicado no Brasil, outubro de 2001, p. 56.

saunas, boates e hotéis de alta rotatividade. Muitos atuam no campo da segurança privada, aproveitando-se ilegalmente de sua patente, de sua carteira, de seus privilégios e contatos, subcontratando e explorando seus subordinados nas corporações, abstendo-se das responsabilidades trabalhistas e éticas. Há os que operam nos ferros-velhos, desmonte de carros, e empresas de recuperação de roubados. Outros vendem seus serviços a interessados na execução de desafetos. Outros vivem dos acertos com traficantes, negociando armas, drogas, vida e liberdade.<sup>32</sup>

As relações entre os agentes do Estado e os prisioneiros também seguem a lógica da cultura política brasileira, discutida por Sérgio Buarque de Holanda<sup>33</sup> e Roberto Da Matta<sup>34</sup>: Ambos ressaltam a maneira como no Brasil as relações pessoais se sobrepõem às relações institucionais e formais, possibilitando à quebra da formalidade, e a concessão de benefícios que favorecem comportamentos pouco recomendáveis e corruptos.

No Brasil não ocorreu uma pressão pelo disciplinamento de mão-de-obra específica, nem os mecanismos de submissão e obediência que observamos no modelo da sociedade disciplinar de Foucault; as regras, no Brasil, são facilmente burladas: a entrada de drogas, de celulares e produtos ilícitos chegam às prisões trazidos pelas visitas, advogados, guardas penitenciários e policiais corruptos<sup>35</sup>. E esses comportamentos geram na sociedade um sentimento de ojeriza sobre o ambiente prisional, influenciando diretamente no descrédito sobre a recuperação do prisioneiro e sua reintegração social.

Vivemos um momento em que o desemprego estrutural expulsa do mercado de trabalho inúmeros trabalhadores com qualificação. O trabalho oficial, de carteira assinada, é um desafio para muitos e um sonho distante para uma grande maioria das pessoas sem qualificação e principalmente

---

<sup>32</sup> SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General. Quinhentos Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.33

<sup>33</sup> Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. 20E, Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.

<sup>34</sup> Ver, DA MATTA, Roberto. **A Casa e A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>35</sup> O BRASIL ATRÁS DAS GRADES. (O Sistema Penitenciário). Disponível em: [www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm](http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm). Acesso em: 05/04/2004, p. 5

para os prisioneiros. Em relação ao futuro do prisioneiro, há falta de expectativa de trabalho real, de políticas sociais concretas que auxiliem o ex-detento na vida pós-prisão, a ausência de acesso à justiça, à saúde e a tantos outros bens sociais necessários à ascensão moral, que o paradigma ressocializador defendeu, e que concebia através dele a prisão como instrumento de modificação humana. Tal realidade torna cada vez mais forte a crença na inutilidade da prisão, fortalecendo as teses sobre o fracasso das prisões ou do paradigma ressocializador.

As nossas prisões estão abarrotadas de jovens pobres com baixa escolaridade: mais da metade dos detentos têm menos de 30 anos. Devido a pobreza e antecedentes estão à margem da sociedade, eles e seus familiares possuem pouca influência política, o que se traduz em poucas chances de obter apoio para colocar um fim nos abusos cometidos contra eles<sup>36</sup>.

A ascensão ao mundo do crime possibilita este acesso à sociedade de consumo, mesmo com os riscos de alta letalidade, da curta vida no mundo do crime. Então, portar armas potentes, se tornar um líder em sua comunidade pela visibilidade oferecida pelo mundo do crime geram sensação de poder. Podem ser chefes das prisões, chaveiros, posições que garantem sensação de poder e de reconhecimento social.

A sociedade está com medo, está aterrorizada frente a falta de perspectivas e soluções para o aumento desenfreado da violência (...) o outro, o estranho, potencialmente e de acordo com as circunstâncias, é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação ou de agressão, dependendo da forma como cada um é afetado pelo medo<sup>37</sup>.

Nas prisões brasileiras, garotos dominam espaços e criam uma territorialidade específica que possibilita esta visibilidade e reconhecimento; estabelecem novas relações de poder, sob a linguagem do medo e da

---

<sup>36</sup> O BRASIL ATRÁS DAS GRADES. (O Sistema Penitenciário). Disponível em: [www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm](http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm). Acesso em: 05/04/2004, p.3

<sup>37</sup> BAIERL, Luzia e ALMENDRA, Carlos Alberto. A Dinâmica Perversa do Medo e da Violência Urbana. **Serviço Social e Sociedade**, N.70: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.59 – 60.

violência, o que significa uma alternativa às avessas da ausência do Estado. Nesse sentido, cresce a oposição das alternativas à prisão; em nosso medo, sentimo-nos impotentes em saber ou aprender a lidar com este novo tipo de criminalidade que se espalha pelo país. Em relação ao comportamento, cada dia mais violento dos jovens nas cidades brasileiras, Miriam Abromovay faz significativas considerações:

É incontestável a ausência de internalização de normas. Ou seja, houve uma inversão na escala de valores da sociedade: foram banalizados conceitos como violência, maldade, crueldade e até mesmo a morte (...). É como se eles tivessem dificuldade de assimilar princípios que os proibam de cometer atos de violência. Para eles a violência se concretiza efetivamente na morte, o resto: o brigar; o bater; o xingar – é até associado a ela, mas é banalizado como trivialidade, algo que por si só se justifica. A mídia mostra o lado fantástico desta violência, faz a sua descrição sem propor uma reflexão séria<sup>38</sup>.

Também Sérgio Adorno<sup>39</sup> alerta para que observemos que ocorreu uma mudança substancial na qualidade letal do crime e que não foi acompanhada pelo Sistema de Justiça. Deu-se a ampliação da distância entre a prática de delitos e a capacidade do Estado de enfrentá-los. Compreende que ocorreu “*a evolução da criminalidade e da violência, e diminuiu a capacidade do Estado de impor lei e ordem*”<sup>40</sup>.

O sentimento de horror e pânico vai se ampliando em relação a este novo modelo de marginal, o que vai levando inúmeros setores da sociedade (esquerda e direita) a conceber formas mais intensas, mais duras de punição para os infratores que vão se tornando incômodos dentro da sociedade<sup>41</sup>. Em relação a esta questão é pertinente a reflexão de Luciano Oliveira.

---

<sup>38</sup> ABROMOVAY, Miriam. **Gangues, Galeras, chegados e Rappers**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p.65 - 66

<sup>39</sup> In: RAMALHO, José Ricardo. **O Mundo do Crime: A Ordem Pelo Averso**. 3 ed, São Paulo: IBCCRIM, p. 10.

<sup>40</sup> Idem, p.24.

<sup>41</sup> BAUMAN, Zigmunt. Tradução: Mauro Gama, Claudia M. Gama; Revisão Técnica: Luís Carlos Fridman. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 57.

O dócil mendigo de antigamente que não se revoltava porque “conhecia o seu lugar” está sendo substituído por um miserável que não integra a paisagem pacificamente (...). A demanda por repressão, policiamento, ordem, antigamente um apanágio do senso comum e do pensamento de direita, começa também a ser verbalizada pelos setores tradicionalmente mais sensíveis à resolução da questão social do que à correção dos seus efeitos perversos<sup>42</sup>.

Não podemos resumir a análise do problema da criminalidade violenta, que lota as prisões brasileiras, a percepções meramente ideológicas e simplistas. É uma crise grave, resultante de fatores sócio-políticos que não foram levados em questão, após o restabelecimento da democracia no Brasil.

À medida que a transição democrática ocorreu sob a forma de uma ruptura progressiva com a experiência autoritária, importantes demandas relativas à reconstrução das instituições responsáveis pela ordem pública foram deixadas de lado. Sem um terreno sensível, e já não mais dispondo dos mecanismos de regulação característicos do período autoritário, a democracia terminou abrindo amplas possibilidades para que a violência se desenvolvesse<sup>43</sup>.

O estudo de Angelina Peralva demonstra o crescimento abrupto das taxas de homicídios no Brasil: em 1980, era de 11,68 para 100 mil habitantes, passando em 1990 para 22,20, por 100 mil habitantes, e em 1997, para 25,37 por 100 mil habitantes<sup>44</sup>. Afirma que dois sentimentos permeiam esta criminalidade: o medo e o risco, o que faz dela uma criminalidade mais letal, adquirindo formas de funcionamento em rede, com bases quase que militares. “*É preciso reduzir drasticamente o patamar dos riscos coletivamente aceitos e reafirmar as regras do jogo em que o direito à vida seja um princípio centra*”<sup>45</sup>. A expansão do medo acaba por abrir portas para reações cada vez mais truculentas e penalizantes para conter a

---

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Luciano. Neo-miséria e Neo-nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. **Política Hoje**, Revista do Mestrado em Ciência Política da UFPE, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III, N.5, Jan a Jun de 1996, p.109-116.

<sup>43</sup> PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.20.

<sup>44</sup> Idem, p. 73.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem, p. 186.

criminalidade. “O medo aterrorizante tem a propriedade, não de predispor ao combate, mas de paralisar”<sup>46</sup>.

Estas pessoas não são mais vistas pelo Estado como capazes de recuperação (...) O Estado destina-lhes o tratamento policial identificando suas eventuais inclusões ligadas à ilegalidade, ao mesmo tempo, em que confinadas em suas territorialidades, separam-se e são repartidas como virtuosas ou viciadas<sup>47</sup>.

Sobre o desconforto provocado pelas ações destes grupos indesejáveis, Oliveira resgatando as reflexões de Hannah Arendt sobre o totalitarismo, nos chama atenção para alguns perigos.

Está em curso na sociedade brasileira de hoje a produção de seres humanos sem lugar no mundo; e concomitantemente, a de que as pessoas “normais” começam a desenvolver em relação a eles um sentimento de hostilidade, o que pode levar ao desenvolvimento de uma mentalidade exterminatória. Em outras palavras, uma espécie de neonazismo alimentado tanto pelo medo que eles inspiram, quanto pelo temor de tornar-se um deles<sup>48</sup>.

Nesse artigo, Oliveira demonstra como essa nova criminalidade é ao mesmo tempo invisível, vulnerável aos processos mais brutais, e em relação a ela estamos perdendo a capacidade de indignação com o assassinato ou o desaparecimento de pessoas que tenham ligação com o mundo do crime. Temos medo deles, e sua ausência do cenário, onde nos encontramos, nos oferece certo conforto<sup>49</sup>. Para Luciano Oliveira estamos nos tornando

---

<sup>46</sup> BAIERL, Luzia e ALMENDRA, Carlos Alberto. A Dinâmica Perversa do Medo e da Violência Urbana. **Serviço Social e Sociedade**, N.70: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 61.

<sup>47</sup> PASSETI, Edson. Cartografia de Violências. **Serviço Social e Sociedade**, N.70: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.8.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Luciano. Neo - Miséria e Neo - nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. **Política Hoje**, Revista do Mestrado em Ciência Política da UFPE, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III, N.5, Jan a Jun de 1996, p.103.

<sup>49</sup> Questão trabalhada por Bauman chamando os miseráveis de “os estranhos da era do consumo: do Estado do bem-estar à prisão”. Ver, BAUMAN, Zigmunt. Tradução: Mauro Gama, Claudia M. Gama; Revisão Técnica: Luís Carlos Fridman. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 57.

neonazistas, por medo, por não mais acreditar que exista solução democrática para o controle desta criminalidade.

Em razão das nuances observadas sobre a criminalidade e a prisão brasileira, encontramos dificuldades em aplicar a idéia de sociedade disciplinar de Michel Foucault, mas tomamos suas idéias como fonte histórica da temática abordada, sem desprezar a lucidez como interpreta a função de segregação que a prisão exerce<sup>50</sup>.

Em Karl Marx também encontramos uma reflexão sobre a prisão que a associa às necessidades do capital, refletindo sobre a função econômica da prisão e da pena.

O delinqüente produz delitos, mas não apenas isso, produz também um direito penal, produz o professor que ensina Direito Penal e até o inevitável manual em que o professor congrega as suas aulas com vista ao comércio. Além disso, o delinqüente produz toda a organização da polícia e da justiça penal, produz os agentes policiais, os juizes, os jurados, etc. E estas diversas profissões, que constituem outras tantas categorias de divisão social do trabalho, desenvolvem as diversas faculdades do espírito humano, criam novas necessidades e novas formas de satisfazê-las. A tortura por si só provocou os inventos mecânicos mais engenhosos e deu trabalho a toda uma multidão de trabalhadores honrados, dedicados à produção de seus instrumentos<sup>51</sup>.

Karl Marx defende a idéia de que o crime e o criminoso desempenham um papel social de extrema importância na reprodução das relações de dominação, fundamentais para a manutenção do sistema social. Situação também apresentada por Michel Foucault, sendo que em Marx a transformação da sociedade pelo socialismo pode alterá-la, enquanto Foucault não propõe alternativas para a prisão.

Hulsman não acredita na prisão como instituição política de recuperação. Entende sua falência desde o seu nascedouro. Propõe o abolicionismo penal, enxerga o Sistema Penal como resultado do Sistema Social. Sua defesa do desmonte da instituição prisional se justifica, em

---

<sup>50</sup> Nosso referencial teórico principal é Max Weber, o que justificaremos no capítulo seguinte.

<sup>51</sup> KARL, Marx. **História Crítica da Teoria da Mais-Valia**. Buenos Aires: Edições Brumário, 1974, p. 2003-2004.

primeiro lugar, por acreditar que a arquitetura prisional e as relações de poder que se desenvolvem nas prisões conspiram para que ela produza comportamentos doentios, tanto nos prisioneiros, como nas administrações. Sua defesa do abolicionismo penal, não significa o fim da instituição das penas, mas o fim da pena de prisão<sup>52</sup>. O fato de ter sido um preso em um campo de concentração durante a segunda guerra mundial<sup>53</sup>, de ter conhecido de perto inúmeras violações de direitos humanos, que se associam a sua experiência no internato quando criança e de ter sido ministro na Holanda, ampliaram a sua percepção abolicionista.

Fala-se que os castigos corporais foram abolidos, mas não é, verdade: existe a prisão que degrada os corpos. A privação de ar, de sol, de luz, de espaço; o confinamento entre quatro paredes; o passeio entre as grades; a promiscuidade com companheiros não desejados em condições sanitárias humilhantes; o odor, a cor da prisão, as refeições sempre frias, onde predominam as cáries dentárias e os problemas digestivos se sucedem entre os presos! Estas são provas físicas que agridem o corpo, que o deterioram lentamente<sup>54</sup>.

Rudnicki, ao analisar a contribuição de Foucault e Hulsman sobre a prisão, ressalta que a crítica e o pensamento dos autores continuam válidos diante da incapacidade de recuperação e socialização dos delinquentes pelas políticas implementadas pelos Estados. Entende que o paradigma da função política da prisão, encontra-se dividido entre os que acreditam que a prisão deve punir e ser mais rigorosa, e entre os que defendem a sua manutenção dentro do respeito aos direitos dos reclusos, em padrões internacionais de civilização. E os que são defensores de formas alternativas de prisão (penas reparadoras do delito)<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> HULSMAN, Louk. CELIS, J.B. Tradução. M<sup>a</sup> Lúcia Karam. **As penas Perdidas**. Niterói: Rio de Janeiro: Luam, 1993. p. 52.

<sup>53</sup> Fato que narra no primeiro capítulo do livro: HULSMAN, Louk. CELIS, J.B. Tradução. M<sup>a</sup> Lúcia Karam. **As penas Perdidas**. Niterói: Rio de Janeiro: Luam, 1993.

<sup>54</sup> Idem, p. 62.

<sup>55</sup> RUDNICK, Dani. Prisão, Direito Penal e Respeito aos Direitos Humanos, *In: Violência em Tempo de Globalização* (ORG) José Vicente Tavares dos Santos. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 545

É preciso ver os internos e condenados, primeiramente, como portadores de direitos, reconhecendo o fenômeno da cidadania ali onde ele tem sido tradicional e solenemente ignorado. Ato contínuo a esta disposição elementar, é preciso saber, em cada detalhe, dos mecanismos concretos pelos quais a instituição prisional se afirma destruindo a autonomia dos indivíduos e negando-lhes a condição dos seres livres<sup>56</sup>.

Alguns críticos da prisão consideram que ela deveria ser reservada aos infratores que representassem perigo concreto e contínuo à sociedade. Apresentando os argumentos do processo de prisionalização, como justificativa para a aplicação das medidas alternativas. Afirmam que a prisão não serve para ressocializar, neutralizando a formação de valores éticos e morais, estigmatizando o aprisionado, promovendo a periculosidade do criminoso no convívio em confinamento com outros infratores.

Prisionalização é o fenômeno que se dá com a entrada do indivíduo no sistema prisional, sua assimilação. Este fenômeno ocorre com maior intensidade quando se conjugam os seguintes fatores: pena longa; personalidade instável; ruptura completa com o mundo exterior mediante visitas; disposição e capacidade para integração à vida na prisão; aceitação incondicional dos dogmas e princípios da sociedade carcerária; contato com pessoas de orientação similar; interesses em participar nos jogos e nas práticas sexuais “anormais”<sup>57</sup>.

Produzindo a absorção da cultura carcerária, legitimando o desrespeito aos direitos humanos, condiciona o indivíduo à luta pela sobrevivência na lei do mais forte (as leis da cadeia), entre outros aspectos, enquanto a pena deveria se limitar à gravidade do crime e à culpabilidade do agente, reparando o dano causado e contribuindo para a reinserção do apenado na conquista de sua cidadania<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> ROLIM, Marcos. **O Labirinto, o Minotauro e o Fio de Ariadne. Os Encarcerados e a Cidadania, Além do Mito.** Disponível em: <http://www.rolim.com.br/dh novo992.htm>. P.1 Acesso em 20 / 05 / 2001, p,7

<sup>57</sup> CLEMMER, Donald, Apud RUDINICKI, Dani.. Ver, Prisão, Direito Penal e Respeito aos Direitos Humanos, *In: Violência em Tempo de Globalização* (ORG) José Vicente Tavares dos Santos. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 552.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Edmundo. **Política Criminal e Alternativas à Prisão.** Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.18

A prisão, com o tempo, mostrou-se incapaz de responder aos seus propósitos iniciais. Em regimes democráticos ou totalitários, tem apresentado disfunções e equívocos que tornam necessário um maior debate sobre a sua “função ressocializadora” e a sua crise. Esse debate tem se reduzido, em alguns casos, ao endurecimento das propostas de gestão de unidades prisionais ou mesmo numa discussão maior, tanto na sociedade, como nas ciências sociais, sobre as alternativas ao modelo de prisão que temos<sup>59</sup>.

Edmundo Oliveira é um destes autores que vem discutindo a importância das alternativas à prisão. Podemos considerar a sua visão destoante das demais, um tanto desfocada da tendência neoliberal de maior encarceramento. Sua defesa, das alternativas de prisão tem como eixo os efeitos que o encarceramento tem produzido em países europeus e nos Estados Unidos da América. Destacaremos, neste trabalho, apenas o caso norte-americano, sendo importante ressaltar que, desde a década de 80, os sistemas penitenciários do mundo todo vêm se defrontando com o problema da superpopulação das prisões e dos custos crescentes do encarceramento.

Ao contrário de Loic Waquant, Edmundo Oliveira é otimista, não se atém à pena de prisão, sua análise volta-se para as alternativas, entendidas por ele como uma possibilidade real de que o sistema de justiça possa reintegrar indivíduos à sociedade. Tem como objetivo mostrar que os resultados das alternativas à prisão são mais satisfatórios. Posição que é contestada por Augusto Thompson, ao afirmar que o endurecimento dos modelos prisionais, no mundo todo, estão ligados diretamente à falência do Estado Social e das políticas de alternativas à prisão na maioria dos Estados europeus e nos Estados Unidos<sup>60</sup>. Estas experiências não teriam fornecido dados consistentes que justificassem a manutenção de altos gastos governamentais com a sua manutenção. Thompson considera que este fato teria contribuído para a efetivação da proposta de endurecimento das políticas destinadas ao sistema penitenciário de forma geral<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> ZAFFARONI Eugênio R. **Em Busca das Penas Perdidas. A Perda de Legitimidade do Sistema Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991. P.56

<sup>60</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 200, p. 23

<sup>61</sup> Idem, p. 25

Edmundo Oliveira ressalta que a escassez de recursos públicos, a construção de presídios e penitenciárias com o dinheiro do contribuinte ou a partir de longos empréstimos e um maior endividamento dos Estados, transformam-se em medidas antipáticas para a população que não simpatiza com a idéia de construção de unidades prisionais em suas comunidades. Edmundo Oliveira vê que este debate tem surtido a necessidade de repensar a política criminal americana, pelo aprofundamento do debate acerca das privatizações de presídios, penitenciárias, ou das alternativas à prisão<sup>62</sup>. Nos Estados Unidos 37 dos 50 Estados possuem pena de morte, os dados de reincidência do sistema de prisão só aumentam, sendo que latinos, negros e brancos empobrecidos constituem predominantemente a massa carcerária, identificando-se algumas coincidências com as características do sistema penitenciário brasileiro.

Para Edmundo Oliveira, a relação entre a comunidade e o Estado nos E.U.A, no acompanhamento das alternativas à prisão, possibilita resultados mais satisfatórios, se compararmos com a experiência do aprisionamento, no que se refere principalmente ao o efeito psicológico que o aprisionamento produz. Sendo necessário observar que o grau de integração e fiscalização da comunidade, não se limita aos sentenciados, mas também, aos funcionários estatais responsáveis pela supervisão e monitoramento dos sentenciados. Essa perspectiva de controle da sociedade tem possibilitado ao judiciário americano a aplicação destas medidas. É importante ressaltar que existe um modelo de execução penal que não se centraliza exclusivamente no sistema de justiça; foram criados departamentos destinados ao controle destes indivíduos sob estas medidas alternativas de prisão<sup>63</sup>. Os oficiais da condicional (alternativas à prisão) têm formação universitária na área das Ciências Humanas e Sociais; não realizam o trabalho de repressão. A posição de Oliveira demonstra o alto custo dos investimentos do Estado, em tecnologia e recursos humanos, o que mais aproxima estas alternativas do Estado Social, e não das necessidades de um Estado mínimo, como preconiza a receita neoliberal.

---

<sup>62</sup> MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade. A Gestão da Violência no Capitalismo Global**. SP: Max Limonad, 2000, p. 55-56.

<sup>63</sup> Idem, *Ibidem*, p.157.

Loic Waquant<sup>64</sup> é menos otimista que Edmundo Oliveira e demonstra, como nos E.U.A e na Europa, que a nova razão penal caminha pela difusão da política policial de tolerância zero, caracterizada pelo mapeamento das áreas pobres das cidades definidas como cinturões de produção de marginais, por uma segregação sócio – espacial que produz a seletividade dos espaços urbanos<sup>65</sup>. Tal política tem produzido um inchamento das prisões e a ausência de políticas de socialização<sup>66</sup>. O que pode ser observado não apenas nos Estados Unidos e na Europa, mas em todos os países que adotaram a agenda definida pelo Consenso de Washington. A política neoliberal e os resultados de um Estado Mínimo implicam na redução de políticas sociais, no aumento da violência e da desigualdade. Cresce a tendência do Estado policial, ausente de políticas públicas de prevenção da marginalidade, apostando nas políticas de repressão ao crime, como alternativa exclusiva de combate e controle da violência e da marginalidade<sup>67</sup>.

O desemprego, a violência e a exclusão social têm aumentado o número de pessoas presas em nosso país. E estes prisioneiros são parte desta massa indesejada e incômoda que assusta e põe medo em todo mundo, não sem motivos. A escalada da violência vem levando setores que anteriormente acreditavam ser este um problema de classes, de domínio econômico, e que hoje, tanto quanto os conservadores, acenam para soluções mais duras: mais prisões, cercamento das áreas pobres com mais políticas de repressão e tolerância zero, e enxergam os detentos como parte desta população incômoda que poderia ser eliminada, afastada da sociedade sem grandes preocupações. Tal política também nos atinge. Analisemos como os bairros pobres são tratados nas ações policiais ou nas políticas de segurança estatal. Além do quantitativo de pobres e analfabetos que lotam as prisões brasileiras, basta observar o fato da penalização incidir basicamente sobre este grupo. Waquant observa:

---

<sup>64</sup> WACQUANT, Loic. Tradução: André Telles. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 17.

<sup>65</sup> Idem, p. 17.

<sup>66</sup> Políticas de repressão nos bairros pobres e monitoramento eletrônico de delinquentes.

<sup>67</sup> WACQUANT, Loic. Tradução: André Telles. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p.54.

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “estado mais” policial e penitenciário e “menos estado” econômico e social que é a própria causa da escalada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto no primeiro mundo como do segundo mundo<sup>68</sup>.

Sua análise demonstra as dificuldades que enfrentaremos no debate de uma lógica menos policial e mais cidadã neste momento em que as políticas de cidadania nas prisões são inviabilizadas<sup>69</sup>. Com referência à realidade da prisão brasileira e sua relação com a nova razão penal neoliberal, Nilo Batista expôs algumas reflexões sobre esta criminalização neoliberal no Brasil, como segue:

São movimentos paralelos: garantir o monopólio da especulação e a criminalização da economia informal, que vai passar, claro pela droga, mas pega também a prostituição, o jogo do bicho, pega flanelinhas, o horror que a assepsia neoliberal do grande irmão tem com relação às estratégias de sobrevivência dos pobres na periferia (...) o Estado do bem-estar tinha um sistema penal que, como todo sistema penal, era uma coisa destrutiva, negativa, porque a pena é o pior modelo de decisão de conflitos. Quando você criminaliza um conflito faz uma opção política<sup>70</sup>.

Apesar de não acreditar na capacidade ressocializadora da prisão, admite que o elemento de intervenção do Estado neoliberal é a pena. Sobre a prisão e a socialização, continua: “*Mas, embora seja ilusório, isso tem uma virtude, você não pode se comprazer com o sepultamento do cara em vida, com uma pena de neutralização, você tem que buscar uma finalidade*”<sup>71</sup>. Em relação aos pobres, crimes hediondos, sem progressão de regime, a idéia é o encarceramento, porém para o consumidor: juizados especiais, justiça terapêutica para os viciados da classe média. Verificamos que a difusão do sentimento de impotência, principalmente entre os grupos mais críticos, em

---

<sup>68</sup> Idem, p.7.

<sup>69</sup> Tendência acentuada internacionalmente, após o atentado terrorista ao World Trade Center em New York nos E.U.A, em 11 de setembro de 2001.

<sup>70</sup> BATISTA, Nilo. Todo Crime é Político. **Revista Caros amigos: Ano VII, N.77**, agosto, 2003, p. 29.

<sup>71</sup> Idem, p.30.

relação ao que se fazer com as prisões o qual o seu futuro, as posturas acabam por engessar ações sociais que possam tornar a prisão um espaço menos desumanizante.

O Estado define as áreas pobres das cidades como regiões-problema, como se fossem áreas proibidas, com circuitos selvagens, considerados como territórios de abandono que devem ser evitados e temidos, representados como locais de vícios, de excesso de crimes e marcados pela desintegração social<sup>72</sup>.

O problema teórico-político de Waquant reside no esforço em capturar o processo civilizador, um processo de reestruturação a longo prazo que conta com o Estado monopolizador da violência legítima, equipado com redes de organizações e pacificações do intercâmbio social. Inscreve-se num percurso de afirmação da cidadania entendida como condição que reconhece “o processo conflituoso e desigual, que precisa ser continuamente conquistado e reassegurado”<sup>73</sup>.

Os debates sobre a Reforma do Estado, baseados na receita do Consenso de Washington, também se dirigem ao Sistema Penitenciário. Para Minhoto<sup>74</sup>, as políticas de desregulamentação, desconstitucionalização e equilíbrio fiscal se transformam nos grandes imperativos dos mercados globalizados e as funções sociais do Estado são substituídas pelas políticas de mercado, baseadas em critérios de rentabilidade e acumulação.

O argumento para a privatização do Sistema Penitenciário é o da economicidade<sup>75</sup>: o barateamento da administração da prisão para o Estado. Ressalta a necessidade de se observar que o Estado prende, julga, condena pune e encarcera, em nome da segurança pública. Assume obrigações legais e éticas para com os reclusos. No entanto, com a privatização do Sistema Penitenciário, quais serão as leis que regulamentarão as relações de trabalho? A legislação protege os reclusos do trabalho compulsório? Firmas de segurança, candidatas à gerência das unidades prisionais, estarão

---

<sup>72</sup> WAQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan / Fase, 2001, p.25.

<sup>73</sup> PASSETI, Edson. Cartografia de Violências. **Serviço Social e Sociedade**. N. 70, Tema: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.11.

<sup>74</sup> MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade**. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 12.

<sup>75</sup> Idem, p. 14.

capacitadas para lidar com os direitos dos detentos? Quais as experiências administrativas que as credencia a administrar um Sistema Penitenciário complexo como o nosso? Como explicar que as suas propostas não envolvem as unidades de segurança máxima? Ainda é cedo para avaliar, mas muitas destas questões inviabilizam sua privatização<sup>76</sup>. Reverter o consenso autoritário em torno da função e finalidade da pena de prisão é o grande desafio: Waquant defende a necessidade da retomada do *Welfare State*.

Outra importante reflexão sobre o sistema penitenciário e a nova criminalidade é realizada por Nils Christie tomando, como exemplo, drogados e presidiários que dentro da penalogia neoliberal são considerados abaixo da serventia. “*Sua principal finalidade é serem exemplo de condições indesejáveis e também matéria-prima para a indústria de controle*”<sup>77</sup>. Lembra que a função da nova penalogia é a de gerir os grupos rebeldes; a preocupação não seria nem a punição nem a reabilitação dos infratores. Ele irá chamar as áreas submetidas a esta lógica, de campos de extermínio, podendo estar localizado em qualquer área da cidade ou do campo ou mesmo no sistema prisional.<sup>78</sup> “*O objetivo seria então penalizar as pequenas infrações como prevenção contra os grandes crimes*”<sup>79</sup>. Tanto para Waquant, como para Christie, o Estado tornou-se um redirecionador da intervenção, criminalizando a pobreza e constituindo uma indústria de controle do crime. Retoma-se a idéia de um processo civilizador, com objetivo de corrigir as incivildades, mas ressaltam os perigos que esta visão engendra<sup>80</sup>, onde “*educar e punir se redesenham e perpetuam seu casamento indissolúvel*”<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> Duas empresas: Wackenhut Corrections Corporations e a CCA (Corrections Corporation of América) administram estabelecimentos prisionais nos E.U.A, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Austrália e Porto rico, detêm ¾ do mercado global. Ver, MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade**. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 27.

<sup>77</sup> CHRISTIE, Nils. **A Indústria do Controle do Crime**. São Paulo: Forense, 1998, p.65.

<sup>78</sup> Idem, p.87.

<sup>79</sup> PASSETI, Edson. Cartografia de Violências. **Serviço Social e Sociedade**. N. 70, Tema: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.19.

<sup>80</sup> Ver, ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>81</sup> PASSETI, Edson. Cartografia de Violências. **Serviço Social e Sociedade**. N. 70, Tema: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.23.

E essa lógica perversa se transforma aos poucos em pensamento único, massificado de um projeto civilizador autoritário, determinista, que rejeita a pluralidade e tem como base a intolerância<sup>82</sup>.

No desenho da atual política criminal, percebemos que o cenário deste debate político é marcado pelos defensores da repressão penal, cujas justificativas encontram ressonância na sociedade como paradigma em ascensão. Alegam a necessidade de combater a criminalidade, estabelecendo uma reação oficial mais penalizadora, com estratégias claras de domínio sobre as áreas produtoras desta criminalidade e grupos mais vulneráveis ao crime. Do outro lado, denunciando os efeitos perversos da penalidade neoliberal encontram-se os grupos que propõem a substituição desta política criminal, considerando que a guerra não se faça contra os criminosos, mas contra a pobreza e a exclusão. Ambas pecam pelas conseqüências que produzem. Enquanto a visão neoliberal centra sua análise no terrorismo penal, a outra enxerga que as políticas de retorno ao Estado Social poderão contribuir para o debate mais realista. Esquecem que como nos lembram Peralva<sup>83</sup> e Oliveira<sup>84</sup>, é preciso observar mais atentamente para essa nova criminalidade mais letal, menos romântica e que não pode ser estudada distante de uma análise mais complexa da realidade brasileira, do processo de redemocratização do país, onde se deu seu desenvolvimento, e que o debate não se limite apenas à criminalidade e sua expressão biológica, territorial ou de classes.

## 1.2 A PRISÃO E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A prisão brasileira começa a ocupar espaços nos debates relativos aos direitos humanos no Brasil, sobretudo em função das atrocidades praticadas nas ditaduras do período republicano, principalmente na recente

---

<sup>82</sup> Visão partilhada por Bauman. Ver, Ver, BAUMAN, Zigmunt. Tradução: Mauro Gama, Claudia M. Gama; Revisão Técnica: Luís Carlos Fridman. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

<sup>83</sup> Ver, PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.20.

<sup>84</sup> Ver, OLIVEIRA, Luciano. Neo-miséria e Neo- nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. **Política Hoje**, Revista do Mestrado em Ciência Política da UFPE, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III, N.5, Jan a Jun de 1996, p.109-116.

ditadura militar. Destacaria a análise de Luciano Oliveira, que ao relacionar os direitos humanos, e o pensamento de esquerda no Brasil, demonstra como sempre fomos indiferentes aos problemas provocados pelas violações dos direitos humanos e como só passamos a perceber a sua importância, quando os militantes da esquerda brasileira começaram a ser vitimados pelos excessos autoritários ocorridos no período da ditadura militar. No prefácio de seu livro, Claude Lefort reforça a importância das questões levantadas por Luciano Oliveira sobre a relação entre a esquerda brasileira e o espaço para o debate sobre os direitos humanos no Brasil:

Essa é uma observação que me parece essencial para compreender a amplitude da mudança de perspectiva dos atores da esquerda: o tema da “causa do povo” aliava-se nos militantes marxistas revolucionários, se não uma ignorância, pelo menos a uma indiferença em relação às necessidades e aspirações próprias a camadas específicas; “o povo empírico”, não tinha importância aos seus olhos (...) A opinião pública só se apavorou com a violência da repressão quando ela já não golpeou somente os comunistas e terroristas, mas se abateu sobre padres, membros das profissões liberais e cidadãos comuns<sup>85</sup>.

A rejeição da tortura e das violações de direitos humanos, por parte de setores de classe média que antes apoiaram os governos autoritários no Brasil, foi importante, pois passaram a recuar de sua posição inicial, quando se consolidou a prática da tortura de forma generalizada, principalmente atingindo-os diretamente.

Esse fenômeno aparece na ditadura de Vargas, mas de maneira marginal, como vimos, pois a grande maioria dos perseguidos pelo regime são militantes de esquerda provenientes das classes populares. operários, artesãos, pequenos comerciantes e funcionários. Já durante a ditadura militar essa proporção se inverte: mais da metade das pessoas presas a partir de 1969 eram estudantes e profissionais com título universitário<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> LEFORT, Claude. *In*: Prefácio. OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil**. Recife: Pindorama, 1996, p. II e III.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil**. Recife: Pindorama, 1996, p. 44.

Este tipo de realidade expôs a sociedade brasileira, particularmente as suas elites políticas e intelectuais, em um estado de medo e perigo permanentes. E nesse sentido, o tema dos direitos humanos no Brasil passará a ser identificado com a luta pelos direitos dos prisioneiros políticos do regime militar<sup>87</sup>.

Com efeito, a partir do momento em que o movimento renovou seus objetivos, voltando-se para a defesa dos direitos dos presos comuns (...) a idéia de direitos humanos começou a ser desvalorizada pela opinião pública, e os seus militantes começaram a conviver com a incômoda acusação de serem “defensores de bandidos”<sup>88</sup>.

Outra análise significativa sobre o período, trazida por Angelina Peralva, estuda os problemas que são resquícios da transição democrática na vida política brasileira.

O quadro legal herdado do regime autoritário constituiu obstáculo quase intransponível a qualquer tentativa de reforma da polícia (...) a desorganização das instituições responsáveis pela ordem pública no momento do retorno à democracia deveu-se ao imbricamento entre o antigo regime autoritário e o regime nascente, no quadro de uma transição longa e difícil<sup>89</sup>.

Oliveira<sup>90</sup> e Peralva<sup>91</sup> destacam que o vazio da ordem pública teria criado espaço para que, de um lado, a criminalidade violenta se desenvolvesse; de outro, os prisioneiros e bandidos comuns não fossem aceitos como sujeitos portadores de direitos humanos. Eles se diferenciavam dos prisioneiros políticos, que se encontravam aprisionados por se confrontarem com o regime militar. Como os seres humanos, são iguais, ainda que, do ponto de vista político, sua condição apresente causas

---

<sup>87</sup> Idem, p. 63.

<sup>88</sup> PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 74.

<sup>89</sup> Idem, p.79

<sup>90</sup> Ver, OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil**. Recife: Pindorama, 1996.

<sup>91</sup> Ver, PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

qualitativamente distintas. Havia um sentimento de igualdade em relação ao preso político, e a classe média conseguia se colocar no lugar daqueles prisioneiros<sup>92</sup>. Parece espantoso. Mas, o preso político não perde a auto-estima nem a estima dos outros. Ele sofre em todas as dimensões da sua vida, mas permanece um homem que pode olhar de frente. Não está diminuído<sup>93</sup>.

As condições prisionais tornam as prisões espaços de explosão dos mais variados conflitos. Motins e rebeliões são pouco estudados. Sabe-se pouco das motivações, e a informação que chega até a sociedade é a informação do Estado. Pouca validade tem a opinião dos prisioneiros. A rigidez do espaço prisional faz com que a imprensa não tenha acesso à versão dos detentos, e o que se sabe destes movimentos, é o que é apresentado pelos programas de televisão ou pela visão oficial.

Os relatórios internacionais de instituições como: Anistia Internacional, Human Rights Watch, Justiça Global, Comissão Interamericana de direitos Humanos, entre outras, ocuparam importantes espaços na política internacional, denunciando as violações de direitos humanos no Brasil, associadas a algumas instituições nacionais. A mais importante organização envolvida na fiscalização das condições carcerárias é a Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com Padres e outros voluntários por todo país, a Pastoral Carcerária oferece assistência religiosa aos detentos enquanto também fiscaliza as condições e o tratamento aos presos. Representantes da Pastoral Carcerária, por terem ganhado a confiança dos detentos, normalmente atuam como negociadores durante as rebeliões<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> A Igreja Católica, principalmente a CNBB, a OAB neste período iniciaram um amplo movimento denunciatório, sensibilizando os mais variados setores sociais contra a tortura e as violações de direitos Humanos.

<sup>93</sup> HULSMAN, Louk. CELIS, J.B. Tradução. M<sup>a</sup> Lúcia Karam. **As Penas Perdidas**. Niterói: Rio de Janeiro: Luam, 1993, p.32.

<sup>94</sup> O BRASIL ATRÁS DAS GRADES. O SISTEMA PENITENCIÁRIO. Disponível em: [www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm](http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm). Acesso: 05/04/2004, p.2

Salla<sup>95</sup> ressalta a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as rebeliões e fugas, fenômenos que estão ligados ao problema estrutural da prisão: deterioração dos espaços físicos e locais de encarceramento, superlotação, condições de higiene, ausência de assistência jurídica, de saúde e educação, corrupção, incompetência administrativa, além da constância da prática da tortura<sup>96</sup>. A desconfiança e o medo que imperam nas prisões brasileiras, o desconhecimento do que se passa no seu interior, de como e por que explodem os conflitos, levam-nos a conhecer apenas um lado da questão<sup>97</sup>. Motins e rebeliões, por que acontecem? Como poderiam ser evitados? Essa é a mais complicada investigação, caso o pesquisador seja mais ousado: pois terá que lidar com as duas faces da violência na prisão: a hierarquia militar e a hierarquia do mundo do crime<sup>98</sup>.

A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas violentas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais<sup>99</sup>.

A vida na prisão tem sua própria lógica, Segundo Kosik<sup>100</sup> gerações inteiras viveram e vivem mergulhadas na cotidianidade, sem questionamentos sobre a sua realidade. Ela é o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações humanas. O nascimento, a morte, a vida de cada dia.

No ditado popular - o homem se acostuma até com a força - significa que o homem cria para si um ritmo de vida até no ambiente menos habitual, menos natural e humano, também

---

<sup>95</sup> SALLA, Fernando. *Rebelião nas Prisões Brasileiras*. **Serviço Social e Sociedade**. N.67, Ano: XXII, São Paulo: Cortez, p. 20.

<sup>96</sup> Idem, p. 20.

<sup>97</sup> ELES NOS TRATAM COMO ANIMAIS. *Tortura e Maus – Tratos no Brasil*. Relatório da Anistia Internacional: Rio de Janeiro, 2001, p. 53.

<sup>98</sup> SALLA, Fernando. *Rebelião nas Prisões Brasileiras*. **Serviço Social e Sociedade**. N.67, Ano: XXII, São Paulo: Cortez, p. 27.

<sup>99</sup> Idem. p.15.

<sup>100</sup> KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79 – 81.

os campos de concentração têm a sua própria cotidianidade, e até mesmo um condenado à morte<sup>101</sup>.

São inúmeras as situações de poder e degradação que podem ser observadas no dia-a-dia repetitivo e acrítico das prisões, onde não apenas a dignidade humana é ofendida pela tortura de policiais e carcereiros, mas também, pelo código de conduta da prisão. A elite da cadeia julga e decide a vida de outros presos, com penas simples e outras que podem chegar à pena capital. Delatores, devedores, estupradores são vítimas de espancamento e morte na prisão, onde a lei do silêncio impera. O homossexual é visto como inferior e tratado com desrespeito. Sua presença, na frente das famílias dos detentos, pode ser considerada falta grave, uma afronta às leis da cadeia. Estas regras teriam nascido da necessidade de auto-regulação, que através delas garantem uma convivência “pacífica” na prisão<sup>102</sup>. Assim, a rotina da prisão banaliza as situações de violações e de inferiorização, com as quais não nos incomodamos e os prisioneiros absorvem acriticamente, mas podem terminar transformando-se em graves conflitos, em geral com resultados desastrosos.

Sob o resquício da continuidade autoritária, a prática da tortura se constitui ainda em método comum do trabalho policial ou do poder de punir, na prisão. A polícia civil para obter informações; a polícia militar e guardas penitenciários, para punir e castigar<sup>103</sup>. Dessa forma, o discurso dos direitos humanos não encontra espaço, mas inimigos no interior das prisões.

Além destas violações, verifica-se na operacionalidade social dos sistemas penais latino-americanos um violentíssimo exercício do poder à margem de qualquer legalidade. Nesse sentido, basta rever qualquer informe sério de organismos regionais ou mundiais de direitos humanos para comprovar o incrível número de sequestros, homicídios, torturas e corrupção cometidos por agências executivas do sistema penal ou por seus funcionários<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> Idem, p.81.

<sup>102</sup> VARELA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 46-56.

<sup>103</sup> SMITH, Alex. **Researching Causes of Groos Human Rights Violations: A Programe**. Leiden: Center For The Study of Social Conflict, p.23

<sup>104</sup> ZAFFARONI, Eugênio R. **Em Busca das Penas Perdidas. A Perda de Legitimidade do Sistema Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p.29

Lemos - Néelson<sup>105</sup> descreve como se deu a institucionalização das práticas de torturas e de execuções, como são tratadas pelas autoridades que omittas, colaboram para a manutenção do padrão de graves violações dos direitos humanos no Brasil. Situações que se explicitam com maior visibilidade em arquivamentos dos inquéritos, caracterização de tortura como crime de “lesão corporal”, ou mesmo quando o assassinato da vítima se deu em situação de “resistência à prisão”.

Maia<sup>106</sup> escreve que a prática da tortura provoca a fragilização da vítima, destrói sua resistência moral, por dificuldade de resistir às dores físicas ou às pressões psicológicas; o torturador exerce um poder que só se manifesta porque a vítima está sob seu inteiro domínio; denuncia o quanto o judiciário brasileiro tem absolvido acusados, por falta de provas, dada a pouca credibilidade dos depoimentos das vítimas, por serem criminosos.

A mudança de perfil do detento: mais jovem, mais escolarizado, mais revoltado, e com imensa dificuldade de internalização de normas, na prisão, é cada vez mais ameaçador ao cidadão comum, o que tem resultado em situações de confronto nas unidades prisionais.

É preciso considerar que mudou a composição social das massas carcerárias. Estudos recentes indicam que esta população está se tornando mais jovem e dotada de maior escolaridade, o que pode estar influenciando atitudes de inconformismo e protesto coletivo<sup>107</sup>.

Esse modelo de criminoso, mais violento, é rejeitado também pelos pobres da área de onde se origina e que são também perseguidos pela polícia, pois morar na periferia, na favela é carregar os símbolos da criminalidade, aceitando muitas vezes a prática de justiceiros e grupos de extermínio. O que torna ainda atual a reflexão de Foucault: *“Hoje o delinqüente pratica uma criminalidade recusada pela população da qual é*

---

<sup>105</sup> LEMOS – NÉLSON, Ana Teresa. **Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Recursos Ambientais e Religião Popular.** Caderno CEAS, Jan/ Fev, 2002, p. 29-30.

<sup>106</sup> MAIA, Luciano Mariz. Tortura no Brasil: A Banalidade do Mal. *In: Direitos Humanos: Os Desafios do século XXI. Uma Abordagem Interdisciplinar.* (Org.) Rubéns Pinto Lyra. Brasília: Jurídica, 2002, p.78.

<sup>107</sup> ADORNO, Sérgio. Prefácio. *In: RAMALHO, José Ricardo. O Mundo do Crime. A Ordem Pelo Avesso.* São Paulo: IBCCRIM, 2002, p.12.

*recrutado, pois a violência da prática repressiva que supostamente a ação desencadeia, recai sobre esta mesma população*<sup>108</sup>.

Esse tipo de representação, sobre as áreas onde moram as populações mais pobres, e sobre eles, tem levado a interpretações simplistas e justificado o desrespeito aos direitos civis e políticos destas populações. *“Atribuir o crime à pobreza, de forma mecânica e simplista, sem levar em conta as mediações culturais, entre outras, ofende os pobres e não explica porque a maioria da população pobre não comete crimes”*<sup>109</sup>.

Defender os direitos humanos dos prisioneiros é atribuir-lhes o estatuto da igualdade e da cidadania, é transformá-los em semelhantes, o que não significa a defesa do seu crime, mas da sua condição humana. Celso Lafer se apropria do referencial teórico arendtiano para demonstrar o lugar dos direitos humanos na atualidade e a pertinência do pensamento de Hannah Arendt na análise do problema dos Direitos Humanos.

Com efeito, continuam a persistir no mundo contemporâneo situações sociais, políticas e econômicas que contribuem para tornar os homens supérfluos e sem lugar no mundo (...) a ubiqüidade da pobreza e da miséria, assim como a ameaça do holocausto nuclear, a coincidência entre a explosão demográfica e a descoberta das técnicas de automação que podem tornar segmentos da população descartáveis do ponto de vista da produção são, inter alia, situações que evidenciam a relevância e a atualidade das preocupações de Hannah Arendt.<sup>110</sup>

Mesmo que o tema dos Direitos Humanos possa se transformar em um estorvo, para aqueles que o relacionam apenas aos direitos dos prisioneiros, devemos registrar a insistência dos movimentos ligados à sua luta, o que tem forçado a população, mesmo a contragosto, a conviver com a sua presença, exigindo a observância dos direitos dos grupos incômodos, entre os quais se enquadram os prisioneiros. Estes grupos saem, cada vez

---

<sup>108</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977, p.245.

<sup>109</sup> SOARES, Luis Eduardo. **Meu Casaco de General. 500 dias no Front da Segurança Pública no Rio de Janeiro**. São Paulo: companhia das Letras, 2000, p.110.

<sup>110</sup> LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 15-16.

mais, dos espaços denunciatórios e interferem mais diretamente nos problemas sociais. Sobre a importância da ação dos militantes em direitos humanos é encorajadora e instigante a observação de Oliveira:

Trazendo a questão para o nosso tema: O militante constata que apesar, de sua ação, as violações continuam ocorrendo; mas pode ser que muitas outras tenham deixado de ocorrer exatamente porque a sua ação existe! (...) se hoje essas ações são percebidas como violações de Direitos Humanos, é porque a noção de direitos humanos, hoje existe. Existe porque existem movimentos que a sustentam. Nós sabemos como é o mundo em que vivemos. Há nele muito sofrimento, muita violência, muita injustiça e crueldade. Como também há o combate a tudo isso, em nome justamente dos direitos humanos. E se o combate não existisse?<sup>111</sup>.

ONGs, movimentos sociais novos e tradicionais, diversos movimentos religiosos, insistem em discutir os direitos humanos e a desigualdade social, o meio ambiente, os direitos civis e políticos. Seus líderes cada vez mais se enquadram na mira dos grupos conservadores. Observamos que mundialmente são vítimas de perseguição, assassinatos, mas marcam cada vez mais a sua presença em espaços políticos e debates sociais. Os direitos humanos aparecem no cenário global numa perspectiva contra-hegemônica da luta contra o neoliberalismo<sup>112</sup>. Souza<sup>113</sup> observa que estas lutas podem se apresentar como fragmentadas, mas que não se pode perder de vista os valores de civilidade e alteridade que ensejam.

Estes novos atores sociais, na Percepção de Scherer-Warren,<sup>114</sup> estão localizados principalmente nas ONGs <sup>115</sup>. O mote destas novas relações é a solidariedade e o assistencialismo, ocupando os vazios deixados pelo Estado. Também os Fóruns de debates internacionais, as redes de debate pela internet, as lutas contra-hegemônicas, buscam

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Luciano. A Luta Pelos Direitos Humanos. Uma Nota a Favor do Otimismo. **Revista do GAJOP. Segurança Justiça e Cidadania**. Recife: GAJOP, p.15

<sup>112</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p.56

<sup>113</sup> Idem, p. 56-57.

<sup>114</sup> SHERER – WARREN, Ilse. **Cidadania Sem Fronteiras. Ações coletivas na era da Globalização**. São Paulo: Hucitec, p. 33.

<sup>115</sup> - Organizações Não – Governamentais.

humanizar o processo de globalização, ampliando os seus espaços democráticos. Em entrevista a Katia Arguello, Oliveira, sobre a atualidade dos direitos Humanos no Brasil e de sua relação com a Democracia, atenta para uma questão importante.

O meu ponto de partida é o lugar de onde falo: a realidade brasileira atual. Nela, o tema dos Direitos Humanos, popular e mobilizador até meados dos anos 80, vem sofrendo desde então uma crescente degradação a ponto de, hoje em dia, ser francamente desdenhado pela opinião pública, de um modo geral favorável ao combate à criminalidade por métodos igualmente criminosos: Espancamentos, prisões arbitrárias, justificando, enfim, todo rol de horrores que historicamente configuram a repressão policial no Brasil<sup>116</sup>.

Também demonstra que todo esse retrocesso não é apenas uma realidade brasileira, herança de nossa estrutura escravocrata. Lembra o caso francês, mostrando que o antigo Ministro da Justiça, alguém insuspeito que propôs a abolição da pena de morte naquele país, constata resignado a *lei de ferro nas prisões*. Chama a nossa atenção para o fato de que os *“acontecimentos estão o tempo todo a nos dizer que democracia e direitos humanos não são valores necessariamente coincidentes”*<sup>117</sup>.

### **1.3. IGREJA, PASTORAL CARCERÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS**

A Igreja Católica no Brasil, inicialmente apoiou o golpe militar de 1964. Em junho daquele ano, a CNBB divulgou um documento de apoio ao golpe, expressando claramente sua posição anticomunista e saudando como “redentora” a “revolução militar”, por nos livrar de uma ditadura bolchevista. No entanto, contrariando o apoio inicial dos conservadores da Igreja Católica brasileira, em março de 1973, dezessete bispos do Nordeste, e seis bispos do Amazonas, assinaram dois documentos episcopais denunciando o regime militar pelas violações de Direitos Humanos. Nestes documentos, os bispos afirmavam que o comportamento dos militares no poder no Brasil, contrariava

---

<sup>116</sup> OLIVEIRA, Luciano. Democracia e Direitos Humanos In: ARGUELLO, Katie (Org) **Direito e Democracia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 172.

<sup>117</sup> Idem, 173-174.

os princípios mais importantes da Doutrina Social da Igreja, e sua posição enfática no respeito à dignidade da pessoa humana<sup>118</sup>. É importante lembrar que vários setores da Igreja Católica discordavam do apoio aos militares, principalmente os setores ligados às lutas dos trabalhadores. A posição da CNBB representou do ponto de vista político, a posição da hierarquia episcopal<sup>119</sup>.

Os discordantes contaram com o apoio da Igreja Católica fora do país, em função do caráter progressista das idéias impulsionadas por Roma, com o Vaticano II e o encontro do CELAM<sup>120</sup>, em Medellín. Internamente, a posição dos bispos tornava-se mais progressista, pois além da violação de Direitos Humanos, também denunciava a crescente marginalização social das classes populares no Brasil, a repressão contra membros da Igreja, e o fechamento de outros canais de dissidência<sup>121</sup>.

No Nordeste, a politização do campo chamava a atenção para os inúmeros problemas provocados pelo latifúndio e pelo coronelismo. A violência da repressão da ditadura contra os trabalhadores rurais também indignou parcelas do clero nordestino, que buscou interferir em favor dos camponeses percebendo que em muitos lugares caminhava para a radicalidade política, o MEB foi um destes instrumentos de ação da Igreja, dependendo do foco do problema, mediava e orientava os camponeses, enfatizava a educação e a liberdade, evitando que chegassem a piorar a repressão contra os camponeses.

O líder da Igreja nordestina era D. Helder Câmara. Depois da sua chegada a Recife sofreu inúmeras tentativas de intimidação. Nas décadas de 60 e 70 continuou defendendo os pobres, denunciando as violações e clamando por Justiça. As perseguições contra ele só conseguiram torná-lo mais popular dentro e fora do país. Defendia e se aproximava dos movimentos leigos e dos agentes pastorais perseguidos pela repressão. Em

---

<sup>118</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 2004, p. 102.

<sup>119</sup> MORAIS, J. F de. **Os Bispos e a Política no Brasil**. Coleção Teoria e Práticas Sociais. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982, p. 121.

<sup>120</sup> CELAM: Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho.

<sup>121</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 2004, p.103-104.

função de sua postura de oposição e de denúncia foi acusado de comunista, subversivo, e ameaçado de prisão. O que observamos é que à medida em que a Igreja se tornava a única instituição a afrontar diretamente os governos militares, transformava-se em objeto de repressão<sup>122</sup>.

Em São Paulo D. Evaristo Arns denunciava constantemente a tortura, passava muito tempo visitando as prisões paulistas, procurando pessoas desaparecidas e ouvindo detentos. Buscou apoio de outras instituições, percebendo que sozinho não conseguiria muitos resultados, era encarregado dos esforços diocesanos para defender os Direitos Humanos. Após o assassinato de um membro da Pastoral Operária, propôs a criação da *Comissão de Justiça e Paz*. Tornou-se outro líder nacional conhecido dentro e fora da Igreja, e suas denúncias repercutiam explosivamente fora do país. Assim a Igreja paulistana ressaltou o tema dos direitos humanos, denunciou as condições degradantes da vida do povo, levantando questões que seriam de fundamental importância para a reflexão dos bispos sobre a ação pastoral e o governo militar<sup>123</sup>.

Os bispos progressistas condenavam o terrorismo oficial do Estado, a espionagem, o domínio do Estado sobre a vida privada dos cidadãos, o uso da tortura e as execuções sumárias, assassinatos e desaparecimento de pessoas que estavam sob a tutela do regime militar. Percebe-se uma interação dialética entre agentes pastorais, movimento leigos e bispos. O vazio político durante a ditadura no Brasil, estimulou a transformação da Igreja Católica<sup>124</sup>.

Setores da Igreja Católica, no Brasil, se envolveram com o dia-a-dia da prisão, movidos pela necessidade de denunciar a tortura contra presos políticos. Principalmente a partir da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que passou a atuar em conjunto com a OAB. Notadamente a partir do Seminário: *“Exigências Éticas da Ordem Democrática”*, a Igreja Católica brasileira redefinia os seus rumos, seguindo as orientações do Conselho

---

<sup>122</sup> Idem, p.177-118.

<sup>123</sup> MORAIS, J. F. de. **Os Bispos e a Política no Brasil**. Coleção Teoria e Práticas Sociais. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982, p. 124.

<sup>124</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 2004, p.125 – 127.

Vaticano II e as determinações de Medellín e Puebla que postulavam a opção da Igreja Católica pelos rumos da Democracia<sup>125</sup>.

Refletiu-se sobre os equívocos de se abrir mão da democracia por medo e os resultados catastróficos a que chegamos no Brasil, dos quais foram vítimas membros da própria Igreja, forçando a sociedade brasileira a se posicionar frente ao regime de exceção<sup>126</sup>. *“Ser cristão, viver com dignidade é ter casa, é poder educar seus filhos, ter um leito para ser tratado no hospital, é sair do analfabetismo, é ter sobretudo condições de trabalho, com uma remuneração condigna”*<sup>127</sup>.

A Igreja no Brasil foi levada a mudar de posição e a abandonar a aliança com o poder, porque o “processo revolucionário de 1964”, enrijecido pelo AI-5 e embalado pelo milagre econômico dos anos 70, desprezou uma legitimação ético - religiosa e rechaçou a Igreja às margens da sociedade. Somente neste sentido, a Igreja - lutando pela democratização – lutava para recuperar um espaço maior na sociedade civil e na esfera pública, aproximando-se das reivindicações políticas de intelectuais e classes médias e ainda progressivamente, dos interesses das classes populares (...) podemos dizer que o cristianismo apela para a democracia, não qualquer uma, mas a que se afina com os grandes valores do evangelho, com a liberdade e com a justiça<sup>128</sup>.

As mudanças operadas na Igreja Católica, aliadas aos novos atores sociais, refletem as mudanças determinadas pela discussão política, do seu novo papel frente às desigualdades sociais e ao apoio equivocado às

---

<sup>125</sup> Estas diretrizes foram tiradas em assembléia e aprovadas na Assembléia Geral dos Bispos em Itaicí em 1989. A assembléia foi composta de 181 participantes: 59 mulheres e 122 homens), com representantes de 85 entidades. 10 Bispos, 37 sacerdotes, 30 religiosas, 3 irmãos, 1 diácono, 3 evangélicos, 1 Bispo Anglicano, 1 Pastor luterano, 1 Pastor Metodista e 97 Leigos (de idades, meios sociais, e profissões diversificadas). Ver, **CNBB**- Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.12.

<sup>126</sup> **CNBB** - Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 13.

<sup>127</sup> ALMEIDA, Dom. Luciano Mendes de. In: **CNBB** - Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 17.

<sup>128</sup> TEPE. Dom Valfredo. In: **CNBB** - Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 106 – 136.

ditaduras na América Latina, e à reafirmação dos valores democráticos, em sua opção pelos pobres e pela defesa dos Direitos Humanos.

O Concílio Vaticano II impulsionou uma eclesiologia centrada no valor das igrejas locais e na inculturação do evangelho. Esse espaço de liberdade permitiu que surgisse Medellín (1968) e Puebla (1979), onde se deu pela primeira vez, de forma coletiva, uma arrancada formidável rumo a uma evangelização nos moldes da cultura popular, a partir dos pobres e das culturas dominadas<sup>129</sup>.

Esse novo momento eclesiástico fertilizou o crescimento da Teologia da Libertação que recolheu as novas práticas em conjunto com as comunidades Eclesiais de Base, buscando um novo modo de ser cristão. Uma cultura resultante do diálogo entre a fé e o povo.

A Teologia da Libertação busca articular: Reino-Mundo-Igreja. Analisa os modelos de Igreja do passado: A igreja que não se envolvia nos conflitos políticos, quando esta “constitui a dimensão do sujo”. Ou da Igreja a serviço das classes dominantes, tornando-se parceira do Estado: Daí surgem as Escolas, universidades, partidos cristãos. A modernização da Igreja faz com que ela se faça profética, denuncie os abusos do sistema capitalista, mas que a sua relação com os pobres ainda se define pela ótica dos ricos<sup>130</sup>.

Como o Vaticano II, Medellín marcou profundamente a relação dos católicos com a sua fé, ajudando a fortalecer a posição dos progressistas, postura profundamente influenciada pela participação de brasileiros no encontro. A participação de militantes da ação católica, de padres engajados nas inovações pastorais e de bispos progressistas foi determinante para as definições do encontro. Medellín estimulou o crescimento da Teologia da Libertação que se expandiria rapidamente através de leituras diversas. *Opressão- Libertação. Desafio aos cristãos*, de Hugo Assman; *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutierrez e *Jesus Cristo Libertador*, de Leonardo Boff,

---

<sup>129</sup> - BOFF, Leonardo. **Nova Evangelização: Perspectivas dos Oprimidos**. 4.Ed, Petrópolis: Vozes, 1991, p. 16.

<sup>130</sup> - BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982, p.21-23.

tornaram-se leituras clássicas deste movimento que estimulou inovações em todo o continente americano<sup>131</sup>.

A Teologia da Libertação trouxe a emergência de um novo modelo de Igreja, cujo objetivo se liga à relação entre libertação política e religiosa, à compreensão de que a Igreja nasce da fé do povo, uma Igreja que precisa estar à altura dos desafios históricos, que luta pela justiça e pelo direito dos pobres<sup>132</sup>. Caberia denunciar não apenas as violações externas, mas também aquelas operadas no interior da Igreja Católica<sup>133</sup>. Assim, a Igreja Católica foi se aproximando dos ideais democráticos e das lutas pelos direitos humanos.

A democracia é um processo, uma conquista incessante da razão e da liberdade sobre a violência. Valores éticos estão na sua origem e constituem sua base, pois sua natureza é, no fundo, uma opção ética; mas também seus frutos, no corpo político e social, são igualmente comportamentos e valores éticos (...) é a partir do conceito de pessoa humana que se deve pensar a sociedade política (...) a pessoa humana exige a vida política; e a cidade, enquanto mereça esse nome, é uma sociedade de pessoas humanas<sup>134</sup>.

É nesse movimento que as Pastorais Sociais se difundem no Brasil a partir da necessidade de uma atuação mais eficiente junto às populações excluídas. Assim nascem também as pastorais carcerárias (ou penitenciárias), tendo como objetivo diminuir o sofrimento dos prisioneiros, partindo do exemplo de prisioneiros históricos: Jesus Cristo, São Paulo e São Pedro<sup>135</sup>. *“O preso é considerado um penitente porque condenado a cumprir*

---

<sup>131</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 2004, p. 132 – 133.

<sup>132</sup> Nesse sentido se dá a criação de organismos da Igreja católica que encaminharão estas lutas: Comissão de Justiça e Paz, CIMI: Conselho Indigenista Missionário; CPT: Comissão Pastoral da Terra. Tendo como objetivos: compreender, apoiar e participar.

<sup>133</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. 3 Ed, Vozes: Petrópolis, 1982, p.28.

<sup>134</sup> MENEZES, Padre Paulo. *In*: **CNBB - Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática**. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.60-62.

<sup>135</sup> BIGO, Pierre. Tradução: Bastos Dávila. **Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1982, p. 311.

*pena, faz penitência. Trata-se de um período de introspecção, de se voltar para dentro de si, de se fazer uma revisão da vida, de emenda”*<sup>136</sup>.

Em 1997, a Campanha da Fraternidade com o tema: Cristo Liberta de Todas as Prisões, denunciava a desumanização das pessoas nas prisões brasileiras, alertava para os perigos da indiferença social e suas conseqüências no Sistema Penitenciário. Incentivava os católicos a se preocuparem com os dramas dos detentos, chamando a atenção para os variados abusos cometidos nas prisões.

Embora a LEP garanta aos presos o direito à assistência religiosa, a Pastoral Carcerária nem sempre tem acesso pleno aos presídios. Várias autoridades prisionais e policiais têm barrado a entrada da Pastoral Carcerária em alguns estabelecimentos penais sob a sua jurisdição (...) de fato, a Pastoral Carcerária tem servido por muito tempo como fonte chave para informações sobre as condições carcerárias no Brasil, creditada pela Comissão Interamericana de direitos Humanos e vários órgãos do poder legislativo<sup>137</sup>.

As pastorais carcerárias passaram a assumir, inicialmente, nos grandes centros urbanos, a luta pelos direitos dos presos. Seus membros são mal vistos por carcereiros e policiais habituados a tratar os prisioneiros como indivíduos sem direitos. *“Na prisão os seres humanos são degradados, inferiorizados (...) os delinqüentes são vistos como uma espécie à parte, como anormais sociais e que, afinal, deveriam ser facilmente identificáveis, já que não seriam como os outros”*<sup>138</sup>.

A idéia de ressocialização, que permeia sua ação, tem como um dos seus eixos a intervenção no processo de prisionalização: a cultura de sobrevivência que a cadeia cria. Esse processo incute no preso hábitos e costumes que produzem um homem rude, violento, revoltado e com poucas chances de socialização, após a sua temporada na cadeia. As situações provocadas pelos prisioneiros, nesta cultura da cadeia, levam o cidadão

---

<sup>136</sup> OTTOBONI, Mario. **Ninguém é irrecuperável. APAC, A Revolução do Sistema Penitenciário.** São Paulo: Cidade Nova, 1997, p.109.

<sup>137</sup> O BRASIL ATRÁS DAS GRADES. **O Sistema Penitenciário.** Disponível em: [www.hrv.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm](http://www.hrv.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm). Acesso em: 05/04/2004.

<sup>138</sup> HULSMAN, Louk. CELIS, J.B. Tradução. M<sup>a</sup> Lúcia Karam. **As penas Perdidas.** Niterói: Rio de Janeiro: Luam, 1993, p.57.

comum a se tornar indiferente com a banalidade das violações praticadas contra os prisioneiros, meninos de rua e delinquentes, pois eles representam tudo aquilo que esta população mais teme: a violência e a insegurança. “A pena no direito Penal moderno apresenta-se com caráter retributivo e preventivo, estando este consubstanciado na intimidação do delinquentes e da coletividade”<sup>139</sup>. E responde à idéia de ressocialização como forma de controle social.

Um segundo encaminhamento é aquele marcado pela influência da Teologia da Libertação, presente na atuação das pastorais<sup>140</sup>, reconhecendo a cidadania do detento, discutindo que a prisão não pode ressocializar, já que a maioria dos detentos não foi socializada, então a prisão deve socializar, educar, identificar o detento como excluído e buscar na prisão oferecer condições para sua socialização, acompanhar a sua família em seu retorno à sociedade<sup>141</sup>. Nestes casos, a “ressocialização” está acompanhada pela idéia de reintegração e reeducação social, sendo a reeducação e a reintegração ligadas diretamente aos processos educativos. O processo não se daria como controle social, mas como um processo educativo que contribuísse para o exercício da cidadania do detento,<sup>142</sup> estaria fincado numa crença de que o resgate de sua dignidade como pessoa, a ascensão de sua auto-estima são formas críticas de trazê-lo para o mundo, reconhecendo a sua humanidade e percebê-lo como sujeito de direitos, capaz de participar e escolher seu caminho, mesmo em condições desfavoráveis.

No levantamento bibliográfico, encontramos alguns estudos sobre a contribuição da Igreja Católica no Brasil, sua influência política, sua contribuição na promoção dos direitos humanos e da democracia. Bruneau e Hewitt enfatizam a influência dos fatores sociais e políticos como instrumentos de mudanças nas posturas políticas da Igreja Brasileira<sup>143</sup>. Della

---

<sup>139</sup> EVANGELISTA, Maria Dora R. **Prisão Aberta: A volta a Sociedade**. SP: Cortez, 1983, p.16.

<sup>140</sup> Denominadas de carcerárias ou penitenciárias.

<sup>141</sup> **CNBB**: Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.54.

<sup>142</sup> **CNBB**: **Coordenação de Pastoral Carcerária**. Elementos Para Uma Pastoral Carcerária. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.45.

<sup>143</sup> Ver, BRUNEAU, Thomas e HEWITT, W.E. **Catholicism and Political Action in Brazil: Limitations and Prospects**. *Paper*, 1990, p.123.

Cava reflete sobre os intercâmbios entre a Igreja Católica e a sociedade brasileira, enfatizando essa relação durante a ditadura militar de 1964 e os movimentos que se dão na ocorrência da abertura política no Brasil. Em seus estudos dedica atenção especial às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como um dos sustentáculos essenciais para o papel político ativo que alguns setores da Igreja Católica passaram a exercer. Essas rupturas dentro da própria Igreja Católica já eram ser observadas a partir de 1950, se aprofundaram no regime militar, e teriam provocado conflitos de visão e desintegração institucional. É nesse movimento de transformação conflituoso e ambíguo que a Igreja Católica foi ampliando sua influência política<sup>144</sup>.

Klaiber situou sua análise sobre o papel político da Igreja na América Latina a partir da função mediadora e pacificadora na transição das ditaduras para os regimes democráticos. No entanto, afirma que essa mediação não se deu com tranquilidade ou consenso, por ser a Igreja Católica uma instituição que possui setores tradicionais e progressistas. Essas relações sempre apresentaram tensões e ambigüidades. Com referência ao Brasil, considera que a Igreja Católica assumiu um papel de vanguarda, especialmente pela CNBB, entende que este espaço político foi tomado pela CNBB pela inexistência de um forte partido democrático cristão, posição política que seria ocupada pelos movimentos católicos leigos<sup>145</sup>.

Na ditadura militar e na passagem para a democracia, o campo de atuação política da Igreja irá se configurando como o campo da promoção dos direitos humanos, que aos poucos a Igreja Católica cederá para muitas organizações da sociedade civil. No caso dos detentos, apenas alguns setores da Igreja se concentrarão nas pastorais carcerárias ou penitenciárias.

A análise do papel político da Igreja e da CNBB aponta, em primeiro lugar, para a complexidade da Igreja Católica como instituição dotada de poder tradicional e, ao mesmo tempo, carismático, no sentido weberiano desses tipos ideais. Embora se constitua em fator de poder, a Igreja

---

<sup>144</sup> Ver, DELLA CAVA, Ralph. *In*: STEPAN, Alfred. **Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation**. New York: Oxford University Press, 1989, p. 143 – 167.

<sup>145</sup> Ver, KLAIBER, Jeffreys. S. J. **The Church. Dictatorships and Democracy in Latin America**. Mary Knool: Orbis Books, 1998.

diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta<sup>146</sup>.

A luta pela promoção dos Direitos Humanos no sistema penitenciário é trabalhada pela Igreja Católica em muitos lugares no Brasil. A maior parte dos grupos de pastorais carcerárias é formada por membros do clero e de leigos: seminaristas, padres, freiras, pessoas da comunidade que visitam, ouvem, oferecem consolo e apoio aos detentos e aos seus familiares. Inspiram-se nos textos bíblicos, particularmente nas fontes do Profeta Isaías e São Paulo, Apóstolo, demonstrando que a luta pela liberdade, contra a tirania, pode ser encontrada na Bíblia Sagrada como principal fonte de inspiração, demonstrando que existem muitas grades, não apenas aquelas cadeias que nos aprisionam<sup>147</sup>. Junto com evangélicos e espíritas, vislumbram a liberdade da alma como anterior à liberdade do corpo<sup>148</sup>. No caso concreto dessa pesquisa, observamos que a Pastoral Carcerária de Caruaru não se originou dos movimentos de base da Igreja Católica, mas de sujeitos remanescentes de outros movimentos sociais, mais ligados na conquista da cidadania, que à libertação através da interpretação do evangelho.

Uma análise inquietante do papel político da Igreja Católica na América Latina nos é apresentada por Serbin, ao tratar do aspecto da diplomacia religiosa, implementada como estratégia para atuar junto aos militares, e em particular no Brasil, com o objetivo de influir no processo de transição para a democracia. O autor defende a tese de que a Igreja Católica no Brasil conseguiu, de fato, influenciar a passagem da ditadura para a democracia, num processo cada vez mais difícil de ser mantido, em função da nova realidade política, econômica e religiosa<sup>149</sup>. Vivemos em uma sociedade cada vez mais pluralista, e nesse cenário democrático a Igreja Católica enfrenta uma forte competição no espaço político, com o crescimento das Igrejas Evangélicas que também tentaram os mesmos

---

<sup>146</sup> AZEVEDO, Demir. A Igreja Católica e Seu Papel Político. **Estudos Avançados**. Vol. 18, N. 52, SP: Dez, 2004, p.8.

<sup>147</sup> BIGO, Pierre. Tradução: Bastos Dávila. **Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1982, p. 317.

<sup>148</sup> EVANGELISTA, Maria Dora R. **Prisão Aberta: A volta a Sociedade**. SP: Cortez, 1983, p. 16.

<sup>149</sup> SERBIN, Kennedy P. **Diálogos na Sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 67-74.

caminhos para influenciar a realidade nacional<sup>150</sup>. A despolitização da Igreja Católica na América Latina, comandada por João Paulo II, reforçou o distanciamento dos movimentos populares das questões que foram bandeiras da Teologia da Libertação. O fortalecimento das posições conservadoras da Igreja refluíu os movimentos combativos que haviam encontrado na Igreja Católica sua principal interlocutora.

A idéia de ressocialização é antiga. Todas as experiências trazem em comum a crença no paradigma humanista. Experiências como as de Auburn (New York) e da Pensilvânia, apontavam para a implantação de sistemas de trabalho prisional e disciplina rígida com objetivo socializador<sup>151</sup>. Centravam-se no trabalho detento, na disciplina, na religião, no estudo e na família. Em pleno século XIX, estas experiências já visavam reintegrar o indivíduo, para seu retorno à sociedade, apontavam o caminho do sistema progressivo da pena e para a importância do trabalho, da religião e da disciplina, na ressocialização de detentos. Marcando a oposição: mundo do trabalho e mundo do crime<sup>152</sup>.

No Brasil, a mais antiga experiência é a da PAN<sup>153</sup>, em Minas Gerais, implantada em 1927. Localizada em um extenso vale do interior de Minas, quebrando a representação das celas e grandes prisões. O diretor da Penitenciária atuava como um juiz de Execução Penal abrigava internos, prioritariamente de origem rural, com a implantação do regime progressivo. A partir da década de 60 os internos passaram a ter carteiras com cores que definiam seu avanço no progresso da pena.

A progressão se dava a partir das avaliações dos profissionais: assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e direção. Os Problemas na PAN começaram a surgir quando misturaram, no mesmo espaço prisional, detentos de regime fechado, com detentos de regime semi-aberto. A situação criou inúmeros problemas de disputas entre os presos, incentivando

---

<sup>150</sup> O que pode ser observado pelo crescimento das bancadas evangélicas no Congresso Nacional e nas políticas estaduais.

<sup>151</sup> PAIXÃO. A. **Recuperar ou Punir?** Como a Sociedade Trata o Criminoso. Coleção Polêmicas do Nosso tempo, N.21, São Paulo: Cortez, p. 32.

<sup>152</sup> Idem, p. 43.

<sup>153</sup> Penitenciária Agrícola de Neves.

chantagens e perseguições entre eles e os carcereiros. A PAN enfrenta os mesmos problemas da maioria das prisões brasileiras<sup>154</sup>.

Outra experiência que durante muito tempo funcionou com sucesso, foi a experiência de Londrina: *Projeto Themis-Prisão Albergue*, em parceria com o Conselho da Magistratura, Ministério Público Federal, Universidade Federal e Estadual do Paraná. Estudantes, voluntários e membros de diversos grupos religiosos atuavam no projeto. Os estudantes realizavam seus estágios curriculares ou participavam na forma de voluntariado, realizando palestras, cursos. Só ficavam na casa do albergado os detentos de regime semi-aberto, que além de participarem de cursos com os estudantes, também tinham que realizar cursos profissionalizantes: trabalhar na marcenaria, padaria, realizar consertos em instituições públicas: Escolas, hospitais, etc. Em função de algumas divergências entre as universidades e os magistrados responsáveis pela execução penal, a experiência foi encerrada no início da década de 1990, quando já delineava as dificuldades do diálogo democrático da universidade com o Sistema de Justiça, e grupos que enfrentavam o mesmo problema por valores e percepções diferenciadas<sup>155</sup>.

Outra importante experiência é a da APAC<sup>156</sup>, que possui como lema de recuperação:

O amor como caminho; o diálogo como entendimento; a disciplina como amor; o trabalho como essencial; fraternidade e respeito como meta; responsabilidade para o seguimento; humildade e paciência para vencer; o conhecimento para ilustrar a razão; a família organizada como suporte e Deus como fonte de tudo<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> PAIXÃO. A. **Recuperar ou Punir?** Como a Sociedade Trata o Criminoso. Coleção Polêmicas do Nosso tempo, N.21, São Paulo: Cortez, p. 71.

<sup>155</sup> EVANGELISTA, Maria Dora R. **Prisão Aberta: A Volta à Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1983, p.16-22.

<sup>156</sup> Associação de Proteção e Assistência Carcerária. Experiência que se desenvolve em São Carlos, São José dos Campos e Birigui no Estado de São Paulo.

<sup>157</sup> GIACOMASSI, Ismênia e REGO, Michelle Helene Santos. **Estudo Comparativo dos tratamentos realizados nas instituições carcerárias no Estado de São Paulo: Uma Introdução.** Disponível em: [www.brazcubas.br/professores/sdamy/mubc05.html](http://www.brazcubas.br/professores/sdamy/mubc05.html). Acesso em: 15/06/2004, p.16.

O método APAC é composto de atos religiosos. São realizadas palestras de valorização humana. Os internos freqüentam a biblioteca, voluntários e padrinhos acompanham o interno e a sua evolução. Pesquisas sociais são realizadas. São eleitos representantes de celas, que organizam reunião de grupo, dirigem o trabalho nas alas, e fiscalizam a faxina. Estimula-se o contato com as famílias, e a participação no conselho de sinceridade e solidariedade<sup>158</sup>. A APAC enxerga o condenado como um doente que precisa ser tratado, com implicação de saúde mental ou orgânica, muitas vezes associada aos problemas de exclusão e desajuste social, e que vê agravado o seu problema na cadeia<sup>159</sup>. O trabalho é acompanhado pelo Juiz da Execução Penal e pela Pastoral Carcerária. O projeto concebe o detento como reeducando.

A APAC é uma associação civil sem fins lucrativos, que se destina a auxiliar as autoridades jurídicas e policiais do município em todas as tarefas de readaptação dos sentenciados. Presta assistência ao presidiário, ao egresso, à sua família, à sua saúde, à sua educação, e à sua profissionalização. Na experiência de Birigui, ocorre uma participação efetiva do poder judiciário, ouvindo presos, membros da comunidade e dos movimentos religiosos envolvidos<sup>160</sup>.

No Presídio Masculino de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, a direção da unidade criou, em 1997, o Programa "*Cidadania em Cadeia Para o Direito do Futuro*". O Projeto tem como referência a LEP<sup>161</sup>, em vigor desde de 1984, que prevê a obrigação do Estado em garantir algumas formas de assistência ao detento, tais como: material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. A direção levantou o perfil dos prisioneiros da unidade, e fez parcerias com empresas e micro-empresas que usam a mão-de-obra dos detentos na produção de seus produtos. A preocupação inicial era que as empresas não utilizassem a mão-de-obra dos

---

<sup>158</sup> OTTOBONI, Mario. **Ninguém é irrecuperável. APAC, A Revolução do Sistema Penitenciário.** São Paulo: Cidade Nova, 1997, p.40.

<sup>159</sup>- Idem, p. 69 –73.

<sup>160</sup> CRUZ, Maria do Carmo M. T. **APAC:** Associação Protetora de Assistência Carcerária. Programa Gestão Pública e Cidadania. Disponível em: [www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2001/18%20-apac.pdf](http://www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2001/18%20-apac.pdf). Acesso em: 15/06/2004.

<sup>161</sup> Lei de Execução Penal.

detentos para demitir seus funcionários originários, como vem acontecendo nos E.U.A <sup>162</sup>. As empresas que atuam no projeto são: Papel Terra, Mensageiro dos Ventos, Oficina de Extensões Fortaleza, Fábrica de Grampos Monte e Buíque. Internamente, a prisão possui marcenaria que produz: berços, cadeiras, mesas e tábuas de churrasco. A Pastoral Carcerária e a OAB participam do apoio ao projeto. Em parceria com a universidade e com recursos do FAT <sup>163</sup>, são realizados cursos profissionalizantes: cozinha industrial, manutenção de prédios, artesanato, garçom com noções de espanhol, cabeleireiro, e técnico na área de conservas<sup>164</sup>.

Estas experiências, e outras que se desenvolvem por todo país, oferecem um ponto de partida para compreender a forma como as situações de ressocialização se contrapõem à ordem legal-burocrática em que são administradas as prisões. São experiências que de alguma forma se ligam aos objetivos e às dificuldades que enfrentam, quando ao mesmo tempo em que devem punir e castigar, também devem regenerar os indivíduos. Separar estas dimensões do papel da prisão, onde as pessoas que punem são as responsáveis pela regeneração, constitui o grande desafio de pensar que uma instituição prisional possa realizar todas estas tarefas com a existência de um consenso real entre os atores sociais que nela atuam.

É cada vez maior o número de grupos religiosos ou ligados à defesa dos Direitos Humanos que partilham com o Estado o espaço prisional. Quase nunca, como administradores destes espaços, em geral no apoio religioso ou na defesa dos direitos, situação que modifica a rotina da prisão, anteriormente espaço exclusivo das ações do Estado. Se esse espaço sempre foi estranho à sociedade civil, inquietantes são as relações que brotam dessas relações: ora de partilha e solidariedade, ora, muitas vezes, de confrontos e constrangimentos. A relação entre grupos não-estatais e

---

<sup>162</sup> TEIXEIRA, Marco Antônio. **Programa Cidadania em Cadeia Para o Direito do Futuro.** Programa Gestão Pública e Cidadania. [www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf](http://www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf)

<sup>163</sup> Fundo de Amparo ao Trabalhador.

<sup>164</sup> TEIXEIRA, Marco Antônio. **Programa Cidadania em Cadeia Para o Direito do Futuro.** Programa Gestão Pública e Cidadania. [www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf](http://www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf)

indivíduos que representam estas instituições na prisão, torna-se importante como objeto de estudo, principalmente em relação aos papéis que cada um dos grupos e atores sociais devem desempenhar. Os valores, as atitudes, os significados diferenciados, que atribuem aos seus papéis, tornam este consenso com administradores, agentes penitenciários e detentos, uma utopia.

No capítulo seguinte, a partir do estudo de Max Weber sobre burocracia e autoridade carismática, complementado por Ervin Goffman e Augusto Thompson sobre as relações e os papéis sociais dos grupos no interior das prisões, tentaremos demonstrar os conflitos de poderes de origem tão distintas e que se legitimam diferenciadamente no espaço institucional, levando-se em conta a expectativa em torno dos papéis que os grupos ou indivíduos devem ter na unidade prisional. As reflexões se orientam com Max Weber, inicialmente, pela possibilidade de compreender e interpretar as ações dos atores sociais e suas relações, partindo do sentido e do valor que cada grupo ou indivíduo percebe na realização da sua função: na sua crença sobre si mesmo, sobre o outro e sobre a ação que pratica, tomando a Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru (PJPS) como caso concreto.

## CAPÍTULO 2

# O PERCURSO TEÓRICO E A REALIDADE PRISIONAL COMO OBJETO DE ESTUDO

---

A Penitenciária Juiz Plácido de Souza<sup>165</sup> foi o espaço recortado para a realização do estudo empírico desta pesquisa. Fundada em 1989<sup>166</sup> foi administrada de 1996 a 2002 pela Pastoral Carcerária de Caruaru, possui afinidades com as experiências ligadas ao paradigma ressocializador, e que lograram a recuperação dos detentos através do trabalho, da educação, da religião e do acesso à Justiça. A experiência de Caruaru é singular em outros aspectos.

Na PJPS pela primeira vez no Estado de Pernambuco, se deu a gestão de prisão por uma organização não-estatal<sup>167</sup> e que apesar de realizar uma administração eficiente e de baixo custo, enfrentou conflitos e tensões nas relações entre os mais diferentes atores sociais que compunham o ambiente prisional. Os conflitos se operaram principalmente no que tange à percepção diferenciada de administração dos grupos e no sentido da compreensão da idéia de ressocialização de que são portadores: tanto por parte dos segmentos que possuem uma visão legal- burocrática de administração (Estado e Agentes Penitenciários<sup>168</sup>) como por parte daqueles que possuem a visão de administração carismática mais voltada para humanização da prisão, a exemplo da Pastoral Carcerária de Caruaru. Singular também pelo efeito destas perspectivas diferenciadas nas relações de consenso e conflito, e nas interações complexas no ambiente prisional.

Neste estudo, procuramos compreender como os confrontos destes modelos diferentes de hierarquia e autoridade, produzem significados diferentes na prisão: a Igreja Católica através da Pastoral Carcerária, e o

---

<sup>165</sup> PJPS (Penitenciária Juiz Plácido de Souza).

<sup>166</sup> Com capacidade para 98 presos a PJPS, nesse momento (nov/2006) conta com 648 detentos.

<sup>167</sup> A Pastoral Carcerária de Caruaru.

<sup>168</sup> Neste trabalho continuaremos usando o termo Agente Penitenciário, como se utilizava na época. Hoje em dia denomina-se Polícia Penal.

Estado dentro da prisão. Compreendendo de um lado, o Estado como herdeiro de uma racionalidade centrada na legalidade e na segurança, aqui entendidas como os elementos básicos de sua visão administrativa; e do outro lado, a Pastoral Carcerária mais centrada no carisma oriundo da sua estreita relação com a Igreja Católica, na sua visão fundamentada na revelação divina, em sua missão de quebrar a hierarquia e o autoritarismo, trazendo uma nova visão do homem e da Igreja.

Os fatos podem ser observados através da trajetória do Bispo Dom Antônio Soares Costa, na Diocese de Caruaru. Um líder carismático que, em seu apoio irrestrito à administração da Pastoral Carcerária na PJPS, fez a mediação de sua visão de missão da Igreja no Agreste de Pernambuco, contribuindo para a construção de um consenso virtuoso sobre a PJPS na cidade, alterando a visão que predominava sobre a utilidade da prisão em seu papel de recuperação de delinqüentes.

A questão não é se a Igreja está ou não envolvida na política, mas como ela está envolvida (...) a influência da Igreja pode ser tanto uma questão de qual grupo ela escolhe (consciente ou inconsciente) para favorecer como também quanta influência exerce<sup>169</sup>.

O Bispo Diocesano recém-chegado à cidade encontrou uma Igreja mais afinada com as elites dominantes, distante das comunidades carentes e alheia aos problemas sociais. Apesar de existirem setores progressistas dentro dessa Igreja meio alienada, esses setores não recebiam apoio da hierarquia religiosa, para desenvolver atividades pastorais mais críticas com relação à intervenção da Igreja no meio social.

A Igreja tem sido muito hierárquica e, em geral, as organizações de base e os movimentos leigos têm pouca autonomia e pouco impacto no interior da instituição (...) dada à estrutura hierárquica da Igreja Católica, movimentos que não recebem o apoio dos Bispos permanecem isolados e são incapazes de modificar tendências dominantes<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p.11- 19.

<sup>170</sup> Idem, p.28- 29.

D. Antônio Soares Costa trouxe uma boa experiência com comunidades Eclesiais de Base, com Educação Popular, como outros Bispos progressistas do Brasil. Esteve ligado ao MEB<sup>171</sup> em seu período mais avançado e mais atropelado pelas imposições do regime militar. A sua percepção do papel da importância do diálogo na prisão estava ligada à visão freiriana<sup>172</sup> que compartilhou no MEB<sup>173</sup>.

Para compreender a realidade empírica acima exposta, a opção recaiu inicialmente nas reflexões de Max Weber em seus estudos sobre poder, burocracia e dominação, e as suas formas de legitimação. Weber enfatiza que a compreensão destes confrontos, nos espaços institucionais, deve ser realizada a partir do diagnóstico de um caso concreto, verificando de que forma estes confrontos e interações, acenam os avanços e recuos das experiências. Entende que estas experiências provocam mudanças nas instituições que participam de processos decisivos. Suas reflexões nos auxiliaram como ponto de partida para a nossa análise dos conflitos institucionais na prisão. No entanto, suas análises serão complementadas por outros autores, em função da prisão, não se constituir em objeto de estudo das suas análises, e em virtude da complexidade da nova política criminal e da ação dos atores sociais dentro na nova ordem social global neoliberal. *“As mudanças nos seios das instituições são fruto de processos interativos entre propostas racionais e não-racionais, e das relações entre forças carismáticas e interesses institucionais”*<sup>174</sup>.

## 2.1 MAX WEBER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt, e morreu em Munique, no dia 14 de junho de 1920. Assistiu à Primeira Guerra Mundial, à Revolução Russa e à crise da democracia alemã (a República de

---

<sup>171</sup> Movimento de Educação de Base.

<sup>172</sup> Baseada nas reflexões de Paulo Freire.

<sup>173</sup> No capítulo IV e V contaremos a história da administração da Pastoral Carcerária em Caruaru, quando detalharemos melhor as especificidades da experiência.

<sup>174</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 228.

Weimar). Sua família era protestante e de classe média alta. Frequentou, desde cedo, com o seu pai, os círculos de debate político da sua terra. Ele representa, na Alemanha do início do século XX, a burguesia culta, que estava, pela estrutura semifeudal em que se encontrava na época do imperador Guilherme II, excluída da atividade política. A classe média alemã apoiou os militares acreditando que eles poderiam garantir segurança e conduzir o país à liderança do mundo ocidental. Weber discordava disso, como também outros intelectuais e artistas de sua geração. Os líderes dos movimentos operários alemães foram perseguidos e violentamente reprimidos pelo aparato militarista e burocrático do Estado prussiano, como também pelo regime autoritário imposto pelos Junkers. O último período da Primeira Guerra Mundial coincidiu com a derrota da política militarista do Império Prussiano, e foi marcado por violentos distúrbios sociais. Podemos afirmar que em seu país, Weber representou a mentalidade civil e democrática que se opunha à burocracia militarista e aos junkers. No final da Primeira Guerra Mundial, Weber participou das conversações de paz que ocorreram em Versalhes. A realidade política da Alemanha, mas principalmente a européia, influenciaram o desencanto de Weber com a burocracia e seus efeitos danosos sobre o Estado, a política e a vida social: o desencantamento do mundo marcado pelo domínio das regras e técnicas na vida social<sup>175</sup>.

Weber tornou-se professor universitário, jornalista de grande influência, historiador, economista, filósofo e, principalmente, sociólogo. Foi vitimado por uma enfermidade psíquica, que o impediu do exercício do magistério universitário por alguns anos. Sem qualquer vestígio de racismo e condenando às ações imperialistas, foi um ardente nacionalista. As suas principais influências na mocidade foram pensadores como Wilhelm Dilthey, Alfred Weber (seu irmão), o historiador Eberhard Gotheim, o filósofo Wilhelm Windelband, o historiador literário Friedrich Gundolf. Manteve contatos com Werner Sombart, Ferdinand Tönnies, Robert Michels, Georg Simmel e Georg Lukács. Representantes de três gerações da elite intelectual alemã participaram de reuniões na casa de Max e Marianne Weber, em Heidelberg.

---

<sup>175</sup> WEBER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985b, p. 712.

Max Weber nasceu quando o debate sobre a metodologia das Ciências Sociais na Alemanha se desenvolvia, particularmente acompanhava este debate nos círculos intelectuais alemães. Considerou significativa a contribuição de Dilthey, que diferenciou explicação e compreensão. Afirmou ser a explicação uma característica das Ciências da Natureza; e a compreensão o modo típico das Ciências Humanas que visam os processos vivos da experiência dos homens para delas se retirar o sentido<sup>176</sup>.

Weber irá afirmar que os acontecimentos sociais não devem ser estudados na relação causa-efeito, e propõe uma metodologia que possibilite a captação do sentido imbutido na ação humana, extraindo seu conteúdo simbólico ou as ações que o configuram. Ou seja, a ação humana é carregada de sentido que aponta para outros fatos, o que possibilita uma visão mais ampliada do fenômeno. A conduta humana pode ser entendida numa perspectiva de probabilidades, regras que produzem comportamentos gerais com sentidos que ajudam a compreender comportamentos particulares. As singularidades históricas resultam de combinações específicas de fatores amplos que, se isolados, são quantificáveis, de tal modo que os mesmos elementos podem ser vistos numa série de outras combinações singulares<sup>177</sup>.

Em seus estudos sobre as tensões que marcam as relações entre a dominação carismática e a dominação burocrática, demonstra porque posturas tão diferenciadas e conflituosas são ao mesmo tempo necessárias para a manutenção do equilíbrio na administração. A tensão sempre existirá, ela faz parte do processo de maturidade e responsabilidade dos indivíduos nos espaços onde se encontram. No entanto, mesmo defendendo o equilíbrio entre as duas forças, Weber expressava o seu desencantamento com os efeitos provocados pela extrema racionalização, pelo domínio instrumental da burocracia quando os seus efeitos sufocam as outras expressões de domínio.

Weber soube colocar todo o potencial do conhecimento a serviço do homem, sensível que era a condição deste como um ser livre e responsável. A burocracia avassaladora

---

<sup>176</sup> Idem, p. 711.

<sup>177</sup> Idem, Ibidem, p.733.

suprime todos os espaços do carisma e da liberdade, sufocando com suas normas abstratas e mecânicas (...) o mundo como que perde o seu sentido humano, reduzido à condição de um sistema mecânico, de cujo destino os valores finais da ação não mais participam. Prevaecem os ditames técnicos da ciência e não mais os juízos de valor da ética e da política <sup>178</sup>.

Seguindo a perspectiva de que se chega à objetividade pela subjetividade, lançou algumas luzes sobre os estudos sociais e históricos, focalizou a relação entre idéias e atitudes, particularmente no campo religioso. Suas críticas à vida social moderna destinam-se principalmente às promessas do iluminismo, à idéia de verdade como um valor supremo, o que para Weber não passaria de um desejo frustrado pela burocratização da vida social. Afirma que a burocracia extremada despessoaliza, prevê, calcula e instrumentaliza friamente as ações humanas. O burocrata não leva em conta o outro. Só aceita relações humanas mediante ofício protocolado. Sua diferença do carismático é que este permite processos interpessoais. O carismático, por ser um líder, precisa do outro para ser reconhecido<sup>179</sup>. Nesse sentido, em Weber, a presença autoritária da burocracia ossifica e engessa as relações, impedindo o movimento, a criatividade e o vôo imaginativo. Compreendia que a ação deveria estar provida de qualidades essenciais, seriam elas: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporção.

Weber revela seu desencanto com a racionalidade burocrática, por atingir todas as esferas da vida social. Nesse processo, desponta certa simpatia pela irracionalidade, onde ocorre a aproximação com a análise de Nietzsche. Essa presença da inspiração fica clara, quando Nietzsche ao analisar o nascimento da tragédia, mostra como o conflito, entre o Apolíneo e o Dionisíaco, provocou o desencanto na vida humana, marcando o domínio da razão socrática. Apolo e Dionísio exprimem essa cultura que foi aniquilada pelo socratismo, que teria eliminado o erro, a confusão dos sentidos, o

---

<sup>178</sup> SEVERINO, Antônio Joaquim. Prefácio. In: CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p 14-15.

<sup>179</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 227.

engano promovido pelas emoções dos instintos, preparando o terreno para a racionalidade que guiaria, a partir de então, a existência humana<sup>180</sup>.

A conjunção apolíneo-dionisíaca da tragédia grega representa o caráter tensional do mundo, exalta todos os seus aspectos vitais, sem recusar nem os seus matizes medonhos e terríveis. Com o socratismo instaurou-se a plena luminosidade. Isto é, ocorreu um desequilíbrio entre as duas forças. As conseqüências desse processo não são elogiadas por Nietzsche. Junto com a supressão do dionisíaco destruiu-se a alteridade<sup>181</sup>. O outro é negado porque representa a aparência do mundo da caverna (cheio de falhas e erros). Criou-se um mundo encantado, sem sombras, onde tudo deve ser racional para ser: belo, bom e verdadeiro. *“O dionisíaco, contudo, não foi embora como um fantasma, ele gira em torno de nós. É essa a situação que faz com que Nietzsche ainda olhe com esperança para os gregos”*<sup>182</sup>.

Podemos perceber que em Nietzsche e Weber existe um desejo de reunificação. Para eles, a vida burocrática despersonalizada nos extirpa a curiosidade e a criatividade, como também, impede a possibilidade de criar novos valores, idéias e pensamentos. O Carisma em Weber, e o Dionisíaco em Nietzsche, representam a afirmação da vida. Mesmo sendo Weber um pensador racionalista, irá ampliando as suas preocupações com as ações humanas e com as conseqüências das condutas planejadas, previsivelmente<sup>183</sup>. Para Weber as forças carismáticas se opõem às rotinas institucionais, despertando nos homens o heroísmo e a vitalidade para combater as forças contrárias, que esmagam qualquer movimento que não se enquadre no mundo desencantado. A burocracia é assim um dos seus maiores adversários<sup>184</sup>. O dionisíaco e a ação carismática tornam-se, no

---

<sup>180</sup> NIETZSCH, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, p. 42.

<sup>181</sup> Idem, p. 44.

<sup>182</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 234 -235.

<sup>183</sup> Idem, p. 236.

<sup>184</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 227.

pensamento de Nietzsche e de Weber, caminhos alternativos que precisamos retomar, mesmo correndo o risco de passarmos fome no mundo moderno. Weber defende que a política, como a tragédia precisa de heróis. A monotonia e a chatice da vida moderna exigem que cada um de nós retome o caráter dionisíaco e carismático da existência para equilibrar as coisas, o que pode levar a humanidade de volta a si para reinstaurar, apaixonadamente, outra perspectiva.

Sem perder de vista que as construções teóricas de Max Weber são pautadas numa racionalidade conseqüente e responsável, é o seu desencanto com a burocracia que o aproxima de Nietzsche. Apesar das críticas que Weber destinava às verdades produzidas pelo iluminismo, inspirava-se em Kant quando concordava que precisamos estar prontos em nossas condutas a fazermos sacrifícios. Também devemos estar prontos para aceitar nossas responsabilidades pelas conseqüências que a nossa conduta possa produzir para a vida dos outros<sup>185</sup>.

Embora Max Weber enfatize o caráter conservador da religião, leva a notar que as Igrejas não estão fechadas à influência carismática, pois as práticas mais rotineiras se chocam até nas igrejas mais institucionalizadas. Sua leitura nos leva a identificar que o catolicismo reflete esta tensão que pode ser verificada nos períodos de efervescência política e outros de conservadorismo<sup>186</sup>. Se observarmos, por exemplo, a ascensão e a crise da Teologia da Libertação que foi impulsionada por Roma e pelos setores mais avançados, depois, sendo perseguida pelos setores mais conservadores da Igreja Católica na América Latina e na Europa que ascenderam ao poder com João Paulo II. As instituições religiosas também refletem tais momentos. Os caminhos iniciados por João Paulo II, em seu papado, postulavam uma menor interferência da Igreja Católica nos assuntos de política e de Estado, e se voltavam mais para a crítica ao socialismo e para a retomada dos valores tradicionais da Igreja. No entanto, valorizava as ações de solidariedade.

Verificamos que o conceito de burocracia não foi utilizado somente por Max Weber. Antes dele, Vicent Gornay, famoso economista fisiocrata, já

---

<sup>185</sup> Idem, p. 247.

<sup>186</sup> Idem, Ibidem, p, 98.

o utilizava para se referir aos funcionários da administração do Estado Absolutista. Havia embutida na interpretação do fisiocrata uma visão negativa deste conceito<sup>187</sup>. Outra visão negativa, que encontramos em relação ao conceito de burocracia, nos é apresentada pelos marxistas. Suas críticas se voltavam para a burocracia criada pelo Partido Comunista, em particular o soviético, por criar extratos privilegiados entre os trabalhadores, o que produziria também uma elite burocrática. Os principais críticos da burocracia produzida pelo comunismo foram: Trotsky e Rosa Luxemburgo<sup>188</sup>. No século XIX, encontramos uma outra visão ligada ao pensamento técnico - jurídico alemão, onde a idéia de burocracia passa a ser definida como “*uma teoria e uma praxe pública da administração que é considerada a mais eficiente possível*”<sup>189</sup>. O que nos ajuda a perceber o quanto o termo burocracia se apresenta com características ambíguas.

Para Max Weber a burocracia é uma variante específica moderna das soluções dadas ao problema geral da administração. Para tanto, desenvolveu estudos sobre tipos de domínios e identificou os seus elementos essenciais: *a legitimidade e o aparelho administrativo*. Assim, distingue domínios legítimos e ilegítimos. Nas formas legítimas, verifica-se a existência de formas distintas de legitimação: O domínio tradicional, o carismático e o legal-burocrático<sup>190</sup>. Weber não enxerga a burocracia como um mal total, mas a sua forma de utilização tomada como um fim em si.

A mais típica forma de domínio legal é a burocracia. A extrema precisão, o rigor e a estabilidade, proporcionados pelo sistema burocrático, são o que fazem deste a espinha dorsal de domínio legal. Veremos a partir de Weber, que a burocracia torna-se tão necessária na modernidade, que

---

<sup>187</sup> BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. Trad, Carmem C. Varriani, et. Al. **Dicionário de Política. Volume I**. Brasília: UNB, 1997, p.124.

<sup>188</sup> Idem, p.124.

<sup>189</sup> Idem, Ibidem, p.124.

<sup>190</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 124.

toda e qualquer relação oficial, negócio financeiro e infra-estrutura giram em torno deste sistema<sup>191</sup>.

Weber compreende que a racionalização se estendeu a todas as formas das condutas humanas: à religião, ao direito, à ética, à educação, à ciência, o que garante a sua “*superioridade*”. Sendo assim, o tipo de administração burocrática se desenvolve de forma irresistível por causa dessa superioridade técnica. A burocracia se expande como força social, com poderes e valores próprios, aumentando as forças às quais os homens já se encontram submetidos<sup>192</sup>. Seu desencanto com a ação racional é que acredita que seus ideais não deveriam dominar totalmente as condutas humanas, mas consistirem em um meio para se chegar à liberdade, espaço para a expansão de nossa subjetividade e não apenas de dominação e subjugação do outro. Sendo necessário resistir à mecanização das condutas humanas, pois quando transformadas em um fim em si mesmas, apresentam-se destituídas de valores, tornando-se irracionais, situação que se choca com a responsabilidade que temos com as implicações da nossa conduta sobre a vida dos outros.

Por domínio carismático Weber defende que a sua legitimação ocorre pelo reconhecimento dos poderes e das qualidades excepcionais do chefe, que formam a comunidade carismática. Podem formar elites carismáticas, que passam a ser vistas como portadoras de dons específicos, consideradas sobrenaturais, cujo poder corresponde às necessidades do grupo. Em geral o poder carismático é mais ligado à pessoa que ao grupo, podendo se estender ao grupo ou à equipe do líder<sup>193</sup>.

Por domínio tradicional, caracteriza-se a crença no funcionamento das regras, a partir dos costumes antigos, tradicionais e por vezes imutáveis, comuns em sociedades patrimoniais, aristocráticas e feudais. Por sua vez também formam elites tradicionais, que organizam suas relações de domínio

---

<sup>191</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 243.

<sup>192</sup> Idem, p 249.

<sup>193</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 127.

e legitimam o seu poder, a partir da sua autoridade e da influência decorrentes de idéias, crenças ou estruturas sociais baseadas no passado e reforçadas pela tradição<sup>194</sup>. Por domínio legal-burocrático se compreende a forma de domínio que se legitima nas regras; normas formais e abstratas, como aparelho administrativo, pela existência de um staff administrativo burocrático. Weber define a burocracia como estrutura administrativa, de que se serve a forma mais pura de domínio legal. Este domínio também produz as suas elites, são elites burocráticas ou tecnocráticas que detêm a autoridade racional legal-burocrática. São escolhidos por nomeação, concursos públicos de provas e títulos, competência técnica, experiência e outros critérios técnicos<sup>195</sup>.

Estes modelos de análise weberianos se ligam aos seus estudos de “*tipos Ideais*”, de domínios e que se caracterizam por:

Três níveis de análise a) na formulação de conceitos claramente definidos; b) na construção de modelos deduzidos dos fenômenos históricos empiricamente semelhantes; c) na específica explicação desses modelos, de casos históricos particulares<sup>196</sup>.

Para Lakatos e Markonis as construções do *tipo ideal* são partes essenciais da metodologia weberiana. É seu método tipológico que, até certo ponto se assemelha ao método comparativo. Pois ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos e modelos ideais, construídos a partir de aspectos essenciais dos fenômenos. A característica principal do tipo ideal é a de não existir de fato na realidade, mas servir como parâmetro para a análise de casos concretos, realmente existentes<sup>197</sup>. Compreendendo que “*quando a realidade é estudada desta forma, torna-se possível estabelecer relações causais entre seus elementos*”<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 247.

<sup>195</sup> BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. Tradução: Carmem C. Varriali, et. Al. **Dicionário de Política. Volume I**. Brasília: UNB, 1997, p. 122.

<sup>196</sup> Idem, p. 125.

<sup>197</sup> LAKATOS, Eva M. MARCONI, Marina de. **Sociologia Geral**. SP: Atlas, 1999, p.359.

<sup>198</sup> Idem, p.54.

A escolha de Max Weber, como referencial teórico de partida ocorreu em função da sua preocupação com o estudo das interações significativas entre os indivíduos que formam a teia de relações sociais, ao mesmo tempo em que enfatiza que a compreensão dessas interações possui um aspecto subjetivo, que só pode ser compreendido a partir da ação social dos indivíduos através do sentido e dos valores contidos nas ações sociais que realizam. O estudo deve se dá a partir da compreensão das condutas humanas. Esta conduta humana pode se apresentar de formas diversas, como: conduta tradicional, quando se baseia nas antigas tradições; conduta emocional ou afetiva, quando a reação habitual ou o comportamento se expressa em termos de lealdade ou antagonismo; conduta valorizadora, quando a ação se baseia nas expectativas que os outros têm de nós; conduta racional-objetiva, quando a ação ocorre em função de um planejamento em relação à conduta que se espera dos demais<sup>199</sup>.

Por este caminho da análise da ação social baseada na conduta dos indivíduos, Max Weber conclui, por exemplo, que o surgimento do capitalismo não foi automaticamente assegurado só por condições econômicas específicas, afirmando a existência de pelo menos mais uma condição que estaria mais ligada ao mundo interior do homem, um poder motivador para a aceitação de idéias e valores favoráveis a essa transformação<sup>200</sup>. Compreende que os seres humanos são conscientes das suas ações, sendo a ação social uma conduta pública ou não, a qual o agente atribui significado.

Em a “*Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, Weber demonstra como a religião protestante contribuiu para os avanços do capitalismo. Essa justificação não poderia ser estudada apenas pelo prisma da busca inescrupulosa por lucros e ganhos. Nos seus processos de disciplinarização da vida social é que se transforma em método de conduta

---

<sup>199</sup> WEBER, Max. Tradução: Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 252.

<sup>200</sup> Idem, 87 – 88.

que irá organizar a vida religiosa, profissional, mergulhando inclusive na vida mais íntima, na sexualidade de seus seguidores<sup>201</sup>.

Assim nos leva a tentar compreender a seguinte pergunta, o que fazia o protestante trabalhar? Para responder a esta questão, Weber reflete sobre o sentido e o valor que o trabalho representava para esse grupo específico. O trabalho teria para os puritanos um sentido de vocação e de aproximação com o divino (com DEUS), o que os levaria a transformar todas as esferas da vida em atitudes e condutas racionalizadas, desencantadas. Trabalhar, para eles, seria uma forma de prêmio, e não uma obrigação, nem uma troca por dinheiro, como o fazemos hoje<sup>202</sup>. Para os protestantes, o caminho para o céu não depende de mágica, mas do seu trabalho constante. Weber a partir de um discurso de Benjamim Franklin, ressalta essa mudança na maneira de pensar, citando uma das frases do americano em que defende que: *“ganhar dinheiro, honestamente, pelo trabalho duro é uma expressão de virtude”*. Weber considera o conteúdo do discurso como ético e utilitarista: a ética da acumulação associada ao afastamento do gozo da vida<sup>203</sup>. Ainda se refere aos valores difundidos pelo luteranismo e calvinismo, porém é em relação a Calvino que melhor encontra a relação entre o protestantismo e o capitalismo. Em Calvino, Weber aponta ser o trabalho a finalidade da vida, a vida profissional é apresentada ao homem como o seu estado de graça que lhe confere respeito. Para tanto, deve-se seguir com zelo o método e as regras, para que se cumpra a vocação de cada um, abençoada por Deus. Para Weber, a postura de Calvino quebrou o preconceito contra a acumulação de bens, liberou a ânsia pelo lucro, transformando-a em um desejo direto de Deus, atentou para que não se concluísse que o espírito do capitalismo não foi uma consequência exclusiva do resultado da Reforma Protestante, o que seria uma simplificação<sup>204</sup>.

Dessa forma, são as atitudes marcadas pelos valores e sentidos da ação, que explicam a conduta social. É importante estudar a natureza e a

---

<sup>201</sup> WEBER, Max. Tradução de M<sup>a</sup> Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J.M.K. Szmrecsányi. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira - Thompson Learning, 2005, p. 26 – 34.

<sup>202</sup> Idem, p. 12- 127.

<sup>203</sup> WEBER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985b, p.735.

<sup>204</sup> Idem, p.742.

operação desses fatores, levando-se em consideração, principalmente serem estas atitudes afetadas ou modificadas por motivos e ações de outros indivíduos. Assim, a conduta é o caminho pelo qual conseguiremos compreender a situação social e as intenções dos indivíduos e os efeitos que buscam conseguir<sup>205</sup>.

A compreensão pode revelar a intenção imediata. Neste caso, é denominada de compreensão real, mas também, pode se voltar mais para o campo dos motivos, e para tanto é preciso diagnosticar a partir da técnica e dos instrumentos adequados de pesquisa, visando compreender as intenções que motivam a conduta dos indivíduos. Ao buscar compreender estas intenções, se deve observar que é preciso considerar a presença dos outros. A ação de um indivíduo tem um valor simbólico para outros, e vice-versa. A conduta dos indivíduos, empenhados em uma ação social, sofre a influência da ação dos outros e da sua própria ação<sup>206</sup>. Se tomarmos o exemplo de uma unidade prisional, observamos que as ações desenvolvidas pelos grupos diversos, em seu interior, também estão envolvidas por um sentido maior. O sentido e os valores, imprimidos por esses grupos, irão difundir seu trabalho, aproximando ou afastando outros grupos da proposta que cada grupo de interesse possui. Naturalmente os conflitos se apresentarão como dificuldades, como impedimentos, ou falta de diálogo entre grupos diferentes.

Para compreender a ação dos indivíduos, Weber esclarece que a ação social pode ser racional quando visar os fins ou os meios para atingir fins racionalmente avaliados, planejados e procurados. Pode também a ação social ser motivada visando valores, quando é realizada, sendo determinada pela crença em valores éticos, estéticos, religiosos, entre outros. A ação estará baseada no mérito do valor que a condiciona. Também pode a ação social ser motivada por razões afetivas, quando determinada por sentimentos ou estados emocionais. Ou ainda, a ação pode ser realizada baseada em

---

<sup>205</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 231.

<sup>206</sup> Idem, *Ibidem*, p. 237.

tradições ou costumes arraigados<sup>207</sup>. Seguindo a análise weberiana, verificamos que as mudanças operadas na Diocese de Caruaru continham fortes elementos carismáticos. Estas mudanças inauguraram um modelo de Igreja que se centrava na revelação pessoal. De um lado, o novo bispo se apoiava no prestígio e na imagem da Igreja, como instituição consolidada na vida social para difundir na cidade a sua visão de fé e de valores. Por outro lado, buscava através da persuasão e pelo seu carisma pessoal, misturar elementos do catolicismo popular (novenas, procissões) para arregimentar apoio para a sua administração diocesana.

Essa mistura do velho com o novo, nas práticas religiosas da comunidade, relacionava a legitimidade da Igreja Católica (como instituição) com a legitimidade carismática da imagem de D. Antônio Soares Costa, que foi sendo absorvida pelas pastorais sociais e pela Pastoral Carcerária. Situação que trouxe implicações diretas para os membros da pastoral carcerária, detentos e agentes penitenciários, e que alimentou os confrontos com o Estado, dentro e fora da unidade prisional, envolvendo imprensa, sindicato de agentes penitenciários e pessoas que faziam oposição à administração da pastoral carcerária.

A relevância política da Igreja, em relação ao Estado, na política prisional e na legitimação da administração prisional da Pastoral Carcerária, assenta-se no fato de a Igreja Católica desfrutar de maior credibilidade do que os grupos políticos na esfera do Estado, resultado de uma descrença generalizada na política e nos políticos. Da associação que se faz, na vida do cidadão comum, da atividade política como uma atividade de pessoas poderosas e corruptas. Este consenso legitima a autoridade carismática da Igreja como portadora de valores humanitários, comprometida com os mais pobres. Soma-se a essa questão, a luta impetrada pela Igreja Católica contra a tortura nas prisões e as denúncias realizadas durante e depois da ditadura militar no Brasil, situação que a credencia junto aos grupos de defesa de direitos humanos.

---

<sup>207</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 238.

Max Weber pondera que a obediência ao comando da autoridade carismática tem a seguinte relação: “*Os homens não obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele*”<sup>208</sup>. Confiança é um capital de credibilidade que garante ou determina apoios. Na prisão, entre os detentos, a confiança é um valor determinante das relações sociais e de integração. O indivíduo, dependendo do grau de confiança que desperte e prove através de ações que o destaquem, estará incluído ou excluído do mundo da cadeia. Também no mundo da cadeia é preciso mostrar força e heroísmo.

O carisma autêntico baseia-se na legitimação do heroísmo pessoal ou da revelação pessoal. Não obstante, precisamente essa qualidade do carisma como poder extraordinário, supranatural, divino, o transforma, depois de sua rotinização, numa força adequada para a aquisição legítima de poder soberano pelos sucessores do herói carismático<sup>209</sup>.

Para Weber, a ação do líder carismático ou dos seus seguidores requer uma dedicação apaixonada pela causa que defendem e que só um espírito carismático pode proporcionar. Tais grupos e líderes estariam vinculados a uma ética da responsabilidade que relaciona o empenho apaixonado pela causa aos seus fins últimos, e buscam formas alternativas para perseguirem seus objetivos. Tal atitude representa uma resistência ao cotidiano burocrático e rígido. “*Ser carismático é estar possuído de um êxtase heróico e viril. O líder carismático, em virtude desses dons, exerce sua arte*”<sup>210</sup>.

Em “*Economia e Sociedade*”, o carisma é por Weber denominado de qualidade pessoal extra-cotidiana, em virtude da qual se atribui poderes e qualidades supra-naturais ao seu portador. Este toma a tarefa para si e exige obediência de um grupo em virtude da missão que representa. O respeito e o reconhecimento pelo grupo dependem da sua capacidade de obter os resultados prometidos.

---

<sup>208</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 100.

<sup>209</sup> Idem, p. 212.

<sup>210</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p.124.

Segundo seu sentido e conteúdo, a missão pode dirigir-se, em regra o faz, a um grupo de pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos, profissionais ou de outro tipo: neste caso encontra seus limites nesse círculo (...) a existência da autoridade carismática é, de acordo com a sua natureza especificamente instável (...) o herói carismático, não deduzindo a sua autoridade de códigos e estatutos ou do costume tradição, ganha e mantém a sua autoridade provocando sua força na vida (...) esta crença transforma de dentro para fora os homens e intenta conformar as coisas e as organizações, de acordo com a sua vontade revolucionária<sup>211</sup>.

Weber considera que a situação carismática vai dando lugar rapidamente às instituições rotinizadas, o que ocorre a partir do momento em que os estados de fervor e devoção começam a passar por um processo de resfriamento. Porém, reconhece que em momentos de pressão e sofrimento, as condutas baseadas no agir racionalizado podem ser insuficientes para dar respostas aos problemas das instituições. E nesse caso, é interessante equilibrar elementos racionais-legais e também carismáticos, na solução dos problemas da burocracia<sup>212</sup>. Se lembrarmos as imagens das crises recentes nas unidades prisionais (rebeliões, motins, greves de fome de prisioneiros), verificamos que a solução destes conflitos, possuem maiores chances de resultados rápidos, quando são mediadas pela intervenção de juizes, promotores, grupos religiosos ou de direitos humanos. O que equilibra a relação entre a burocracia e o carisma.

## 2.2 ROTINIZAÇÃO

Sobre a rotinização do carisma, Max Weber nos ajuda a compreender que nas burocracias, ela pode funde ao ritual cotidiano. Ao perder o fôlego da inspiração profética, também o carisma passa por um processo de adaptação e rotinização.

---

<sup>211</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 241.

<sup>212</sup> WEBER, Max. Tradução de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaio de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 70 – 72.

A ênfase sobre a “soberania do homem carismático” não minimiza a mecânica das instituições; pelo contrário, acompanhando a rotinização do carisma se acentua fatores multicausais das rotinas institucionais (...) durante a rotinização do carisma, os interesses materiais de um séquito em crescimento constituem o fator mais forte (...) um movimento carismático pode ser rotinizado no tradicionalismo ou na burocratização. A direção a ser seguida depende principalmente das intenções subjetivas dos seguidores ou do líder; depende da estrutura institucional do movimento e especialmente da ordem econômica. A rotinização do carisma, sob aspectos essenciais, é idêntica à adaptação às condições da economia, ou seja, às rotinas continuamente efetivas da vida de trabalho diária <sup>213</sup>.

Em “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, Weber alerta para a percepção de que os valores que libertam, também podem aprisionar. Ocorre um processo de rotinização do carisma. Rolando Lazarte a descreve da seguinte forma:

O carisma se rotiniza, o crente torna-se militante do seu valor, o amante destrói a magia do erotismo. O próprio capitalismo que libertara a humanidade do apego à tradição, destruiu os laços comunitários, deixou os homens entregues a uma vida sem sentido, presa a uma insatisfação permanente, há um tempo presente sempre esvaziado – enquanto expectativa de um logro a alcançar depois, mais adiante, algum dia, amanhã. Amanhã, como todos sabemos, é o dia que nunca chega. Só temos o presente para ser vivido. Quando vivemos na expectativa de alcançarmos algo, algo que não temos, o instante se esvazia, se torna um meio. Um meio para alcançar um valor (econômico, religioso, afetivo, político, profissional) <sup>214</sup>.

A rotinização seria para Weber então um fenômeno comum, já que o espírito despersonalizado do capitalismo, ao atingir todas as esferas da vida social, tem implicações diretas nas relações intersubjetivas. Como consequência desse processo, os sujeitos irão perdendo crescentemente suas características emocionais, heróicas e apaixonadas. A razão

---

<sup>213</sup> Idem, p. 72.

<sup>214</sup> LAZARTE, Rolando. **Max Weber**: Ciência e Valores. Questões da Nossa Época. 54. São Paulo: Cortez Editora, 1996, p. 80-81.

instrumental desse disciplinamento nas organizações, submeterá as ações carismáticas. A rotinização se impõe em função das contingências reais que são apontadas pelo cotidiano<sup>215</sup>.

O pensamento de Max Weber contribui no sentido de tentar estabelecer a conexão entre os movimentos e as idéias que orientam as ações carismáticas com o processo de rotinização racional. Nesta relação, encontramos as instituições duradouras e os interesses materiais aproximados. “A interpretação consiste, assim, na compreensão de união da totalidade mais ampla com a sua parte”<sup>216</sup>. Pela introspecção, podemos compreender, ou buscar compreender, ou interpretar suas próprias intenções, as condutas e as intenções dos outros. São muitas e diversas as razões que levam pessoas e grupos a acompanharem uma idéia ou um líder. No entanto, a manutenção do líder em seu posto de comando requer um processo de rotinização.

Não há correspondência preestabelecida entre o conteúdo de uma idéia e os interesses dos que a seguem desde as primeiras horas. Mas, com o tempo, as idéias são desacreditadas em face da história, a menos que apontem o caminho de conduta favorável aos vários interesses de certos membros de camadas especiais; se não conseguirem tal afinidade, são abandonadas<sup>217</sup>.

Max Weber identificou toda a complexidade que envolve o processo de rotinização do carisma, e das suas pluralidades causais que se evidenciam nas nuances de significados que os variados grupos ou pessoas atribuem à razão, por que se integram a um movimento ou dele se afastam. O que transforma um líder em um funcionário obediente. A obediência ou não obediência, estarão ligadas ao medo ou à esperança. Medo de vingança, da coação ou perseguição e esperança de recompensas. “*Para fazer justiça à sua missão, os portadores do carisma, o mestre, bem como seus discípulos e*

---

<sup>215</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 257.

<sup>216</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaio de Sociologia.** Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 74.

<sup>217</sup> Idem, p.82.

*seguidores, devem manter-se distantes dos laços deste mundo, distantes das ocupações rotineiras*<sup>218</sup>. Este será o desafio de se manter o carisma frente ao processo de rotinização das instituições.

O líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve fazer milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos heróicos. Sua missão divina é provada, fazendo com que todos os que se entregam fielmente a ele se saiam bem. Se isso não acontecer, ele evidentemente não será o mestre enviado pelos deuses<sup>219</sup>.

O que ocorre é que com o domínio característico de instituições duradouras, em seu processo de racionalização, o carisma, aos poucos rotinizado, transformar-se-á em força secundária, tornando-se eficiente em momentos mais emocionais, que envolvem as massas e situações de vida curta. Não sobrevivendo à rotinização, reaparecendo em momentos efêmeros da vida institucional. *“É natural que quando a organização da autoridade se torna permanente, o quadro que apoia o governante carismático se torne rotinizado. Os seus discípulos, apóstolos e seguidores tornam-se padres, vassalos feudais, e acima de tudo, funcionários”*<sup>220</sup>.

A qualidade do carisma se transforma, depois da sua rotinização, numa fonte adequada de aquisição de poder pelos seguidores do herói carismático, transformados pelas rotinas em funcionários. O carisma rotinizado perde o seu poder criativo transformando-se em formação permanente, institucionalizando-se. O que na nossa perspectiva se constituiu na principal hipótese para responder à fragilização, ou à decadência das experiências carismáticas no sistema Penitenciário, em particular na experiência da Pastoral Carcerária na PJPS em Caruaru.

---

<sup>218</sup> Idem, Ibidem, p. 90.

<sup>219</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 287.

<sup>220</sup> Idem, p. 342.

## 2.3 A ROTINIZAÇÃO NA PRISÃO

A adequação do conceito de rotinização, no sistema penitenciário, justifica-se em função do papel que as organizações passam a ter com a instituição do controle da pena de prisão. Para Weber, no Estado racional burocratizado o domínio efetivo se encontra nas mãos da burocracia, especificamente nas mãos de funcionários.

O funcionário não deve fazer política, mas administrar, sobretudo de modo imparcial sem ódio e sem amor. A política desperta luta e paixão. Por tal razão deve ser evitada. A honra de um funcionário consistiria em acatar uma ordem e cumpri-la com convicção do seu papel. Da sua disciplina e obediência depende o funcionamento do Estado e da organização em que o funcionário se situa<sup>221</sup>. Para Weber a sociedade acaba sendo dominada por pessoas, que necessitam de ordem, tornando-se tão adaptados, completamente inquietas e covardes. Caso essa ordem desapareça, estarão totalmente perdidos<sup>222</sup>.

Encontramos, nas análises de Augusto Thompson e de Erving Goffman, reflexões complementares que tentam explicar a forma como a prisão e os sujeitos envolvidos nas inúmeras interações sociais em seu interior, encaixam-se na análise de *tipo ideal* weberiano, permitindo-nos interpretar como se operacionalizam as assimilações desse sistema social, que demarcam as ações e os estereótipos dos grupos em instituições prisionais.

O sistema social da prisão, definido em capítulo anterior como prisionalização, é o efeito do processo de rotinização entre os detentos, mas aos poucos envolve a todos: detentos, guardas, administradores e terapeutas de forma diferenciada. É possível observar como o corpo administrativo, guardas, terapeutas e voluntários assimilam o vocabulário da cadeia e repetem suas gírias.

---

<sup>221</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 262.

<sup>222</sup> Idem, p.261.

A característica mais marcante da penitenciária, olhada como um sistema social, é que ela representa uma tentativa para criação e manutenção de um agrupamento humano submetido a um regime de controle total, ou quase total. As regulações minuciosas, estendendo-se a toda área da vida individual, a vigilância constante, a concentração de poder nas mãos de uns poucos, o abismo entre os que mandam e os que obedecem, a impossibilidade de simbiose de posições entre membros das duas classes<sup>223</sup>.

Em relação aos detentos, rendem-se ao sistema social para sobreviver à rotina da prisão. Podemos citar alguns exemplos e situações: A aceitação de um papel inferior, o desenvolvimento de novos hábitos, como: vestir, trabalhar e dormir; a adoção do linguajar local e outras atitudes. Mas, apesar da distância existente entre os internos e os variados escalões da administração penitenciária, o fato de estarem vinculados à prisão faz com que se estabeleça uma interação com influência recíproca. A prisão é uma instituição que tem finalidades variadas e contraditórias, como: punir, intimidar e regenerar indivíduos, tudo isso ocorrendo dentro de uma estrutura limitada pela lei, pela opinião pública e pelos próprios detentos. Essas variadas finalidades e pressões empurram a população penitenciária: detentos, terapeutas, Agentes Penitenciários, direção e voluntários para interações manifestas e ocultas.

Apesar de existir uma distância bastante grande entre o escalão mais alto da administração e a classe mais inferior dos internos, a só circunstância de estarem vinculados, no âmbito estreito da prisão, faz com que se estabeleça uma interação entre eles, com conseqüente influência recíproca<sup>224</sup>.

Dessa forma, não apenas o interno é submetido a uma forma de adaptação. Também a administração (diretor, terapeuta ou guarda) passará por um processo de assimilação do sistema social da cadeia, o que nos leva a compreender que o processo de prisionalização acaba por atingir toda a comunidade carcerária. Esse processo é na maioria das vezes inconsciente, mas é de fundamental importância do ponto de vista estratégico. “É como se

---

<sup>223</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p.21.

<sup>224</sup> Idem, p25.

*intramuros, substituiu-se a tábua de valores adotada na vida livre, por outra que lhe é fornecida pelo sistema social da prisão*<sup>225</sup>.

## 2.4 A ROTINIZAÇÃO E OS TIPOS IDEAIS NA PRISÃO

Os grupos se distinguem em tipos ideais - tomando por base os modelos, ou estereótipos comuns, definidos a partir do papel ou da finalidade da ação de cada um no interior da unidade prisional: Direção, Guarda, Terapeutas e Internos.

O recurso metodológico dos tipos ideais não constitui nem uma hipótese nem uma proposição e, assim, não pode ser falso nem verdadeiro, mas válido ou não válido, de acordo com a sua utilidade para a compreensão significativa dos acontecimentos estudados pelo investigador<sup>226</sup>.

As prisões são enquadradas nos tipos de instituições totais ou quase totais. A prisão é um ambiente ideal para analisar os tipos ideais. Existe nela uma expectativa clara em relação aos papéis sociais de todos que a ela estão ligados diretamente. O que significa a presença da ação social planejada, ação que teoricamente estaria ligada à realização de fins e de valores.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma legal (...) seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta, ou pântanos <sup>227</sup>.

---

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*, p. 28.

<sup>226</sup> WEBER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985b, p. 754.

<sup>227</sup> GOFFMAN, Erving. Tradução. Dante Moreira Leite. **Manicômios, Conventos e Prisões**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.11 – 17.

No entanto, as instituições totais ou quase totais têm como finalidade não só de “proteger” a comunidade dos perigos intencionais, mas também a vida das pessoas: “cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração. Para o estudo das instituições totais é possível utilizar os tipos ideais em função do estabelecimento dos aspectos comuns entre elas, mas posteriormente observando as suas diferenças”<sup>228</sup>.

Os exemplos a seguir permitirão compreender de que forma os tipos se dividem no universo prisional, as interações e os processos de assimilação que rotinizam as variadas relações e a interdependência criada no cotidiano da prisão e que em parte condiciona a previsibilidade de alguns comportamentos dos membros destes grupos nas unidades prisionais.

**2.4.1 DIREÇÃO** – É recrutada entre as camadas mais intelectualizadas, profissionais de nível universitário, em geral advogados, médicos, engenheiros, oficiais, militares de patente acima de major, altos funcionários, entre outros.

São funcionários transitórios, são em geral demitidos após o mandato do governador, por ser cargo de confiança (...) Carreira marcada pela instabilidade do cargo. Situação diferente dos guardas e terapeutas, que exercem cargos efetivos, dos quais sairão por aposentadoria ou condenação em inquérito administrativo ou criminal<sup>229</sup>.

A direção é rodeada de uma grandeza que vai além do papel de carcereiro. Está estimulada por um papel regenerador de homens, seja movida por idealismo, seja movida por interesses mais pragmáticos ou egoístas. Os funcionários da prisão alertam a direção para os problemas que podem advir de mudanças na forma de gerenciamento, demonstrando existir uma lógica e uma razão pelas quais o sistema não deve ser mudado, alertando para a hipótese do colapso na segurança e na ordem. É comum nestes momentos a lembrança de motins e fugas que terminam com o afastamento de profissionais bem intencionados demitidos porque se aventuraram em ações imprudentes.

---

<sup>228</sup> Idem, p.17.

<sup>229</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 30.

Ao mesmo tempo, constata que a ordem na prisão é instável, precária, sujeita a súbitos e inesperados rompimentos. A guarda se encarrega de reforçar essa sensação: a todo o momento alguém diz que “a casa está balanceada” ou coisa parecida, e o diretor se conscientiza de estar sentado sobre um barril de pólvora.<sup>230</sup>

De voluntários críticos e idealistas, são transformados em funcionários submissos e legalistas. A rotinização irá burocratizando e hierarquizando o corpo de apoio à direção. Max Weber explica que o processo de subordinação, e de disciplinamento do corpo de funcionários deve-se à rotinização e à burocratização da organização. E também, aos interesses dos discípulos do governante em se tornarem funcionários permanentes. Em troca, estes funcionários buscam, com o seu disciplinamento e obediência, riquezas materiais ou honrarias<sup>231</sup>.

O governante tenta expropriar os estamentos, e os estamentos tentaram expropriar o governante. Quanto mais o governante consegue ligar a sua pessoa a um quadro de funcionários que dependem exclusivamente dele e cujos interesses estão ligados ao seu, tanto mais os estamentos dotados de privilégios são gradualmente expropriados. Sob tal aspecto, o príncipe adquire meios administrativos próprios e os mantém firmemente sob o seu domínio<sup>232</sup>.

No que diz respeito à direção da administração prisional, no decorrer da sua administração, irá aos poucos “compreendendo” que é impossível atender, pelo menos a curto prazo, e cumprir todas as metas visadas, sendo necessário sacrificar algumas das metas iniciais. O calor do seu idealismo ou dos seus *interesses ressocializantes* irá também sendo rotinizado, enquadrado em nome da disciplina e da segurança. Em situações de confronto entre a guarda e os presidiários, podemos exemplificar sua assimilação pelo modo de vida da prisão, basta observar quando guardas e detentos oferecem denúncia sobre a prática de determinado grupo. A direção

---

<sup>230</sup> Idem, p. 31-32.

<sup>231</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p.100.

<sup>232</sup> Idem, p.142.

ver-se-á sempre dividida por pressões da guarda ou dos internos, o que acabará por definir o perfil da administração: será severa, se apoiar a guarda e será bondosa, se apoiar os presos.

A direção acolhe as partes, sem investigar-lhes a justiça, prestigiando desta forma, ostensivamente, o corpo de funcionários. Porém, quer por advertências reservadas, quer pela negativa de vantagens extras. Demonstra a guarda seu desagrado, relativamente ao agente que excede no uso de partes contra os internos (...) o guarda depende dos superiores para subir na carreira <sup>233</sup>.

As administrações prisionais tendem a adaptar-se, caso contrário, correm o risco de romperem o sistema ou serem repelidas por ele. Muitos serão os limites impostos para a realização de mudanças previstas pela administração. O poder da administração prisional é aparente, é como se o administrador fosse comandado pela institucionalização do sistema social da prisão, e da sua adequação dependesse sua ascensão e seu status. As normas disciplinares acabam por adquirir vida própria e se prolongam interiormente como verdades definitivas, onde se perde a individualidade.

**2.4.2 A GUARDA:** É composta pelos guardas penitenciários e seus chefes diretos, responsáveis pelo serviço de segurança, disciplina, inspetores de turmas, entre outras obrigações. Para compreender o sistema social da prisão é necessário observar que na hierarquia penitenciária, no ponto mais alto se encontra a direção; no ponto mais baixo se encontram os internos; e comprimidos entre eles encontram-se os guardas e os terapeutas.

Na prisão é papel da guarda: punir, intimidar e regenerar. Os controles sociais dirigem-se agressivamente, a cobrar resultados positivos quanto a segurança e a disciplina carcerárias, mostrando-se lassos no que toca aos escopos: punição, intimidação e regeneração (...) como os fins da pena de prisão contradizem-se internamente e como os fins e meios do sistema penitenciário embaralham-se entre si, prestam-se se bem manipulados, a fundamentar até as mais conflitantes condutas dos custodiadores<sup>234</sup>.

---

<sup>233</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 36.

<sup>234</sup> Idem, p. 40-41.

Em caso de motins e rebeliões, ou mesmo nas atividades cotidianas nas desordens internas, este grupo se encontra em risco real de sofrer agressões, de ser refém, como pode se observar em muitos movimentos de prisioneiros. A grande maioria não possui um nível intelectual satisfatório, são denunciados por prática de tortura e maus-tratos por muitos internos, em muitos casos, responsabilizados pelo insucesso do processo ressocializador. A relação entre guardas e prisioneiros é desproporcional, o que também amplia a tensão no cotidiano institucional, já que os guardas não podem entrar na unidade prisional armados, para que as suas armas não venham servir aos internos, em movimentos de contestação.

A conquista da boa vontade do recluso não se consegue impune ou graciosamente (...) como é intuitivo, para atingir tal desiderato, terá de conceder vantagens aos coadjuvantes (...) para corromper, o dominador precisa por seu turno, corromper-se. O que reforça a assertiva de que o processo de prisionalização não se restringe, tão apenas, a massa carcerária <sup>235</sup>.

Nas instituições totais ou quase totais, a movimentação das pessoas em conjunto é supervisionada; na prisão esta atividade é realizada pela guarda. *“Sua principal função não é a orientação ou inspeção periódica, mas a vigilância. Aqui não importa discutir o que é que vem em primeiro lugar-se, os grandes grupos de pessoas controladas, ou o pequeno grupo dirigente; o fato é que um, é feito para o outro”*<sup>236</sup>.

**2.4.3 OS TERAPEUTAS:** Médicos, psiquiatras, psicólogos, educadores, assistentes sociais, advogados e os seus chefes. Sua função está diretamente ligada à idéia de ressocialização dos internos. Em face do processo de rotinização da administração são secundarizados nas relações de poder da instituição prisional, dada a concepção institucionalizada, por guardas e pela direção, de que a tarefa principal é de manter a cadeia segura e disciplinada. Dessa forma, também não se consideram obrigados com a

---

<sup>235</sup> Idem, Ibidem, p. 50-51-52.

<sup>236</sup> GOFFMAN, Erving. Tradução. Dante Moreira Leite. **Manicômios, Conventos e Prisões**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.17-18.

segurança e com a disciplina, discordando da ênfase dada a estes dois elementos, pela direção e pela guarda.

Aderem ao objetivo da regeneração considerando-se dispensados de qualquer compromisso com referência ao problema de fugas, desordens e outros semelhantes (...) o que mais irrita a guarda é a circunstância de que um trabalho ativo dos especialistas faz aumentar a circulação de internos, dentro da cadeia, o que complica questão de segurança (...) os atritos vão desaguar no gabinete do diretor. E ele, contrariado ou não, por subterfúgios ou que diretamente, é forçado a apoiar os setores de segurança e disciplina <sup>237</sup>.

O papel secundário realizado pelo terapeuta na prisão cria entre eles, a guarda e a direção, posturas de submissão ou de confronto. Em geral os confrontos com a guarda resultam no não cumprimento dos seus esforços e dos seus ideais ressocializantes, acabam também desestimulados, adaptam-se ao sistema, passando a realizar as suas funções burocraticamente. É o profissional que se encontra em um sistema de poder, sem deter parcela importante dele. O movimento que o trabalho dos terapeutas exige, desagrada a guarda por quebrar a ordem, para eles primordial, da segurança e da disciplina. Quanto maior o número de homens circulando no espaço prisional, maiores as chances de ocorrerem fugas, motins ou outros comportamentos que quebrem a ordem da cadeia. O trabalho desenvolvido pelos terapeutas provoca irritação na guarda, por produzir uma intensa movimentação da cadeia, provocando a quebra da disciplina.

**2.4.4 OS INTERNOS:** São identificados como um grupo inferior de pessoas dentro do sistema social da prisão. Sua manutenção representa um custo para a sociedade, vistos como objetos a serem manipulados, sem direito a emitir opinião. O controle à que estão submetidos pretende-se total.

O interno está obrigado a seguir ordens porque tem de fazê-lo, sem direito a analisá-las, julgá-las ou sequer compreendê-las (...) engaja-se no sistema social da penitenciária e luta para obter vantagens disponíveis (...) estão expostas em função da impossibilidade de se defender eficazmente, das

---

<sup>237</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 55-56.

agressões, ataques e abusos de toda a ordem, que são o lugar- comum no meio carcerário <sup>238</sup>.

Ocorre uma espécie de mortificação do eu do interno, no momento em que este descobre que perdeu alguns dos papéis importantes que realizava, em virtude da barreira que o separa do mundo externo que será acompanhado de outros processos de perda, realidade que irá promover seu processo de adaptação na instituição prisional. Se tomarmos como exemplo as prisões e os manicômios, poderemos observar que presos e doentes mentais não podem impedir que os visitantes os vejam em condições humilhantes. *“Castigos e privilégios são modos de organização peculiares às instituições totais (...) o sistema de castigos e privilégios e os processos de mortificação, constituem as condições a que o internado precisa adaptar-se.”* <sup>239</sup>.

No sistema social da cadeia é possível identificar um conjunto de normas e sanções, como também, uma variedade de papéis que devem ser desempenhados pelos seus membros. *“Nas relações entre presos, terapeutas, guardas e administradores pode se observar com a mesma intensidade desvios e falhas, e coragem, altruísmo, bondade e liberdade”*<sup>240</sup>. Neste sistema social da prisão a relação com os presos é funcional para a administração, se tomarmos, por exemplo, a função da figura do alcagüete, considerado como “alma sebosa” pelo conjunto dos internos. Estabelecem a ligação entre a liderança dos internos e a guarda. Estarão sujeitos aos castigos se descobertos, mas gozarão de privilégios na cadeia.

Assim como há restrição para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados (...) essa exclusão da equipe dirigente corresponde a uma base específica de distância e controle em relação ao internado (...) criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo

---

<sup>238</sup> Idem, p. 63-73.

<sup>239</sup> GOFFMAN, Erving. Tradução. Dante Moreira Leite. **Manicômios, Conventos e Prisões**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 51-52.

<sup>240</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 80-82.

institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens <sup>241</sup>.

É característico detectar-se baixa estima entre os internos, por considerarem-se o lixo da sociedade. Neste tipo de instituição, seus internos são marcados, independentemente de sua pena ter sido cumprida. A vida do prisioneiro é julgada pelo estereótipo que o segue por toda sua trajetória, reaparecendo cada vez, que sua condição é conhecida. Esta internalização de valores e imagens negativas tem relação direta com a forma, como cada um dos tipos que fazem a prisão, como são vistos e reconhecidos.

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis (...) os membros da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos censuráveis e culpados. (...) um homem colado numa prisão política deve ser um traidor; um homem numa cadeia deve ser um delinqüente; um homem colocado num hospital para doentes mentais deve estar doente. Se não fosse traidor, delinqüente ou doente, por que estaria ali.<sup>242</sup>

Em relação a cada tipo que ocupa a prisão, existe uma expectativa do seu papel que precisa ser reconhecido pelo outro grupo. A não correspondência ao modelo, tão claramente definido, pode gerar conflitos dentro do próprio grupo ou dos variados atores que compõem a prisão.

## **2.5 O ESTADO E AS INSTITUIÇÕES NÃO-ESTATAIS NO SEU ESPAÇO**

Sobre as difíceis relações entre as organizações sociais e o Estado, verificamos que em geral a estratégia do Estado é cooptá-las, trazendo-as para realizar ações que seriam de sua obrigação, numa relação de subserviência e manipulação. Elas são carismáticas, no sentido de fazerem com que seu discurso seja ouvido, seguido, conseguindo respeito junto à sua comunidade de atuação. Esse tipo de relação ocorreu com a Pastoral Carcerária de Caruaru, e poderá ocorrer com outros grupos não-estatais que

---

<sup>241</sup> GOFFMAN, Erving. Tradução. Dante Moreira Leite. *Manicômios, Conventos e Prisões*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 24-25.

<sup>242</sup> Idem, p.19 - 20.

ocupem o espaço governamental. O processo de rotinização se inicia com a cooptação realizada pelo Estado, trazendo estas organizações para a sua base de apoio, ou fazendo com que elas administrem para o Estado, ou se tornem suas parceiras. Observa-se sempre o seu enfraquecimento, quando elas se rotinizam.

Uma análise interessante, que marca essa parceria das instituições com o Estado, é realizada por Ricardo Antunes, em relação à retração do papel do sindicato no mundo do trabalho, sempre caracterizado pelas lutas políticas, greves e demais lutas dos trabalhadores. Com a ascensão do neoliberalismo e com os efeitos da globalização, a crise da esquerda e o fim do socialismo<sup>243</sup>, os sindicatos perderam espaço e a tendência deles é, diante do desemprego estrutural, fazer parcerias com o Estado para a manutenção de alguns empregos, e formar núcleos de capacitação, oferecendo alimentação, medicamento, entre outros auxílios, obrigações do governo e que o sindicato toma para si. São burocratizados e rotinizados, em função do vazio deixado pelas novas relações econômicas e pela sua dificuldade de absorver a massa de subproletários que crescem consideravelmente, ameaçando os empregos formais<sup>244</sup>.

Essas organizações, ao celebrarem contratos de gestão com o Estado, deslocam-se da Arena social e do espaço público fertilizado com os influxos comunicativos da sociedade civil e passam a girar em torno do Estado. Isto sem falar na possibilidade de que o próprio Estado selecione as organizações contratantes ou estimule sua criação por mecanismo de cooptação e clientela política <sup>245</sup>.

Sobre as parcerias entre o Estado e as organizações sociais na América Latina, a partir da década de 70 do século XX, e as dificuldades em se ocupar um espaço estatal e suas implicações políticas para a esfera local e para estas instituições, Elenaldo Teixeira faz considerações significativas.

---

<sup>243</sup> Na antiga URSS, na Alemanha Oriental e no Leste Europeu.

<sup>244</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997, 17-18.

<sup>245</sup> VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania. A Sociedade Civil na Globalização**. Rio de Janeiro: Record, p. 82.

A ênfase demasiada no local tem se constituído, inclusive, em suporte para políticas neoliberais de desoneração do Estado Central, transferindo-se determinadas funções para o nível local como passo para a privatização, num processo perverso de descentralização e neolocalismo (...) pode significar também uma estratégia de elites tradicionais que controlam o poder local, realimentando o clientelismo. Por outro lado, têm provocado iniciativas inovadoras e criativas de gestão, com intensa participação da sociedade civil<sup>246</sup>.

A partir dos anos 70, alguns países latino-americanos passaram a ultrapassar o comportamento apático em relação à política. Existia um total alheamento das organizações da sociedade civil em relação ao Estado. Só após a superação dos regimes autoritários, estes países puderam aprofundar estas mudanças. A articulação romântica destes grupos com o poder, em suas estratégias, muitas vezes previsíveis, demonstra as dificuldades em lidar com o boicote político que enfrentam pela estrutura burocrática montada. Vários sujeitos vão desanimando, membros destas organizações acabam se afastando das experiências num conflito quase insolúvel entre a realidade e a utopia. Situação que pode ser verificada em alguns depoimentos de informantes que constituíram nossa amostra sobre a experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru.

Dois fatores viriam a contribuir para uma mudança: a globalização e a descentralização do poder. A primeira, com seus efeitos perversos sobre a coesão social, suscitando programas compensatórios; a segunda, ao desonerar o Estado Central de determinadas tarefas, transferindo-as à esfera local que, por sua vez, repassa-as ao setor privado, aí incluindo-se as organizações<sup>247</sup>.

As experiências de gestão alternativa no âmbito local cresceram na década de 90, e como a experiência de Caruaru, encontraram o desafio de conciliar dificuldades do dia-a-dia com as necessidades de maiores interlocuções com a sociedade. As reflexões abaixo são importantes por

---

<sup>246</sup> TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador; UFBA, 2001, p.48.

<sup>247</sup> Idem, p.101.

reconhecer como estes grupos passam, na década de 90, a exercer um papel diferenciado na política local.

Duas tendências se fortalecem no cenário social brasileiro nos anos 90, com relações diretas com a temática dos movimentos sociais: O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente ao nível do poder local (...) dessa experiência de trabalho cooperativo origina-se o terceiro setor da economia, no âmbito informal<sup>248</sup>.

Gonh considera que ocorre um processo de descentralização estatal e que alguns modelos de gestão ligam-se às exigências da nova ordem mundial de transferência de gastos para o poder local. Alerta para o problema da descontinuidade administrativa, sendo um dos entraves para a efetividade destas experiências, quando conseguem resultados positivos.

Quando estas correntes saem do poder - por terem perdido as eleições - estas experiências são varridas do cotidiano da gestão das coisas públicas, deixando a memória - por meio dos seus registros e memória coletiva de participação - sem inscrever as novas práticas como partes constituintes da sociedade.<sup>249</sup>

Elenaldo Teixeira nos chama a atenção para as ambigüidades que podem apresentar as organizações locais, em seus mecanismos de atuação. Elas atendem à perspectiva de descentralização política por desafogar os Governos, porém devem cuidar para que isso não signifique o afastamento das suas responsabilidades.

Cabe, assim, à participação cidadã contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, e exigir o accountability e a responsabilização dos gestores. Dessa forma, poder-se-á compatibilizar a participação com a representação (...) as experiências de gestão local e participação cidadã mostram inovações criativas, mas também ambigüidades e limitações, cabendo questionar-se sua efetividade e a possibilidade de

---

<sup>248</sup> GONH, M<sup>a</sup> da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. SP: Cortez, 1997, p. 34.

<sup>249</sup> Idem, p.38.

que se constituam em mera estratégia de legitimação de governos<sup>250</sup>.

Estudos de Boaventura de Souza Santos enfatizam o protagonismo das experiências locais que, mesmo diante da complexidade da nova ordem social, procuram de forma contra-hegemônica ocupar espaços na construção destas alternativas, que têm como objetivo central a melhoria das condições de vida e de conquista de espaço democrático<sup>251</sup>. Demonstra que a crise do paradigma de classes trouxe de volta o debate sobre os direitos humanos para o centro da discussão política, reconhecendo que estas lutas se apresentam fragmentadas, mas têm conduzido este debate da esfera pública local para a esfera pública global, trazendo visibilidade para as suas bandeiras.

A criação de redes translocais entre alternativas locais é uma fonte de globalização contra-hegemônica a nova face do cosmopolitismo (...) A construção da emancipação neocomunitária avança à medida que a argumentação introduz exercícios de solidariedade cada vez mais vastos. Esta construção micro utópica tem de assentar na força dos argumentos que a promovem, ou melhor, no poder argumentativo das pessoas ou dos grupos que pretendem realizá-la<sup>252</sup>.

As constatações, tanto na experiência de estudo de Gonh ou Santos, permitem-nos entender a crise da participação política dentro do neoliberalismo e da globalização, apontam nesse espaço sombrio para a reconstrução das utopias, sua ressignificação, dentro de uma nova concepção de sociedade civil. O pensamento de Max Weber, por mais que possa apresentar o fatalismo da institucionalização do carisma, aponta também para a importância de relações que equilibrem nas instituições as forças entre a burocracia e carisma.

---

<sup>250</sup> TEIXEIRA, Elenaldo. **Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p. 41- 95.

<sup>251</sup> SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p.29-35.

<sup>252</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 37.

## 2.6. A COOPTAÇÃO ESTATAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO – ESTATAIS

A passagem da década de 80 para a década de 90, do século XX, foi marcada por mudanças significativas nas relações dos movimentos não-estatais com o Estado. De acordo com Gonh, podemos descrever esse período, sendo marcado pela *“passagem do otimismo para a perplexidade, e depois para a descrença. Mudança provocada pelas alterações das políticas públicas, composição dos atores sociais, o desgaste das práticas participativas”*<sup>253</sup>.

É a partir da década de 90 que ocorre no Brasil a ascensão destes novos atores sociais no poder. Nesse processo observaram-se algumas fragilidades, algumas delas marcadas principalmente pelo problema da falta da capacitação técnica das lideranças, pela ausência de estudos e seminários sobre cidadania, poder local e recursos públicos, como problemas na elaboração de projetos. Tais competências se justificavam, na medida em que, muitas lideranças haviam ascendido à condição de dirigentes de órgãos públicos, em que as discussões políticas centrais passaram a ser: cidadania coletiva e exclusão social<sup>254</sup>. *“O Estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor”*<sup>255</sup>.

Esse processo produziu uma percepção mais ampliada da relação entre o Estado e a sociedade, que reconhece a legitimidade de um espaço ocupado por instituições que se encontrem entre o Estado e o mercado. Estas instituições se tornaram mediadoras dos indivíduos organizados e governos. Os valores motores destes movimentos são valores baseados nos princípios da ética e da solidariedade<sup>256</sup>.

A ética e a solidariedade são os motores das suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas

---

<sup>253</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 285.

<sup>254</sup> Idem, p. 286.

<sup>255</sup> Idem, Ibidem, p. 287- 288.

<sup>256</sup> GONH, M<sup>a</sup> da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. SP: Cortez, 1997, p. 54.

comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, hobbies, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos, etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais<sup>257</sup>.

O desencanto com as decepções na política, com os escândalos de corrupção, da demora na realização das transformações sociais que embalsamaram as utopias da esquerda mundial, e em particular da latino-americana e brasileira, são reconstruídas dentro da nova concepção de sociedade civil. As reflexões de Gonh (1997) são essenciais por ressaltar à quebra da visão transformadora e revolucionária destes movimentos, grupos ou indivíduos para serem parceiros do Estado. A situação não é sedutora para os militantes da esquerda tradicional que sempre enxergaram o Estado como inimigo. Mas também, pela condição de poder, que será garantido a alguns indivíduos (geralmente seus líderes) que fragmentam o bloco de poder na ascensão à esfera do Estado. O Estado, por sua vez, aproveita-se da fragmentação do grupo, coopta seus líderes e quebra o movimento. Essa situação poderá ser observada na análise de resultados da pesquisa, a partir dos relatos individuais e dos conflitos que marcarão a ascensão da Pastoral Carcerária de Caruaru ao Governo do Estado de Pernambuco e seu recuo como movimento social reivindicatório e denunciatório.

A fragmentação corre em geral a partir do processo de escolha dos dirigentes, pela ausência de mecanismos concretos que regulamentem a participação colegiada, levando a decisão a ser mais individual do que coletiva. São questões como essas, que criam internamente lutas pelo poder, que fragilizam e afastam muitos indivíduos destes movimentos sociais, ONGs e outras organizações da participação cidadã.

Entretanto, pela morosidade da máquina estatal em regulamentar estas formas colegiadas de participação, e pelas mudanças sucessivas nas políticas públicas, as regras das novas estruturas colegiadas têm sido estabelecidas por

---

<sup>257</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 301.

iniciativa dos dirigentes. O critério de representatividade passa ser (por falta deste debate) pessoal, individual, de indicação, baseado nas qualidades de um ser “notável” em determinada área de atuação<sup>258</sup>.

As reflexões de Gonh ainda demonstram a situação encurralada em que se encontra a participação cidadã, na sua dependência em relação ao Estado: *“Fora das políticas públicas não há recursos para desenvolver projetos com a comunidade organizada porque os financiamentos internacionais agora são escasso”*<sup>259</sup>. Situação que torna praticamente impossível atender às demandas que os movimentos populares buscam, sem o apoio e a parceria financeira do Estado.

Após a década de oitenta, estes movimentos e ONGs se qualificam como os principais mediadores das relações entre a sociedade e o Estado. Essa relação era também importante para o Estado em sua busca de mudar a sua face repressiva. O que mudou na década de 90, é que o Estado, ao mudar a sua face repressora, vem dispensando a participação desses movimentos para se aparentar como democrático. *“O cenário de correlação de forças se alterou, e se ampliou a ala do movimento popular não combativo (...) ocorre uma crise no processo de democratização. Os movimentos não aparecem mais na mídia, nem na população como interlocutores do Estado”*<sup>260</sup>. Gonh conclui que são muitos os efeitos sobre os movimentos: a dificuldade de mobilização, o corporativismo, aliados aos problemas da nossa cultura política autoritária, especialmente no plano dos interesses pessoais. Alguns militantes tornaram-se dirigentes de organizações, o que resultou no enquadramento em rotinas, nos interesses mais imediatos: pessoais ou coletivos. A realidade e o imediatismo foram resfriando a paixão e o engajamento político, e a experiência foi tornando os militantes, no poder, mais estratégicos, menos apaixonados e menos revolucionários ou passionais.

---

<sup>258</sup> Idem. p. 310.

<sup>259</sup> Idem, Ibidem, p. 313.

<sup>260</sup> Idem, Ibidem, p. 323.

São interesses difusos e indeterminados, com predisposição para o trabalho coletivo com fins determinados, com fins utilitaristas: meu grupo, minha empresa (...) são movimentos fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Tecem redes que se quebram facilmente, dada a sua fragilidade<sup>261</sup>.

Em sua análise, das relações desses movimentos com o Estado, Gonh observa que realizam alguns ciclos de idas e vindas. Aparecem e reaparecem no cenário político: local, nacional ou global, às vezes em *“movimentos que delineiam fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esfumagante. Mas sempre presente”*<sup>262</sup>.

A partir do referencial teórico apresentado, vimos o modelo carismático assentado na confiança da liderança como base da administração da Pastoral Carcerária de Caruaru. A rotinização, as lutas internas e os seus efeitos sobre a mística que envolve uma administração carismática. A burocracia torna líderes funcionários, e o carisma se rotiniza frente à racionalidade estatal rígida e burocratizada esfriando seu vigor profético e de cidadania.

As reflexões teóricas deste capítulo serão retomadas ao longo do trabalho, onde dedicamos os três últimos capítulos à realidade de PJPS, de 1996 a 2002, para compreender seus efeitos em uma experiência que mudou a perspectiva da administração da prisão no Estado de Pernambuco. No capítulo seguinte apresentamos nosso percurso metodológico.

---

<sup>261</sup> GONH, M<sup>a</sup> da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. SP: Cortez, 1997, p. 72.

<sup>262</sup> Idem, 54.

# CAPÍTULO 3

## PERCURSO METODOLÓGICO: CAMINHOS PERSEGUIDOS

---

Compreendendo a pesquisa como tentativa de aproximação da realidade, a metodologia é entendida como o caminho que possibilita esta aproximação. Sem a ilusão de dar conta de toda riqueza que reveste o universo do campo de pesquisa, se fez a opção pela pesquisa qualitativa<sup>263</sup>, pelas razões expostas a seguir: Seu ambiente natural é fonte direta de onde retiramos os dados, predominantemente descritivos. Através deles são revelados os aspectos objetivos e subjetivos. Tais dados exigem um intenso trabalho de campo realizado pelo pesquisador, além da afinidade que a convivência no campo favorece. Ocorre uma maior aproximação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, ressaltando ainda que o significado que os sujeitos dão às coisas são essenciais ao processo de investigação. A preocupação com o processo é maior do que com o produto da investigação <sup>264</sup>, compreendendo também que a pesquisa qualitativa possibilita um mergulho subjetivo através dos seus instrumentos de coleta de dados e técnicas, “*como mais capazes de incorporar os significados e as intencionalidades*”<sup>265</sup>.

Sob este enfoque, não se compreende a ação humana independente do seu significado, que lhe é atribuído pelo autor, mas também não se identifica essa ação com a interpretação que o autor social lhe atribui (...) percebe a relação inseparável entre mundo natural e social; entre objeto e suas questões; entre ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam<sup>266</sup>.

---

<sup>263</sup> CHIZZOTI, Antônio. **A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 34.

<sup>264</sup> Idem p. 36.

<sup>265</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p.10.

<sup>266</sup> Idem, p. 11-12.

A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo das ciências humanas e sociais. Ao se discutir o rigor, nas Ciências Humanas e nas Ciências Naturais, é necessário observar que elas não são formas antagônicas de apreender a realidade, são formas distintas de estudar a realidade e podem até ser complementares. Para tanto é interessante observar as reflexões de Alves.

O rigor das ciências da natureza não se deve, em absoluto, a que elas sejam mais rigorosas e seus métodos mais preciosos. Acontece que o bicho com que lidam é muito doméstico, manso, destituído de imaginação, faz sempre as mesmas coisas, numa rotina enlouquecedora, freqüenta os mesmos lugares. Tanto assim, que é possível prever onde estarão terra, sol, e lua daqui a 100 mil anos (...) é isso que torna tão difícil fazer uma ciência rigorosa do mundo humano. O problema não está nem nas teorias, nem nos métodos, mas na própria natureza do objeto<sup>267</sup>.

É importante observar que o mundo das relações sociais não é tão previsível quanto às relações do mundo da natureza. À medida que são estabelecidas relações de maior complexidade nas interações sociais, observa-se uma maior dificuldade de prever as ações ou as leis que regem o comportamento humano. No entanto, os métodos e os instrumentos auxiliam o pesquisador a uma aproximação da realidade. Observando a regularidade dos fenômenos da vida social, se pode em parte “prever” o comportamento do objeto, sem pretender construir verdades baseadas nas repetições, mas em probabilidades. As Ciências Humanas e Sociais não buscam apenas estabelecer relações causais para compreender os seus fenômenos, *“necessitam mergulhar mais subjetivamente na realidade para compreender e interpretar as relações, as tramas, a teia de informações que torna os fatos inteligíveis”*<sup>268</sup>.

A compreensão qualitativa reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção ao projeto futuro (...) reconhece o sujeito como autor,

---

<sup>267</sup> ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência. Introdução ao Jogo e às Suas Regras.** São Paulo: Loyola, 2000, p.104-105.

<sup>268</sup> Idem, p.138.

sob condições dadas, capaz de retratar e refratar a realidade. Não apenas como sujeito sujeitado, esmagado e reproduzidor das estruturas e relações que o produzem e nas que ele produz (...) nossa busca sem fim, nesse processo inacabado, cheio de contradição e solitário, nesse terreno que não tem donos e nem limites, o significado e a intencionalidade são os mesmos da primeira a última linha<sup>269</sup>.

A escolha de um pensador clássico, como ponto de partida do referencial teórico, permite traçar nexos causais, mergulhar nas tramas e teias de relações, graças à opção metodológica. Assim, a relação ocorreu entre o referencial teórico e o metodológico. Na forma como Max Weber construiu seu arcabouço teórico, ricamente fundamentado, pela postura preocupada, não apenas com os sentidos manifestos, mas também, com os que se ocultam. Assim Weber nos permite correlacionar seus estudos com realidades contemporâneas.

Uma dessas maneiras é quando faz a comparação entre realidades distintas não para buscar o que é comum, mas o que é diferente entre elas. Ao buscar as diferenças nos fornece o que é específico. Esse modo de pensar favorece a formulação de questões que preocupam qualquer investigador<sup>270</sup>.

Max Weber propõe compreender a sociedade, a partir do conjunto das ações individuais, principalmente quando orientamos as nossas ações em relação aos outros. O que é necessário é captar o significado que as pessoas atribuem aos seus atos e o que esperam da ação dos outros. Os mesmos fatos podem adquirir sentidos diferentes, dependendo do contexto em que se encontrem. O que ocorre com o sistema penitenciário e com os grupos que interagem em seu interior, onde os papéis parecem pré-determinados. Para compreender estas diferenças é necessário um processo de reflexão sobre cada realidade, verificando até que ponto ela se aproxima ou se distancia dos modelos teóricos ou dos estereótipos construídos. A ação não se dá, exclusivamente, com o estabelecimento de relações causais, mas

---

<sup>269</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, RJ: Abrasco, 2000, p. 252- 254.

<sup>270</sup> CARVALHO, Alonso B. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 34.

com o desafio de compreender e interpretar as relações num esquema teórico explicativo<sup>271</sup>. O que significa que ao interpretar, busca-se dar sentido aos fatos e dados estudados que não podem ser compreendidos sem o apoio de um referencial teórico que permita captar os movimentos do objeto ou da situação estudada.

O que ocorre é que os dados não são a origem das teorias. Elas não surgem deles. Dados são apenas provocações-peças avulsas de um quebra-cabeça-que sacodem a imaginação, pedindo-lhe que ela lhe resolva o enigma. O enigma seria então, a totalidade, o quadro geral que organiza os dados e lhes dá sentido<sup>272</sup>.

A escolha de se partir de um modelo, justifica-se pela opção do uso de um parâmetro, não como uma camisa de força. O Caminho teve como objetivo à busca das peças do quebra-cabeça, que o confirmará ou não. Compreendendo que a percepção não é produzida pelos dados, e que os mesmos são pistas através das quais a mente humana organiza para que venham fazer sentido.

Assim, Weber chama a atenção de um lado para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social, e de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social, determinado fato deve sua maior dependência. Porém a base de seu raciocínio é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, e assim deve ser investigada (...) as idéias são juízo de valor que os indivíduos dotados de vontade humana possuem<sup>273</sup>.

Weber teoriza sobre a influência recíproca entre os fundamentos materiais, as formas de organização político-social e o conteúdo das idéias. No estudo sobre a administração da Pastoral Carcerária na PJPS, é possível enxergar a influência de fatores econômicos e de classe, porém não é o fator classe que é determinante para as interações e conflitos entre os sujeitos na

---

<sup>271</sup> ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência. Introdução ao Jogo e as Suas Regras**. São Paulo: Loyola, 2000, p.141.

<sup>272</sup> Idem, p.158.

<sup>273</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p.161 – 162.

administração institucional. O recorte de classe seria mais perceptível em relação ao perfil da população encarcerada e nas relações dos presidiários com outros atores sociais, elemento de extrema importância, mas que não se configura no objeto de estudo desta pesquisa e o que referencial weberiano escolhido não possibilita essa análise.<sup>274</sup>

Max Weber discute a existência de uma certa autonomia do mundo das representações e sobre a possibilidade concreta de se estudar a eficácia histórica das idéias. No entanto, ao afirmar que essa certa autonomia, ele não descarta a possibilidade empírica de que, em determinados momentos, o econômico seja o fator determinante e que, em outros, são fatores diferentes os que influem na formação social<sup>275</sup>. (Grifo Nosso)!

### 3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na escolha dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa qualitativa se levou em consideração os elementos obtidos a partir dos informantes, das comunicações, dos documentos e dos periódicos que dificilmente se manifestam nas ações e nas condutas cotidianas, cobertos pela rotina. O uso dos instrumentos, principalmente das entrevistas em profundidade, objetivou trazer à tona os significados e valores escondidos nas ações.

As condições de vida e trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pela qual as classes e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela. Isso implica que para todos os grupos, ainda que de forma específica e peculiar todas as relações: sociais, políticas, econômicas, culturais ou que envolvam a relação saúde e doença, envolvem uma complexa interação entre os aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais da condição humana e de atribuição de significados<sup>276</sup>.

---

<sup>274</sup> Analisar as relações de classe na prisão exigiria uma convivência maior com os prisioneiros, o que é praticamente impossível no atual cenário de superlotação das unidades prisionais.

<sup>275</sup> CARVALHO, Alonso B. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 37.

<sup>276</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p. 15

Levando-se em conta estas observações, foram utilizados os seguintes instrumentos da pesquisa qualitativa: entrevista semi-estruturada, história de vida, grupo focal e levantamento documental.

**3.1.1 Entrevista semi-estruturada** (aplicada com ASPs, professoras, representantes do clero, voluntários, membros da sociedade civil, agentes pastorais, representantes da imprensa e do governo Miguel Arraes). A opção pela entrevista semi-estruturada possibilitou maior aproximação com os sujeitos selecionados, sem que se perdesse de vista o foco da pesquisa e o sentido que os sujeitos atribuíram às suas ações na PJPS, no período estudado, que permitiu um relacionamento democrático com os sujeitos da pesquisa.

As entrevistas focadas nos sujeitos envolvidos na temática implicam em um certo posicionamento teórico-metodológico: a valorização do ponto de vista dos sujeitos; metodologicamente implica no esforço de discernir os princípios que regem as percepções dos mesmos, com o objetivo de distinguir fórmulas mais explicativas.<sup>277</sup>

Na opção pela *entrevista semi-estruturada* levou-se em consideração o significado da entrevista, como instrumento das Ciências Sociais, porque através dela pode-se mergulhar na subjetividade, nos espaços ocultos não mensuráveis, por técnicas de pesquisas tradicionais.

Pois pelas entrevistas podemos identificar condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas<sup>278</sup>.

---

<sup>277</sup> RICHARDSON. R.J. **Pesquisa Social. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1990, p.83.

<sup>278</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. SP: Hucitec, RJ: Abrasco, 2000, p.110.

Os dados subjetivos, que encontrados nos depoimentos, permitiram identificar os valores e os sentidos manifestos ou ocultados pelos sujeitos, como também, analisar as opiniões e as atitudes<sup>279</sup>.

**3.1.2 A *história de vida*** (realizada com o ex-diretor<sup>280</sup> da PJPS, com uma voluntária, com uma ASP e com uma professora). Utilizada em função das diferentes trajetórias dos sujeitos selecionados, foi escolhida a história de vida tópica, que articula as histórias anteriores dos sujeitos, (como pano de fundo) para compreender como o sujeito situa-se dentro do foco que é o objeto de estudo da pesquisa. A mesma foi utilizada, focalizando a história do informante, dentro da etapa histórica em que se desenvolve a pesquisa e a sua relação com a situação estudada, além da influência da experiência anterior nas situações vivenciadas dentro da prisão.

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar a sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual<sup>281</sup>.

*A história de vida foi utilizada* como instrumento complementar de pesquisa. Foram selecionados quatro sujeitos que participaram ativamente da experiência na PJPS, que conheceram por caminhos diferentes, por pontos de vistas às vezes consensuais e algumas vezes conflituosos, a administração da Pastoral Carcerária. O envolvimento profissional, pessoal ou religioso foi o critério de inclusão do grupo. Assim, *a história de vida* foi o instrumento que ajudou a captar dados que ultrapassam a fala do informante,

---

<sup>279</sup> MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília (Org.) **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Rio de Janeiro, 1994, p. 51-52.

<sup>280</sup> Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária.

<sup>281</sup> Idem, p.59.

em função da grande experiência e da convivência do sujeito escolhido com a realidade estudada. *“Na medida em que acrescente dados pessoais e visões subjetivas, a partir de determinado lugar social, permite abrir caminhos de investigação em áreas que pareciam resolvidas, tanto no campo das rotinas institucionais, como nos processos e relações sociais”* <sup>282</sup>.

**3.1.3 Grupo Focal:** Realizou-se com doze detentos a técnica de animação do grupo foi utilizada, intervindo sempre que fosse necessário retomar a discussão de um ponto focado na pesquisa, as matérias de jornais, revistas, fotos eram apresentadas e os sujeitos relatavam suas memórias e percepções do tópico apresentado. Seguiu-se também a orientação de Minayo para seleção do grupo e das técnicas utilizadas.

Os participantes são escolhidos a partir de um determinado ponto, cujas idéias e opiniões sejam do interesse da pesquisa. A abrangência do tema pode exigir uma ou várias sessões: Essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas, complementar informações sobre acontecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções, desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares <sup>283</sup>.

Ocorreu em um único encontro, com cada grupo de seis sujeitos, em dois sábados, de abril de 2006. Ofereceu-se um café da manhã aos presos envolvidos. Às sete horas da manhã, foi servida a mesa do café, os detentos ficariam mais de uma hora e meia participando do grupo focal. Um café da manhã reforçado, em um sábado ensolarado, abriu o apetite e facilitou de início a conversa sem formalidades. Os sujeitos ficaram à vontade, todos eram conhecidos e antigos na PJPS, tínhamos intimidade com o grupo, toda ação foi negociada com a direção. Foram apresentadas fotografias e matérias jornalísticas, trabalhos artesanais, e a partir das imagens da administração da Pastoral Carcerária na PJPS começou-se a conversa, os detentos forneceram suas opiniões sobre os fatos. Foi um momento de

---

<sup>282</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p.127.

<sup>283</sup> Idem, p.129-130.

grande emoção, catártico para todos: a pesquisadora e os sujeitos. Com a técnica de apresentação de notícias de jornais e fotografias as histórias de presos eram contadas e confrontadas com as versões dos outros informantes da pesquisa. Ao mesmo tempo em que serviam para reavivar a memória dos sujeitos e fazer surgir opiniões e valores.

**3.1.4 Levantamento documental:** (realizado através de estatísticas governamentais: DEPEN, SERES, SDS, documentos oficiais, principalmente ofícios, correspondência com a Secretaria de Justiça, correspondência com outras pastorais carcerárias, notícias veiculadas nos periódicos, especialmente: Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Jornal Vanguarda, pastas dos detentos, correspondência, cartas de detentos e fotografias). Os instrumentos de pesquisa escolhidos levaram em conta que *“a metodologia qualitativa requer a inclusão das concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”*<sup>284</sup>. O levantamento documental correspondeu à coleta de informações complementares (pessoais e institucionais) dados secundários da pesquisa que serviram para contrapontos e associações com os dados colhidos com os informantes primários<sup>285</sup>.

Os instrumentos de coleta de dados foram construídos da seguinte forma: roteiro de entrevista, definição dos itens do grupo focal, das histórias de vida e da ficha para anotação dos documentos, matérias de jornais e eventos que envolvessem a administração da PJPS no período estudado. A elaboração dos roteiros seguiu a necessidade de se pontuar os focos de interações e conflitos que são necessários para compreender burocracia e carisma na unidade prisional. De início não se pretendia trabalhar com grupo focal, mas com entrevistas em profundidade, porém os detentos se sentiram expostos, preferiam ser ouvidos coletivamente, sobrando a opção do grupo focal, pelo sentimento de segurança dos informantes na presença de outros

---

<sup>284</sup> Idem, p. 22.

<sup>285</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa.** Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 321.

detentos, sem a presença da segurança, apenas a pesquisadora, os detentos e o profissional de gravação, o resultado foi excelente, mostrou-se mais dinâmico em relação às entrevistas.

Ao ver que as conversas tinham como roteiro documentos reais que conheciam e tinham participado de alguma forma ficaram tranquilos. O objetivo foi não cercear a comunicação, contribuir para que emergissem a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos narrados e do ponto de vista dos interlocutores. Foi apresentado um termo de consentimento, assinado por cada sujeito, garantindo o anonimato e o retorno da pesquisadora com os resultados após a conclusão e defesa da tese<sup>286</sup>. Após a defesa a tese foi entregue na direção da PJPS para que fosse colocada na biblioteca onde os detentos pudessem ter acesso.

Os instrumentos de coleta de dados, acima descritos, possibilitaram uma melhor triangulação dos dados, interpondo entrevistas, documentos, depoimentos e histórias de vida, grupo focal, e permitiram uma ampla visão da realidade estudada, validando e negando algumas das nossas afirmações. *“A triangulação dos dados consiste na combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista, através do trabalho conjunto de várias pessoas pesquisadas, diversos informantes e diferenciadas técnicas de coleta de dados”*<sup>287</sup>.

O trabalho de campo seguiu a orientação de Minayo, e as entrevistas e histórias de vida foram gravadas, o grupo focal foi gravado e filmado com a autorização dos detentos, desde que após a conclusão e defesa da tese a fita contendo os depoimentos fosse entregue ao atual diretor da GEREP II<sup>288</sup> e ex-diretor da PJPS no período estudado acordo que cumprimos integralmente. Foi utilizado um caderno de campo onde foram registradas as impressões cotidianas, as angústias, as dificuldades e as informações que não foram obtidas nos instrumentos definidos para a pesquisa. *“O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no*

---

<sup>286</sup> Cada sujeito receberá uma cópia do trabalho em CD e uma cópia escrita da Tese será encaminhada para a PJPS e outra para a Diocese de Caruaru.

<sup>287</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p. 240.

<sup>288</sup> Gerência Regional Penitenciária II.

*intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congregam os diferentes momentos da pesquisa”.*<sup>289</sup>

### 3.2 CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru - PE, localizada na Avenida Caruaru, S/N, no bairro do Vassoural. No decorrer da pesquisa, muitos sujeitos selecionados para a amostra não se encontravam na PJP. Apenas doze detentos e a atual diretora da unidade, que foi ASP e indicada para substituir o ex-diretor (da Pastoral Carcerária). A constatação fez com que fosse redirecionada à idéia de campo de pesquisa, e o desafio foi localizar o destino dos outros informantes, o que fizemos de acordo com a orientação de Minayo<sup>290</sup>. O caminho se deu com a reaproximação das pessoas selecionadas, sendo-lhes explicada a importância da participação. Apresentada a proposta de estudo, os sujeitos, que concordaram em participar da pesquisa, assinaram um termo de livre consentimento para que os depoimentos pudessem ser coletados e analisados. Foi-lhes dito que todos eram considerados como co-responsáveis pelo processo e pelo produto.

A proposta inicial foi de realizar as entrevistas nos ambientes de trabalho onde se encontrassem os sujeitos. No entanto, em alguns casos, as entrevistas foram obtidas em suas residências, restaurantes isolados, lugares sugeridos pelos entrevistados que permitissem a realização do trabalho com silêncio e tranquilidade. O interessante é que pouquíssimos informantes optaram em falar nos ambientes de trabalho.

Os cientistas humanistas vão para onde as pessoas que serão estudadas - seus sujeitos ou informantes - estão e despendem tempo com eles em seus territórios: Suas escolas, seus locais de trabalhos, suas casas, ou locais onde

---

<sup>289</sup> MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília (Org.) **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994, p.64.

<sup>290</sup> Idem, p.51-52.

se sintam à vontade para contribuir para a realização da pesquisa<sup>291</sup>.

Com a orientação de Minayo se percebeu que o campo apontava para a descoberta de novas pistas, para momentos de reformulação dos caminhos da pesquisa. Também foi possível compreender durante a realização do trabalho de campo, que mesmo partindo de posições desiguais, os atores sociais envolvidos (a pesquisadora e os informantes) buscavam uma compreensão, situação que ocorria durante os diálogos e que facilitava a relação e os resultados positivos da interação. A cumplicidade revelou-se em momentos em que os entrevistados convocavam um novo encontro, onde eram apresentados documentos, fotografias e alguns acrescentaram novas informações.

Por meio dessa compreensão somos capazes de entender melhor aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, bem como a delimitação do espaço público e do privado. Essas considerações baseiam-se no pressuposto de que os entrevistados não são ingênuos espectadores, nem subjetividades ao acaso ou atores não críticos<sup>292</sup>.

A situação mais complexa, para a realização do encontro com os presos, foi para realização do *grupo focal*. Restavam poucos detentos que haviam acompanhado a história da administração da Pastoral Carcerária, sendo necessário negociar a realização de encontro com a GEREPE II<sup>293</sup> e com a Direção da PJPS. A responsabilidade da pesquisadora foi a parte técnica do encontro. A direção da PJPS facilitou o encontro com os detentos. A direção foi solícita o tempo todo. Como no final de semana a unidade prisional é cuidada pelos ASPs, tivemos dificuldade de encaminhar o encontro, problema que se resolveu com a interferência do diretor da GEREPE II, que veio até a unidade prisional, conversou com os agentes penitenciários sobre a importância da pesquisa e resolveu o impasse.

---

<sup>291</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínica – Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 321.

<sup>292</sup> MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília (Org.) **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994, p. 62.

<sup>293</sup> Gerência Regional Penitenciária II.

### 3.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

O trabalho se deu a partir da amostra intencional na escolha dos sujeitos. O critério de inclusão foi de que os sujeitos selecionados na amostra tivessem vivenciado e participado diretamente da experiência administrativa da Pastoral Carcerária: parceiros, voluntários, representantes do clero, advogados, jornalistas ou profissionais que tivessem disposição e interesse em participar e relatar as suas vivências e percepções do caso concreto. Foram excluídos da amostra os sujeitos que revelaram insegurança e medo, que desmarcaram entrevistas por medo de perseguição ou por medo de que o conteúdo da entrevista fosse revelado. Seguimos a orientação de Turato ao afirmar que com este tipo de comportamento o sujeito é exposto a um nível elevado de tensão, e que do ponto de vista ético o pesquisador não deve insistir, pelo desconforto que a situação pode criar para o sujeito. Os assuntos podem estar ligados às suas memórias negativas e ele ainda não se encontra preparado para lidar com elas, o que pode comprometer os objetivos do pesquisador e piorar as condições emocionais do informante. Turato (2003) trata essa conduta como comportamento fóbico, afirmando que este tipo de sujeito deve ser excluído da condição de informante<sup>294</sup>.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos por possuírem experiências diferenciadas dentro do mesmo espaço e pontos de vista conflitantes. De acordo com os tipos que compõem a comunidade carcerária, entidades da sociedade civil, voluntários que participaram diretamente da experiência da Pastoral Carcerária à frente da PJPS, de 1996 a 2002, razão da opção do trabalho com a amostra intencional.

A escolha intencional dos sujeitos, ou amostra intencional é a escolha deliberada dos respondentes, sujeitos ou ambientes, diferente da amostra estatística que se preocupa com a representatividade em relação a população total. Nesse caso o investigador fica livre para escolher os sujeitos que em sua

---

<sup>294</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 479.

visão, possam trazer informações substanciais sobre o assunto em pauta<sup>295</sup>.

Neste tipo de escolha se pode pedir para que as pessoas expliquem porque se comportam de tal forma, explorar as decisões tomadas e inquirir sobre fatores subjacentes<sup>296</sup>. *“Quando se deseja estudar os efeitos de determinadas condições sociais ou experiências, o pesquisador pode comparar pessoas que tenham experiências que as outras não tiveram”*<sup>297</sup>. O lugar de onde o outro viu a mesma situação, se a sua percepção acrescentou elementos e interpretações significativas, e também os valores e os objetivos das ações que ocorreram.

### **Total da Amostra: 45 sujeitos**

- 12 (doze) Sujeitos: Grupo Focal (detentos);
- 4 (quatro) Sujeitos: História de vida (o Ex- coordenador da Pastoral Carcerária<sup>298</sup>, uma voluntária, uma Agente Penitenciária – ASP e uma Professora);
- 29 (vinte e nove) Sujeitos: Entrevistas (cinco Agentes Penitenciários – ASPs, sete representantes da sociedade civil organizada, três representantes do clero, dois representantes da imprensa, sendo que um estava ligado à Pastoral Carcerária, dois representantes do último Governo Arraes, três representantes da Pastoral Carcerária, dois advogados e cinco professores (as).

### **3.4 ANÁLISE DOS DADOS**

Para analisar os dados da pesquisa, as fitas que registraram os depoimentos foram transcritas e arquivadas. Analisaram-se documentos oficiais e periódicos, preparando tabelas com datas, fatos e acontecimentos significativos para a pesquisa. Foram utilizados do universo das entrevistas, apenas os trechos reveladores das relações estudadas. O mesmo procedimento foi adotado em relação aos documentos, verificando-se

---

<sup>295</sup> Idem, p. 357.

<sup>296</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. SP: Hucitec, RJ: Abrasco, 2000, p. 356 – 357.

<sup>297</sup> BRUYNE, Paul de. e HERMAN, Jacques. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987, 227.

<sup>298</sup> Diretor da PJPS no período estudado.

principalmente aqueles que contemplavam as informações oferecidas pelos sujeitos e analisando o posicionamento da instituição do documento: Imprensa, Estado, Sociedade Civil ou indivíduos.

Como técnica de análise, utilizamos *análise de conteúdo*, técnica inicialmente utilizada pela Ciência Política norte-americana, e que no seu início esteve mais ligada à pesquisa quantitativa. A análise de conteúdo avançou do estágio da descrição para a inferência, cabendo ao pesquisador fazer a discussão e a interpretação dos resultados<sup>299</sup>.

Vista como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens<sup>300</sup>.

A análise qualitativa de conteúdo visa à atividade de desvelamento de mensagens obscuras, de duplo sentido, de um discurso geralmente simbólico e polissêmico. A pesquisa qualitativa tem realizado constantemente a utilização das suas técnicas, com o objetivo de captar significados manifestos, ou ocultos no material utilizado na pesquisa. Para isso desenvolveu algumas técnicas: análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação. Considerando o tipo de texto sobre o qual irá se trabalhar. Tanto o texto escrito, quanto o que é produzido nas entrevistas, ou por outras formas de captação das opiniões e pontos de vista dos sujeitos: cartas, documentos, artigos, etc. *“O trabalho é realizado com a retirada literal da fala do entrevistado, ou dos elementos quantitativos observados nos instrumentos complementares da pesquisa. Esses elementos associados servem para dar vida ao texto”*<sup>301</sup>.

---

<sup>299</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas.** Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 445.

<sup>300</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento.** São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, p. 205.

<sup>301</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas.** Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 446.

Nessa pesquisa, dada a função e o papel assumido pelas interações entre os sujeitos e os conflitos resultantes, se fez a opção de se utilizar a técnica de *análise de relações*. Ela se diferencia da forma tradicional de análise de conteúdo, baseada na simples frequência de aparição de elementos no texto. A análise de relações preocupa-se com as diversas relações que os vários elementos possuem entre si, dentro de um texto. Dentro da análise se pode fazer uma análise histórico-estrutural, quando se busca compreender e interpretar estruturas, sistemas, variadas formas de mecanismos que são produzidos pelas relações sociais e descritos pelas pessoas, pelo texto emitido pelas suas falas, documentos, cartas, artigos, entre outras expressões textuais.

A análise de relações permite trabalhar com as organizações subjacentes, reveladas na triangulação dos dados, verificando as regras de encadeamento das idéias e significados: de associação, de exclusão e de equivalência<sup>302</sup>. A análise de relações requer uma descrição meticulosa dos relatos, interação entre o pesquisador e os sujeitos e a necessária articulação com o referencial teórico. Em função da exigência da análise de relações, trabalhou-se com uma variedade importante de sujeitos e situações, e a frequência com que aparecem como temas nos depoimentos, principalmente o sentido e o significado atribuído por cada sujeito na situação específica vivenciada. Tratamos os dados da pesquisa, relacionando teoria e metodologia, observando a singularidade e a especificidade da informação do texto emitido por cada sujeito, buscando relacioná-lo com opiniões, sentidos e valores dos outros sujeitos envolvidos na mesma situação: na administração de uma unidade prisional.

A categorização dos assuntos revelados pelos sujeitos obedece ao critério de repetição e de relevância dos pontos constantes nos discursos dos entrevistados (...) a adoção desse critério, permite ao investigador confirmar ou refutar as suas hipóteses. A repetição das informações dos sujeitos

---

<sup>302</sup> MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. SP: Hucitec, RJ: Abrasco, 2000, p. 205 – 207.

sugere ao interpretante um possível tópico a ser categorizado<sup>303</sup>.

Através das entrevistas, os sujeitos revelam mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas silenciados. Mesmo utilizando a entrevista semi-estruturada com os sujeitos, o volume de informações coletadas foi imensa, exaustiva, o que exigiu o uso de critério de seleção baseado na repetição e na relevância dos fatos narrados<sup>304</sup>. Após a seleção do material, a partir dos critérios definidos, foi construída a análise dos resultados, onde estão sublinhadas as partes dos depoimentos que refletem a posição dos informantes, no foco que a pesquisa se propôs a abordar<sup>305</sup>. Com os dados complementares obtidos no levantamento documental, foram elaborados gráficos com o objetivo de demonstrar a confirmação das narrativas e a existência dos fatos selecionados. No entanto, os instrumentos complementares são insuficientes para uma compreensão mais aprofundada das relações, à medida que, sendo a imprensa o principal interlocutor da experiência, os conflitos internos, os boicotes, ou mesmo os confrontos entre ASPs, representantes da sociedade civil e administração prisional não aparecem nos periódicos consultados, nem nos outros documentos levantados, razão da importância das narrativas diferenciadas dos sujeitos que vivenciaram a experiência.

Foram selecionadas 261 matérias de jornais escritos, excluindo-se notas e comentários, as informações são do período de 1996 a 2002 recorte temporal da pesquisa, como pode ser observado no gráfico:

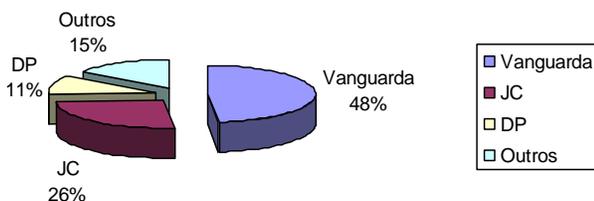
---

<sup>303</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 447.

<sup>304</sup> Idem, p. 461.

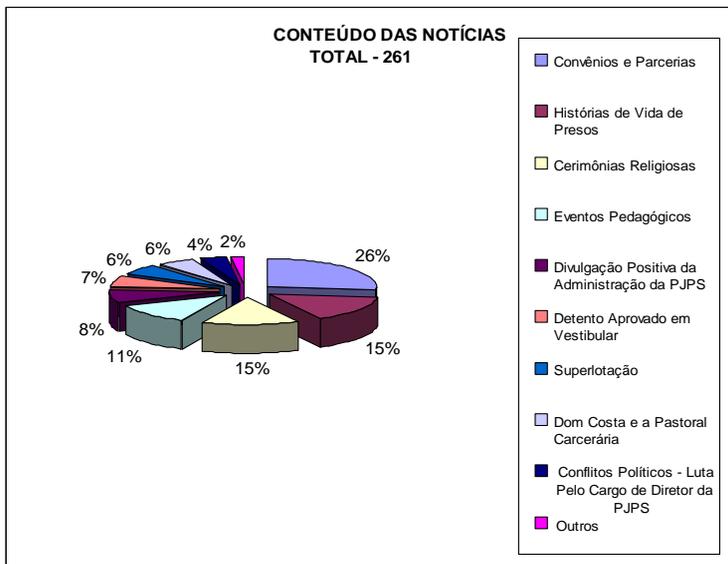
<sup>305</sup> MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 29.

**Total de Matérias Publicadas sobre PJPS entre  
1996 e 2002 TOTAL=261**

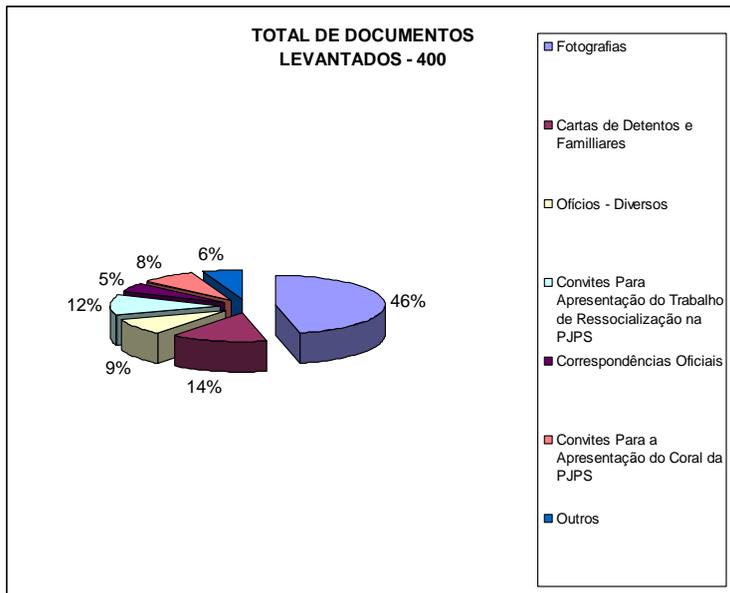


Os fatos noticiados e documentados foram utilizados na escolha dos temas que foram abordados com os informantes nas entrevistas, na história de vida e no encontro focal. Foi possível observar a postura de aprovação da imprensa em relação à PJPS, tanto nas notícias veiculadas durante o último governo de Miguel Arraes como nos dois governos de Jarbas Vasconcelos. Apenas uma matéria, veiculada em um jornal local, de pouca relevância para a opinião pública local, expôs a tensão entre a direção da Pastoral Carcerária com o Sindicato dos Agentes Penitenciários de Pernambuco. Situação que pode revelar uma triagem das notícias veiculadas sobre a PJPS pelos meios de comunicação consultados.

A imprensa foi a principal divulgadora da administração da PJPS, não revelando os conflitos sobre a gestão. As informações chegavam até a opinião pública com a imagem de inexistência de conflitos, e empolgavam a opinião pública sobre a experiência de Caruaru. Em relação ao tipo de notícias veiculadas, no universo das 261 matérias catalogadas, obteve-se o resultado que pode ser observado no gráfico.



Os documentos complementares levantados, reforçam a objetividade das narrativas e estão demonstrados no gráfico abaixo:



Os documentos permitem ao pesquisador confirmar as narrativas, marcam o encontro entre a quantidade e a qualidade na análise de relação<sup>306</sup>. A quantidade é observada na repetição ou na relevância da narrativa que amplia a qualidade do fenômeno selecionado para o estudo. A função da quantidade no estudo qualitativo é enriquecer o objeto de estudo recortado para o estudo empírico, garantindo-o maior objetividade e visibilidade<sup>307</sup>.

O levantamento documental buscou registros, além dos fornecidos pela imprensa e pelos informantes, que reconhecessem a existência dos fatos, garantindo maior objetividade na triangulação dos dados. Os documentos (notícias, textos diversos e imagens) ofereceram maior consistência aos fatos narrados pelos informantes, garantindo maior segurança a pesquisadora no uso das falas que estão sublinhadas na análise de resultados, iniciada no capítulo seguinte. A opção para a escrita dessa história recaiu no uso do recorte das falas, nas coincidências entre as entrevistas, nos documentos, nas situações narradas pelos sujeitos que nos ajudaram a construir o texto que traz a história da experiência administrativa da Pastoral Carcerária na PJPS em Caruaru, a partir das percepções dessa pesquisadora e dos informantes. Assim, a leitura do se segue é um registro significativo de um tempo passado, com importantes reflexos no tempo presente.

---

<sup>306</sup> TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 448.

<sup>307</sup> RICHARDSON. R.J. **Pesquisa Social. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1990, p.87.

## CAPÍTULO 4

### A PASTORAL CARCERÁRIA NA PJPS: Assumindo a Gestão

---

As pastorais carcerárias atuam no atendimento aos presidiários e seus familiares, na formação religiosa dos detentos e na promoção dos Direitos Humanos nos ambientes prisionais. *“A Pastoral Carcerária quer ser uma presença de Igreja no meio dos nossos irmãos presos. Nesse sentido, propõem-se a atuar junto às direções dos estabelecimentos penais”*<sup>308</sup>.

Neste capítulo traremos a primeira parte das experiências vividas no espaço da prisão de Caruaru pela Pastoral Carcerária de Caruaru, e que se aproxima das experiências vivida pelos movimentos sociais da década de 80, quando deixam de ver o Estado como inimigo, ao tornar-se seu parceiro e seu interlocutor<sup>309</sup>.

Ao trazer experiências e fatos vividos pelos sujeitos, descortinam-se as dificuldades reais vividas por indivíduos nessa relação com o Estado. Ao mesmo tempo, observa-se dentro destes movimentos o afastamento de militantes, que vão sendo cooptados pelo Estado, se tornam pragmáticos e menos utópicos, sendo diluídos pelo processo de racionalização estatal.

A Pastoral Carcerária de Caruaru foi um movimento de caráter inter-religioso, plural. Em sua base inicial participaram católicos, protestantes, hari-krishnas, budistas e segmentos ligados à cultura e à intelectualidade local. O enfoque do movimento não era a religião, mas a defesa dos Direitos Humanos, razão do convite do governo Arraes para que assumissem a direção da unidade prisional, período em que o país vivia um grande processo de crescimento das ações de cidadania e participação, e essa história se insere no seio desses debates. É um relato contado pela

---

<sup>308</sup> PEREIRA, Pe. Ney Brasil. Uma Experiência de Pastoral Carcerária. Disponível em: [www.carceraria.org.br/pub/publicacoes/383e266c384d42150ea535230df2ed09.doc](http://www.carceraria.org.br/pub/publicacoes/383e266c384d42150ea535230df2ed09.doc). Acesso em: 21/08/2006.

<sup>309</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 302.

pesquisadora e seus informantes, cuja linha do tempo nos remete ao final da década de noventa do século XX.

#### 4.1 PASSANDO PELO SISTEMA PENITENCIÁRIO PERNAMBUCANO

Até meados do Século XX, o Sistema Penitenciário Pernambucano não possuía uma estrutura administrativa integrada. No Brasil, as penitenciárias retinham criminosos, loucos, mendigos, mulheres e todos os portadores de “condutas desviantes”. Um exemplo desta realidade é a antiga Casa de Detenção do Recife, que em suas celas poderiam ser encontrados homens, mulheres e doentes mentais. Outros criminosos, quando não cabiam nas suas celas, eram encaminhados para o Presídio de Fernando de Noronha ou para o hospital de alienados, dependendo de cada caso<sup>310</sup>.

Em nove de outubro de 1940 foi inaugurada a Penitenciária Agrícola de Pernambuco. Só algum tempo depois foi criada a Vara de Execuções Penais. Através do Decreto – lei nº. 299, de 19 de maio de 1970, foi criada a SUSIPE (Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco). Em 1973 foi desativada a antiga Casa de Detenção. Sua população carcerária foi transferida para a Penitenciária Agrícola de Itamaracá e para a Penitenciária Barreto Campelo. A SUSIPE sofreu várias alterações desde a sua criação. Transformou-se em DISIPE (Diretoria do sistema Penitenciária em 1991), depois voltou a ser SUSIPE. Com a Reforma do Estado implementada no governo Jarbas Vasconcelos, com a Lei-Complementar nº. 049, de 31 de Janeiro de 2003, e Decreto-Lei nº. 25.287 de 10 de março de 2003, foi transformada na SERES (Secretaria Executiva de Ressocialização), integrada à Secretaria de Defesa Social, a partir da Lei nº12. 559, de 13 de abril de 2004<sup>311</sup>.

A Casa de Detenção do Recife inaugurada em 1855 com capacidade para 200 detentos, em 1971 já tinha 1000 detentos. Era denunciada como um antro de promiscuidade e violações de Direitos Humanos. Hoje,

---

<sup>310</sup> SANTOS, Elaine, Ma<sup>a</sup> G. dos. **Saúde Mental e direitos Humanos no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Revista Eletrônica. Disponível em [www.ufpe.org.br/historia/artigo3rev1.htm](http://www.ufpe.org.br/historia/artigo3rev1.htm), acesso em: 10/10/2005.

<sup>311</sup> [www.seres.pe.gov.br/instituicao/instituicao\\_historia.php](http://www.seres.pe.gov.br/instituicao/instituicao_historia.php). Acesso em: 16/10/2006.

desativada, funciona como casa de cultura, visitada por turistas e curiosos. Seu passado guarda histórias de torturas sofridas nas ditaduras de Vargas e na ditadura militar. O Presídio Aníbal Bruno foi inaugurado em dezembro de 1979. Foi também considerado um depósito de pessoas em condições subumanas, e de violências que vão além da tortura<sup>312</sup>. “O *presídio reforçando o estigma de “irrecuperável” e “nocivo”, contribui para a manutenção da violência individual, utilizando-se dos mecanismos de camuflagem para esconder a violência institucional*”<sup>313</sup>. Em sua dissertação de Mestrado, Vera Vieira Melo descortina o mundo das relações de poder e conflitos entre policiais e agentes penitenciários, no Presídio Aníbal Bruno. Sua pesquisa demonstra como é sutil o horizonte que separa estes grupos, na prática de crimes e nas condutas desviantes, demonstrando que os bandidos e os mocinhos, que habitam e dividem o espaço da prisão, não são tão diferentes dos policiais ou agentes penitenciários.

As prisões pernambucanas sempre renderam inúmeras matérias jornalísticas sobre as diversas práticas de violações de Direitos Humanos. Apesar da Lei de Execuções Penais, que organiza a estrutura formal do Sistema Prisional Brasileiro, enumerando os direitos e obrigações dos prisioneiros, são variadas as violações constatadas no seu interior. Em relatório recente o CNPCP<sup>314</sup> revelou que o Estado de Pernambuco apresenta uma situação carcerária problemática, denunciando a superlotação prisional e o tráfico de entorpecentes entre os presos, constatando que o Estado de Pernambuco possui um déficit em torno de 6.000 vagas.

O objetivo da inspeção foi conferir a real situação carcerária dos mais de 14 mil presos do Estado de Pernambuco. Existem em torno de 6.011 presos excedentes nas prisões do Estado. O Presídio em Situação mais caótica é o Aníbal Bruno. Neste foram verificados problemas de deficiência no quadro de funcionários de saúde e no número de agentes penitenciários em relação ao número de presos (75 agentes para cuidar de cerca de 3.900 prisioneiros)<sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> MELO, Zélia Vieira. **Bandidos e Mocinhos**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado em Antropologia. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1991, p. 3.

<sup>313</sup> Idem, p. 20.

<sup>314</sup> CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

<sup>315</sup> Relatório do CNPCP. Disponível em: [www.pernambuco.com](http://www.pernambuco.com). Acesso em 10/10/2005.

A situação caótica, apresentada pelo Relatório do CNPCP, é reforçada pelo Relatório apresentado pelo Ministério Público, de Pernambuco, que denuncia principalmente a situação caótica do Presídio Aníbal Bruno, inicialmente construído para receber presos provisórios, e que já possui mais de 400 presos definitivos em cumprimento de pena. O relatório aponta que o Estado de Pernambuco já possui mais de 14 mil detentos. Segundo o GAJOP<sup>316</sup>, o Estado de Pernambuco tem um grande número de mandados de prisão a serem cumpridos. Caso fossem, pioraria a real situação do sistema<sup>317</sup>.

A Secretaria de Defesa Social (SDS), através dos estudos por ela recomendados a SERES<sup>318</sup>, reconhece a superlotação como o principal problema do sistema Penitenciário Pernambucano. Para tanto, explica que a população prisional pernambucana cresceu mais que a média nacional, mais que a população residencial brasileira. *“Enquanto a população residencial aumentou aproximadamente 115% na última década, de acordo com o IBGE, a quantidade de detentos aqui, se expandiu em apenas cinco anos para 90%”*<sup>319</sup>. Ainda tendo como base as informações da SERES, é função das gerências regionais administrarem presídios, penitenciárias e cadeias públicas que no Estado de Pernambuco perfazem um total de setenta e duas cadeias públicas, distribuídas por municípios diferentes. Algumas não constam nas estatísticas, pois de acordo com a SERES estão desativadas.

As críticas ao modelo atual de gestão da criminalidade, no Estado de Pernambuco, e à posição da Secretaria de Defesa Social, em relação ao combate da criminalidade, principalmente na Região metropolitana do Recife, vêm crescendo substancialmente. Em setembro de 2005, o Secretário de Defesa Social do Estado, João Braga, mandou retirar do Recife as pessoas que estivessem morando nas ruas, como também, àquelas que estivessem trabalhando em semáforos, definida esta ação, como de combate à

---

<sup>316</sup> GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

<sup>317</sup> LIMA, Jr. Jayme Benevuto. Disponível em: [www.gajop.org.br](http://www.gajop.org.br). Acesso em: 10/10/2005.

<sup>318</sup> Secretaria Executiva de Ressoacilaização, subordinada a SDS.

<sup>319</sup> BESSA, Sílvia. SERES. **Documentário Sobre o sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco**. Disponível em [www.seres.pe.gov.br/noticias/serie\\_reportagens.htm](http://www.seres.pe.gov.br/noticias/serie_reportagens.htm). Acesso em 15/10/2005.

criminalidade. Em artigo denominado: “*Tolerância Zero Pernambucana*”, José Luís Ratton e Fernando Mattos<sup>320</sup>, escreveram:

Em uma cidade cujos índices de criminalidade encontram-se entre os mais elevados do país, por qualquer levantamento que se utilize o Secretário, sob o pretexto de atacar o crime, ataca a pobreza. Talvez o mesmo não tenha percebido que a tarefa para a qual foi alçado exige uma visão estratégica que até agora não deu sinais de vida. No momento histórico em que a consolidação de um sistema único de segurança é a alternativa política mais promissora surgida nos últimos anos, às políticas estaduais de Defesa Social, ignora investimentos em modernização, democratização e reforma das polícias, na criação de um sistema informações criminais confiável, em políticas de prevenção de homicídios e de crimes contra a vida<sup>321</sup>.

As denúncias apontadas, no texto de Mattos e Ratton, remetem-nos às reflexões de Oliveira, citadas no primeiro capítulo deste estudo, sobre o crescimento dessa população de miseráveis mais violentos e que pelo vácuo deixado pelo Estado brasileiro, amontoam-se nas ruas, praticando desde pequenos delitos aos delitos mais graves. Assim, passamos a ver esta população como inimiga: Flanelinhas, presidiários, meninos de rua, e pouco nos importa o seu destino, tornamo-nos indiferentes. A indiferença e a segregação social destes grupos incômodos ampliam a sua vulnerabilidade, transformam-se em um estorvo para a sociedade, que começa a pensar em livrar-se deles. É uma população incômoda e sem lugar no mundo<sup>322</sup>. Zigmunt Bauman, em seu livro “*Vidas Desperdiçadas*”<sup>323</sup> aponta que a indiferença com o crescimento da pobreza em escala global, gera um sentimento de que estas pessoas, são lixo ou refugio humano. Sentimento

---

<sup>320</sup> MATTOS, Fernando e RATTON, José Luís. **Tolerância Zero Pernambucana**. Disponível em [www.cidadania.org.br](http://www.cidadania.org.br). Acesso em: 14/10/2005.

<sup>321</sup> Idem, Acesso em: 14/10/2005.

<sup>322</sup> Ver, OLIVEIRA, Luciano. Neo-miséria e Neo-nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. **Política Hoje, Revista do Mestrado em Ciência Política da UFPE**, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III, N.5, Jan a Jun de 1996, p.109-116.

<sup>323</sup> BAUMAN. Zigmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Zahar, 2005, p.10.

também, denunciado por Loic Waquant, ao tratar do terrorismo penal praticado contra as populações pobres pela política de tolerância zero<sup>324</sup>.

O Sistema Penitenciário em Pernambuco está subordinado à Secretaria de Defesa Social, através da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), órgão operativo da Secretaria de Defesa Social<sup>325</sup> que atualmente administra 17 estabelecimentos prisionais e mais de 70 cadeias públicas no Estado de Pernambuco. A SERES tem como objetivo tratar e assistir o preso, prevenindo-o do crime e proporcionando a sua reintegração à sociedade. A SERES tem como atribuições principais: 1) a execução da política estadual de assuntos penitenciários; 2) organização, administração, coordenação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos prisionais e cadeias públicas; 3) realização de pesquisas criminológicas; 4) assistência às famílias dos reclusos; 5) classificação daqueles que são recolhidos aos estabelecimentos prisionais; 6) emissão de pareceres acerca de livramento condicional, indulto e comutação de penas; 7) qualificação profissional dos reclusos e o oferecimento de atividade laboral remunerada<sup>326</sup>. A administração prisional no Estado de Pernambuco se subdivide em Região Metropolitana e seis gerências regionais prisionais.

As unidades prisionais concentradas na Região Metropolitana do Recife são: Presídio Profº Aníbal Bruno, Presídio de Igarassu, Colônia Penal Feminina do Recife, Centro de Observação Criminal e Triagem Profº Everardo Luna (COTEL), Penitenciária Profº. Barreto Campelo e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

No interior estão a Gerência Regional Prisional I<sup>327</sup>, a Gerência Regional Prisional II<sup>328</sup>, a Gerência Regional Prisional III<sup>329</sup>, a Gerência

---

<sup>324</sup> Ver, WAQUANT, Loic. **Punir os Pobres. A Nova Gestão da Violência nos Estados Unidos**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos Editora, 2001.

<sup>325</sup> A SERES está localizada na Rua do Hospício, 157 – Parque 13 de maio – Boa Vista, Recife – PE. Site oficial: [www.seres.pe.gov.br](http://www.seres.pe.gov.br), E-mail: [seres@sds.pe.gov.br](mailto:seres@sds.pe.gov.br).

<sup>326</sup> [www.seres.pe.gov.br/instituicao/apresentacao.htm](http://www.seres.pe.gov.br/instituicao/apresentacao.htm), acesso em 07/11/2005.

<sup>327</sup> Concentra a Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra em Limoeiro e as cadeias públicas das cidades de Aliança, Carpina, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Nazaré da Mata, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Taquaritinga do Norte, Timbaúba e Vicência.

Regional Prisional IV<sup>330</sup>, a Gerência Regional Prisional V<sup>331</sup> e a Gerência Regional Prisional VI<sup>332</sup>.

A população carcerária do Estado de Pernambuco, como a de qualquer Estado, é flutuante e passa hoje dos 14 mil detentos, divididos, segundo a SERES, da seguinte forma: 46% dos detentos estão no interior do Estado e 54%, na Região Metropolitana do Recife. Desta população carcerária, 55% estão lotadas em presídios, 27% em penitenciárias, e 18% em cadeias públicas. Esta população carcerária encontra-se distribuída por gerências regionais (GRs). Dessa forma, a população carcerária do Estado de Pernambuco fica concentrada da seguinte forma: 13% na GR – I; 23% na GR-II; 23% na GR-III; 12% na GR-IV; 11% na GR-V e 18% na GR-VI<sup>333</sup>.

## 4.2 A FORMAÇÃO DA PASTORAL CARCERÁRIA

A Penitenciária de Caruaru, na época em que a Pastoral Carcerária assumiu a sua direção (1996), subordinava-se à SUSIPE<sup>334</sup>, por sua vez, subordinada à Secretaria de Justiça, no último governo de Miguel Arraes de Alencar. Dentro do formato administrativo do Estado de Pernambuco, as

---

<sup>328</sup> Concentra o Presídio Augusto Duque em Pesqueira, a Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru, e as cadeias públicas das cidades de Agrestina, Altinho, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Riacho das almas, São Bento do Una, São Caetano e São Joaquim do Monte.

<sup>329</sup> Concentra a Colônia Penal Feminina de Garanhuns, a Penitenciária Regional do Agreste em Canhotinho, o Presídio de Vitória de Santo Antão, o Presídio Rorinildo da Rocha Leão em Palmares e as cadeias públicas das cidades de Amaraji, Correntes, Bom Conselho, Buíque, capoeiras, Catende, Correntes, Escada, Gameleira, Garanhuns, Lajedo, Ribeirão, Rio Formoso, Saloá e Sirinhaém.

<sup>330</sup> Concentra o Presídio Advogado Brito Alves em Arcoverde e as cadeias públicas das cidades de Afogados da Ingazeira, Calumbi, Custódia, Flores, Itapetim, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Tabira, Triunfo e Tuparetama.

<sup>331</sup> Concentra o Presídio de Salgueiro e as cadeias públicas das cidades de Araripina, Exu, Ipubi, Mirandiba, Moirêlândia, Ouricuri, Parnamirim, São José do Belmonte, Trindade e Verdejante.

<sup>332</sup> Concentra a Penitenciária Dr. Edvaldo Gomes em Petrolina e as cadeias públicas das cidades de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém do São Francisco, Floresta e Petrolândia.

<sup>333</sup> [www.seres.pe.gov.br/instituicao/estatisticas/dist\\_populacao\\_grp.htm](http://www.seres.pe.gov.br/instituicao/estatisticas/dist_populacao_grp.htm), acesso em 07/11/2005.

<sup>334</sup> SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco.

unidades prisionais do interior do Estado, (entre elas a PJPS) estavam subordinadas às GEREPs, mas atualmente, as gerências regionais se responsabilizam apenas pelas cadeias públicas. A GEREP II é dirigida pelo ex-diretor da PJPS e ex-coordenador da Pastoral Carcerária. Os dois principais remanescentes da experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru, estão integrados em cargos ao Sistema Penitenciário, aspecto que nos liga a afirmação de Gonh ao destacar a cooptação estatal dos sujeitos oriundos das experiências com organizações não-estatais ou das suas principais lideranças<sup>335</sup>.

A Pastoral Carcerária de Caruaru nasceu no movimento das pastorais sociais em Caruaru durante a administração de D. Antônio Soares Costa Bispo da Diocese de Caruaru de 1993 a 2002. Movimento que provocou uma onda de intensa participação na vida comunitária da cidade, estimulando a integração das diversas igrejas, aproximando a Igreja Católica de Igrejas evangélicas e grupos espíritas, para uma atuação ecumênica. Sua postura na administração diocesana visava a solução dos problemas sociais das cidades que estavam sob o controle da diocese, na busca de soluções coletivas, sem que as igrejas se isolassem em seus templos. Em seu estudo sobre o fenômeno das pastorais sociais em Caruaru, Luciana Mafra faz importantes reflexões, e nelas incluímos a Pastoral Carcerária. Para a autora, estas pastorais sociais possuem uma visibilidade diferenciada, pois articulam temas públicos, são importantes junto aos movimentos sociais e dentro da organização de poder, na cidade de Caruaru, ocupam um papel relevante<sup>336</sup>.

Ao estudar o fenômeno da explosão de pastorais sociais em Caruaru, Luciana Mafra, ressalta que no âmbito do catolicismo local, as pastorais sociais congregam setores importantes da sociedade, aglutinando instituições respeitadas e pessoas de relevante papel na cidade, que contribuem para a sua legitimação. Dá como exemplo: “O MST, a OAB, Comissão de direitos humanos, Penitenciária, meios de comunicação, Igrejas

---

<sup>335</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 305.

<sup>336</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 62.

evangélicas, e grupos filantrópicos ao redor de ações solidárias<sup>337</sup>. O que ocorreu em Caruaru neste período é uma constatação do papel de destaque que a Igreja brasileira ocupa no cenário político, nacional, regional e local. Alguns setores mais progressistas tomam para si a liderança de algumas lutas importantes<sup>338</sup>. Seus símbolos e discursos ajudam a moldar a identidade de diferentes classes, e instituições sociais e ajudam a definir práticas políticas e sociais<sup>339</sup>.

As atividades da Pastoral Carcerária de Caruaru foram antecedidas pelo programa *Ação da Cidadania Contra a Fome e Contra a Miséria* que era animado pelas reflexões políticas do sociólogo Herbert de Souza, convocando a sociedade brasileira para a luta contra a miséria e a corrupção no Brasil. Foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação e nos seus primeiros anos de atividade recebeu a adesão da sociedade civil e do Estado, mas principalmente o apoio da Igreja Católica.

O Mundo deu muitas voltas. Caíram barreiras, referências, mitos e muros. A história não coube em teorias. As teorias negaram as suas promessas. O capitalismo continuou produzindo miséria, mas o socialismo avançou sem conseguir eliminá-la (...) pensar o futuro atrai, desafia e engana. E mudar o futuro depende de mudar a maneira como se pensa o presente (...) parte da elite não quer viver no apartheid sul-africano. E cada vez mais pobres querem a sua cota de cidadania. Essa maré vai empurrando a democracia da sociedade para o Estado, de baixo para cima, dos movimentos sociais para os partidos e instituições<sup>340</sup>.

A Campanha contra a fome produziu uma nova retomada da participação política no Brasil. Tinha o desejo de despertar a sociedade brasileira para os problemas sociais que vinham se agravando, principalmente pela produção de um excedente cada vez maior de indigentes sociais. Provocou o debate da temática da fome e da corrupção, que irá

---

<sup>337</sup> Idem, p.63.

<sup>338</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 308.

<sup>339</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 30.

<sup>340</sup> SOUZA, Herbert. O Pão Nosso. **Veja 25 Anos. Reflexões Para o Futuro**. SP: Abril, 1993, p.16 – 19.

ocupar um segmento importante do espaço público, no início da década de 90. Mesmo que muitos membros que formaram parte dos comitês fossem remanescentes de partidos e sindicatos, fica claro que não é o paradigma de classes que irá nortear o desenvolvimento das atividades dos comitês organizados, que tiveram seu apogeu entre 1993 e 1994.

Possibilitou, a nosso ver, a afirmação da campanha como mecanismo de construção de novos paradigmas de ação social foi justamente a estratégia adotada: apesar de ser uma conexão entre sociedade civil e sociedade política, se reiterou várias vezes seu pertencimento ao campo da sociedade civil (...) tratava-se não apenas de mobilizar a sociedade civil, mas de reconstruí-la em seu pólo mais frágil<sup>341</sup>.

Em todas as fases da campanha, observou-se a adesão das camadas médias, empresários, intelectuais e artistas famosos. Alguns remanescentes da esquerda consideravam este tipo de ação, mero assistencialismo<sup>342</sup>, foi um movimento marcado pela instabilidade, por idas e vindas, avanços e recuos. Sendo a sua organização dependente da ação de um voluntariado comprometido, da manutenção de sua propaganda nos meios de comunicação, animando seus membros. A diminuição do interesse da imprensa provocou o esfriamento da divulgação das suas ações, da diminuição dos donativos e aumentou os confrontos enfrentados nos espaços locais, com as prefeituras sedentas em cooptar para os municípios a coordenação do programa, o que provocou o fim de muitos comitês e o desligamento dos grupos mais críticos<sup>343</sup>.

À medida que os partidos políticos e os sindicatos perderam a capacidade de articular as demandas por direitos e cidadania (fossem estes direitos das camadas médias e das camadas populares) em consequência também perderam sua capacidade de mobilização comuns na década de 70<sup>344</sup>. Alguns dos seus militantes canalizaram suas lutas para movimentos como estes. As mudanças políticas e o recuo conservador da década de 90 provocaram um afastamento dos movimentos sociais em suas lutas. O

---

<sup>341</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGS e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 107.

<sup>342</sup> Idem, p. 111.

<sup>343</sup> Idem, Ibidem, p. 43.

<sup>344</sup> Idem, Ibidem, p. 29.

cenário das lutas fragmentadas de ONGs e movimentos sociais distanciaram estes atores de lutas totalizantes voltadas para questões mais universais. Esses novos movimentos sociais foram fechando-se em lutas por temáticas específicas, distanciando-se das lutas de classes ou da perspectiva da destruição do capitalismo, mais preocupados em incluir-se nele.

Em Caruaru, alguns dos seus membros passaram a desenvolver ações sociais de assistência junto às camadas populares, orientados pelo Bispo Diocesano<sup>345</sup>, que manteve o grupo organizado sob a sua liderança. Logo em seguida canalizou o desejo de intervenção social do grupo, para a Pastoral Carcerária inexistente na cidade. O objetivo de intervenção não se resumia à ação pastoral, mas à defesa das garantias e direitos fundamentais, na penitenciária da cidade. A Pastoral Carcerária de Caruaru se diferenciava das outras pastorais sociais. Enquanto as outras se caracterizavam por seus integrantes serem oriundos dos movimentos de base da Igreja Católica: ativistas, religiosos, membros do clero e ligados à teologia da libertação, trabalhadores do campo e da cidade; a Pastoral Carcerária de Caruaru passou a reunir em suas fileiras: médicos, advogados, jornalistas, representantes dos clubes de serviços, artistas, professores, universitários, estudantes e representantes dos partidos de esquerda desencantados com a crise do socialismo e desejosos de um envolvimento social com os problemas da comunidade.

O fruto desta disponibilidade é a rede de solidariedade que se forma em pequenos grupos setorizados, tematizados pelas questões de gênero, de etnia, de cidadania, que ao lado da motivação religiosa se estrutura também através dos amigos, da vizinhança como elementos que explicam a participação<sup>346</sup>.

Os membros do grupo gozavam de prestígio e respeito junto à comunidade, com representatividade na esfera pública local. A maioria já se encontrava, de alguma forma, ligada à luta por cidadania e direitos, fato que garantia maior credibilidade ao grupo nos projetos que encampavam,

---

<sup>345</sup> Dom Antônio Soares Costa faleceu em nove de junho de 2002.

<sup>346</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 69.

gerando consenso social em torno dos ideais que representavam. Dom Antônio Soares Costa (Dom Costa) sabia que enfrentaria dificuldades em arregimentar pessoas para a sua causa em virtude da antipatia do povo pela defesa dos direitos dos presos comuns. Tema que afastou uma parte significativa dos membros do grupo do comitê contra a fome e a miséria da nova empreitada proposta pelo bispo diocesano. Com o que sobrou do grupo, como líder pragmático, aliou o seu desejo de atuar junto aos prisioneiros, reunindo o seu carisma pessoal ao reconhecimento que o grupo gozava na cidade. Situação que nos remete a discutir a ação social planejada. Em Weber, a ação racional planejada pode visar valores, objetivos, afeto ou a tradição<sup>347</sup>. No caso de Dom Costa, a ação tanto visava a valores, à medida que o que se desejava era a promoção dos Direitos Humanos dos presidiários, como também visava objetivos. Significava a ampliação da ação da diocese, estendendo a sua administração para além do palácio episcopal, o que demonstra também seu pragmatismo.

Parece-nos, no momento atual, de surto do sagrado, o dilema do cristianismo de forma geral, e da Igreja Católica, em particular, é conseguir conciliar dentro de si estes movimentos antagônicos sem perder a presença da subjetividade, sem deixar de lado a sua função na sociedade civil<sup>348</sup>.

O bispo de visão política progressista, oriundo de uma experiência com o MEB e com a CNBB, reconhece as limitações de sua administração do ponto de vista dos valores em que acredita, e dos objetivos que tem como administrador. Não encontrando no espaço local, interesse do clero ou de leigos na questão penitenciária, intervém diretamente no processo de organização, retirando os sujeitos “notáveis”, de outro movimento, sem que tenham qualquer experiência anterior com a realidade penitenciária.

---

<sup>347</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 248.

<sup>348</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 38.

Era médico da Fundação nacional de saúde, trabalhava em Quipapá, na época estava sendo removido para Fernando de Noronha, período que coincidiu com a Campanha de Betinho, no período da formação do comitê. Um grupo pequeno começa a se reunir aqui em Caruaru. A reunião desse grupo composto por sindicalistas, estudantes, profissionais liberais, entre outros, também coincidiu com a chegada do novo bispo em Caruaru D. Antônio Costa. Entre 1993 e 1994 este comitê ficou na moda, foi aumentando significativamente, um dos membros era ligado ao Sindicato dos Bancários e a reunião era na sede do sindicato dos Bancários, de certa forma, isto nos aproximou do movimento dos bancários, fazendo campanha com os bancários na época, lembro que ele marcou uma reunião onde é a Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, vizinha à Câmara de Vereadores e tinha umas 150 pessoas envolvidas na campanha de doação, o negócio tomou um rumo muito grande, inclusive despertando os interesses de figuras da política local que começaram a participar das reuniões, vereadores e outros. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo Nosso)

Os conflitos mais comuns, vivenciados pelo grupo, foram com a prefeitura local. Conflito com a Secretaria de Ação Social, que disputava com o Comitê da Campanha da Fome as áreas de distribuição de donativos. Situação que, conforme os entrevistados, era uma aventura meio heróica e desafiadora, que gerava uma relação de conflito constante com a esfera estatal no município.

Se a gente passasse em uma comunidade, eles passavam depois, ameaçando de tirar ações desenvolvidas pela prefeitura se os moradores recebessem a gente. Inclusive em função de algumas ameaças e pressões fomos convidados a sair de algumas comunidades. Havia na época um trabalho de doação de pão pela padaria comunitária, os moradores tinham medo de perder o projeto da Prefeitura e também a prefeitura tinha uma vaca mecânica que distribuía leite de soja. Era uma disputa de poder: De um lado a Prefeitura, do outro lado o comitê. (Representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo Nosso)

O confronto de poder criava situações cômicas e outras constrangedoras. Uma dessas situações ocorreu na favela Motor de Luz, quando o comitê estava de um lado da rua distribuindo a arrecadação; do

outro lado da rua estavam os funcionários da Prefeitura distribuindo pão e leite, e os moradores, constrangidos, estavam embaraçados por receberem os alimentos, porque tinham medo de perder a doação da prefeitura. O confronto com a Prefeitura acabava beneficiando a população. Não havia no grupo um sentimento de possíveis parcerias com o município, como ocorreu com a Pastoral Carcerária em relação ao governo do Estado. Os encontros do grupo eram esporádicos, voluntários, sem maiores conflitos com o poder estatal.

A gente se reunia nos finais de semana, a reunião podia ser num bar em qualquer lugar, pra tomar cachaça, etc. Mas o grosso mesmo era na quinta e na sexta à noite. Desse jeito a gente decidiu ir para a zona rural, onde a Prefeitura não tinha nenhuma ação social, aí quando a gente começou a ir para a zona rural, provocou o município a ir também. Era assim: A gente ia para uma favela, em seguida a Prefeitura aparecia lá, se ia para uma comunidade, em seguida a Prefeitura aparecia lá. Eles ficavam doidos, pois tinham que acompanhar a gente aonde a gente fosse. Até que esse foge, corre, vai para outra comunidade virou rotina e afastou muita gente. (Ex-representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

Movimentos carismáticos são avessos às rotinas<sup>349</sup>. O que parecia aventura para o grupo se transformou em repetição: encontros semanais, distribuição de alimentos, até os encontros com os funcionários da prefeitura tornaram-se freqüentes e iguais, o que levou a um processo de desorganização do grupo. De acordo com os sujeitos, foi nesse processo inicial de desmobilização que nasceu a proposta da Pastoral Carcerária.

Foi aí quando um Frei, que participava do movimento, veio com a idéia da gente trabalhar com outra comunidade. Ninguém queria de início, porque estava todo mundo no maior pique, contaminado com àquela prestação de serviços, ele falou “vai ter uma comunidade que vai ser fácil e difícil trabalhar com ela, que é a comunidade de presos”. Ali ninguém ainda tinha entrado e ficou naquele vamos não vamos? E passou meses ele convidando a gente para fazer

---

<sup>349</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 258.

uma visita. Então marcou uma visita com D. Costa, o Bispo, e foi chamando algumas pessoas, a gente se reuniu no refeitório do presídio, naquela época tinha em torno de 100 pessoas presas, o refeitório coube todo mundo, falei com todo mundo e pronto. No entanto, a maior reclamação dos presos era a assistência de saúde e em um golpe de sacanagem, D. Costa disse: “agora vocês têm médico, ele vai ficar com vocês”. Eu nunca tinha entrado numa prisão, era a minha primeira vez. Estava duro, morrendo de medo, num ambiente sujo, eu pensei o que vou fazer agora? (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A entrada de grupos, da esfera não-estatal em seu espaço, contribui como instrumento de controle das violações, principalmente nas prisões. Gonh (1997) descreve que muitos desses grupos acabaram se diluindo ou se institucionalizando, por não conhecerem as realidades, ou por não estarem preparados para a violência institucional da relação com o Estado. No processo de cooptação, perderam-se como movimentos denunciatórios, tornando-se auxiliares do Estado, empurrados pelo pragmatismo da vida cotidiana, distanciaram-se das suas bases<sup>350</sup>.

### **4.3 O ATENDIMENTO E OS PROBLEMAS DA PRISÃO**

Dom Costa criava uma situação embaraçosa para o membro da Pastoral, mas era o seu estilo de fazer política associada à ação religiosa. Sua atitude foi o ponto de partida para a entrada da Pastoral Carcerária na vida da unidade prisional. O próprio Bispo se encarregou de resolver a liberação do médico para atender um dia por semana na PJPS, junto aos seus superiores na fundação Nacional de Saúde. Com este tipo de convocação, o líder religioso pegava o grupo pelo discurso, mas também se colocava à disposição para apoiar as ações.

Nossa! Eu congelei, aí eu disse, que sacanagem! Eu não tenho tempo não! Dom Costa disse: “Isso se resolve”. Ele falou com o meu chefe na época e eu fui liberado de ir para Quipapá na sexta-feira. Pra mim também foi bom que eu

---

<sup>350</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 316.

deixei de viajar 110 km por dia pra fazer ambulatório fuleiro.  
(Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O esvaziamento da campanha do Betinho tornava a proposta da penitenciária uma aventura mais interessante do que disputar comunidades com a Prefeitura de Caruaru. Para um médico sanitarista habituado a trabalhar com populações pobres, a situação verificada na unidade prisional ultrapassava os limites de miséria que já havia assistido. Para dar assistência aos presos relatou que encontrou dificuldades, estava acostumado a tratar de pessoas pobres, mas as situações identificadas que envolviam os detentos, eram mais graves do que tudo que havia visto. A situação era desanimadora e o que foi definitivo para aceitar a proposta foram os seus valores políticos e religiosos que serviram de parâmetro para não aceitar a realidade encontrada, o que resultaria nos primeiros conflitos.

As ações desenvolvidas por grupos religiosos, em especial pela Igreja católica, têm conquistado um espaço significativo nos anos 90, que vai encontrando nas ações ligadas à cidadania e à solidariedade os recursos para a redefinição de sua função social. É a resposta ao refluxo que atinge os movimentos sociais, passando a ocupar novos espaços políticos a partir da reeleitura que é feita da sociedade civil<sup>351</sup>.

Os principais problemas de saúde constatados estavam relacionados à limpeza, ao uso de água, de sabão e à higiene geral. A violência era uma constante. A tortura foi a principal forma de violência denunciada. Inúmeras foram as narrativas dos detentos e dos membros da Pastoral Carcerária que estão gravadas no encontro focal, selecionamos algumas para especificar.

Os PMs eram linha dura, jogavam uns presos contra os outros, quando chegava um tarado, a polícia tirava de uma cela e jogava na outra para ele ser violentado e espancado pelos outros presos (...) se a gente reclamasse de qualquer coisa os PMs ficavam arretados, a gente era arrastado de dentro da cela espancado na frente dos companheiros, tinha uma salinha onde depois foi a sala do Diretor da Pastoral Carcerária, que tinha uma palmatória com lixa e batiam nos

---

<sup>351</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 41.

pés, davam socos, murros e baixava a pancada em quem reclamasse. (Grupo Focal- Presos). (Grifo nosso)

A violência contra os detentos era uma realidade indiscutível. As situações eram degradantes, os membros mais sensíveis da Pastoral Carcerária desertaram nos primeiros incidentes. Ocorreu uma mudança significativa na postura do grupo político do comitê do Betinho. Todo trabalho ficou atrelado ao que o médico fazia, pois era ele quem recebia as informações e exercia o controle sobre as queixas dos presos.

Nessa época a guarda interna era feita pela PM.

Todo mundo trancado, não saíam, Um jardim zoológico imundo com todo mundo dentro da grade, se via eles pendurados nas grades feitos macacos em jaulas, com pernas e braços para fora. Uma coisa degradante, eu nunca entrava lá, até porque a PM, quando eu comecei a trabalhar com os presos os PMS ficavam com medo dos presos me falarem alguma coisa e aí eu comecei a ser mal recebido. Aí por estratégia, resolvi me aproximar do Capitão da PM que dirigia o Presídio. E ele tinha o retorno dos presos que diziam pra ele que estavam recebendo tratamento de saúde, então ficavam mais calmos, então pra eles era interessante aquela minha permanência, meu contato lá. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo Nosso)

Como nenhum outro membro da Pastoral carcerária tinha acesso aos detentos, o médico se transformava no Coordenador da Pastoral Carcerária. O que fazia dele homem de confiança de Dom Costa. Situações como estas, para Gonh (1997), constituem-se num dos problemas dos grupos não-estatais em ações no interior do Estado. A ausência de processos colegiados de decisão provoca uma hierarquização, ou uma eleição de “notáveis” que dirijam o grupo, que por melhores que sejam as suas intenções não oportunizam uma vivência democrática para todo o grupo<sup>352</sup>. O problema na PJPS foi que além do médico, nenhum outro membro do grupo se prontificou para a assistência aos prisioneiros.

Muitas situações provocaram a indignação da Pastoral Carcerária e dos prisioneiros: o tratamento dispensado aos familiares dos presos, o

---

<sup>352</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997, p. 318.

desrespeito às suas mulheres, a falta de banho de sol e a inexistência de visita íntima. Os presos relataram à existência de duas mulheres presas na unidade. Uma ficava na cozinha e era conhecida por Severina. Havia assassinado três maridos e era amante de alguns PMs<sup>353</sup>. A outra ficou pouco tempo. Era mulher de um empresário do ramo de doces, havia sido presa como cúmplice do marido, em um crime contra uma jovem de Caruaru. Depois foi solta por falta de provas e Severina foi transferida para a Colônia Penal Feminina do Recife

As condições eram ruins, a gente vivia na tranca dura, era um chiqueiro, tinha rato demais, era só uma hora e meia de banho de sol, passou para duas horas, depois de uma rebelião que a gente fez, aumentou meia hora. Sempre faltava água, a gente juntava água nas garrafas de refrigerante vazio para vender por vinte centavos pros companheiros se lavar, era uma catanga danada. Tinha esgoto estourado era a maior podridão. (Grupo Focal-Presos) (Grifo nosso)

Em relação a visita dos familiares, das esposas e namoradas, havia desrespeito dos PMs. Os presos relataram que numa rebelião conseguiram regulamentar a visita da companheira, que a partir daí foi garantida pelo juiz, nas quintas-feiras.

Quando a visita chegava ao domingo a gente corria para a grade, era muito homem, ficava braço, perna de fora, dava muita confusão. Nossa família era humilhada, os policiais só faltavam bater nas mulheres, faltavam com respeito. A gente não via, mas a família contava que tinha PM que se esfregava nelas, na hora que elas passavam e outros ficavam cantando, você imagina a raiva que dava na gente quando sabia dessas coisas, a família não mente. (Grupo Focal- Presos) (Grifo nosso)

No início do atendimento na PJPS, o médico não ficava sozinho com os presos, pois nem a direção nem a PM permitiam. Havia muito medo dos detentos. Mas com o passar dos primeiros meses, o médico observou que os reclusos queriam falar.

---

<sup>353</sup> História não confirmada por documentos nem notícias, faz parte do folclore dos presos antigos da unidade prisional.

Uma mancha roxa, que você sabe que aquilo não foi natural, o preso diz que pegou uma briga na cela, você vê no olho do preso que é mentira, então aos poucos, diante destas situações fui atendendo a eles sozinho. E os presos que eles caracterizavam como muito perigosos que vinham algemados, era uma coisa muito constrangedora. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária)

A aproximação com o Capitão da PM, que dirigia a PJPS se deu por ocasião das saídas, para tomar uma cerveja e um bate-papo informal. Aproveitando para tocar nos assuntos da unidade, o médico conversava sobre as coisas que aconteciam como as violações identificadas. O diretor, porém tinha uma mentalidade militar conservadora, posicionada na percepção dos presos, como perigosos. A insistência nos encontros foi quebrando a resistência do Capitão PM, até que ele participou em Recife de algumas reuniões, período em que entraram em contato com o GAJOP<sup>354</sup>.

A partir daí, eu já atendia os presos sozinho. Me lembro em 94/95 chegou a 120 presos, um absurdo, e aí teve uma reunião, e vamos resolver, ver o que pode fazer. A pastoral Carcerária era assim, coordenada por D. Costa e que aparecia na penitenciária no dia de quinta-feira, porque arrecadava alguma coisa para os presos. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Observa-se a função secundária que vai sendo ocupada pelos outros membros da Pastoral Carcerária, posição que vai destacando o médico e o Bispo, e anulando os outros membros do movimento. Sobraria para eles a filantropia. Situação que cria o entendimento de que existe uma Pastoral Carcerária, que é assim denominada pela diocese, mas para parte dos entrevistados era a pastoral de um homem só.

Era a única função da Pastoral Carcerária. Senti a necessidade de buscar junto à Fundação Nacional de Saúde, medicamentos, também entrei em contato com os médicos para conseguir amostra grátis e levar para o Presídio. Os tipos de doenças mais comuns eram: dermatite, dermatose, doenças venéreas, lesão por agressão, abscessos e as questões de saúde ligadas à higiene. Todas essas coisas

---

<sup>354</sup> GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

eram conversadas com Dom Costa, ele sabia e apoiava todo trabalho realizado. Ele era muito preocupado, mas não podia fazer muita coisa, até porque a gente estava chegando naquele ambiente, e a gente tinha o receio de ferir os interesses da PM, havia muito sadismo, e eu era um agente externo, que estava entrando e vendo tudo aquilo e poderia, de uma hora para a outra denunciar. A gente sabia que não era uma questão de ser a PM ou não, era um problema da estrutura da prisão, isso é “normal” em prisões. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária). (Grifo nosso)

O Capitão da PM viajou com os membros da Pastoral Carcerária para participar das reuniões em outras cidades. Chegou a participar de encontros com o GAJOP e participou da reunião das Pastorais Carcerárias em Natal. Nesse encontro, o grupo teve seu primeiro contato com o Coordenador da Pastoral Carcerária Nacional. Outras pastorais tomaram conhecimento do que vinha acontecendo em Caruaru. E as pessoas achavam estranho um militar naquele meio. Este trabalho de sensibilização da direção da PJPS perdurou por quase dois anos. Foi a estratégia que permitiu o contato com os presos. Nesse caso, observamos a orientação de Dom Costa, no que diz respeito à negociação e envolvimento com o diretor PM. Era uma ação social que se assentava mais em objetivos, do que em valores. O Carisma de indivíduos e grupos se rotiniza para poder adaptar-se à esfera da burocracia, mesmo quando os seus resultados são positivos<sup>355</sup>. A situação é um exemplo prático de como os militantes são obrigados a buscar resultados imediatos.

#### 4.4 AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

As violações eram constantes: tortura, alimentação sem qualidade, e inexistência de assistência médica, sanitária, e odontológica. Não havia nenhum tipo de apoio ou canal de denúncia. A prisão não tinha estrutura burocrática, não havia pastas de presos ou um setor penal. As reclamações dos detentos provocavam espancamento e tortura.

---

<sup>355</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 259.

Batiam nos pés com uma palmatória com lixa, algemava a gente com as mãos para as costas, isso era todo dia. Bastava eles estarem de mau humor. Reclamar de qualquer coisa, quem reclamasse era arrancado da cela e já sabe. Eu fui preso e na delegacia não bateram em mim. Minha mãe e meu advogado tavam lá. Quando entrei aqui, segui direto para a sala de tortura, fiquei uma semana sem conseguir andar direito. Sete horas da noite cortavam a luz e ai de quem reclamasse, era o maior silêncio, quem falasse ficava sem banho de sol e se abusasse era espancado. Nos dias de Baculejo os PMs mandavam a gente ficar ajoelhado quase uma hora no sol quente, olhando pra parede e ficavam greando com a gente. (Grupo Focal - Presos) (Grifo nosso)

É a banalidade do mal, a qual nos relata Hannah Arendt<sup>356</sup>, ao narrar o genocídio praticado contra os Judeus pelos alemães, no regime nazista, na Segunda Guerra Mundial. Quando o ex-coordenador declarou esse tipo de comportamento ser comum nas prisões, não se referia apenas a esse passado recente. São “comuns” e “banais” a tortura e a redução da condição humana do prisioneiro em nosso país. Basta acompanhar os relatórios anuais divulgados por instituições de defesa de Direitos Humanos com as denúncias que fazem contra o sistema penitenciário brasileiro<sup>357</sup>.

Com a saída do Capitão da PM da direção da PJPS, sendo substituído por um agente penitenciário, ocorreu a ampliação das tensões, foi nesse momento que o trabalho do médico e dos membros consultivos da Pastoral carcerária (Bispo diocesano, Sindicalista e representante da imprensa) passou a ter um caráter mais denunciativo, que prioritariamente assistencial.

Nesse período já tinha colocado um preso como “auxiliar de enfermagem”, era ele quem fazia a triagem, a lista dos presos que seriam atendidos, ele tomava conta da farmácia. Ele tinha sido transferido da Barreto Campelo pra cá. Um belo dia eu chego e o detento me chama para ver um remédio, pois não poderia falar de outra coisa, sempre tinha muita gente ao redor. Ele disse “Dr. tem um bocado de gente aí machucado que foi transferido ilegalmente”, eu disse: “como é a história?”

---

<sup>356</sup> Ver, ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>357</sup> Anistia Internacional, Human Rights, Watch, Justiça Global, Movimento Nacional de Direitos Humanos, comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outras.

tão tudo já morrendo. “E eu mandei buscar, vá lá e pegue o nome deles e bote misturado com os demais” e eles tiveram que trazer, porque o preso chegava para a guarda, ali onde é hoje a permanência, os PMs ficavam lá e o preso dizia: “vá buscar fulano de tal” que Dr. quer ver, então descobri que aqueles seis presos tinham sido torturados em uma ação de tortura que tinha ocorrido no Aníbal Bruno e de madrugada chegaram aqui para não aparecer sem ordem judicial, os agentes de lá trouxeram pra cá, pra Caruaru, pra esconder os presos. (Ex – coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Diante daquela situação de tortura, o médico documentou, informou o fato e relatou ao Bispo. Naquele momento decidiu não manter em sigilo a tortura, para não ser conivente com a degradação constatada. A diferença é que qualquer atitude impensada poderia piorar as relações instaladas, poderia significar perseguição e tortura para os presos que viabilizaram a saída das informações.

Fiz um exame físico e vi que tinham quatro costelas quebradas, fora o cara está roxo de cima abaixo, marcas de chutes, tinha um que tinha marcas de sapatilha nas costas, outro que estava sem poder levantar porque estava defecando sangue e quando eu terminei, eu tinha que examinar eles no meio dos outros, pra não chamar a atenção, então quando eu terminei de atender eu chamei o diretor da penitenciária e disse: “e esses presos aqui: fulano, fulano, fulano, foram torturados e o que você vai fazer?” Ele respondeu: “nada, não se meta, não é da sua conta. Você vai se arrepender se meter nisso”. Aí me mandaram falar com um ASP e ele disse: “fique fora disso que vai sobrar para você”, então eu disse: “eu entrei não tenho mais como sair”. Aí sai de lá e liguei para o Frei Capuchinho que foi o primeiro coordenador da Pastoral e para um outro membro do sindicato dos bancários e a gente foi para a Cúria diocesana, procuramos Dom Costa e ele nos recebeu e eu contei para ele o ocorrido. Aí Dom Costa disse: “você não têm nenhuma condição de estar em um lugar deste sem segurança, vamos ligar agora para o Secretário de Justiça” (...) então, quando Dom Costa falou com Roberto Franca, foi direto já cobrando posição dele. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária)

Esse fato foi o motor de início da relação da Pastoral Carcerária de Caruaru com o Governo Arraes. As negociações que se iniciaram, deram

visibilidade ao pequeno grupo que atuava na pastoral e teve como desdobramento o convite para administrar a unidade prisional. Os entraves burocráticos, envolvendo a liberação do médico, permitiram uma reação truculenta dos militares.

Aí Dom Costa disse a ele o que estava ocorrendo e Roberto Franca pediu pra gente ir para o Recife. Aí a gente disse que não iria e que no dia seguinte estaria jogando os fatos na imprensa. Aí ele mandou o assessor dele vir procurar a gente aqui, aí a gente disse pra eles que dava 24 horas para os homens partirem de Caruaru se não a gente iria denunciar. Aí Dom Costa disse: “Não é assim não, eu quero uma sindicância para apurar os fatos, não quero ser acusado de conivência e quando for apurado eu informo ao juiz. Aí ligo para o Juiz” e a Promotora que era brava que só, aí a gente falou que tinha descoberto que eles tinham vindo pra cá de madrugada sem ordem judicial, sem nada. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Essa situação provocou a ira do juiz e da promotora da época, havia ocorrido uma quebra de hierarquia. Os presos haviam sido removidos de um lugar para outro sem ordem judicial, o que significava uma ilegalidade e mexia com a vaidade profissional dos envolvidos, além do fato ter ocorrido pela prática de tortura. A situação mobilizou o juiz e a promotora pela quebra de hierarquia e pela tortura, enquanto o que mobilizava os membros da pastoral era o problema da tortura. Apesar do desdobramento do caso, do alcance que obtive no noticiário e na comunidade, ninguém nunca chegou a ser punido.

Um dos torturados do Aníbal Bruno ficou aqui na coletiva 11, depois da transferência deles, a gente soube que com pouco tempo ele morreu. Ele perdia sangue demais por causa da tortura, aqui a gente ainda tomou conta dele, a gente lembra que a situação dele era grave demais, ele mijava e vomitava sangue, fazia pena! (Grupo Focal - Presos). (Grifo nosso)

Os fatos ocorridos contrariavam o próprio governo Arraes, um governo de esquerda, com pessoas de história de luta contra a tortura. Mas a questão dos Direitos Humanos não era uma bandeira do governo, mas de alguns secretários. A esquerda brasileira não tinha muita aproximação com a

defesa dos Direitos Humanos. No Brasil, a bandeira dos direitos humanos nunca fez parte dos princípios que regiam a luta dos comunistas. Só a partir do momento em que os comunistas e a classe média passaram a ser vítimas da torturas do Governo Militar é que se começou a prestar atenção no problema, pois durante muito tempo os comunistas no Brasil consideravam os direitos humanos como direitos burgueses, colocando os indivíduos acima da coletividade<sup>358</sup>.

A questão dos direitos humanos foi de início um grande vazio no governo Arraes, na época em que denunciemos os casos de tortura a resposta que a gente recebeu do Secretário de justiça, quando a gente foi à sala dele e eu li um, por um dos casos, ele ainda tentou me desacreditar porque eu não era médico perito, eu entendo, talvez ele fizesse isso contra os seus princípios, ele é um democrata, lutou contra a ditadura, contra a tortura, mas naquele momento era Secretário de governo e precisava defendê-lo. Só que agora como Secretário de governo ele buscava amenizar o problema. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Os representantes da Pastoral Carcerária passaram a ser detratados, depois que começaram a denunciar a prática da tortura na PJPS. Presos e voluntários passaram a sofrer perseguições, ouvir piadas, fofocas que divulgavam boatos e recados sobre a impossibilidade de se mudar aquilo que existia e de saber quem é que mandava na prisão. Foi difícil manter os fatos em sigilo, pois um dos membros da Pastoral Carcerária era jornalista de um periódico local. A hipótese é de que a informação tenha vazado, e começaram a ser encaminhadas para Caruaru outras denúncias de torturas por familiares de presos de outras unidades prisionais do Estado.

Mas teve um problema com um soldado, a gente começou a incomodar, porque a gente entrava e saía e ninguém tinha coragem de peitar os agentes de Dom Costa. A gente era o prolongamento de Dom Costa, eles sabiam que a gente estava sendo coordenado por Dom Costa, e o Bispo pegou uma simpatia tremenda com a população de Caruaru e o coração do tamanho da língua dele, porque ele falava pelos cotovelos. Eu acho que foi isso que facilitou a gente receber

---

<sup>358</sup> OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil.** Recife: Pindorama, 1996, p. 44.

denúncia. E em uma reunião em Recife a superintendente perdeu a estribeira e disse que tava trazendo um recado do Secretário Roberto Franca, se a gente tinha tanta proposta pra Barreto Campelo, porque a gente não assumia uma unidade e a gente levou na brincadeira. Não, eu acho que não foi brincadeira não! Eu acho que ela se sentia de saia justa, não tinha como sair e desafiou a gente. (Representante da Pastoral Carcerária –2) (Grifo nosso)

A imagem do Bispo foi associada ao seu séquito, as ações foram divulgadas pela imprensa, no espaço regional. “*As qualidades carismáticas do líder são apropriadas pelo seu staff*”<sup>359</sup>. O convite para administrar a PJPS, de acordo com os funcionários do Governo Arraes entrevistados na pesquisa, não foi uma jogada política. Tinha o objetivo de trazer pessoas ligadas à luta por Direitos Humanos para reduzir as violações nas unidades prisionais não apenas o exemplo da PJPS, mas também do HCTP<sup>360</sup>. Já para os membros da Pastoral Carcerária entrevistados, um convite como aquele, para assumir uma unidade prisional poderia ter dois objetivos: Ser uma jogada política do Secretário de Justiça, e ser um teste do governo que acreditando nas propostas do grupo, o envolvesse no ensaio que queria realizar sobre a aplicação dos Direitos Humanos no sistema penitenciário pernambucano.

Aí Dom Costa me chamou e fez a proposta para mim, disse que não poderia, que não conhecia o sistema. Aí ele deu aquela cantada bem doce para mim, eu como servidor do serviço público, não tinha como o Governo Federal me liberar, um médico para trabalhar no Sistema Penitenciário e presídio então? Respondi: “tá eu topo” (Ex – coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A Pastoral Carcerária de Caruaru se reduzia a alguns eleitos de Dom Costa. No entanto, é inegável que foram as ações deste pequeno grupo na PJPS, que provaram ser o Estado, paradoxalmente num governo dito

---

<sup>359</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 218.

<sup>360</sup> Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Pernambuco, que trataremos especificamente no capítulo VI.

progressista, omissa com as condições dos prisioneiros nas unidades prisionais de Pernambuco, em pleno processo democrático.

A mais simples observação mostra que, quando existem contrastes acentuados entre o destino ou a situação de duas pessoas, seja quanto à saúde ou à situação econômica, social ou outra qualquer, àquele que se encontra na situação mais favorável, por mais patente que seja a origem puramente 'casual' da diferença, sente a necessidade incessante de poder considerar como 'legítima', a situação própria como 'merecida', e do outro, como resultado de alguma 'culpa'<sup>361</sup>.

A demora na definição da liberação do médico aumentou a pressão que a PM fazia sobre os membros da Pastoral e os voluntários. Nesse meio termo, cresceram as agressões verbais com os presos, e a divulgação de boatos que objetivavam retirar a credibilidade da Pastoral e desmoralizá-la, quebrando o clima de animação e utopismo que havia se instalado com o convite para dirigir a PJPS.

O tratamento comigo piorava, e quando batiam nos presos diziam: “vá dizer a Pastoral”, ficavam com vários tipos de provocações e eu continuei mantendo meu ambulatório na sexta e outras atividades. [...] minha liberação durou entre nove e dez meses para sair, foi quando chegou a coisa e eu me surpreendi, foi um pedido pessoal do Governador Miguel Arraes ao Ministro da Saúde da época. (Ex – coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A demora na liberação do médico produziu uma sensação de fracasso, difundida pelos ASPs e militares que afirmavam que o convite à Pastoral Carcerária tinha sido uma farsa para amansar os presos. A presença da Pastoral incomodava. Mesmo sem administrar a PJPS, observou-se uma redução de casos de tortura na unidade. Os detentos passaram a apanhar menos, os PMs passaram a ser mais “cuidadosos”. A violência verbal superava a violência física naquele momento.

---

<sup>361</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume II**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 197.

## 4.5 ENTRE A LIBERAÇÃO E A POSSE

As reuniões da Pastoral Carcerária ocorriam na casa do membro indicado pelo Bispo Diocesano para administrar a PJPS. O convite para tal função era possibilidade real de ter poder de fato, verbas e cargos, uma nova atuação que fez surgir variados comportamentos, alguns deles reprováveis para um grupo que trabalhava para a promoção dos Direitos Humanos. Gonh (1997) relata que mesmo os grupos políticos de oposição ou de esquerda na esfera do Estado, podem reproduzir a cultura política autoritária do Brasil. Algumas lideranças populares ascenderam ao poder nesse processo de parceria com o Estado, e tornam-se pragmáticas, colocando de lado os interesses coletivos, acomodando-se aos interesses imediatos ou particulares<sup>362</sup>.

Além da briga pelos cargos, questões de ordem ética e política também eram colocadas em discussão. Uma parte do grupo concordava que a Pastoral deveria assumir, outra parte do grupo achava que essa não era a função de uma Pastoral Carcerária. Quando se decidiu que a Pastoral aceitaria o convite, o clima esquentou entre os membros que estavam interessados na divisão dos cargos comissionados. Ainda havia outras preocupações relevantes, como a questão de saber se era atribuição de uma Pastoral Carcerária assumir função de governo. Sendo governo, como se manteriam como movimento reivindicatório?

Tinha um membro mais empolgado, falava de chefe disso e daquilo, foi muita briga. Esse mesmo mais empolgado, já avisava sobre o cargo que iria assumir. Vamos ganhar sem trabalhar, cargo comissionado no governo ninguém trabalha, é só pra fazer de conta e isso abertamente e isso deixou a gente chocado com aquilo (...) e ficou uma minoria e foi com essa minoria que a Pastoral Carcerária se resumiu a poucas pessoas e trabalhou até o fim. Entendo porque Dom Costa optou pelo seu homem de confiança, era o nome dele que estava em jogo também. (Representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

---

<sup>362</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 328.

Era a primeira Pastoral Carcerária do País, que assumiria sozinha a responsabilidade de administrar uma unidade prisional, ousando implantar um projeto para colocar em prática seus princípios e valores. Quando se decidiu que não se transformaria a unidade prisional em um “trem da alegria”, ocorreram mais dissidências que se somariam a muitas outras ao longo do período estudado.

O Espaço que, notadamente, caracterizava-se como espaço puramente reivindicatório, abre alternativas para expressões da subjetividade, para o discurso do cotidiano, a partilha, a festa, a emoção, o místico, atendendo às novas exigências da sociedade civil que pedem atenção para o indivíduo, para as micro-relações<sup>363</sup>.

Na Campanha de Betinho o trabalho era esporádico, enquanto que na PJPS o trabalho era cotidiano. Apenas um sujeito do grupo com a liberação poderia rotinizar-se. Coisa que era impossível para o restante do grupo (a aventura da prisão). Fato que distanciava o grupo da tomada de decisões, exigindo rapidez e centralização. Exigindo a presença do sujeito no espaço, com os outros atores, rotinizando-se.

Várias vezes eu tive dúvida, pensei vou deixar isso. Acho que nem o governo acreditava na minha liberação. O agente que dirigia a unidade foi pego com um desvio de dinheiro, em outra situação difícil, foi pego bebendo sem camisa com três raparigas no Alto do Moura, com o carro da unidade prisional. No outro dia o ASP envolvido na denúncia foi exonerado e foi nomeado um Capitão da Polícia militar que depois administrou outra unidade aqui no agreste. Ele foi dizendo logo: Cheguei não saio mais daqui e ninguém me tira mais, você se quiser vá para outra unidade. A gente já sentiu a barra pesada e se afastou, o clima piorou, ele mandou os ASPs me chamarem pra eu ir lá conversar e voltar a atender, eu acho que esse foi o único ambulatório que deixei de ir. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Diante da tensão, os presos resolveram, com as suas famílias, encaminhar um abaixo assinado para o Jornal Vanguarda pedindo a

---

<sup>363</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 42.

nomeação do representante da Pastoral Carcerária, e denunciando que não agüentavam mais as pressões da Polícia Militar. *“E você fica altamente constrangido, se não puder assumir, porque não chegou nenhum documento, mas só que a polícia teve todo tempo para trabalhar pra boicotar e derrubar tudo que chegasse de novo.”* (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária)

Aqui não se falava em hospital, se a gente ficasse doente eram os familiares que traziam o remédio, a gente se curava sozinho. Só que quando a Pastoral entrou aqui a gente passou a ter atendimento médico, a gente confiava na pastoral e a nossa família também, a gente se sentia com valor. (Grupo Focal - Presos).

A imprensa divulgava as ações da pastoral, e a cidade tomava conhecimento dos fatos. Os presos e as suas famílias pressionavam pela posse da Pastoral Carcerária. Os familiares dos presos tinham seus métodos para fazer as coisas funcionarem. A pastoral também temia que a idéia fosse de um mandato tampão. Havia o receio de que fosse apenas uma jogada política do governo. Buscaram negociar com o governo do Estado, apresentando as suas inquietações. Existia o receio de “queimar” o nome da Pastoral Carcerária. Estava claro para o grupo que, com os poderes que a PM possuía dentro da PJPS, não conseguiriam trabalhar, impor sua visão política, pois o boicote inviabilizaria qualquer trabalho. A partir deste fato, os detentos se tornaram os aliados principais. Naquele momento, era a aliança possível. Como a situação era insustentável, em Recife foi apressada a liberação, sendo necessária a intervenção direta do Governador. E o início da administração da Pastoral Carcerária na PJPS, só ocorreu no primeiro dia de agosto de 1996, do ponto de vista formal, mas, informalmente ela já ocorrera uma semana antes. Não havia nenhum planejamento, nenhuma estratégia definida. A primeira ação do coordenador da Pastoral, já na condição de diretor, foi abrir o diálogo com os presos, da mesma forma que havia conversado com o governo do Estado.

Pela primeira vez saíram da cela, mandei soltar tudinho no pátio que tinha e falei, expliquei o que eu achava, sabia já algumas malícias deles e como a coisa funcionava, como era a dinâmica interna, eu já tava sabendo mais ou menos. Isso foi numa sexta-feira e eu disse que a cadeia ia depender

deles. Se eles quisessem uma cadeia ruim armada iam ter e se eles quisessem uma cadeia diferente a gente iria construir uma nova relação, tudo iria depender deles. Essa foi uma jogada que deu certo, ninguém tinha planejado, isso pintou na hora. Do mesmo jeito que eu estava ali desarmado, eu queria também todo mundo desarmado para a gente começar do zero. E fui embora para casa e fiquei o final de semana bem. (Ex-coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Nesses primeiros momentos, observa-se que as ações planejadas estavam mais situadas no plano dos valores, do que em estratégias e objetivos. O que nos remete ao conceito da ação racional baseada em valores e no sentido. Mas principalmente na expectativa dos atores sociais nas relações de reciprocidade<sup>364</sup>.

Quando chego à segunda-feira, um ASP me chama: “Doutor tem um negócio aí que se passar pra cá vai todo mundo preso”. Eu fiquei na permanência e mandei ele pegar: Nossa! Eram dois sacos de armas. Vareta, faca, punhal. Arma branca, artesanal, chuncho, armas que eles fazem, tudo vira arma: o cabo da escova de dentes, eles amolam afiam o cabo e corta, perfura. Era muita arma, me caquei feio, quando eu vi, eu disse me lasquei, botei pra tremer, fiquei ruim mesmo. Porque eu caí na real, porque de uma certa forma, era uma confiança que eles me davam, inclusive eu fui ridicularizado quando esta notícia chegou a Roberto Franca: “isso é político e romântico e ele vai quebrar a cara”. E quando chegou isso eu disse fera! Se esses camaradas tinham armas, eles tavam sendo ameaçados ali. E na hora que entregaram as armas, a vida deles tava por minha conta e eu não tinha condição com aquela polícia boicotando tudo, como eu iria garantir a vida deles lá dentro? Nos sacos que estavam armas, também veio muita droga, cartelas de comprimidos, eles se desnudaram. (Ex-coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O trecho acima sublinhado deixa claro o pacto estabelecido entre a direção e os prisioneiros. O choque de realidade do diretor mostra exatamente o tipo de responsabilidade que havia assumido na aliança com os presos. A entrega das armas simbolizava uma proposta de “paz”, uma

---

<sup>364</sup> WEBER, Max. Tradução. Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 248.

contrapartida dos detentos que esperavam da Pastoral Carcerária outra forma de tratamento.

Os detentos enxergavam a administração com credibilidade, pelos dois anos de atuação, marcados pelas denúncias de maus-tratos e violações de Direitos Humanos.

A Pastoral Carcerária se situou no espaço da hierarquia e da ordem. No entanto, movimentos como estes são sustentados na participação voluntária dos seus membros. Não os transformam em funcionários. “A *tendência desse processo é o esfriamento da participação voluntarista, já que a sua característica principal é a doação, a eventualidade do encontro e não a sua racionalização*”<sup>365</sup>. A repercussão das ações realizadas pela Pastoral Carcerária foi intensa na cidade e na região. Caruaru é uma cidade carente de ações assertivas em Direitos Humanos, de uma oligarquia local atrasada e reacionária pouco afeita a democracia, e as notícias abasteciam os meios de comunicação local, gerando curiosidade sobre o que faziam aqueles malucos bem nascidos, estudados e de boa família numa prisão? Alguns enxergavam com admiração e respeito; e outros, com indignação.

Foi nessa época que teve uma crise com os ASPs e Roberto Franca, e ele disse assumo, que isso vai estourar, isso foi em primeiro de agosto de 1996. Eu era um nada que estava ali, eu era um intruso que tava ali, não tinha poder de nada, não ia fazer nada. Na segunda-feira, quando ia sair minha portaria, fiz questão de chegar lá com autoridade: Foi tanto que eu cheguei, não chamei o agente, esperei que o policial me visse, reconhecesse e abrisse. Tinha toda a formalidade de autoridade que você tinha que ter, pois você estava numa estrutura muito poderosa, que era a polícia militar e que era uma guerra ideológica. Eles achavam que era para tratar os presos de um jeito e a gente achava que poderia ser de outra forma. Era assim, eu tinha que dar valor ao lixo que eles estavam desprezando. É coisa da reciclagem, não vou fazer isso, aí você começa a ver a reciclagem com outros olhos. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A racionalização do movimento, o afastamento do grupo aproximava ainda mais o Bispo e o diretor da unidade que decidiam sozinhos às ações

---

<sup>365</sup> Idem, p. 229.

na PJPS. No dia da posse do representante da Pastoral Carcerária, Dom Costa fez uma coisa inusitada. A polícia não queria dar posse ao novo diretor, que teve a sua entrada na penitenciária proibida pelo comandante. O Secretário de Justiça, Roberto Franca veio dar posse ao diretor, ocasião em que só quem falou foi Dom Costa. Criou uma situação que deixava clara sua posição política de apoio irrestrito à direção da unidade prisional, para que a comunidade o enxergassem através das ações do diretor indicado por ele. Essa era não apenas uma ação baseada em valores, mas também em objetivos estratégicos. O Secretário de Justiça não se sentiu ofendido, respeitava Dom Costa e tinham um excelente relacionamento. O Secretário havia lutado contra a ditadura militar de 1964, e enxergava a possibilidade de se desenvolver na PJPS um laboratório de mudanças, apesar de todo boicote estatal que sabia existir, por parte do comando militar.

Ele (o bispo) tinha descoberto que Nossa Senhora das Dores é minha madrinha, quando eu fui batizado me deram como madrinha e tava lá de fato a imagem de Nossa Senhora das Dores<sup>366</sup> da Catedral e disse: “É ela que vai lhe dar posse de diretor”. Aí quando Roberto Franca foi me dar posse disse: “eu não vou dar mais posse, Nossa Senhora já deu por conta própria, eu estou aqui por formalidade”, então, ele (o bispo) surpreendia em todo instante. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária)

O poder dos militares, no Brasil, apesar do processo de democratização no Sistema Penitenciário, é incontestável e absoluto. O fato da negativa de dar posse, em 1996, a um diretor civil de uma unidade prisional no interior de Pernambuco, numa prisão pequena, que na época tinha entre 100 e 120 prisioneiros, demonstra a estranheza que estes grupos têm com a entrada de um civil em um “*espaço seu*”, e a teórica desmoralização de ter que conviver com uma administração civil, ou subordinar-se à sua ordem. A atitude da polícia militar em plena democracia forçou a vinda do Secretário de Justiça e a atitude do Bispo de mandar buscar a imagem de nossa senhora, dando um tom político e religioso ao evento.

---

<sup>366</sup> Nossa Senhora das Dores é padroeira da cidade de Caruaru.

Em seu livro *“Frágil Democracia”*, Jorge Zaverucha demonstra como em democracias tuteladas como a nossa, a presença de militares continua a sufocar a participação civil em espaços que consideram como “espaços seus”, afirmando que o grande desafio para os atores democráticos é *“chegar à democracia, sem que sejam exterminados no meio do caminho pelos militares, que praticamente, monopolizam os meios de coerção”*<sup>367</sup>. Define democracia tutelada como um modelo intermediário entre o regime democrático e o regime autoritário, pertencendo tanto à democracia como ao autoritarismo em que os militares não abrem mão das suas prerrogativas. Dessa forma, é pertinente a reflexão de Jorge Zaverucha, sobre esta difícil relação entre a sociedade civil e os militares na democracia tutelada, pois o autor entende que *o “que se espera de um país democrático é a erradicação de tais prerrogativas, caso se queira estabelecer um controle civil democrático sobre os militares, e conseqüentemente um regime democrático”*<sup>368</sup>. A Pastoral demonstrava a consciência da impossibilidade de se trabalhar com a PM em um momento tão conflituoso.

#### 4.6 PRIMEIROS DESAFIOS

Havia clara distinção entre os atores na hierarquia de poder formal, evidenciada nos papéis realizados: policiais, agentes penitenciários e representantes da Pastoral Carcerária que na prisão, se atritavam na expectativa da função ou de ideal que cada grupo defendia. Nem todos os policiais eram torturadores. Nem todos os ASPs concordavam com a tortura. Mas mesmo os funcionários que não se envolviam com atos de violência na unidade, não aceitavam a autoridade do representante da Pastoral na gestão da unidade prisional. O maior desafio foi impor autoridade, tendo que, no improvisado diário, manter os valores que partilhava na orientação da diocese e do grupo que participava timidamente.

---

<sup>367</sup> ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil Democracia. Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990 – 1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 19.

<sup>368</sup> Idem, p. 36.

Os movimentos de natureza carismática opõem-se de forma absoluta a essa objetivação, pois se baseiam no heroísmo pessoal<sup>369</sup> e não nas regras e regulamentos, mesmo que estes possam ser adotados pelas lideranças. Estas lideranças irão impor novas regras e também uma nova disciplina, o que provocará o seu processo de rotinização. *“O heroísmo e as capacidades mágicas não são coisas que possam ser ensinadas. Podem ser despertadas quando existem de forma latente, pelo renascimento da personalidade por inteira”*<sup>370</sup>.

A disciplina como tal, enfatiza Weber, certamente não tende a se opor ao carisma. Um herói carismático pode fazer uso da disciplina da mesma forma, e na verdade, terá de fazê-lo se deseja continuar expandindo sua esfera de dominação, mantendo a sua superioridade e a firmeza sobre os dominados<sup>371</sup>.

Weber não é um autor otimista, quanto ao destino da humanidade, não acredita que os valores universais possam facilmente ser apropriados por todos os homens. Crítica Kant, Durkheim e Marx por defenderem propostas universais, em que enquadram o caminho e a adequação para a libertação humana para o progresso social. O desencanto de Weber é pelo resultado dessa racionalização exagerada da qual a modernidade é portadora. *A “racionalização, se por um lado indica a possibilidade de ações livres, por outro lado, pode destruir a relação direta entre os indivíduos, sua naturalidade”*<sup>372</sup>.

Assim Weber compreende que a modernidade instaurou a tensão entre a burocracia e o carisma, e a liberdade idealizada como um sonho possível pode muitas vezes tornar-se um pesadelo. A ascensão ao poder, de um grupo representa a sua institucionalização e a sua rotinização no poder, o que contraria o sonho da libertação de fato. O discurso sobre a liberdade se

---

<sup>369</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 232.

<sup>370</sup> Idem, p.233.

<sup>371</sup> CARVALHO, Alonso B. **Educação e Liberdade em Max Weber.** Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 139.

<sup>372</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume II.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 236.

transforma em instrumento de controle e de dominação. O conflito sobre a natureza deste poder será sempre permanente. O mundo moderno demonstra essa eterna dialética. “O conflito infundável entre o desejo de se autodeterminar e a vontade de se organizar, entre a espontaneidade e o sistema, entre o carisma e a estrutura”<sup>373</sup>. O seu desencanto não é caótico no sentido de não considerar a mudança. Ele é pessimista, porém, aposta na responsabilidade dos indivíduos e na firmeza dos valores e das convicções que as pessoas possuem e que podem se refletir nas ações que desenvolverão nas instituições. Mesmo que estejam mergulhados na racionalização ou na rotinização, deverão atender os fios que orientam a sua vida<sup>374</sup>.

Era necessário estabelecer contato com os Agentes Penitenciários. Em uma unidade prisional o funcionamento das regras depende destes profissionais. Mas as relações na PJPS estavam fragilizadas, em função das denúncias e do difícil diálogo que sempre existiu entre militantes de Direitos Humanos e agentes de segurança. Desconfiança e desrespeito marcam as primeiras relações. É esta a condição a que se refere Augusto Thompson sobre as relações entre a direção e os outros responsáveis pela administração da prisão. Quanto mais próxima dos presos, maior antipatia a direção absorve<sup>375</sup>.

Eu não tinha idéia de estratégia política nenhuma, o que eu achava é que tinha que incentivá-los. O discurso que eles (ASPs) conheciam era esse, não é a questão do conteúdo. Comecei usando o jeito deles. Se os ASPs só tratavam no grito, também gritei. A primeira coisa que eu fiz foi suspender um ASP que insistia em ficar sem camisa. Chamei ele e disse:” Isso aqui é um ambiente público e você fazia isso antes, agora se você fizer de novo eu peço a sua transferência”. Eu sabia que tinha que fazer isso na frente dos outros Asps ou era engolido por eles. Eles precisavam daquele instrumental (armas) para mostrar autoridade e eu tinha justamente o contrário, eu tinha a autoridade por não

---

<sup>373</sup> Idem, p. 231.

<sup>374</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001.

<sup>375</sup> Ver, THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 200, p. 37.

precisar dessa instrumentaria e daí foi no bocão mesmo! (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Um pacto de confiança foi estabelecido entre a pastoral e os detentos, tornando-os co-responsáveis pela tranquilidade da unidade prisional: Os detentos escolhiam lideranças que os representassem junto à administração prisional, e a pastoral garantia apoio às famílias dos detentos, no sentido do respeito na revista dos familiares, e na sua escuta pela administração, sempre que requisitada. Direção e detentos fazem parte do jogo de poder. Estabeleceram relações de reciprocidade, cooperando, criando um círculo virtuoso de participação, a cooperação pode criar movimentos cívicos que melhoram a participação cidadã<sup>376</sup>. Foi negociada a saída da polícia militar da guarda interna, que passou a ser realizada por Agentes Penitenciários, porque mantendo a PM na guarda externa reduzia o seu poder sobre os presos e sobre o diretor da Pastoral Carcerária. A administração racionalizava-se, as ações foram realizadas no pacto de confiança com os presos e a administração compreendia a necessidade de abrir o diálogo com outros atores, o que exigia maior racionalização, maior planejamento.

A imprensa aparece como um ator de significativa importância na divulgação das ações administrativas desenvolvidas na PJPS, divulgação que ocorria através da televisão, das emissoras de rádios e da imprensa escrita. As ações que mudavam a rotina da unidade prisional eram divulgadas<sup>377</sup>, e a população de Caruaru e das cidades próximas estavam informadas dos acontecimentos. A imprensa acompanhava de perto o trabalho, e apoiava a pastoral divulgando o ineditismo da experiência. Poderemos observar, a partir de agora, nos tabelas<sup>378</sup>, a atenção da imprensa para os fatos que ocorriam na unidade prisional. As matérias publicadas pela imprensa eram de apoio à gestão da pastoral, exceto

---

<sup>376</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Ed. FGV, 3ª Edição, Rio de Janeiro: 2002, p. 86.

<sup>377</sup> Os quadros que se seguem, a partir deste capítulo foram retirados do levantamento feito junto aos jornais que noticiaram os eventos que ocorriam na PJPS ou que se relacionavam com a administração da Pastoral carcerária. Era através das informações da imprensa que a população local e das regiões circunvizinhas ficavam informadas.

<sup>378</sup> Capítulo IV e V.

aquelas que se referiam aos problemas de superpopulação. As notícias formavam um consenso positivo, dando visibilidade e legitimidade à gestão.

Foram realizados programas de rádio dentro da PJPS onde os presos contavam histórias, seus sonhos e suas lutas. Eram feitas campanhas de solidariedade aos flagelados. Nas férias das crianças, era realizado o projeto de férias<sup>379</sup>. Essas atividades foram realizadas sem custos para PJPS ou para o governo do Estado, demonstrando que era possível administrar com qualidade, baixo custo, com apoio da sociedade e respeitando os direitos dos reclusos.

No que diz respeito à imprensa escrita, as notícias divulgadas pelo Jornal do Comércio e pelo Diário de Pernambuco deram visibilidade a PJPS dentro do Estado. O Jornal Vanguarda, em Caruaru, aproximava as camadas médias da população, da gestão da Pastoral Carcerária<sup>380</sup>. Um dos membros da Pastoral trabalhava naquele periódico, o que facilitava a circulação das notícias da unidade prisional na cidade, e a distribuição das informações com os órgãos de comunicação.

Apela-se para a gratuidade, para a doação, como que querendo um circuito de dádiva entre as pessoas, que vêm nestes projetos comuns, respostas para a existência de seus grupos e justificativa para a sua reorganização. (...) os grupos organizados da Igreja Católica através das Pastorais Sociais, fizeram-se presentes nos movimentos sociais, acompanhando suas agendas, linguagem, embora conservando e possuindo suas especificidades<sup>381</sup>.

Para Weber o desenvolvimento de uma administração eficaz é compatível com o desenvolvimento eficiente da burocracia nos meios de comunicação. O desenvolvimento tecnológico e o sistema de transportes são

---

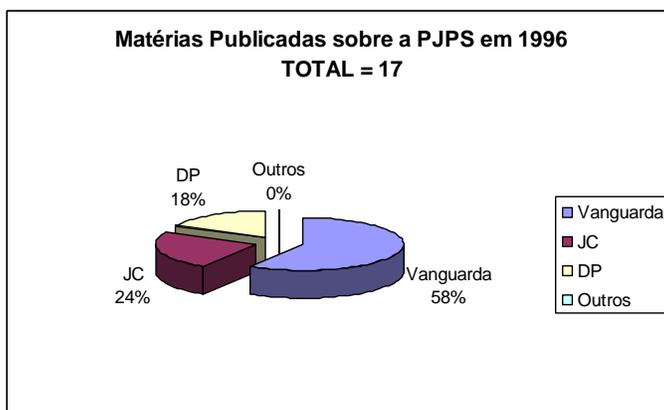
<sup>379</sup> O Projeto de férias foi mantido na gestão de Cirlene Rocha diretora da PJPS desde 2002.

<sup>380</sup> O Jornal Vanguarda de tiragem semanal, que mesmo sendo um jornal de pequeno porte é o único na cidade que tem um público cativo, que forma opinião e congrega os assuntos semanais da cidade, pertence a família Lyra e fazia oposição ao governo municipal, na época ao Prefeito Tony Gel.

<sup>381</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p.41.

decisivos mesmo não sendo os únicos a exercerem papel decisório<sup>382</sup>. O sucesso da administração dentro do Estado moderno depende destes avanços e dessa sintonia. Em sua época Weber ainda acrescentava: a rede telegráfica, os correios e as ferrovias. Nos dias de hoje, os mais variados meios de comunicação, as redes de solidariedade na internet, como também, uma maior vinculação com a sociedade civil e demais grupos no espaço local e global. Observaremos que, no caso da PJPS, a articulação com os meios de comunicação foi decisiva na construção de uma visão positiva sobre a administração da Pastoral Carcerária. Em todo levantamento documental sobre as notícias da PJPS, observou-se a constante divulgação das ações administrativas na unidade prisional, realizada principalmente pelo Jornal Vanguarda e pelo Jornal do Comércio.

## NOTÍCIAS DA PJPS



A ascensão de um leigo a um cargo, que teoricamente deveria ter sido assumido por um religioso, significava que a pastoral carcerária e os leigos passariam a ter uma autonomia relativa na cidade, condição pouco comum no modelo tradicional vivido pela Igreja Católica local, anteriormente. Em Caruaru essa realidade seria marcada pelo boicote do clero conservador à política de pastorais implantadas por Dom Costa, tanto que após a sua

<sup>382</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume II.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p.211.

morte o movimento pastoral sofreu um grande refluxo, algumas pastorais deixaram de existir, e as que sobraram voltaram à atividade com a chegada do novo Bispo Dom Bernardino Marchió.

A autonomia nas bases pode permitir que alguns grupos desenvolvam concepções de fé que diferem nitidamente da visão institucional predominante. Em certos momentos, apesar de estes movimentos terem sido minados ou cooptados, algumas das mudanças que eles desejaram realizar incorporaram-se à instituição. Nesses casos, a base terá ajudado a transformar uma instituição hierárquica aparentemente impermeável<sup>383</sup>.

A maior influência de Dom Costa foi na definição dos referenciais de inspiração das ações pastorais como a visão de Betinho e de Paulo Freire. Herança da sua ligação com o MEB (Movimento de Educação de Base), tanto Paulo Freire como o MEB estavam comprometidos com a transformação da sociedade e suas perspectivas teóricas se ligavam ao desenvolvimento de um novo tipo de trabalho junto às camadas populares. Porém, após a ditadura militar, o MEB teve que suprimir as suas atividades mais politizadas. *“Paulo Freire é um importante exemplo de como indivíduos e movimentos fora da Igreja podem afetá-la”*.<sup>384</sup>

Em Caruaru a base da representação política das pastorais sociais é mais de cunho civil que partidário, colocando as pastorais ao lado dos movimentos sociais como fontes de consulta e reivindicação diante do Estado<sup>385</sup>.

Sua forma de pensar a missão da igreja como instituição política, levou o Bispo Diocesano (Dom Costa) a convocar os religiosos e leigos para a nova fase das pastorais sociais, que provocaram o estabelecimento de novas relações entre a cidade e a Igreja, produzindo uma ampla vida comunitária na cidade e na zona rural; sendo necessário que a Diocese de Caruaru construísse um centro pastoral diocesano para reunir as

---

<sup>383</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 92.

<sup>384</sup> Idem, p. 89-91.

<sup>385</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 47.

comunidades nos encontros das várias pastorais sociais fundadas <sup>386</sup>, voltando sua missão para as orientações do Vaticano II, mesmo que neste período esta perspectiva de Igreja já estivesse em franco conflito com o movimento conservador crescente no Brasil desde a década de 80. “A teologia do Vaticano II salientava uma noção muito diferente da Igreja, como povo de Deus, atribuía um papel de maior importância ao laicato, redefinindo a autoridade do Papa sobre a Igreja e a do Bispo sobre a Diocese”<sup>387</sup>.

#### 4.7. DOM COSTA: INTERVENÇÃO POLÍTICA E CARISMA

Destacamos nesse final de capítulo a figura do Bispo Dom Antônio Soares Costa (Dom Costa). Os fatos narrados justificam a opção: a criação da Pastoral Carcerária, as denúncias de tortura na PJPS, a indicação e a posse, as ações desenvolvidas na PJPS e a negociação política com a sociedade local. As situações estavam associadas ao projeto de administração diocesana por ele esboçada. Mesmo envolvido numa aura heróico-mágica, conciliou medidas carismáticas e medidas estratégicas, como a manutenção do diretor da PJPS por ele indicado, mesmo com o fim do Governo Arraes <sup>388</sup>. Tomou para a Igreja e para si, a briga pela manutenção do projeto de administração penitenciária.

Dom Antônio Soares Costa, nasceu em Nova Cruz, no Rio Grande do Norte em 16 de junho de 1930, e no dia 08 de dezembro de 1955 foi ordenado sacerdote, em Natal. Em 02 de dezembro de 1971, o Papa Paulo VI elegeu o Padre Antônio Soares Costa como Bispo Auxiliar de Dom Nivaldo Monte. Como Bispo Auxiliar, Dom Costa foi o braço direito de Dom Nivaldo Monte, nos anos difíceis do pós-Concílio Vaticano II, agravados pela situação política e institucional do país com a instalação da ditadura militar. Acionou uma vigorosa ação pastoral junto à juventude e movimentos populares. Em 1988, foi aceito pela Santa Sé, o pedido de renúncia de Dom Nivaldo Monte ao governo arquidiocesano, sendo seu lugar ocupado por Dom Costa que impulsionou a politização da Arquidiocese de Natal.

---

<sup>386</sup> Idem, p. 26.

<sup>387</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 96.

<sup>388</sup> Fato que será apresentado no último capítulo do trabalho.

Em 27 de outubro de 1993 foi transferido para ser Bispo da Diocese de Caruaru, em PE, onde tomou posse em 19 de dezembro de 1993. Faleceu em Caruaru, em 09 de junho de 2002, sendo sepultado na Catedral de Nossa Senhora das Dores. A sua chegada foi um evento histórico na cidade. Como Bispo, atuou de forma diferente do seu antecessor Dom Augusto de Carvalho, que tinha um estilo mais distanciado e afastado dos movimentos sociais. Desde a semana de sua chegada, vestia moletom<sup>389</sup> e fazia caminhada no meio da rua se misturando ao povo, provocando estranhamento pelo tradicional distanciamento que existia entre Igreja e as pessoas na cidade. Frequentava a padaria, fazia feira, conversava sobre coisas cotidianas, preços, dificuldades financeiras, problemas de saúde, conhecendo a realidade da cidade, perto dos seus problemas sociais. Este movimento de vitalidade na cidade, de cunho progressista, deu-se no momento em que estava ocorrendo um afastamento das pessoas da Igreja Católica, fenômeno marcado pela crise da Teologia da Libertação e a ascensão do Movimento Carismático, o crescimento do neopentecostalismo no país inteiro, e também em Caruaru<sup>390</sup>.

As pessoas ficaram curiosas com o carisma e a simplicidade do novo bispo, cuja imagem conseguira reverter, no espaço local, à luta religiosa por novos membros e nova expansão.

Estamos vivendo um momento de estrutura de Igreja onde a gente vê cada vez mais presente o conservadorismo, mesmo daqueles que se colocam como vocacionados ou candidatos a padre. Os que chegam são mais conservadores do que os que já estão, é um fenômeno que a gente fica abismado, isso não é só aqui, é um fenômeno internacional, basta observar que os movimentos que mais crescem hoje são os mais conservadores, por isso foi tão difícil para Dom Costa encontrar apoio por parte do clero, só que ele tinha muito jogo de cintura, o que é muito raro em meio aqueles que administram. (Representante do clero-2) (Grifo Nosso)

As definições dos entrevistados aproximam Dom Costa das características definidas por Max Weber para o líder de dominação

---

<sup>389</sup> Roupas para prática esportiva.

<sup>390</sup> Ver, RODRIGUES, Kleber Fernando. **Teologia da Prosperidade. Sagrado e Mercado.** São Paulo: Edições ABHR: Edições FAFICA, 2003.

carismática. Em que a adesão ou a obediência se dá em função da virtude de sua missão<sup>391</sup>. A maneira, como era definida por parte do clero que compartilhava da sua missão, demonstra o reconhecimento de sua liderança e a aceitação do seu poder. Havia uma resistência de alguns padres, revelada no depoimento dos representantes do clero local. Representantes da Pastoral Carcerária apontaram que esta resistência não era pública. Observou-se que não tinha visibilidade para os outros informantes, nem para a imprensa local. Também não era percebida pela comunidade.

Dom Costa era muito vaidoso, ele queria que a gente assumisse a posição dele porque era a “melhor” e a nossa experiência aqui era diferente. Agora ele era o Bispo, e existe a hierarquia que a gente respeita. Agora, mesmo discordando da forma como ele dava espaço para alguns leigos, marginalizando até o clero, é que a gente não concordava. Ele gostava de luzes, de imprensa, era uma pessoa como outra qualquer, nossa oposição era silenciosa e interna. Ele não obrigava o clero a nada. (Representante do Clero – 3) (Grifo nosso)

O informante acima demonstra como os setores mais conservadores da Igreja Católica local enxergavam o Bispo Diocesano. Este, por sua vez, driblava a resistência do clero às suas propostas, através da aproximação com os leigos, sem expor o clero conservador ao constrangimento público. Seu carisma pessoal fragilizava a resistência. Este boicote pessoal interno sofrido pelo Bispo, não interessava ao clero objetivá-lo no espaço público, em função da popularidade de Dom Costa na cidade. Situações de conflito, a exemplo do confronto entre o clero e Dom Costa, demonstram que essas contradições estão na própria instituição religiosa, sendo impossível definir a Igreja Católica como uma instituição homogênea. Como uma instituição duradoura, a Igreja Católica está mais vulnerável a estas idas e vindas, a momentos mais progressistas ou mais conservadores<sup>392</sup>.

---

<sup>391</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 324.

<sup>392</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 116.

Eu acho que o que mais marcava Dom Costa era a paixão com que ele fazia as coisas, uma capacidade de passar uma vibração muito grande, mas não era só uma vibração epidérmica, ele contagiava, e criava uma estratégia pela paz. O negócio é que ele se empolgava e se emocionava mais. E pronto, ele criava uma estratégia de trabalho, era um homem que tinha projetos, a participação no Vaticano II foi indispensável na construção do perfil de Igreja desenhado por ele (Representante do Clero- 1). (Grifo nosso)

Os representantes do clero e dos leigos, que atuaram muito próximos ao Bispo Dom Costa, informaram que a sua atuação estava fundada na visão do Concílio Vaticano II e na convocação dos cristãos para atuarem mais próximos da classe operária e dos setores mais excluídos, que vinham se afastando da Igreja Católica.

Dom Costa é fruto deste documento, quando ele falava do Conselho vibrava e foi uma grande escola para ele, outra coisa, os contatos que tinha com Roma, ele fazia uns cursos rápidos, cursos de atualidade, modernidade, ele era um homem aberto e curioso. À medida que podia, ele estava sempre avançando em termo de abertura de mentalidade, foi um homem muito aberto que confiava na vida. (Representante do Clero- 1) (grifo nosso)

A obediência ao líder carismático também se opera pelo reconhecimento do êxito da sua missão e pelos seus seguidores que necessitam de provas. Weber ainda afirma que sendo a missão deste líder, de natureza pacífica, recebe o reconhecimento e apoio de patrocinadores, doações, e ações voluntárias daqueles aos quais se dirige. Ele e os seus discípulos não se orientam por códigos ou vínculos com este mundo, mas suas presenças, nas instituições burocráticas são marcadas pela quebra e pela reformulação do que existe. Em geral comporta-se de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo soberanamente com todas as normas tradicionais ou racionais<sup>393</sup>.

---

<sup>393</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 326 – 327.

A Igreja em Caruaru sempre foi conservadora e veio décadas e sempre nessa linha, certos dados que eu vim descobrir através de padre Pedro Aguiar, que o bispo que antecedeu Dom Costa, Dom Augusto de Carvalho protegeu muita gente que era perseguida na ditadura militar, só que não deixava transparecer, fazia em surdina, ajudando Pedro Aguiar a tirar pessoas para o exílio ou para fugir da tortura. Dom Augusto escondia essas pessoas na FAFICA, mandava Pedro Aguiar colocar em seu carro e levar para conventos de outras cidades como Garanhuns, quem dava toda essa cobertura a Padre Pedro Aguiar era Dom Augusto. Quando soubemos disso, por Padre Pedro ficamos abismados, passamos a vê-lo de outra forma. Era uma ação individual do bispo, mas sua administração era conservadora, daí o susto quando ficamos sabendo desta história. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (grifo nosso)

Dom Costa era avançado nas questões sociais. Enfatizava a Educação e os Direitos Humanos como prioridades políticas. Era um Bispo fervoroso. Renovou as festas religiosas na cidade, estimulando maior participação dos católicos e, retomou as procissões que tinham quase acabado quando as poucas realizadas eram esvaziadas de fiéis. Caminhava com o povo. As igrejas em pouco tempo, estavam cheias de católicos resgatados. Providenciou o acesso da Diocese ao rádio e a televisão, divulgando os eventos religiosos, e convocando os cristãos para uma participação mais efetiva neles. Retomava os elementos do catolicismo popular, rejeitados como alienantes por alguns setores ligados à Teologia da Libertação.

Dom Costa foi influenciado pelo Vaticano II e sobre os fluxos de Puebla, chegou a Caruaru encontrou uma Igreja voltada para dentro de si mesma. Com a sua chegada em Caruaru, os grupos que quisessem ter uma inserção política, dentro da perspectiva da fé e da política se sentiram apoiados por ele. Ele tinha uma outra visão de Igreja de seu papel social, e chegando aqui ele vai encontrar esse pessoal e vai ter um terreno fértil e irá ocorrer um crescimento lúdico das pastorais sociais (Representante do Clero -2). (grifo nosso)

O Período que antecede o bispado de Dom Costa foi marcado pela administração diocesana de Dom Augusto Carvalho, que tinha um modelo de vida muito austero, definido por um dos clérigos entrevistados, como estóico

e ascético. Foi um inovador. Apostou na construção de uma Igreja focada na formação educacional, construiu a primeira faculdade de formação de professores do Agreste Setentrional de Pernambuco (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru)<sup>394</sup>.

Dom Augusto era um homem muito bom, com ideais muito firmes, com propósitos muito concretos, muito consolidados, porém, tinha uma visão de Igreja muito para dentro, a preocupação era fundamentalmente religiosa, sem prática social, a visão de pastoral não era uma missão da Igreja. (Representante do Clero – 1). (grifo nosso)

Esse crescimento fervoroso, da ação da Igreja progressista em Caruaru, ocorre como fruto temporário, pois a literatura sobre movimentos sociais aponta para o resfriamento desse modelo na década de 90. Gonh (1997) chama a atenção para este fato, ao refletir sobre a perda de fôlego dos movimentos populares progressistas na década de 90, afirmando “*que perderam seu maior aliado nas décadas de 70 e 80, que era a Igreja Católica, através da sua ala da teologia da libertação*”<sup>395</sup>. Discute este apoio existe apenas na teoria, (já que a Teologia da Libertação deixou de ser uma política) e na atualidade é uma linha de resistência, em função da dominação conservadora da Igreja Católica atual.

E prá gente que era ativista político, podia se dizer isto, ele era uma galinha que abria as asas e botava todo mundo debaixo delas e peitava qualquer dificuldade que a gente tinha. Ele não deixava que a gente fosse resolver sozinho. Ele não era controlador, ele queria estar informado, ele era de ir lá e tomar informação, porque era a Igreja dele que estava sendo atingida, era a Igreja dele que queria fazer alguma coisa, algum tipo de avanço diferente, e desse jeito ele conseguiu desmontar muita coisa. (...) dinamizou a FAFICA, criou o Seminário, tinha uma visão progressista, respeitava o trabalho dos leigos, incentivava a formação de pastorais, dava poder a estes grupos, ações que alimentavam o seu carisma e o respeito por ele, de todos os grupos locais, além de muito carismático era um excelente ser humano! (Representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

---

<sup>394</sup> FAFICA.

<sup>395</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem – Terra, ONGS e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p.33.

Sobre este clima de pastorais sociais em Caruaru, Luciana Mafra pondera como o valor e o sentido social, político e humanitário atribuídos pelos indivíduos, nas ações que desenvolvem, têm o poder de mobilização, e que estas condições estimulam a participação, o envolvimento de outros cidadãos, e o que o valor atribuído nestas ações de amor, desprendimento, respeito e no caso dos cristãos: caridade, generosidade e doação são motores da participação<sup>396</sup>.

Não era a perspectiva transformadora que dominava a gestão da Pastoral Carcerária, era a perspectiva inclusiva dos novos movimentos sociais. Ela se inspira na Teologia da Libertação e nos princípios do MEB. A experiência se encaixa naquilo que Gonh (1997) define como características dos movimentos da década de 90: *“centrados em questões éticas, de valorização da vida, da luta contra a violência, contra a corrupção, contra o clientelismo, contra o corporativismo e contra os escândalos políticos da vida nacional”*<sup>397</sup>. Sem o foco marxista baseado na defesa da transformação social e revolucionária.

Incentiva a criação, inovação e engajamento, gestando uma responsabilidade social para com a natureza, a sociedade e as gerações futuras enraizadas num ethos de valores humanos universais que não deriva do Estado nem do mercado, mas encontra na inspiração solidária, humanitária seu fundamento e inspiração<sup>398</sup>.

Dom Costa pertencia ao MEB <sup>399</sup>, foi um dos fundadores do movimento, e quando morreu ainda era o seu presidente. De acordo com alguns representantes da Pastoral Carcerária e membros do clero, ouvidos nesta pesquisa, a sua vinda para Caruaru foi uma saída para desvincular a

---

<sup>396</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 50.

<sup>397</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem – Terra, ONGS e Cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997, p.36.

<sup>398</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p. 105.

<sup>399</sup> Movimento de Educação de Base

sua diocese, em Natal, de atividades políticas, estratégia usada por João Paulo II para despolitizar o catolicismo no Brasil<sup>400</sup>.

Era um homem inteligente e sensível, corajoso, as pessoas gostavam dele de graça. Essa era uma cidade muito parada, esse negócio de direitos humanos a gente nem ouvia falar, ele fez pastoral de tudo: família, carcerária, juventude, fórum de direitos humanos, procissões, ele não parava, animava a fé da gente, a cidade era mais feliz com ele. Ele era um homem simples, sentava em qualquer festa, tomava um uísque, discutia política e ouvia muito. (Professor- 1). (grifo nosso).

A saída da cidade de Natal que parecia punição deu-lhe um maior reconhecimento, por começar em Caruaru, um movimento religioso popular que sempre foi sufocado, tornando Dom Costa conhecido nacionalmente, pelo trabalho que realizou em Caruaru.

Ele subiu de graduação junto a CNBB, se tornou o representante nordestino na CNBB. Ele sabia lidar com o poder, sabia os caminhos de se ter poder, ele nunca foi a Roma pra resolver problemas de seminaristas que estavam lá e não ser recebido por João Paulo II, apesar de João Paulo II ser um reacionário. Pro ego dele era ótimo, trazia milhares de fotos e saia mostrando, havia um cuidado de João Paulo II com ele. (Representante da Pastoral Carcerária - 2) (grifo nosso)

As lutas anteriores, na diocese de Natal, forneceram-lhe experiência na negociação de conflitos. Possuía habilidade especial para costurar alianças. Sabia lidar com o poder hierárquico, fosse ele da Igreja, do Estado, ou do meio popular. A força da sua presença mobilizava e fornecia credibilidade aos seus pleitos, e ele tinha consciência disso. *“A gente sabia que podia confiar nele, sabia que tudo que mudou aqui tinha o dedo dele, independente de religião a palavra dele acalmava a gente”.* (Grupo focal-presos)

---

<sup>400</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloísa B.D. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 91-112.

Dom Costa ensinou na prática, não com discurso o que era ver o outro como irmão. A cidade tremeu, quando ele na missa da Quinta-feira Santa, mandou buscar os presos da penitenciária e lavou os pés dos 12, enxugou e beijou. Aquele velhinho fez a igreja lotada ficar em silêncio profundo. Só foi o que se comentou na cidade, imagine o que provocou de mídia e um zun, zun, zun. Ele era um pop star da igreja em Caruaru, sabia lidar com a mídia, com os políticos e com as pessoas simples. Muita gente sabia que ficar do lado dele era o certo, o povo aprovava, ninguém da política fez oposição a ele. O nome dele abria portas, da CNBB ao governo do Estado. Ele era muito macho, não abria na discussão e pra convencer ele, tinha que ter argumento (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária). (grifo nosso)

Os membros da Pastoral Carcerária sabiam da existência de um vazio religioso, associado a um vazio de esperança, mas eles não eram catequizadores. Tinham uma formação política, segundo a qual esse espaço deveria ser ocupado através da família e da religião que o preso tivesse.

Na PJPS se percebia o boicote do clero ao trabalho desenvolvido com o apoio do Bispo. *“A base da Igreja Católica sempre boicotou nosso trabalho às datas significativas: dias dos pais, dia das mães, natal, páscoa, São João, tínhamos que arrumar um padre para fazer a confissão ou a celebração”.* (Representante da Pastoral Carcerária-3). Os entrevistados relatam que quando não conseguiam alguém que fizesse a celebração, era o próprio Dom Costa quem fazia. *“Ele estava presente, muitas vezes ele não podia ir e se envergonhava da base dele boicotando o nosso projeto”.* (Representante da Pastoral carcerária - 2)

Dom Costa tinha uma visão para fora da Igreja, pois para dentro a Igreja estava organizada, ele voltou seus nove anos à frente da Diocese para isso, foi essa a revolução que Dom Costa, trouxe o diálogo com a sociedade de Caruaru, em seus diversos segmentos sociais, ele foi Presidente do MEB, era muito viajado transitava em todos os espaços. Dom costa foi um companheiro que morreu aos 70 anos, era muito adiantado, de mentalidade aberta, era apaixonado pela vida, ele gostava de conversar, esclarecer, fazia a ponte da Igreja católica com as questões sociais, a essência da sua missão, que se realizava através das pastorais sociais. (Representante do Clero- 1) (grifo nosso).

Os grupos conservadores dentro da Igreja Católica sempre tiveram muita dificuldade de dialogar com os leigos. A ascensão dos leigos é uma afronta aos setores mais conservadores. A estrutura hierárquica e burocrática da Igreja atua na perspectiva de reduzir a sua influência. Nesse sentido, observamos de acordo com Weber em “*Economia e Sociedade*”, que a rotinização será também comum dentro das religiões. Apenas entre os grupos de cristãos primitivos ou nos movimentos de caráter profético, ocorreu o domínio do carisma sobre a burocracia. Os regulamentos, as normas, as sanções, a estrutura burocrática e até jurídica da religião desenham e redesenham sua institucionalização, como organização rotinizada que estranha qualquer comportamento que fuja das regras e do cotidiano<sup>401</sup>.

Muitas coisas foram acontecendo simultaneamente, as capacitações com o clero que só aconteciam uma vez por ano passaram a ser constantes, antes o clero que justificava não desenvolver atividades pastorais responsabilizavam o caráter conservador do bispo anterior D. Augusto Carvalho, agora tinha o espaço aberto e não poderiam mais se encostar nessa desculpa para não agir. A empolgação e a vibração de Dom Costa envergonhavam os mais novos, por outro lado, havia também muito descontentamento, denúncias e muita resistência interna à sua proposta de trabalho. Isso se objetivava numa perseguição não nominada que buscava desmantelar, desbancar e ridicularizar o poder clerical. (Representante do Clero – 1). (grifo nosso)

Nem nas entrevistas realizadas, nem nos documentos analisados tínhamos encontrado um boicote mais explícito à figura de Dom Costa. Mesmo os depoimentos dos membros da Pastoral Carcerária revelaram que entendiam mais um boicote à Pastoral do que ao bispo diretamente. Apenas um dos entrevistados falou com mais clareza desse confronto entre o clero local e o Bispo. “*Conseguimos através das denúncias que viesse uma missão da representação do Vaticano em Brasília, que colocou o seminário e a diocese na linha*”. (Representante do clero-3)

---

<sup>401</sup> MAIWARING, Scott. Tradução: Heloísa. B. D. Pietro. **Igreja e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 54.

Então a forma de boicotar sem peitar Dom Costa era dar um não à penitenciária. Aí o que é que Dom Costa fazia, já que fulano não vai, vai o Bispo e isso dava uma dimensão imensa à penitenciária. Era um boicote burro, ele distribuía poder, não era centralizador, ele era um cara totalmente estratégico, ele diminuía o poder dele para aumentar o dos outros. (Representante da Pastoral Carcerária – 2). (grifo nosso)

Sem deixar que a oposição interna a sua administração se tornasse pública, em vários momentos repetiu a estratégia de comprometer as pessoas da cidade, da mesma forma que comprometeu o médico publicamente na PJPS. Pressionava os grupos, comprometia as pessoas publicamente, ficando difícil para alguém ou algum grupo não aceitar a “saia justa” de um convite de Dom Costa. Assim, testava o discurso “progressista” utilizado pelos grupos políticos e econômicos locais e quando era necessário interferia nas negociações de convênios e parcerias, pessoalmente.

Acho que a grande sacada dele foi rezar a Missa da Campanha da Fraternidade na Penitenciária, com os presos todos soltos, e ele sozinho lá, você não imagina o trabalho que deu na questão da segurança. Foi o quarto batalhão pra gente realizar, chega Dom Costa e de repente a gente descobre que o Prefeito tá lá, a mulher do prefeito, a filha do prefeito, o presidente da câmara de vereadores, todo mundo lá, um monte de autoridades. Dom Costa disse: eu vou e vai todo mundo comigo. Ele tinha um poder imenso, as pessoas confiavam muito nele. Ele tinha muita consciência disso e não era ele jogando as pessoas para as feras, as pessoas já estava mais tranqüila, mas ali poderiam fazer uma rebelião, mas Dom Costa tinha certeza que isso não iria acontecer com eles. E ninguém podia negar e dizia também, se Dom Costa vai, eu vou também, ia todo mundo tremendo de medo, mas ia porque Dom Costa tava lá. A estratégia de aproximar a população da vida da penitenciária foi do próprio Dom Costa. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária). (grifo nosso)

Ele transformava o apoio aos projetos sociais, em marketing positivo para quem participasse. Esse marketing não se dava em forma de propaganda da empresa ou apoio político direto. Significava estar presente no evento ao seu lado, sentar numa mesa com ele, caminhar na procissão perto dele, ajudar a diocese na distribuição de donativos, nas missas na PJPS, etc. O povo ligava estas pessoas aos trabalhos de Dom Costa que

apostava na sua imagem pessoal e na estratégia por ele elaborada, conseguia transpor a empatia que a comunidade tinha a ele, aos leigos, as pastorais sociais que incentivou em sua administração na diocese.

No capítulo seguinte observaremos o dia-a-dia da rotinização da direção da Pastoral Carcerária de Caruaru na PJPS, onde perceberemos os avanços na instauração de um modelo de gerenciamento baseado no respeito aos Direitos Humanos, mas, que nem por isso, deixou de estar suscetível aos conflitos internos, à violência institucional e à burocratização.

## CAPÍTULO 5

### ROTINIZAÇÃO E MUDANÇAS NA PJPS

---

Em uma prisão, as regras são claras: na relação de mando/obediência: O Estado impõe regras, e o presidiário obedece. A chegada de outros atores nesse cenário, com outros valores e crenças, colide com os valores dos sujeitos que já se encontravam em seu espaço<sup>402</sup>. Para estudar essa relação em uma unidade prisional, buscou-se na interpretação Weberiana do conflito entre carisma e a burocracia, a compreensão do fenômeno a partir da conduta dos sujeitos e dos valores diferenciados que possuem<sup>403</sup>.

Esse confronto entre a burocracia e o carisma, de acordo com os estudos weberianos, rotiniza o carisma, institucionalizando-o. Ao discutir o seu desencanto com a modernidade, pelo domínio da técnica e da burocracia sobre o carisma, Weber retomou a situação detectada em Nietzsche em *"Nascimento da Tragédia"*, quando analisou o surgimento do pensamento racional que provocou a perda da magia, a quebra entre o Dionisíaco e o Apolíneo<sup>404</sup>. Weber não é um Nietzscheano, mas existem pontos de contato entre os dois que não podem ser menosprezados e a aproximação com a reflexão de Nietzsche possibilita, com mais propriedade, compreender o diagnóstico que Weber faz dos tempos modernos.

Weber mostra que o conflito entre burocracia e carisma é o ponto de tensão constante na modernidade, provocando divergências nas relações que os indivíduos estabelecem e por mais variadas que sejam as razões, os pontos de vista diferentes são responsáveis pela maior parte das tensões e dos conflitos. O que significa que todas as esferas de valores e atividades

---

<sup>402</sup> Confrontos com vimos no Capítulo anterior: Entre membros do Clero local, membros da Pastoral Carcerária, ASPs e Militares.

<sup>403</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 308.

<sup>404</sup> Ver, NIETZSCH, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia.** Companhia das Letras: São Paulo, 1996, p. 49.

humanas: intelectuais, psíquicas, econômicas, religiosas e culturais possuem, de alguma forma, uma evolução própria. Onde Marx e Nietzsche enxergaram uma correspondência entre idéias e interesses, Weber se mostra ansioso em identificar as possíveis tensões entre uma esfera e as outras<sup>405</sup>. A tensão estaria presente na certeza burocrática do mundo desencantado marcado pelas regras, normas e técnicas, com a expansão criativa e sem regras da ação carismática<sup>406</sup>. Para tentar entender como ocorre a rotinização dos seguidores dos heróis carismáticos, voltamos ao estudo da PJS, cuja repercussão da sua gestão está ligada à adoção de normas e regulamentos.

Nesse capítulo, demonstramos como o cotidiano institucional da prisão exige da direção da unidade uma intervenção normatizadora, regulamentadora através da rotinização positiva, que é caracterizada pela responsabilização do detento e dos ASPs, na adoção das normas de higiene, alimentação, relação com os companheiros de cela e com a comunidade carcerária. Observa-se mudança significativa na conduta dos Agentes Penitenciários, que se submetem às regras impostas pela direção, o papel realizado pela direção no atendimento às famílias dos presidiários, e as narrativas de histórias de detentos, dos voluntários e a garantia mínima dos direitos dos detentos.

Administrar a unidade prisional significou mergulhar no imediatismo da vida cotidiana. A rotinização não significou a negociação dos valores de promoção humana, que animou a Pastoral Carcerária desde a sua chegada à prisão, mas modificou as estratégias e o utopismo dos seus membros, tornando-os mais estratégicos, o que é um dos riscos que sofrem os movimentos sociais nas relações com a esfera do Estado<sup>407</sup>. Mudanças que acarretaram a divisão mais clara dos papéis dos membros da Pastoral: Ao diretor coube administrar e executar a gestão; ao Bispo, coube um papel

---

<sup>405</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 205.

<sup>406</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 321.

<sup>407</sup> GONH, M<sup>a</sup> da. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 304.

consultivo e de apoio público; às freiras, à organização dos eventos religiosos: missas e casamentos coletivos; à imprensa, coube divulgar a experiência; aos voluntários, ASPs, Convênios e aos parceiros coube a garantia para a concretização dos projetos de apoio a direção da Pastoral Carcerária.

## 5.1 REGULAMENTANDO PARA ADMINISTRAR

A rotinização tem início com a racionalização e a burocratização. “*É a racionalização que abre caminho para o exercício da ação racional e enseja sua crescente, e logo irreversível, expansão*”.<sup>408</sup> A administração foi se consolidando lentamente, dificultada pelo boicote dos ASPs e dos Militares. Dessa forma, enfrentar estes grupos significava impor autoridade, passar por criar normas, regulamentar atividades, organizar o setor penal, derrubar privilégios de presos e de profissionais responsáveis pela segurança.

Em um ambiente marcado pelo politeísmo de valores, cada grupo deseja impor sua visão de mundo, ao outro. Encontramos na direção a crença de ser a promoção do valor humano dos prisioneiros um valor universal não-negociável, e para os profissionais de segurança, ser a disciplina e a segurança um valor não-negociável, posição de conflito que marcará quase toda trajetória da experiência da Pastoral Carcerária na PJPS. O que nos remete a compreensão weberiana de que a tensão entre o carisma e a burocracia pode transformar a busca pela liberdade da condição de sonho para a condição de pesadelo<sup>409</sup>.

Foi realizado pela direção da unidade prisional um levantamento das condições reais de trabalho, para que se efetivasse o controle da unidade e se organizasse a segurança, as escoltas, e o controle sobre a viatura. A proposta era verificar quantas apresentações ao Fórum haviam sido solicitadas, quantas eram realizadas e como estava a documentação do preso. “*Eu comecei a falar para os ASPs que trabalhando desorganizados eles trabalhariam mais e a partir do momento que eles tivessem alguma*

---

<sup>408</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 317.

<sup>409</sup> Idem, p. 284.

*disciplina de trabalho, eles trabalhariam menos”. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária).*

O diretor, mesmo reconhecendo a existência de boicote de ASPs e dos policiais, sabia da necessidade de se trabalhar com eles. Eram profissionais de carreira, com os quais teria que contar, numa ação administrativa responsável. Reconheceu o papel e a importância de cada grupo para o funcionamento da administração, perspectiva que nos remete a visão de liberdade e responsabilidade weberiana. “Weber é favorável à liberdade, mas uma liberdade responsável”<sup>410</sup>. Ao tentar se aproximar dos ASPs para organizar o setor penal e as escoltas, a direção demonstrava a importância de melhorar a qualidade do trabalho e de uma ação mais profissional dos grupos de segurança, fez com que uma parte dos ASPs começasse aceitar a sua proposta.

Ocorreu uma cooptação dos ASPs, a consequência é que os cargos de chefia foram destinados àqueles que fossem competentes e aliados, marcando a criação do staff, do grupo de apoio à direção. De acordo com Weber a transformação da liderança carismática em burocrática requer a formação de staff de funcionários e especialistas para administrar a racionalização das ações e a posterior rotinização do carisma<sup>411</sup>.

As pastorais sociais representam junto com os movimentos sociais os atores que reagem à burocratização, à racionalização sistêmica e procuram preservar na esfera pública o direito à organização democrática e livre do aparato estatal, à formação de identidade, ‘exercendo seus direitos subjetivos públicos,’ opondo-se às visões fundamentalistas: à visão utilitarista pela qual os atores agem individualmente, negando qualquer laço de solidariedade social e à visão reducionista, de influência marxista, que reduz o espaço público às determinações econômicas<sup>412</sup>.

---

<sup>410</sup> Idem, Ibidem, p.79.

<sup>411</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 224.

<sup>412</sup> MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002, p.60.

Como acredita Weber, um caso concreto, com seus elementos particulares e gerais, permite tecer considerações sobre coincidências com casos mais comuns. Assim, não é a experiência da Pastoral que pode ser generalizada, mas os processos de rotinização, as tensões entre o carisma e a burocracia em seu espaço, as crises e interações positivas que grupos semelhantes podem viver nos espaços governamentais, uma realidade como a da PJPS aponta variados elementos para a reflexão.

A interpretação consiste assim, na união da totalidade mais ampla com a sua parte (...) o homem pode 'compreender' suas próprias intenções pela introspecção ou pode interpretar os motivos da conduta dos outros homens, em termos de suas intenções professadas ou atribuídas<sup>413</sup>.

A relação estabelecida com a segurança foi marcada inicialmente pela ausência de diálogo, e as ações realizadas eram por exigência do diretor, do seu poder, do seu comando, da sanção que poderia resultar na quebra da hierarquia. *“Eles só me reconheciam como autoritário, então eles “aceitaram”. Não tinha nada, tudo começou comigo. E na minha cabeça eu tinha a prepotência de achar que tudo ali poderia se modificar”.* (Ex - Coordenador da Pastoral Carcerária)

Segundo Max Weber a burocracia, em seu surgimento, aniquilou formas não racionais de poder de origem tradicional ou carismática e que nesse âmbito teve um caráter revolucionário. No entanto, ao se tornar irresistível um poder, com técnicas e artimanhas que o tornam quase único e arbitrário, a burocracia impede outras formas de manifestação. Em um cenário rotinizado, o carisma pode se constituir na expressão possível de balancear o espaço perdido pela burocracia e de se introduzir a quebra do engessamento dos espaços institucionais<sup>414</sup>.

Vencida esta primeira fase da imposição da autoridade sobre os policiais e os ASPS, a direção da unidade pôde se concentrar nas outras mudanças que caracterizaram a gestão. As mudanças vão introduzindo o

---

<sup>413</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 74.

<sup>414</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber.** Ijuí: Editora Injuí, 2004, p.121-123.

preso numa realidade menos violenta, reduzindo as doenças, estabelecendo uma aliança sólida entre a gestão da Pastoral Carcerária e os detentos, onde essas regras e normas aparecem como uma rotinização positiva, que melhora a vida em comum.

A primeira coisa foi a barriga, a cozinha e a alimentação era uma imundice e sem qualidade a comida. A gente descobriu que tinha uma lei oculta de que era proibido comprar verdura e fruta, eu cheguei e questionei o secretário, quem deu esta ordem? E como fica a questão da saúde? Eu regulamentei o banho de sol, todo preso tem direito a duas horas de banho de sol, o agente soltava uma coletiva e depois de duas horas, prendia uma e soltava a outra. E isso começou aos poucos, com um ano a penitenciária já tinha outra cara. Uma vez eu fui ver como era a distribuição do almoço, como saía da cozinha e como era preparada a alimentação dos presos. Tinha umas latas de leite velha, lata de óleo e jogava-se aquela gororoba dentro, saía em um carro de mão imundo que nunca foi lavado e saía jogando nas latas, feito cachorro vira – lata. Alguns presos comiam com a mão, outros não queriam comer e deixavam aquela comida suja de lado. As celas fediam a comida velha azeda, junto com suor de preso, era uma coisa horrível. No dia que eu regulamentei o uso da água, que todo preso teria que ter água para tomar banho, lavar suas roupas e manter a limpeza das celas e das áreas coletivas foi uma festa. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O ambiente foi se tornando menos insalubre, e a direção precisava melhorar o ambiente úmido das celas, tornando-as mais saudáveis, e melhorar as relações entre os presos. Para quem nunca entrou em uma prisão, mudanças como essas podem parecer óbvias: escovar os dentes, limpar a área, comer em pratos, usar talheres, não ser agredido, não agredir. No entanto, em uma prisão, mudança de hábito é uma tarefa difícil de ser concretizada. Tanto por parte dos prisioneiros, como pelos responsáveis pela sua tutela.

Porque tem uma frase muito boa que uma vez um veterinário me disse, era sobre cachorro e eu fiz uma analogia “se você quer ter um cachorro bravo para defender a sua casa, deixe ele o dia todo preso, de noite você solta e o que aparecer na frente ele morde; nunca prenda, deixe ele solto que ele fica

manso". Então, pra você ter uma relação de preso saudável, essa analogia dava pra situação, em função do tratamento desumano que eles recebiam. Se eu deixasse aqueles homens o dia todo dentro da grade, na hora que soltasse eles me pegariam. Se os tratasse como gente perigosa, eles iriam se comportar como gente perigosa. Como eu circulava lá muitas vezes, quando eu comecei a entrar o policial da guarda interna ia comigo, começavam a me jogar sozinho lá e eu notava que era de propósito, pra eu abrir, como eu circulava só, muitas vezes era eu que organizava o banho de sol. No início o policial ia comigo, e depois saía de fininho eu via que era de propósito e eu não podia demonstrar que tava com medo dos presos e comecei a circular, e eles viram que eu não tinha medo. Oportunidade de me pegar tiveram várias vezes e nunca fizeram isso. (Representante da Pastoral Carcerária – 1) (Grifo nosso)

As novas regras substituíram as antigas. A regulamentação do banho de sol, com os presos saindo das grades, sendo monitorados pelos ASPs e pela direção. A partir da avaliação do comportamento, verificavam de que forma as mudanças influenciavam o relacionamento entre os presos. Outra mudança fundamental foi na cozinha, com a melhora significativa da alimentação.

Na cozinha o que mudou? O básico do básico. Ensinar o preso a escolher feijão, escolher arroz, e saber conscientizar os presos da cozinha que quem faz comida são os presos, de que é um irmão dele que tá lá, é um igual a ele que tá lá, e se ele tá cozinhando, ele faça da melhor forma. E nisso a gente começou a mudar e aprimorar o pessoal que trabalhava na cozinha, e nisso mudou a qualidade. Tive desvio de comida e a gente começou a mudar e aprimorar o pessoal que trabalhava na cozinha, isso mudou a qualidade quando a gente mudou o cardápio que conseguiu comprar fruta e verdura e botar lá, os ASPs acharam que era muito luxo, preso ter coentro, pimentão e cebolinha para temperar a comida. Tudo era um luxo, passar margarina no pão do preso era um luxo, botar um ovo na comida do preso uma vez por semana era um luxo, botar um ovo no pão do preso uma vez na semana era um luxo. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Mudanças como estas, que chamavam a atenção dos ASPs e militares, eram vistas como abuso. Os profissionais de segurança

enxergavam qualquer melhora na qualidade de vida do preso como um luxo, um exagero. É um sentimento de desumanização, em que comer qualquer coisa, ter direito a fruta ou verdura seria uma ofensa a sociedade e não ter nenhum “luxo” completaria a vingança da sociedade contra o criminoso, essa visão de senso comum predomina em muitos grupos ligados a segurança pública.

A visão geral dos ASPs e da polícia era que preso não merecia isso e a gente foi quebrando esse quadro aos poucos. Eu achava grotesca aquela visão de preso comendo naquelas latas velhas, enferrujadas, então, pensei em botar os presos pra comer no refeitório e aí eu tinha que conseguir talheres e bandejas, pra todo mundo. Aí a polícia dizia, não entra bandeja aqui, os ASPs ficavam putos da vida, dizendo uma bandeja e um talher vai virar arma, aí a neurose da segurança! Fui para o Recife, despachei os pedidos, falei o que queria e me negaram. Como eu tinha um conhecido que trabalhava no Aníbal Bruno e me disse que tinha umas sessenta bandejas encostadas lá, enferrujadas e eu fui um dia no Aníbal Bruno, peguei as bandejas. Botei os presos para lavar, dar polimento nas bandejas. No primeiro dia que foi servida alimentação na bandeja, a polícia mandou um reforço policial porque os presos iriam degolar todo mundo com aquelas bandejas, era muito delírio. (Ex - coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Os detentos também resistiam. Estavam acostumados a comer nas grades, não sabiam usar talheres nem queriam sentar e comer no refeitório. Os ASPs entravam e comiam à hora que quisessem. A regulamentação sobre a alimentação também os atingiu. A direção entendia que se os presos observassem que todos eram obrigados a cumprir regulamentos, como comer na hora correta, perceberiam que as mudanças afetavam a todos; e que a obrigação de melhorar o ambiente seria de todos. Se por um lado, ocorria uma melhora substancial na vida do detento, por outro, a direção mergulhava na rotina institucional. A relação com os detentos e com os seus familiares era suave e tranqüila. Com outros grupos se tornava mais truculenta, como ocorreu com os ASPs na imposição das regras.

Todo mundo compreendia que o diretor tinha as melhores intenções, mas ele era muito agressivo, tinha combatido a forma agressiva que os militares tratavam as pessoas, e com

o passar do tempo estava parecido com eles. É difícil naquela tensão toda, ser educado, mas com a gente foi pancada em cima de pancada, quem não ficou do lado dele, não aderiu à Política da Pastoral, saiu, ficou descontente. Naquele período era comum mesmo tratar preso com desrespeito. Para defender os presos ele maltratou a gente. (ASP – 4) (Grifo nosso)

A direção imprimia um tom de direitos na relação com os detentos, e um tom de obrigação na relação com os ASPs. A visão hierárquica entre os profissionais na prisão é bastante rígida. Ter que se submeter às mesmas obrigações que os detentos pode significar para ASPs e militares a inferiorização do profissional de segurança, patrocinada pela direção, posição que se aproxima da visão descrita por Thompson sobre a relação entre Direção e profissionais de segurança: se distante do preso, a direção é apreciada pelos ASPs; se próxima dos presos, é rejeitada pelos ASP<sup>415</sup>. A melhoria da vida na prisão depende da visão e do reconhecimento da importância do outro, de sua humanidade. *“Nenhuma vida humana, nem mesmo a do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos”*.<sup>416</sup>

A contradição do processo de rotinização do carisma é que nele, se o movimento, que arrancou um grupo dirigido carismaticamente do círculo cotidiano, refluí outra vez a este cotidiano, o puro domínio do carisma fica refreado, trasladado ao campo do “institucional” e falseado. Nesse caso, o caráter genuíno do carisma começa a ser desfigurado, submetendo-se a um processo de mecanização e de rotinização.<sup>417</sup>

Disciplinar os presos requeria ao mesmo tempo disciplinar todo grupo. A direção esperava que os presos reconhecessem que a disciplina não seria só para eles. E assim, tratou de mostrar o sistema de recompensas: melhorar a saúde, receber visita, ser tratado com respeito, comer verduras e frutas e ter orientação psicológica, educativa, participar nos

---

<sup>415</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 41.

<sup>416</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2001, p. 31.

<sup>417</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 130.

eventos festivos, religiosos, etc. O que se configura tanto numa ação social que visa valores, mais principalmente, objetivos estratégicos, fins claros e resultados. A situação nos remete à tensão descrita por Weber ao analisar a rotinização do carisma. Para ele ocorre um conflito infundável que é motivado pelo desejo da autodeterminação (do carisma) e a vontade de organizar (da burocracia), um conflito que se observa entre a espontaneidade e o sistema, entre o carisma e a estrutura<sup>418</sup>.

Os detentos não deveriam enxergar as regras apenas como obrigações. Necessitavam entender os benefícios que a regulamentação trazia para a coletividade. Esta situação nos remete a preocupação de Weber com a transformação dos regulamentos, por parte dos funcionários da burocracia, em um fim em si mesmo. A pura ação mecânica retira a possibilidade de se compreender, o caráter ético e humano da ação praticada<sup>419</sup>.

Eu disse que eles também tinham que ter hora para comer, pois aquele comportamento ajudava juntar barata e rato na unidade, passei a organizar a chamada dos presos, por cela, para as refeições e quem não viesse para a fila do refeitório ficaria sem comer. Descobri um dia que o preso que não foi comer, estava dormindo, era amigo de outro preso da cozinha e o preso da cozinha ia e dava comida a ele. Aí a gente foi dando punição, tirando a concessão. Isso acabou quando tentaram envenenar um preso com comida de fora. A comida de fora é uma forma do preso controlar a família e vice-versa, ele tem uma idéia fictícia de tutela sobre a sua família, a forma que tive de quebrar esta visão foi proibir a entrada de comida de fora na prisão. A polícia gostou porque iria trabalhar menos. Mas pude assim disciplinar a questão da refeição. Eles não sabiam sentar, comer na mesa. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A normatização implicava na imposição de limites, obediência e controle. Havia uma garantia dos direitos básicos, mas era uma prisão, um espaço de controle, disciplina e vigilância, mas dentro do que é previsto na

---

<sup>418</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume II.** Brasília DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 327.

<sup>419</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001, p.62.

lei. Encontramos em Weber e Bobbio uma relação de proximidade, eles não consideram a democracia uma perfeição de regime e apontam para as difíceis relações entre os grupos, as classes, as relações de conflito, o engessamento e a burocratização das decisões. Defendem a democracia como: a forma menos, ruim de governo. A proximidade entre os dois autores está no fato de que eles acreditam no indivíduo como pessoa moral e racional, sendo ele mesmo, o melhor juiz do seu próprio interesse<sup>420</sup>. “*Todas as formas de governo que não partem dos direitos e dos interesses dos indivíduos são chamados de “paternalistas” ou despóticas*”<sup>421</sup>

Mesmo considerando Weber como um pensador minimalista da política, sua defesa da vivência de decisões colegiadas, teria por base o desejo de estimular o exercício do espírito cívico, para a participação voluntária, responsabilizando socialmente os indivíduos pelas decisões coletivas, para que se evite a burocracia e se reaja à rotinização mecanicista.

As ações colegiadas estimulam a disposição para a participação consciente e responsável. A participação de cada um vai depender de fatores que podem ser coletivos ou individuais, e, que estariam ligados aos valores e aos sentidos que movem os interesses humanos. Esse sentido cívico é resultado de um aprendizado social e essa liberdade de participação, com todas as restrições e defeitos, só vem se consolidado em sociedades que adotam modelos de vida política democrática<sup>422</sup>.

Bobbio cita Schumpeter ao refletir sobre a democracia minimalista. Observa que a democracia se caracteriza pela substituição de elites no poder<sup>423</sup>, pois nem todos ascendem à participação por convicção, por consciência cidadã. Na PJPS, essa “*elite*”, mesmo excluindo outros atores das decisões, impingiu uma administração focada no respeito às garantias de direitos previstos para os prisioneiros. No início houve resistência à institucionalização das normas e regulamentos, mas a aceitação foi se tornando uma ação mecânica, ritualística e os presos entravam

---

<sup>420</sup> BOBBIO, Norberto. Organizado por Michelangelo Bovero. **Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 424.

<sup>421</sup> Idem, p. 424.

<sup>422</sup> Idem, Ibidem, p. 424-425.

<sup>423</sup> BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia. Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra-Política, 2002, p. 17.

automaticamente na fila. Até porque a própria prisão, como instituição total, propicia isso. No entanto, para que os detentos sentassem, reconhecessem-se como pessoas, comessem nas mesas com calma, usassem os talheres normalmente, foi preciso que se explicasse o que significava comer em latas, com as mãos, para que eles entendessem que aumentariam as baratas e os ratos com os restos de comida nas celas. E começaram a assimilar aos poucos a mudança de atitude.

Eu “democraticamente” determinei que todo mundo tinha que comer na penitenciária, aí chiaram, até o dia em que descobri que tinha a comida dos presos e a comida dos agentes penitenciários; a carne dos presos e a carne dos agentes penitenciários. Eu não podia, nem devia aceitar isso de jeito nenhum, então deixei eles se acostumarem, entrarem na rotina deles, aí eu fui lá e proibi. Então teve vários tipos de perguntas? Disseram que os presos da cozinha estavam mijando na comida, e eu disse, vocês sabem disso e não fazem nada? Aí diziam: os presos vão botar maconha na comida, aí eu dizia: maconha cozida não faz efeito. Então tá! não comem mais! (Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A adequação dos ASPs aos regulamentos foi complicada. Não imaginavam comer o mesmo tipo de comida que os prisioneiros era uma agressão à sua formação “quase militar” hierarquizada. Houve uma quebra de braços entre a direção e os ASPs. A direção mudou a sua estratégia, passando a fazer as suas refeições também na PJPS.

Aí saíam de uma hora, para voltar de uma e meia e isso era um atrapalho, já estavam acostumados a almoçar e descansavam antes de trabalhar. Estava ficando cansativo. Não adiantava fazer outro tipo de comida, aí eu comecei a almoçar lá, era a melhor maneira de monitorar, não iam cometer besteira. Comecei a organizar a bóia dos presos, eu estava lá sozinho, sem ninguém, nenhum ASP. Pude ver como era distribuída a comida no refeitório, como era o comportamento, quem servia, como servia, quem estragava. Então isso dava conhecimento de causa se não fosse o boicote dos agentes penitenciários. A partir de então todo corpo funcional come dentro da penitenciária. ( Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Nessa racionalização do espaço prisional sobra bem pouco para os outros membros da Pastoral Carcerária fazerem. A direção é tragada pela vida cotidiana. Irá se especializando nas soluções daquele espaço, aprende no heroísmo cotidiano, nos fatos desagradáveis da existência. Guiando sua conduta na tentativa de equilibrar os seus valores e os objetivos imediatos. Como podemos observar na narrativa abaixo, confirmada pelos outros sujeitos entrevistados. A rotinização do carisma advém da necessidade de camadas sociais privilegiadas, por meio das ordens: política, social e econômica existentes terem “legitimadas” as suas posições sociais e econômicas<sup>424</sup>.

Tudo onde hoje é uma pequena quadra encimentada, na época, era de terra, a paúra era enorme e eu tinha que fazer alguma coisa. Então como eu era da Fundação Nacional de Saúde, consegui que, várias vezes, a unidade fosse desratizada, aquilo então era uma pressão na Secretaria, a prefeitura entrou no meio, que ia botar veneno de rato, e iria matar os presos e aí eu comecei a fazer os presos lavarem a penitenciária, uma ou duas vezes por semana, eu mandava lavar tudo, e eles se acostumavam com isso. Se acostumaram porque todo mundo gosta de limpeza. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Os detentos tinham a sua própria organização. Uma hierarquia que era marcada pelo domínio dos presos mais antigos. Os presos mais novos se enquadravam, eram apresentados ao mundo da cadeia pelos antigos. Essa relação pode servir tanto para mergulhar o recluso novato no mundo do crime, como para resgatá-lo dentro de relações de responsabilidade na unidade prisional. No caso da PJPS, os presos antigos ajudavam a esclarecer aos novatos as dificuldades enfrentadas na cadeia. O trabalho era realizado pelos presos nas áreas coletivas. Ocorria aos sábados, e a pastoral justificava que a limpeza deveria ser realizada do sábado para o domingo, para que recebessem as famílias em um ambiente limpo: eles melhoravam o ambiente para eles e suas famílias. A Pastoral Carcerária providenciava as doações do material para a realização do trabalho.

---

<sup>424</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 319.

Era o argumento que eu tinha para convencê-los a fazer a limpeza. Então quando eu consegui que eles lavassem a unidade prisional, foi fácil depois convencê-los a lavar a penitenciária na quarta - feira também. Hoje eles passam duas ou três vezes por dia o pano com detergente nas celas e nas áreas coletivas. A prisão não tinha nem tem hoje cheiro de “carne de preso”. A questão da limpeza estava associada ao trabalho que a gente vinha fazendo na área de saúde na prisão, a importância da higiene, os cuidados que deveriam ter, lá a maioria vinha da periferia e zona rural, moravam em lugares que não tinham hábitos de higiene. Quando eu cheguei o ambiente era muito ruim, com muita poeira, presos com asma por causa daquela poeira toda. (Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária). (grifo nosso)

Quando a direção descobriu que existiam armas e drogas enterradas num terreno de areia, agiu. Tinha realizado uma parceria com os presos, o que não a obrigava a aceitar os seus atos ilícitos. Para solucionar o problema, procurou uma forma sutil de resolvê-lo, sem quebrar a aliança formada com os detentos. A direção reconhecia e tentava efetivar os direitos dos presos, mas, a relação era estabelecida dentro dos limites colocados pela lei<sup>425</sup>.

Eu vi que a área que não era encimentada dava para fazer uma quadra de esporte, até que chegou a informação que ali dentro da areia era onde os presos enterravam as armas (...) aquilo lá era lotado, cada um sabia qual era a parte do outro e ninguém chegava perto, era território deles. Durante o banho de sol cada qual ficava com a sua turma perto, o que tinha enterrado, comprimido, maconha e arma. Fui pra Recife e disse eu quero construir e comecei a incentivar o pessoal da engenharia e vieram várias viagens e isso tudo fazendo, articulando sem os presos saberem, aí o dinheiro começou a chegar para a obra. Então disseram que não iam trabalhar com empreiteiro, só que na minha cabeça eu já sabia tudo e eles disseram: vai o dinheiro e vai o material, só que não poderiam fazer uma licitação para contratação de pessoal para o trabalho. Então eu disse: me dê o dinheiro que eu me viro, a gente pegava pelo pé e a gente que fez. Então eu cheguei num belo dia e disse vamos fazer uma quadra aqui. Pedi que os presos me mandassem uma lista dos presos que quisessem trabalhar. Enquanto eles pensavam que iria

---

<sup>425</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 42.

demorar, no outro dia, oito horas da manhã, de surpresa, sem que eles tivessem tempo de desenterrar nada, demos um jeito de deixar gente o tempo todo observando: policiais e ASPs e eles lá trabalhando com a cara mais triste e eu sem poder abrir o jogo, aí no dia da inauguração da quadra, chegou um preso e disse: Mais doutor o senhor não sabe o que fez com a gente, o senhor sabe o que é que tem aí em baixo da terra? Tem muita maconha, remédio e arma. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A ação da direção, na construção da quadra, provocou curiosidade e admiração junto à hierarquia de segurança pública no Estado, porque a administração encontrava formas alternativas de solucionar os problemas, sem muitos custos para o Estado. As soluções eram bem vistas internamente no Governo Arraes que descreveram a existência de um boicote na área da segurança pública, os repasses de verbas demoravam a chegar ao Sistema Penitenciário Pernambucano e essas alternativas solucionavam as emergências cotidianas.

Lembro que o diretor disse: “eu não paro mais aqui, e ele sabia que nos outros cantos também tinha coisas enterradas. Aí a direção encimentou tudo e dizia para eles: É pro convívio da família de vocês para não ter poeira para eles também e os filhos de vocês não fiquem doentes. (Representante da Pastoral Carcerária-2). (grifo nosso)

Além de cobrir de cimento as áreas onde havia areia, foram construídas uma cozinha e duas salas de aulas. Na construção foi preciso quebrar uma parte da estrutura da unidade. O município de Caruaru não estava liberando verba para construção. O diretor da unidade mandou os presos cavarem o alicerce e quando o buraco ficou pronto, fotografou e apresentou para pessoas, empresas e governo e fez a obra com a ajuda do governo e de parceiros.

E o interessante é que chegou na pedra eu tinha que dinamitar e não mandaram engenheiro, não mandaram ninguém, mandaram as dinamites para os presos dinamitarem. Aí vem um cara da firma que vende a pólvora, cavou uma loja que faz na pedra e ensinou os presos e os presos fizeram tudo. E a polícia dentro da unidade, morrendo de medo porque os presos estavam rodeados de dinamites,

os PMs temiam que eles acendessem as dinamites, jogassem em cima deles, os presos eram a maioria naquela hora, eles tiveram medo! (Representante da Pastoral Carcerária - 2)  
(Grifo nosso)

A ampliação da unidade ocorreu quando Humberto Vieira era Secretário de Justiça e Cidadania. Exigiu trabalho de engenharia e empreiteira, nessa ampliação. Foi construído mais um pavilhão para ampliar a capacidade da unidade. O Secretário recuou, mas depois deu livre trânsito ao diretor para encaminhar o pedido, e foi observado na licitação que a mão-de-obra seria carcerária.

Tive que fazer uma manobra de selecionar os presos, como eu já os conhecia, sabia quem poderia e quem não poderia trabalhar na obra. Inicialmente os presos faziam a parte interna da obra e os pedreiros faziam a externa, sabia que talvez isso não pudesse dar certo, só que isso não duraria para sempre. Daqui a pouco iam pedir para um preso pegar um saco de cimento, areia lá fora, tem esse momento de entrada e saída e quando os presos saíam os ASPs ficavam olhando, estavam presentes e conversando, mostrando para eles. Chamei isso de responsabilidade, disse que eles estavam fazendo uma coisa inédita, não façam merda porque isso vai repercutir em cima de vocês. (Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Havia uma preocupação real, pois com o estigma e os preconceitos que existem sobre os encarcerados, qualquer falha poderia inviabilizar o trabalho e atrapalhar os planos da direção. Nesse sentido, as ações foram conduzidas através do heroísmo pessoal contido na ação da direção, mas que é também partilhada por alguns representantes do governo<sup>426</sup>.

A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas, conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que

---

<sup>426</sup> No governo Arraes havia a aprovação do Secretário de Justiça, e dos seus assessores diretos. No primeiro Governo de Jarbas Vasconcelos havia o apoio também irrestrito a experiência de Caruaru, por parte do Secretário de Justiça e Cidadania Humberto Vieira de Melo.

permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio<sup>427</sup>.

O trabalho realizado com presidiários é marcado pelo estigma que o grupo carrega. Na PJPS, os detentos tiveram algumas oportunidades para fugir. Os ASPs e a direção ficavam vigilantes com o lugar em que, os funcionários da empreiteira contratada, deixavam as escadas nas encostas no muro. No fim da construção dois presos fugiram, saíram andando, mas foram pegos. Pagaram a indisciplina perdendo a concessão para trabalhar. Posteriormente a situação deles foi revista pelo juiz que indeferiu o primeiro pedido. Observou-se que as contas sobre o cumprimento das penas estavam erradas e os presos fúgitivos tiveram o direito à progressão<sup>428</sup>. A preocupação com uma política de Direitos Humanos, não é uma posição universal, porque independente do discurso em seu favor, seus princípios não se massificam nem todos os indivíduos os aceitam e a sua aceitação depende de uma escolha ética e política que não se explica facilmente<sup>429</sup>.

## 5.2 O CONSELHO DOS ANTIGOS

Uma experiência como a da PJPS demonstra os desafios de arquitetar um plano de trabalho denunciatório com a execução de uma política de Direitos Humanos. Situação exposta por Calado, ao discutir o grande desafio de articular de modo indissociável, reivindicações de caráter pontual (por exemplo, tratamento decente para os presos comuns) com a luta pela implantação de políticas específicas por parte do Estado<sup>430</sup>. Observa-se o crescimento das ações locais, mas sem uma base no movimento social ou em discussões sobre as condições gerais do Sistema Penitenciário.

---

<sup>427</sup> MELO, Zélia Maria. **Os Estigmas: A Deterioração da Identidade Social**. [www.anpocs.org.br/cursosoc.doc](http://www.anpocs.org.br/cursosoc.doc). Acesso em 13/06/2006.

<sup>428</sup> Ocorreu um fato interessante na utilização da mão-de-obra carcerária na ampliação da PJPS. Quando terminou a ampliação, a empreiteira foi fazer uma obra na PAI (Penitenciária Agrícola de Itamaracá) alguns dos presos de Caruaru que trabalharam com a empreiteira e estavam em liberdade condicional, foram contratados para a obra.

<sup>429</sup> OLIVEIRA, Luciano. Democracia e Direitos Humanos. *In*: ARGUELLO, Katie (Org.) **Direito e Democracia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 172.

<sup>430</sup> CALADO, Álder Júlio F. **Direitos Humanos X Capital. Potencializando A Intervenção dos Movimentos e Organizações Sociais de Base**. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 15.

Na PJPS, as discussões ocorriam com os presos, com os ASPs e com a hierarquia de governo. Calado alerta para a necessidade de “agir “no miúdo”, sem nunca deixar desarticular essa luta às raízes macro-sociais da mesma”.<sup>431</sup>

Uma postura intransigente na denúncia e na cobrança de responsabilidades penais no tocante às violações dos direitos dos apenados, se quando feitas isoladamente, apenas no “varejo” e claramente descoladas de exigências de políticas públicas específicas à área correspondente, podem até tornar-se objetivamente funcional ao modelo neoliberal imperante. Ou seja: na prática, pode-se até conquistar atendimento tópico local, aqui e ali, enquanto em escala geral, as mesmas violações podem não apenas permanecer, como até mesmo ampliar-se<sup>432</sup>.

Na greve da PM<sup>433</sup>, temia-se que ocorresse um motim ou uma rebelião. A direção foi monitorando as tensões e criou o Conselho dos Antigos, um colegiado de caráter consultivo, onde os detentos eram ouvidos, faziam propostas e encaminhavam pedidos. Os presos ficaram empolgados e fizeram mais uma proposta à direção. Queriam assumir as guaritas para guardar o presídio durante uma greve da PM. Mas o diretor alertou que não era possível, pois assumir o lugar da polícia equivalia a uma rebelião. Eles poderiam ajudar na pacificação do presídio, cuidando para que a greve da Polícia decorresse sem problemas de segurança. Significava o aprofundamento do pacto da aliança com os presos, iniciado com a entrega das armas no início da gestão. Sem o reconhecimento de um poder comum, não existe garantias de que o pacto de não-agressão funcione de que se assegurem as decisões<sup>434</sup>.

A gente resolveu manter a ordem sem a PM, a vida dela foi sempre querer derrubar a direção, a gente sabia que se tivesse uma fuga em massa, o primeiro que saía era ele. Aí ele chamou a gente e conversou, contou o que tava

---

<sup>431</sup> Idem, p. 15

<sup>432</sup> Idem, Ibidem, p. 15.

<sup>433</sup> Em 1998.

<sup>434</sup> BOBBIO, Norberto. Organizado por Michelangelo Bovero. **Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 385.

acontecendo e eles, depois os PMs se recusaram a entrar, só tinha cinco ASPs e às vezes só uma ASP<sup>435</sup> sozinha, que fazia à revista, as vezes o pessoal do setor jurídico ajudava, tinha pouco ASP. Durante a greve da PM ficou assim: a direção cuidava da parte externa e administrativa, e internamente os presos eram os responsáveis, os presos antigos ficavam encarregados de chegar perto dos maloqueiros novatos que entravam na unidade (...) A gente chega perto do novato, se eles tumultuam. A gente é mais velho é pai de família, quer amenizar, aí a gente disse: “A polícia tá prá sair da cadeia, só vai ficar a gente agora, é pra ter calma que a visita vai ser devagar, só tem cinco agentes trabalhando é pra ser controlado”. (Grupo Focal – Presos) (Grifo nosso)

Na prisão os papéis, são bem definidos: preso é preso, ASP é ASP, e polícia é polícia. Ou seja, existe uma expectativa em função do trabalho e da subordinação de cada um, de acordo com a hierarquia<sup>436</sup>. A própria resistência dos ASPs e da polícia em aceitar um diretor que não é um policial nem um ASP, reflete isso. A expectativa em torno da função, quando não é correspondida, gera ansiedade, stress, e um sentimento de desonrosa para o grupo. Augusto Thompson (2000) demonstra que poucos espaços institucionais possuem papéis tão definidos como na prisão, e as relações entre os grupos podem provocar conflitos, consensos, respeito e desrespeito, em torno do cumprimento ou não, da expectativa de cada papel<sup>437</sup>. O desafio da direção foi o de inverter os papéis, reconhecer que o poder dos presos pode ser utilizado pela direção em situações de crise, o que não significa que essa realidade possa ser generalizada. Naquele momento estavam no apoio à direção: poucos ASPs, algumas freiras, algumas voluntárias, professores, a psicóloga, a assistente social e os presos.

A primeira coisa foi fechar a questão com os presos, eram meus aliados sempre. Muitos dos problemas que eu tinha sentava e conversava com eles, e dizia: vamos resolver assim, ouvia-os e depois decidia. Até que um dia, vi que estava democratizando demais, tinha alguns presos que eu sabia que não eram de confiança e eu não poderia discutir

---

<sup>435</sup> Que é a diretora da PJPS, desde 2002.

<sup>436</sup> No capítulo II, tratamos dos papéis dos sujeitos na prisão.

<sup>437</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 40.

problemas da unidade com os maloqueiros que estavam chegando na unidade. Então pensei em constituir um conselho com os presos mais antigos, que participaram de todo processo desde o começo ou os mais sérios. Chamamos de Conselho dos Antigos. De quinze em quinze dias a gente tinha uma reunião formal, sentava e conversava como um colegiado. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária). (grifo nosso)

Nas reuniões com o Conselho dos Antigos, os presos traziam as reclamações. A direção observava que a maioria delas era procedente. A direção mostrava que existia um boicote, e que muitas das situações apresentadas seriam resolvidas com eles e com a comunidade local. Qualquer agressão de um preso a um ASP ou a um militar poderia servir como justificativa para desmoralizá-los. Quando faltava comida na unidade, havia discussão entre os presos, os antigos pediam para o grupo ter paciência, ficar calmo, confiar na Pastoral Carcerária, para se poder providenciar uma solução para o problema. Esse acordo com os presos visava a não exposição do governo ou mesmo dos próprios presos. Em outras situações o Conselho dos Antigos atuava como podemos observar a seguir.

O preso quando chega pra morar, ele tem que ser orientado para respeitar as regras, se não, não dá pra conviver. Quando chega alguém que não se enquadra a gente pede para a direção transferir, a gente não gosta de conviver com tarado, fofoqueiro, rato de cela e cabueta. A gente via o pessoal se preocupando com a gente e foi modificando o nosso jeito, a gente foi se preocupando com os outros. Resolvemos participar das doações para as pessoas que foram atingidas pelas enchentes, pela seca, e também no natal. Na cheia e na seca foram 40 dias que doamos alimentos, passamos a tratar com solidariedade os outros. (Grupo Focal – presos) (Grifo nosso)

Os presos mais antigos eram chamados pelos novatos de polícia da cadeia, porque orientavam os que chegavam e observavam se estavam se enquadrando nas regras estabelecidas para a convivência do grupo. Exerciam uma espécie de controle interno da conduta do aprisionado. Nesse momento, os presos separavam a imagem do Bispo, predominante antes da

administração da Pastoral Carcerária, da imagem do diretor. Para a população e para os meios de comunicação ainda perdurava a influência do Bispo, mas para presos e ASPs as mudanças na unidade, estavam ligadas à imagem pessoal do diretor.

Começou a dar muita mídia, jornal, televisão, então você tira o presos do anonimato e ele não é mais invisível, ele não é mais um ninguém, ele agora é um preso de Caruaru, isso era motivo de orgulho. E assim o conselho funcionava, eles (os presos) traziam as reivindicações e dentro das possibilidades, concedia-se as que fossem justas e legais. Eles traziam a realidade, os ratos de celas, os maloqueiros que estavam tumultuando e assim, poderíamos antecipar qualquer situação e agir antes da explosão do problema. Assim que sabia, investigava e se fosse verdade, imediatamente requisitava a transferência, como também o preso que no domingo desrespeitasse a família de outro preso, também era transferido. (Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Este tipo de relação estabelecia outra visão panóptica da prisão, mas pela ótica dos presos. Não se deixava de vigiar, punir e exigir que a disciplina fosse cumprida. Mas através do Conselho dos Antigos a administração tinha uma visão a partir da realidade descrita pelo próprio detento, mais próxima da “verdade” da prisão, dos seus códigos de conduta. Essa visão do conselho dos Antigos proporcionou à direção antecipar-se às brigas, rixas, à formação de lideranças criminosamente organizadas, além de conter os movimentos de fuga e rebelião.

Nessa tensão entre a burocracia e o carisma, na necessidade de rotinizar-se, a direção é absorvida pelo choque de realidade que lhe desencanta. É tragada pela necessidade de dominar estratégias, torna-se mais pessimista. É preciso transferir presos, ASPs, romper com aliados e mergulhar no cotidiano da burocracia e da técnica. Há também uma influência recíproca nessa interação, às vezes não-conflituosa. Weber alerta que o mundo objetivo não tem significado em si. Essa é uma tarefa individual e solitária, cabe a cada indivíduo escolher os deuses e os demônios que irão

conduzir seu destino, influenciar as suas escolhas. Para isso são necessárias a liberdade e a consciência na escolha responsável<sup>438</sup>.

Na PJPS, a direção aproximou-se dos presos e conheceu de perto suas características, seu vocabulário e suas gírias<sup>439</sup>. Também enxergou as relações prisionais pela lente dos ASPs e pela sua própria lente. Sabia que havia detentos de confiança e outros não. Decidiu discutir no Conselho dos Antigos com os presos de confiança. Seria mais fácil identificar e eliminar da participação no conselho os detentos ligados a comportamentos ilícitos.

Em seu estudo denominado de *Mocinhos e Bandidos*, sobre as características dos presos, partindo da realidade pernambucana, Zélia Maria Melo assim distingue os criminosos: “A *malandragem* se divide em dois grupos: a “*malandragem do adianto*” e a “*malandragem do atraso*”<sup>440</sup> A *malandragem do adianto* é aquela ligada à ajuda mútua de respeitar os códigos por eles criados”<sup>441</sup>. O grande desafio de qualquer administração prisional é saber lidar com os conflitos entre os presos, com tendência ou não, para a vida no crime. Os dois grupos entram em confrontos constantes nas prisões e tais situações são muitas vezes uma das principais causas das brigas, rixas e motins que resultam algumas vezes, em mortes e lesões leves e graves<sup>442</sup>. A Pastoral reconheceu a necessidade de se conhecer de forma próxima o submundo dos presos, a escolha se deu através do Conselho dos Antigos, agiu interferindo em suas relações, administrando e dividindo as responsabilidades com eles.

---

<sup>438</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 327.

<sup>439</sup> O diretor da unidade levantou as gírias e fez um dicionário com elas.

<sup>440</sup> Na linguagem da cadeia também são denominados de almas sebosas. Esse grupo sofre a desconfiança dos companheiros, e depende dos outros na prisão. Não consegue trabalho, adquire dívidas sem poder pagar. Principalmente dívidas de drogas. Vende o que ganha dos companheiros para a manutenção de seu vício: roupas, pasta de dentes, cigarros, entre outros, etc. Não tem força para nenhuma negociação porque o capital da cadeia é a confiança.

<sup>441</sup> MELO, Zélia Maria de. **Bandidos e Mocinhos**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado em Antropologia. Dissertação de Mestrado, Recife: Ufpe, 1991, p. 82.

<sup>442</sup> Idem, p. 82.

Antes de vir para a reunião comigo, os presos do conselho faziam uma reunião com os outros presos e traziam para a reunião o que era discutido com os outros presos. Os presos tinham liberdade para falar e tinham que ser machos para apontar os maloqueiros, pois se fosse uma birra pessoal, ele tinha que falar pelo coletivo, eram vinte, trinta homens do conselho dos antigos, então tinha que ser macho para apontar os maloqueiros. A coisa funcionava. (Ex-coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Os presos aceitavam participar do Conselho dos antigos, porque associavam todas as conquistas que haviam obtido, à presença da Pastoral carcerária na PJPS. Reconheciam a visibilidade que a prisão tinha conquistado, e para a comunidade de Caruaru o reconhecimento estava ligado ao projeto da Pastoral Carcerária. Essa relação melhorava a imagem do preso diante da cidade.

Porque a gente é muito discriminado pela sociedade, por isso que a gente precisava se modificar, agir diferente, mostrar uma coisa positiva para a sociedade, para as pessoas pensarem: eles mataram ou roubaram, mas também podem fazer coisas boas. Pras pessoas pensarem que você não é só bandido, mas você é humano. Deram o exemplo agora na morte do filho da Coordenadora do Projeto de Adoção de Presos. Enviaram cartões, cartas de apoio, alguns procuraram a diretora da PJPS pra ela passar e-mail no nome dos presos de solidariedade, mesmo um detento que ela participou da sua acusação no júri, ele também mandou. Também ensinamos os presos mais jovens que têm que ser generosos. (Grupo Focal - Presos) (Grifo nosso)

A conversa com os presos e com os agentes penitenciários para administrar a prisão, correspondia ao reconhecimento do poder dos dois grupos dentro da unidade e a necessidade de gerir aquele espaço institucional de forma colegiada. Max Weber, ao analisar o engessamento que a burocracia pode provocar nas instituições, propõe o debate sobre as colegialidades, percebendo-as como saídas possíveis para se suportar o peso de uma dominação sobre os homens, *“de modo que apenas mediante compromisso se chega à disposição legítima em assuntos que caem na*

*competência de várias destas pessoas*".<sup>443</sup> Assim propõe que as autoridades carismáticas atuem ao lado das burocráticas, por possuírem os instrumentos de controle dos estatutos e de sua criação. Para se garantir a liberdade e pressionarem as autoridades burocráticas, é necessário que as autoridades carismáticas partilhem, dividam o poder, atribuindo funções específicas para diversas pessoas. Em "*Economia e Sociedade*", Max Weber descreve a colegialidade como uma das alternativas de limitação e restrição à dominação de um único grupo. Com uma variedade de exemplos históricos diz que todo tipo de dominação pode ser despojado do seu caráter monocrático, isto é, vinculado a uma pessoa, pelo princípio de colegialidade<sup>444</sup>.

Na PJPS os presos antigos possibilitaram ao administrador uma leitura que permitia medir a tensão dentro da unidade prisional, fazendo com que presos mais ligados ao crime organizado, chegando à PJPS, fossem transferidos para outra unidade prisional. As lideranças nos presídios ou penitenciárias oferecem o tom das relações internas. Cabe à administração saber como utilizar legalmente seu poder para garantir a paz na prisão. O que ocorre com os presos novatos nas prisões, pode ser comparado com a banalização da violência entre adolescentes e jovens, tema que vem sendo estudado por Sílvia Abramovay (2003) que explica como os jovens envolvidos em situações violentas apresentam uma grande dificuldade de internalização de normas<sup>445</sup>.

Essa realidade associada à presença do crime organizado e à corrupção dos agentes do Estado facilita a ocorrência de crises de grupos rivais, permite relações de extrema promiscuidade administrativa entre esses grupos de criminosos e os funcionários de prisões. Estes grupos podem atuar solidariamente e cooperativamente, tanto para o controle da administração na promoção da pacificação das relações entre presos, quanto pelo controle

---

<sup>443</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 186.

<sup>444</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 145.

<sup>445</sup> ABROMOVAY, Miriam. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 82.

dos grupos ilícitos a exemplo do PCC,<sup>446</sup> Comando Vermelho e Terceiro Comando<sup>447</sup>.

A solidariedade e a cooperação fazem parte da convivência diária na comunidade, dando condições para que sejam percebidos e analisados os procedimentos que podem determinar as categorias de “adianto” e “atraso”. Essas cooperações vão desde as situações materiais, como à partilha de roupa, remédios, maconha, tóxico e cigarro, às discussões envolvendo fugas, abertura de túneis, greves de fome e mortes<sup>448</sup>.

Com quase setecentos presos à época da pesquisa<sup>449</sup>, a PJPS tinha uma nova composição da massa carcerária. A grande maioria dos presos muito jovem, o número de presos mais velhos vem diminuindo gradativamente, de acordo com os registros oficiais. Na realização do encontro focal, era visível a quase inexistência de presos com mais de trinta anos dentro da unidade prisional. Adorno na introdução do livro de Ricardo Ramalho constata:

É preciso considerar que mudou a composição social das massas carcerárias. Estudos recentes indicam que esta população está se tornando mais jovem e dotada de maior escolaridade, o que pode estar influenciando atitudes de inconformidade e de protesto coletivo<sup>450</sup>.

Durante a gestão da Pastoral Carcerária, a punição extrema era a transferência, porque apesar das limitações do espaço, ali recebiam a sua família com segurança, não corriam o risco de se envolver em guerra de grupos por liderança. Perderiam muito no que diz respeito à sua integridade física, no direito de trabalhar e estudar saindo da PJPS. Nas cartas que analisamos: a maior parte era dos presos e dos seus familiares que

---

<sup>446</sup> Primeiro Comando da Capital, organização criminosa do Estado de São Paulo.

<sup>447</sup> Organizações criminosas do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>448</sup> ABROMOVAY, Miriam. **Gangues, Galeras, chegados e Rappers**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 84.

<sup>449</sup> Na atualidade, ultrapassa a quantidade de mil presos com a mesma estrutura física. É uma unidade prisional superlotada.

<sup>450</sup> ADORNO, Sérgio. *In*: Prefácio. RAMALHO, Ricardo. **O Mundo do Crime. A Ordem pelo Averso**. São Paulo: IBCCRIM: 2002, p. 12.

agradeciam o tratamento respeitoso. As outras eram de parentes de presos, de outras unidades prisionais do Estado, requisitando a transferência para a PJPS. De acordo com a diretora da PJPS<sup>451</sup>, mesmo superlotada, a unidade possui uma lista de espera de cento e cinquenta detentos<sup>452</sup>.

É óbvio que uma relação de dominação pode ser bilateral entre funcionários modernos de departamentos diferentes, por exemplo, pode existir uma subordinação recíproca quanto ao poder de mando, para cada um, dentro da “competência” do outro. Este caso não apresenta dificuldades conceituais. Mas, por exemplo, na encomenda de um par de botas ao sapateiro, este tem “domínio” sobre o cliente ou o inverso?<sup>453</sup>

Quem melhor conhece a prisão é o próprio prisioneiro, o que tornou imprescindível à sua participação no projeto de gestão da Pastoral Carcerária. “*A estima pelos anciões conserva-se onde importa o valor útil objetivo da experiência ou o poder subjetivo da tradição*”<sup>454</sup>. Os presos antigos definem uma conduta moral que deve ser seguida na cadeia, como honrar os compromissos com dívidas e proíbem o roubo entre detentos<sup>455</sup>, impõe o respeito às famílias, a ordem é mantida pelos mais antigos, de acordo com o consenso por eles estabelecido. Na prisão o preso é respeitado, tanto pelo tipo de crime praticado, como pela conduta com os companheiros na cadeia: Rejeitam o estuprador, não aceitam transgressões, por isso, presos “do atraso” ou “almas sebosas” são considerados infratores pelos companheiros<sup>456</sup>.

Um dos momentos de diálogo entre a direção e o conjunto dos presos, se deu quando o Secretário de Justiça e Cidadania Humberto Vieira de Melo, no primeiro Governo de Jarbas Vasconcelos (1998), propôs a formalização do Encontro Conjugal Para Gays nas unidades prisionais de

---

<sup>451</sup> Informação de Maio de 2006.

<sup>452</sup> Situação verificada em 2002.

<sup>453</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 191.

<sup>454</sup> Idem, p. 192.

<sup>455</sup> Ladrão na prisão é chamado de rato de cela. É tão desprezado quanto o alcagüete.

<sup>456</sup> MELO, Zélia Maria de. **Bandidos e Mocinhos**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado em Antropologia. Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE, 1991, p. 85.

Pernambuco. Este tipo de encontro existia informalmente e os homossexuais temiam a publicidade. Houve reação dos presos em todas as unidades prisionais do Estado. Em algumas unidades os meios de comunicação divulgavam que haveria rebelião se a proposta fosse confirmada.

Não era para tornar essa coisa formal, porque na penitenciária ele não tem parceiro fixo é promíscuo, então quando Humberto Vieira fez isso, foi um rebuliço, ele botou luz numa sexualidade clandestina, normatizou a sexualidade clandestina, aí os presos héteros se sentiram ultrajados por saber que na cadeia deles tinha viado, e as mulheres dos presos se sentiram ultrajadas (...) e os gays no foco, porque eles nunca quiseram esse foco. (Representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

A prisão é um espaço machista, predomina a lei do mais forte, é a força do patriarcado e existe uma rejeição total da conduta do homossexual naquele espaço. Os presos diziam temer ser considerados homossexuais, julgados pela população e pelas suas famílias, alegando que aquilo não tinha relação com a vida deles, afirmando que os gays já atuavam na cadeia, onde tinham o seu papel e “*utilização sexual*”. Há um comportamento de extrema homofobia nas unidades prisionais masculinas, a violência e a desumanização marcam o tratamento dos detentos com os homossexuais na prisão.

Cada unidade buscava resolver o caso particularmente, quando ocorresse. Os entrevistados relataram que os detentos temiam mais este estigma, o que demonstra a postura rígida e conservadora dos prisioneiros sobre os direitos dos homossexuais na prisão.

Se algum gay chegasse e pedisse um encontro conjugal, se permitia, desde que mantivesse o respeito, com uma conversa se resolvia, mas não botar isso num papel, é a mesma coisa que dizer vamos organizar a suruba. Na convivência que tive com os gays, nunca me deram problema, no começo eram desrespeitados (...) fui explicando para os presos que eles faziam parte daquela estrutura. (Ex - Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O debate envolveu os mais diversos setores da segurança pública, organizações de Direitos Humanos, imprensa, presos e familiares. A propaganda rendeu uma semana de discussão nos jornais e nas rádios, e a formalização da visita íntima gay morreu no debate. O critério de concessão da visita íntima gay ficou para os diretores analisarem. Porque no mundo da cadeia ser bicha, viado, homossexual é aceitar a condição de inferior. O ambiente prisional e a cultura da cadeia é violenta e preconceituosa, apesar da clandestinidade da vida sexual na prisão.

### 5.3 CONVÊNIOS E PARCERIAS

As soluções para os problemas cotidianos não dependiam apenas das ações estatais. A mudança de atitude dos presos estimulava a direção a buscar recursos e soluções junto à sociedade civil: instituições privadas, públicas, clubes de serviços e ONGs. De 1997 a 2002 a administração da PJPS realizou parcerias com as faculdades locais, a FAFICA<sup>457</sup> (Projeto Político Pedagógico, um projeto de pesquisa para traçar o perfil dos presos da PJPS, e outra pesquisa sobre a família do detento) e com a ASCES<sup>458</sup> - Faculdade de Direito de Caruaru, o Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos. A perspectiva de ressocialização passava pela família, pela educação, pelo trabalho e pela religião, critérios utilizados pela Pastoral Carcerária nas ações administrativas.

As categorias trabalho e mundo do crime são fundamentais na representação dos presos sobre o mundo da cadeia (...) Trabalho e família representavam a via de retorno à legitimidade social, a possibilidade (teórica) de recuperar-se. Os trabalhos estavam associados à família, amigos, visitas, esforço de alfabetização e instrução, espaço ocupado na cadeia<sup>459</sup>.

A direção da PJPS realizou parcerias com o SENAI<sup>460</sup>, o COAS<sup>461</sup> o Ministério do Trabalho através dos cursos financiados com recursos do

---

<sup>457</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru.

<sup>458</sup> Associação Caruaruense de Ensino Superior.

<sup>459</sup> RAMALHO, Ricardo. **O Mundo do Crime. A Ordem pelo Averso**. São Paulo: IBCCRIM: 2002, p.101.

<sup>460</sup> Serviço Nacional da Indústria.

FAT<sup>462</sup>, e projetos financiados pelo Ministério da Justiça. Entre 1996 e 2002 as mudanças nas relações com os presos, com as suas famílias e com as instituições locais foram marcadas por momentos harmoniosos, pela presença maciça dos mais variados setores da sociedade civil e do Estado, no apoio às ações realizadas na PJPS. *“Interessante que quando o projeto tomou vulto, a cidade o tomou para si como seu, nós somos bairristas e mostrar que Caruaru sabia fazer uma prisão diferente era um assunto que escapava ao domínio da Pastoral Carcerária, era da cidade”*. (Representante da Pastoral Carcerária – 3)

Nossa instituição, sempre que era convocada participava de todas as campanhas. Não podíamos estar todos os dias na prisão, mas fazíamos questão de contribuir com os eventos sempre que fomos chamados. Havia muita gente respeitada envolvida, foi um período memorável a gente entrava na penitenciária e tinha gosto de ver o coral se apresentando, os professores trabalhando com garra, os agentes penitenciários sem neurose, sabe, era muito bonito e tudo irradiava a capacidade de mudar as coisas. (Representante da Sociedade Civil Organizada). (grifo nosso)

Ainda de acordo com Ricardo Ramalho, a aproximação dos presos com a instrução, com o trabalho e com a profissionalização. São sinais da negação do mundo do crime. São os sinais que a direção ou os grupos pastorais e os voluntários observam: o trabalho do interno, os laços familiares, o estudo, o comportamento com os outros presos, são maneiras pelas quais os presos negam o mundo da cadeia e optam pela sua recuperação.

Através das parcerias e dos convênios foi possível atender os detentos com qualidade. As ações nas áreas de política educacional, de saúde e de atendimento às famílias se consolidaram a partir de pesquisa realizada pelos estudantes de Pedagogia e História da FAFICA. As informações orientaram o planejamento das ações que foram desenvolvidas na prisão. O resultado do censo foi cruzado pela direção da unidade com as informações que existiam nas pastas do setor penal. Foram articuladas

---

<sup>461</sup> COAS – Centro e Orientação e Apoio aos Soropositivos.

<sup>462</sup> - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

ações de assistência social, jurídica, psicológica, religiosa e educativa. Foi ampliada a sensibilização do ASPs para envolvê-los no projeto.

O grupo de ASPs que aderiu à proposta era jovem. Seus integrantes tinham prestado concurso público e em maioria era composta de universitários engajados na proposta da Pastoral Carcerária. Aos olhos dos outros profissionais da segurança “traíam” o papel para o qual haviam sido treinados. Os ASPs definiam-se como agentes da Pastoral Carcerária. No grupo focal, os presos revelaram respeito e consideração pelos ASPs que atuaram no período, razão pela qual aprovaram a diretora, que substituiu o representante da Pastoral Carcerária, sem conflitos<sup>463</sup>. Da forma como o diretor estava ligado à imagem de Dom Costa, os presos antigos relacionaram a atual diretora indicada pelo representante da Pastoral.

Aos agentes da Pastoral Carcerária cabe, prioritariamente, propiciar condições para que os presos descubram os caminhos da solidariedade com seus companheiros e com todos os marginalizados, na direção de uma sociedade de irmãos e filhos do mesmo pai (...) nessa atuação, os cristãos têm consciência de que trabalham mais com os efeitos do que com as causas do problema (...) é preciso estar sempre atento contra o assistencialismo, o paternalismo, e nunca reforçar ou reproduzir o sistema prisional vigente, isto é, o autoritarismo, as relações de dependência, a opressão.<sup>464</sup>

A Pastoral Carcerária aproximou-se da sociedade local para que a comunidade legitimasse o trabalho e contribuísse para o aprofundamento das mudanças. Inspirado no pensamento pedagógico de Paulo Freire<sup>465</sup> foi feita uma cartilha com o universo vocabular dos detentos da PJPS<sup>466</sup>. O Projeto pedagógico e a cartilha da unidade partiam da definição do detento como um cidadão aprisionado, que não perdeu a sua condição humana: seu direito de

---

<sup>463</sup> A diretora da PJPS assumiu o cargo em 2002 era da equipe técnica do diretor da Pastoral Carcerária, que dirigiu a PJPS de 1996 a 2002.

<sup>464</sup> CNBB. Setor de Pastoral Carcerária. **Elementos Para Uma Pastoral Carcerária**. São Paulo: Loyola, 1989, p. 50.

<sup>465</sup> A cartilha elaborada pela Educadora Kátia Azevedo, resultou do seu encontro com o universo vocabular da prisão, dentro dos princípios da pedagogia freiriana. Levou através da cartilha para a sala de aula da prisão o cotidiano do detento: suas gírias, seus conflitos, seu abandono e os seus sonhos.

<sup>466</sup> Realizada pela educadora Kátia Azevedo.

ser pai, marido, trabalhador e estudante. Os textos, os artigos, e os documentos produzidos na unidade prisional, tiveram influência do pensamento católico progressista, das reflexões de Paulo Freire e de Herbert de Souza sobre os indigentes sociais e a coisificação de pessoas.

É mais fácil pensar sobre as coisas que sobre as pessoas e suas relações: sobre as coisas personificadas e as pessoas coisificadas, que sobre a relação e o movimento. Pensar parado é um primeiro sintoma de adesão à ideologia da ordem. Negar o Movimento é negar a liberdade (...) a justificativa da concepção totalitária do poder é sempre o argumento do inimigo. Superado o inimigo, o perigo se transfere nunca acaba, porque tudo o que é externo ao núcleo de poder autoritário, é uma ameaça ao poder que se possui<sup>467</sup>.

As atividades que ocorriam na unidade prisional melhoraram a auto-estima dos detentos e facilitaram a execução das atividades administrativas<sup>468</sup>, levando os detentos a desenvolverem uma relação de intimidade, confiança e dependência com a direção da unidade. Os detentos enxergavam a direção dentro de uma visão paternalista. A direção foi severa, colocava limites, direitos e responsabilidades para eles. Pode se visualizar um maior envolvimento dos ASPs mais próximos da direção, não apenas nos problemas de segurança, mas também, como agentes ressocializadores, ouvindo os detentos e as suas famílias. A proximidade da Igreja Católica e o apoio irrestrito da imprensa tornavam a vida na prisão uma realidade comentada. Falar da situação dos prisioneiros no seu dia-a-dia na PJPS era normal para a vida da cidade.

A realidade do submundo da segurança pública local começava a atingir os mais variados públicos e à medida que as imagens, da televisão ou dos jornais, mostravam presos estudando, lendo, escrevendo poesias e repartindo seus alimentos com os mendigos no natal ou com populações

---

<sup>467</sup> SOUZA, Herbert. In: **CNBB. SEMINÁRIO: Exigências Éticas da Ordem Democrática**. São Pulo: Edições Loyola, 1989, p.154.

<sup>468</sup> AZEVEDO, G. F. e BARROS, A. M. **Quem Estamos Prendendo? O Perfil do Detento da Penitenciária de Caruaru**. O Perfil dos Presos da Penitenciária de Caruaru - Secretaria de Justiça e Cidadania / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru e PJPS. Caruaru: 1997-2001, p. 56.

atingidas por cheias, ou pela estiagem, o estigma começava a se modificar. De acordo com os estudos de Erving Goffman, os estigmas são aqueles atributos indesejáveis, que desacreditam o sujeito, que passa a ser visto como diferente ou defeituoso em relação aos demais. O conhecimento que as pessoas têm do estigmatizado, baseia-se em geral em rumores ou contatos anteriores<sup>469</sup>. Essa dimensão do trabalho de pacificação dos presos contribuía para reduzir a visão estigmatizada que deles tinha a sociedade local.

#### 5.4 A IMPRENSA E A PJPS

Os principais acontecimentos que mudaram a rotina da PJPS, de 1996 a 2002, foram amplamente noticiados pela Imprensa. Tomaremos como ponto de partida o ano de 1997, quando o modelo de gestão da Pastoral Carcerária estava consolidado, e a cidade de Caruaru era apresentada de forma positiva através da experiência da Pastoral na PJPS. Caruaru havia sido divulgada amplamente no noticiário nacional entre 1996 e 1997 em função da tragédia da Hemodiálise, que permaneceu por muitos meses na imprensa, fato que construiu uma visão negativa sobre a cidade, em função da indiferença das pessoas com as vítimas daquela tragédia. Uma matéria da Revista Veja de 1996 denunciava a apatia e a indiferença da população local com a morte de dezenas de pessoas que utilizavam o IDR<sup>470</sup>. A revista focalizou a preocupação de setores do comércio local indignados com os efeitos da tragédia da hemodiálise sobre as festas juninas, principal produto turístico da cidade.

A ampla divulgação da administração da PJPS melhorou a imagem da cidade, resfriando o impacto da tragédia da hemodiálise. A imprensa local

---

<sup>469</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma**: La Identidad Deteriorada. Buenos Aires: Amorrotu Editores, 1993, p. 47-49.

<sup>470</sup> Instituto de Doenças Renais. A tragédia da Hemodiálise que acabou não responsabilizando ninguém pelas mortes. Os donos da Clínica foram inocentados pela Justiça por insuficiência de provas. Em protesto um grupo de jovens na cidade lançou uma banda denominada de Sobreviventes do IDR. Um dos músicos da banda foi professor na PJPS.

foi co-responsável pelo apoio da sociedade local à experiência, mas também por transformar a experiência da PJPS numa experiência da cidade.

Entrei na Pastoral Carcerária através da minha atividade de repórter, recebi uma pauta de que o pessoal da campanha do Betinho estava migrando para a Pastoral Carcerária, o representante da Igreja que participava do grupo tentava arrastar o grupo para a pastoral carcerária. A partir de então fui convidada, me interessei pela proposta, não conhecia nada sobre sistema penitenciário, tinha uma impressão muito negativa, até aquele momento nunca tinha passado pela minha cabeça aquele assunto. (Representante da Imprensa na Pastoral carcerária)

Catalogamos matérias de jornais de 1996 a 2002 sobre a PJPS, excluindo notas ou comentários em jornais. As matérias selecionadas catalogadas serviram para confirmar os fatos narrados nas entrevistas, como instrumentos completos de descrição da realidade estudada. Todas as notícias foram copiadas e arquivadas. O objetivo foi a triangulação dos dados apresentados pelos informantes nas entrevistas, histórias de vida, grupo focal, e pelos documentos pessoais e oficiais utilizados.

Sempre trabalhei com jornalismo policial, passei por quase todas as rádios de Caruaru e a Penitenciária sempre deu audiência. Acompanhei o trabalho do Bispo Dom Costa e o diretor da PJPS, foi um trabalho fantástico, a gente que sempre está denunciando a malandragem se admirava de ver gente perigosa de grupo de extermínio virar cidadão depois de sair de lá. De início a gente desconfiava que era mais um grupinho político querendo aparecer, mais a imprensa estava em cima, ninguém do grupo quis virar vereador nem prefeito, e a gente foi vendo que o trabalho era sério. Ainda hoje, a penitenciária de Caruaru, apesar do problema da superlotação, consegue fazer um trabalho de respeito, outro dia fui conhecer a rádio dos presos, chama ti – ti – ti no xilindró, achei engraçado, eles conseguem se comunicar, divulgar idéias. (Representante da Imprensa - rádio). (Grifo nosso)

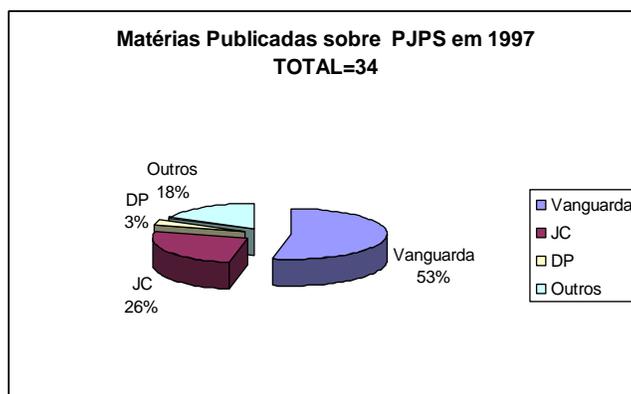
A representante da imprensa na Pastoral Carcerária tinha uma posição estratégica dentro do jornal em que trabalhava. Escolhia as matérias, foi chefe de redação, podendo decidir as pautas que seriam aproveitadas.

Para sua atuação algumas coisas foram determinantes: o chefe de reportagem decide quais são as matérias de interesse público. Havia um momento propício à valorização do trabalho voluntário, com crescimento do terceiro setor e o novo papel das organizações não-governamentais e havia por parte do entrevistado o interesse pessoal por aquela temática.

O Jornal Vanguarda divulgou rigorosamente o que aconteceu naquele período, de 1996 a 2001, é que eu saí em 2001 e passei três anos fora. A PJPS era uma fonte permanente de noticiais, eu estava sempre em contato com a direção, divulgamos tudo, tudo mesmo. Havia além do meu interesse de jornalista o interesse de como membro da pastoral de dar visibilidade ao que estava acontecendo. (Representante da Imprensa e da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

As notícias catalogadas demonstram que a imprensa acompanhava com atenção as ações realizadas pela administração da Pastoral Carcerária. Essa divulgação da imprensa coincide com a aproximação entre a direção da unidade prisional e a alta hierarquia da segurança pública do Estado. No sentido contrário, se consolidava o afastamento gradual dos outros membros da pastoral como movimento político combativo, sendo substituída na ordem de participação pela diocese, pela imprensa e pelos agentes penitenciários os principais pontos de apoio da direção.

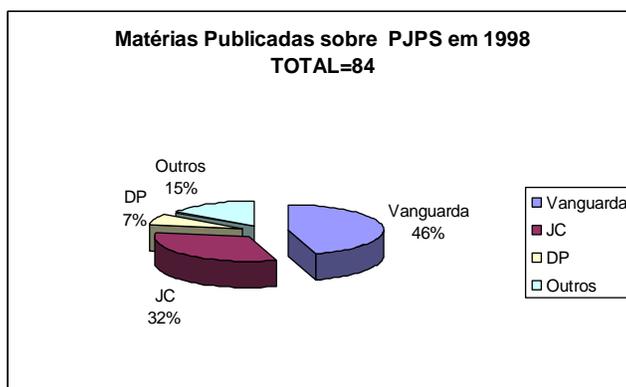
## NOTÍCIAS DA PJPS



Em 1997, observa-se o aumento quantitativo da exposição da administração da Pastoral Carcerária à opinião pública. Algumas das

matérias desse período já demonstravam a realização dos eventos festivos, datas comemorativas e atividades lúdicas que buscavam quebrar a rotina e o ócio da prisão, como também, os primeiros convênios celebrados na gestão. *“A penitenciária virava notícia, a Pastoral era o diretor, e fui ficando sem um papel definido, o trabalho do diretor era excelente. Me afastei por opção, de início até me aborreci, não toparia ficar lá dentro”.* (Representante da Pastoral Carcerária – 3)

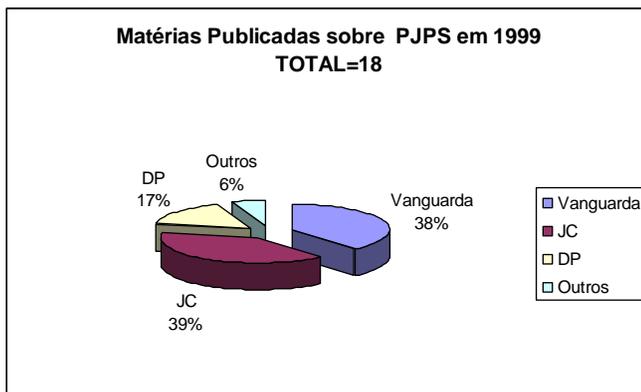
## NOTÍCIAS DA PJPS



O ano de 1998 foi o mais marcante no que se refere à exposição pública das atividades da Pastoral Carcerária na PJPS. Encerrava-se o governo de Miguel Arraes, e o governo de Jarbas Vasconcelos se iniciaria em 1999. Como as ações iniciadas em 1996 atingiram seus melhores resultados em 1998, as comparações foram inevitáveis. A administração tomava uma dimensão regional, pois jornais tradicionais como o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco passavam a olhar com maior interesse para a administração da PJPS. Das oitenta e quatro matérias divulgadas no ano de 1998, vinte e sete foram publicadas pelo Jornal do Comércio e seis pelo Diário de Pernambuco. Essa é uma tendência que também pode ser observada nos outros anos. No âmbito local predomina a divulgação pelo Jornal Vanguarda. E do ponto de vista regional, o Jornal do Comércio permite uma informação mais constante à opinião pública sobre a Pastoral Carcerária. *“A imprensa foi a interlocutora da administração, depois do Bispo,*

sem a imprensa a experiência não teria tomado aquela dimensão, um fenômeno de mídia.” (Professor – 2)

## NOTÍCIAS DA PJPS

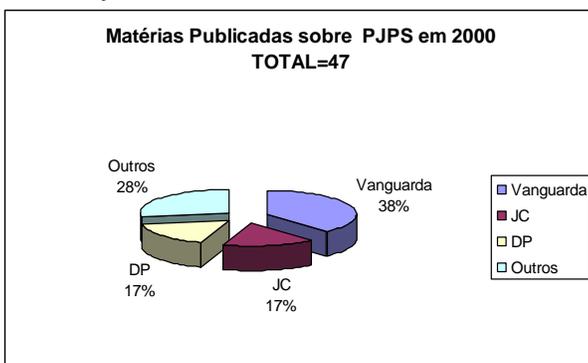


O ano de 1999 foi um ano de resfriamento das notícias. A imprensa queria novidades, os projetos mantidos já haviam sido divulgados. As matérias levantadas, em sua maioria, estão no primeiro semestre daquele ano. O fato que mais expôs a unidade, naquele momento, foi a exoneração do diretor, que trouxe de volta a figura de Dom Costa e as famílias dos presos para o centro dos debates pela manutenção do diretor da PJPS. A partir de 1999<sup>471</sup>, observou-se uma maior absorção da direção pela burocracia e a costura dos conflitos oriundos da exoneração do diretor, no início do primeiro governo de Jarbas Vasconcelos.

---

<sup>471</sup> Coincidentemente é o ano em que ocorre o fim da Secretaria de Justiça e é instalada a SDS (Secretaria de Defesa Social).

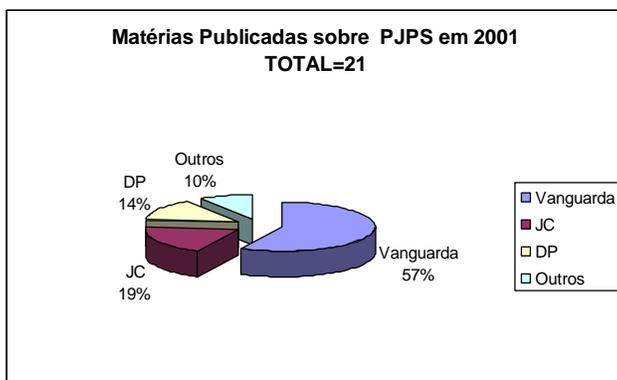
## NOTÍCIAS DA PJPS



O ano de 2000 demonstra a superação dos conflitos e a retomada da exposição da PJPS pela imprensa e para a opinião pública positivamente. O principal instrumento de divulgação da prisão foi o sucesso do Coral Ponto de Partida da PJPS. Os convênios e as atividades lúdicas novamente assumem a ponta das atividades realizadas na prisão. Observamos durante a catalogação das matérias recuos e avanços que podem ser visualizados através da quantidade de informações que os periódicos publicam.

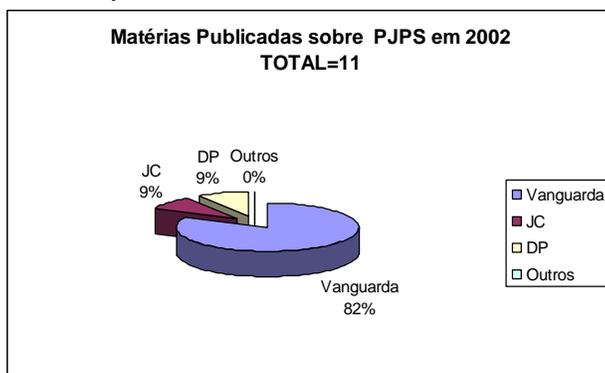
As brigas políticas locais ameaçaram a manutenção da direção no cargo, houve críticas pela permanência do diretor com a derrota de Arraes. Para o Bispo a direção era da Pastoral e não de governo A ou B. (Representante da Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

## NOTÍCIAS DA PJPS



Assim, os anos de 1998 e 2000 são os mais agitados e que mais chamam a atenção da opinião pública. Os anos que se seguem marcam a continuidade dos trabalhos. No ano de 2001 e 2002 ocorre a ampliação das atividades realizadas em convênios com outras instituições e uma maior aproximação com as famílias dos detentos, cursos e parcerias com vistas à profissionalização. Além da fuga de dois detentos durante a ampliação da PJPS. “Aí o diretor da PJPS começou a receber voto de aplauso da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, da Câmara de Vereadores de Recife, o título de Homem do ano em 1998 pela Câmara de Vereadores de Caruaru”. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

## NOTÍCIAS DA PJPS



A própria imprensa não tinha noção do impacto que causaria a divulgação das atividades da PJPS, sobre a região. De repente se deram conta que o diretor era *pop star*, e que eles eram em parte responsáveis pela exposição pública do diretor e dos presos, porque trabalhar com preso é uma atividade marginal. As pessoas torcem o nariz para os delinquentes e seus “defensores”. A imprensa, no início não acreditava que a população fosse se sensibilizar com aquela realidade. A direção da unidade não tinha noção do importante papel que a imprensa realizava naquele momento, cujo brilho era associado exclusivamente à pessoa do diretor, deixando a imprensa e o grupo de apoio frustrados. Alguns informantes afirmaram que o

deslumbramento da direção com o tratamento festivo da imprensa e da sociedade o fez secundarizar a participação dos outros.

Não basta estudar os mecanismos institucionais, mas é preciso observar em que condições eles operam, e se a dinâmica desses mecanismos não se tornou muito mais difícil de ser compreendida devido à real influência dos poderes não imediatamente visíveis, mas substancialmente determinantes<sup>472</sup>.

Para Calado (2003) algumas pistas poderiam auxiliar os movimentos sociais e grupos que lutam por Direitos Humanos. A busca constante da auto-avaliação, apostar na gestão coletiva, procurando superar o viés da nossa cultura política centralizadora, influenciada pelo presidencialismo, levar a sério a alternância de cargos e funções, articular as ações no plano micro com um plano macro, combinar variadas formas de resistência, estimular a participação contínua<sup>473</sup>.

## 5.5 O TRABALHO COM OS ASPs

A sensibilização dos ASPs foi a estratégia desenvolvida pela direção da Pastoral Carcerária para administrar a prisão. As situações variadas que narramos através dos sujeitos até aqui nos levam a compreender que o processo de rotinização não significa o engessamento total à máquina burocrática do Estado, por parte de quem exerce uma gestão em uma instituição. A própria democracia exige certo grau de rotinização e instrumentalização dos indivíduos nos processos de intervenção e nas ações assertivas que desenvolvam. As relações institucionais apontam situações de consenso e de conflito que alteram comportamentos e que propõem novos olhares sobre as instituições e no caso aqui tratado, a prisão. O que pode ser observado através dos interlocutores das ações que realizam e dos valores que motivam e expressam sentido as suas ações.

---

<sup>472</sup> BOBBIO, Norberto. Organizado por Michelangelo Bovero. **Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 395.

<sup>473</sup> CALADO, Álder Júlio F. **Direitos Humanos X Capital. Potencializando. A Intervenção dos Movimentos e Organizações Sociais de Base**. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 17-20.

Weber descreve que a administração burocrática buscará sempre excluir o público<sup>474</sup>, que significa um processo de ocultação do seu saber, ao mesmo tempo em que aniquila outras formas não - racionais de dominação. Situação que leva a crer que na PJPS o imediatismo da vida cotidiana impõe escolhas à direção: manter uma ligação com a esfera irracional ou carismática, ou aproximar-se das decisões racionais, pragmáticas da burocracia. A última opção irá se consolidando nas ações em que as decisões ficaram limitadas aos funcionários. Os outros membros atuam nas parcerias, eventos e projetos da direção e de sua equipe.

Depois da adesão dos detentos, a direção da PJPS buscou a aproximação com os Agentes Penitenciários, partindo do princípio que o grupo sendo jovem na máquina do Estado estaria menos suscetíveis à visão militarizada predominante entre os profissionais de segurança. O desafio foi mudar a visão dos ASPs sobre os prisioneiros, diminuir os preconceitos arraigados para poder implementar as ações com base no respeito aos Direitos Humanos. *“A política baseia-se no fato da “pluralidade dos homens”, ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais”*<sup>475</sup>.

Atuo a doze anos no sistema penitenciário, iniciei no ano de 1994, entrei como revista na Colônia Penal feminina. Sou da primeira turma de agentes penitenciários, era um cargo que não existia. Existia polícia penitenciária, depois dos ASPs esse grupo foi absorvido pela polícia civil. Entrei quando Carlos Wilson era governador, substituindo Miguel Arraes, eu sempre quis ser policial, fiz o concurso para agente porque era parecido. A gente tirava os plantões no final de semana no interior, região metropolitana e em 1995 saiu a minha transferência para Caruaru, não foi a pedido, o chefe de segurança da época achou melhor, já que eu morava em Vitória de Santo Antão e ficava mais perto trabalhar em Caruaru, já que eu era a única mulher a vim fazer a revista em Caruaru, a parte administrativa era com a PM. (ASP - 1) (Grifo nosso)

---

<sup>474</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 225.

<sup>475</sup> ARENDT, Hannah. Compilado por Úrsula Ludz. **O Que é Política? Fragmentos das Obras Póstumas Compiladas por Úrsula Ludz.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 8-9.

A ASP entrevistada relatou que tinha um bom relacionamento na prisão, que fazia a revista e depois partia e retornava à prisão no dia do encontro conjugal. Os policiais militares não a deixavam entrar na unidade prisional, também confirma que os presos eram trancados nas celas, onde ninguém entrava, nem tinha contato com eles.

Eu tinha a maior vontade de entrar, mas, os chefes não deixavam, os presos não circulavam, só na hora do banho de sol. Comecei a perceber o pessoal da Pastoral Carcerária por aqui porque o médico vinha consultar os presos, eu tinha um relacionamento distante, porque a minha função era só revistar. Eu, o médico e outro ASP formávamos um trio, a gente era o tripé, meu primeiro contato com o médico foi meio traumático, eu sou muito desconfiada das intenções das pessoas, porque a coisa era bem cadeia. O que era que aquele homem queria aqui? Um médico, era estranho! Naquela época já tinha outros agentes penitenciários. Os presos não desconfiaram, já conheciam o grupo da pastoral, eu não conhecia, só cruzada de vez em quando com eles, porque eu acreditava que presidio era aquilo mesmo. (ASP - 1) (Grifo nosso)

A ASP descreve que só com a chegada do diretor da Pastoral Carcerária se conseguiu formar o corpo administrativo. As pessoas começaram a assumir as suas atribuições, pois até então nada funcionava corretamente. Os cargos existiam com pessoas sem competência técnica para exercê-los. Foi instituída a chefia do setor penal, de segurança, cada uma de acordo com as competências dos funcionários escolhidos.

Cada um na sua área, então se percebeu que ele tinha uma proposta e depois ele começou a fazer o trabalho de ressocialização, de soltar os presos, de conversar com eles, de atender às reivindicações, e aí eu comecei a relaxar com ele. Depois a gente se aproximou, eu comecei a admirá-lo e apoiá-lo, foi aí quando assumi o setor de laborterapia, que na época era só burocrático, pagar os presos concessionados. Foi quando ele exigiu que fosse realmente feito o trabalho de laborterapia: Realizar eventos, organizar e promover cursos, atividades culturais tudo era organizado por mim. Ele veio conquistou a gente e a gente brigava com todo mundo por causa dele, era um conflito constante. (ASP - 1)

De acordo com os ASPs que foram entrevistados, nos cursos de formação de agentes penitenciários não havia formação para compreender a ressocialização, não continham estudos sobre os direitos humanos na época de sua formação. A ASP define a preparação profissional do ASP como formação para a área de repressão.

A gente estudava tiro, armamento, defesa pessoal, toxicologia, mas não estudava a parte humanista da questão. Não tinha a LEP, a gente foi formado para outra coisa, muito agente penitenciário se acha polícia, eu por ser muito crítica e desconfiada paguei pra ver. A gente provou que é possível garantir a segurança da unidade sem agressão nem truculência, trabalhando dentro da lei e respeitando o preso. Aqui a gente aprendeu que é preciso utilizar a inteligência para garantir a segurança. (ASP -1) (Grifo nosso)

A entrevistada trabalhava todos os domingos, não havia outra pessoa para fazer o serviço, descrevendo que as férias eram tiradas na PJPS. Como tinha que estar sempre na unidade prisional, buscou tornar seu trabalho mais interessante, senão a pressão, o stress e a irritação seriam inevitáveis.

Sendo assim, resolvi me divertir com as mulheres, conversava com elas, elas contavam os problemas familiares e esse vínculo que a gente criou, ajudava a gente a administrar a unidade durante a semana. Uma mulher chegava e dizia: "meu marido fez isso", ou "arrumou outra mulher", a gente sentava e conversava e se ele desse trabalho aqui a gente levava para ela e ela conversava com ele. A gente conversava com a mãe do detento se fosse necessário, fazia eles passarem a maior vergonha. Criamos um vínculo de proximidade com o preso, com a mulher e a sua família. (ASP- 1) (Grifo nosso)

Relatou que os presos não ficavam com raiva das mulheres por elas contarem sobre agressões ou brigas, não podiam ficar com raiva, porque a administração apoiava a mulher. O detento seria punido se praticasse qualquer ato violento, físico ou verbal contra elas. Os resultados animavam os ASPs e ampliavam o leque de apoio dos agentes de segurança à direção: consolidando internamente o apoio que já se tinha conquistado fora dos muros da PJPS. Em sua experiência com segurança pública no Rio de Janeiro, Soares constata que *"para que se obtenha o apoio popular, é*

*necessário apresentar resultados palpáveis, que demonstrem, a prática, a possibilidade e as vantagens do respeito à lei e à eficiência*<sup>476</sup>.

Se elas sofriam uma agressão deles, elas não contavam, a gente sabia pelos outros presos, familiares, eu sentava com os dois e jogava aberto com eles. Os presos diziam não foi bem assim, aí a gente ameaçava transferir, processá-lo criminalmente. A gente dizia: Ou vocês entram num acordo ou ela não vai mais entrar e você vai perder a sua mulher, a gente jogava pesado. Era uma relação de responsabilidade mútua. (ASP - 1). (grifo nosso)

Em relação às drogas, havia um sistema de informação privilegiada, criou-se uma parceria entre a administração e a família. Era uma parceria onde a família ajudava e era bem tratada, sem ser vitimada por nenhum tipo de desrespeito e em contrapartida ajudava à administração a enxergar com outros olhos as relações ilícitas.

Quando alguém sabia como iria entrar a droga contava e a gente fazia de conta que tinha adivinhado, que era faro policial, sem deixar parecer que tinha recebido uma informação privilegiada, para não parecer caguetagem. Quando alguém sabia que ia entrar droga na prisão contava pra gente, também mostrava quem entrava na prisão no dia de visita para se prostituir. A gente criou uma parceria, a gente ajudava a família e a família ajudava a gente também. (ASP – 1). (Grifo nosso)

A informação da entrada de droga chegava pela mulher, pela família e pelo próprio preso. A ASP fazia a revista normalmente. As mulheres a tinham como amiga. Algumas entravam com drogas, eram presas, entendiam o seu o trabalho e tratavam-na naturalmente. *“Elas sabiam que eu era amiga, aconselhava, mas não era cúmplice”.* (ASP - 1)

Junto com a direção, os ASPS realizavam os festejos de todas as datas do calendário normal, e aqueles que a cidade comemorava. Se as escolas celebravam na PJPS se comemorava, segundo relata a ASP os detentos sempre fizeram a decoração, “no natal a gente fez o concurso de decoração e a coletiva que ganhou foi a mais pobre, a que a gente chama de

---

<sup>476</sup> SOARES, Luís Eduardo. **Meu Casaco de General. Quinhentos Dias no Front da Segurança Pública no Rio de Janeiro.** Companhia das Letras, 2000, p. 114

sem terra. Eles sempre fizeram torcida organizada, querem ganhar, se mobilizam mesmo. (ASP – 1) (Grifo nosso)

É necessário mostrar para o detento que ele têm responsabilidade com o ambiente onde mora, desde a questão da energia elétrica. Essa prisão sempre teve problema de superlotação, hoje está explodindo tem mais de 620 presos, há uma sobrecarga na água, na energia elétrica, na encanação hidráulica. Sempre conversamos que era preciso racionar água, isso tudo era conversado, a gente precisa de uma certa educação e da conscientização do preso, pra que ele entenda que o problema que a gente está passando é um problema de todos, não é só da direção, e em tudo aqui eles têm que ter responsabilidade, é assim, desde a administração da Pastoral Carcerária. ((ASP –1) (Grifo nosso)

Na relação com os ASPs, o diretor apresentava a possibilidade de garantir a segurança sem violência. Para realizar o trabalho rotinizava-se, mas era visto pelos seus seguidores como um herói. A equipe técnica influenciava outros ASP na adoção do mesmo tipo de conduta. Se o valor maior para eles era a segurança, enxergavam na nova postura, um novo caminho para o seu trabalho. A aceitação das propostas do diretor em função de ser portador de um tipo de missão, o que o situava para os ASPs e para os presos como um líder carismático<sup>477</sup>.

A gente cobra muito deles, sempre cobrou, o lugar que ele mora é responsabilidade dele conservar, então se ele quebrar, danificar, depredar ele conserta e paga, se não combinar o prejuízo é geral, e para ele que não vai ficar aqui, a gente pede a transferência. Quem perde mais? Se entupir um banheiro ele mesmo desentope, se quebrar uma lâmpada vai ter que pagar, essa é uma questão de responsabilidade, se quebrar, se depredar o Estado não repõe, só quando acaba naturalmente, a manutenção é obrigação do Estado, se um preso permite que o outro ande armado, como pode dizer que quer ficar aqui e ter paz, um tem que cuidar do outro e ver o que o outro faz, aqui o preso sempre teve direitos, mas também seus direitos só podem ser exercidos de acordo com

---

<sup>477</sup> WEBER, Max. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh. **Economia e Sociedade. Volume 3.** Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 324.

o respeito aos limites. Não se pode manter uma pessoa que depreda dentro da unidade. (ASP –1) (Grifo nosso)

Os presos que vêm de outras culturas de presídios, segundo a ASP, sempre ficam em pânico na PJPS. É a mesma coisa que ocorre com o funcionário. A adaptação é diferente. Informam que quando os presos começam a ter atitudes agressivas ou comportamentos ilícitos, são chamados para conversar, e que os ASPs e a direção sempre mostram que existe uma cultura diferente na unidade e se ele quiser ficar na PJPS, terá que se integrar. A diretora da PJPS, à época dessa pesquisa, apesar do problema da superlotação administrou a unidade com autonomia, e buscou parcerias com a comunidade para resolver os problemas da unidade. Relatando que o perfil do preso da unidade é outro, o que exige uma nova postura de poder. A direção dialoga, ouve o preso, mas deixa claro que o poder de decisão está em suas mãos.

Já chegou preso dizendo aqui que queria ser transferido, e os presos mandaram avisar que ele era violento, dava barotada e o escambal. Eu tratei ele como tratava os demais, mandei pro convívio, e fiquei só observando, aí ele disse: Esse lugar não é pra mim, eu quero uma transferência pra outra unidade e eu disse que iria anotar, ele me pediu pra sair porque usava crack, rousphynol, disse que usava e vendia, dizendo que nessa cadeia era ruim fazer isso, queria ir para outro lugar que tivesse mais campo, olhei assustada pra cara dele! Foi muito sincero, ele disse que era do crime e pronto, que queria fazer o que quisesse na cadeia e que essa cadeia não era a sua praia, aí transferi. Como também, já chegou preso aqui que ninguém queria e eles se comportaram, sempre partimos do princípio que ninguém é perigoso, todo mundo é bonzinho, todo mundo é comédia, que não existe bandido aqui, aqui não existe bicho, quem quiser ser bicho vai ser em outro lugar, aqui todo mundo é igual, normal, o bicho aqui sou eu. (ASP-1) (Grifo nosso)

As decisões mais polêmicas foram colegiadas, entre a direção e os ASPs. O diretor fazia a proposta e o grupo debatia. As soluções eram combinadas. *“Não entendo de segurança, reunião é um saco, deixei de lado a pastoral, acompanhava as missas os casamentos e gostava de ver*

*apresentação do coral, aprovei o diretor” (Representante da Pastoral Carcerária-3).*

Ele sempre foi de conversar e ouvir, ele tem um jeito grosso e durão, mas é uma capa com a qual ele se defende, tem idéias e convicções muito profundas sobre o trabalho, e para dissuadi-lo tem que se ter mais convicção do que ele, não é fácil, às vezes ele não ouvia se não fosse forçado. Mas até para selecionar a equipe de agentes penitenciários, que viria trabalhar aqui na unidade, na segunda etapa da trazida de agentes penitenciários fomos nós que escolhemos, ele deixou na nossa mão. E a gente escolhia pelos seguintes critérios: Se o ASP tinha boa índole, se era bom funcionário, se era honesto, porque estávamos escolhendo as pessoas que fariam a nossa guarda interna, substituindo os PMs, qualquer erro de escolha a gente era responsável e precisava de uma equipe de excelência para não boicotar nosso trabalho. (ASP -1) (Grifo nosso)

Uma experiência interessante do colegiado<sup>478</sup> foi a decisão pela manutenção de um ASP com problemas com drogas, pude acompanhar a reunião à época. Uma ASP defendia uma segunda chance para um colega de profissão, os outros ASPs não queriam mantê-lo na unidade. Alegavam que, mesmo sendo um colega, era viciado e poderia ter uma relação promíscua com os detentos, facilitando a entrada de drogas na prisão, motins ou fugas. O diretor afirmou que a decisão seria da maioria, mas alertou que uma pessoa envolvida com drogas tinha muitas recaídas. O grupo decidiu pela permanência do ASP na parte administrativa sem contato direto com os detentos. Sob o controle de outros agentes. Mas ele teve uma recaída e foi impossível mantê-lo por uma questão de segurança.

Eles aqui têm um ambiente bom pra morar, não de infraestrutura, mas um ambiente pacífico, agora a partir do momento que os presos permitem que entre Crack, maconha ou comprimido na unidade, ele está assumindo o risco, vai ter risco pra ele e pra família dele. Se eles permitem que um traficante introduza drogas na penitenciária estão colocando todos em risco, depois não adianta chorar, se o ambiente desabar, se sua família for agredida, se o seu companheiro

---

<sup>478</sup> Nesse colegiado participaram ASPs, direção, representantes de convênios na PJPS e voluntários.

for assassinado por dívida de droga. É uma responsabilidade dele, quem de novo perde? Uma pessoa viciada perde totalmente a noção, por isso é preciso saber deles e da família quem faz isso, para cortar o mal pela raiz. (ASP- 1)  
(Grifo nosso)

É difícil a missão do Agente de Segurança Penitenciária: realizar ao mesmo tempo a repressão à conduta criminosa, ilícita ou indisciplinada dos detentos, e ao mesmo tempo o trabalho de ressocialização, como se referiu Augusto Thompson ao discutir os papéis dos profissionais de segurança na prisão.

A população penitenciária: presos, guardas, especialistas, terapeutas - fica comprimida numa área física, estas pessoas são forçadas a uma intimidade estreita, onde a conduta de cada uma é objeto de constante escrutínio por parte das outras<sup>479</sup>.

A atitude dos ASPs gradualmente alterava o boicote à direção que continuava através do Sindicato dos agentes Penitenciários do Estado de Pernambuco<sup>480</sup>. A representação sindical dos ASPs apontava um conjunto de violações praticadas pela direção da PJPS aos seus direitos. Essa nova postura dos Agentes Penitenciários na substituição da polícia militar na PJPS contribuiu para a pacificação interna, abrindo o diálogo com a direção, e com os detentos. Sem a cooptação dos ASPs a direção não teria conseguido muitos dos seus resultados. À medida que a direção vai se consolidando, a articulação do trabalho com os ASPs era essencial. Os profissionais da segurança estavam no cotidiano da prisão, conheciam a burocracia estatal e conheciam os rituais da burocracia, a aliança com os presos e os ASPs foi sedimentando a direção na estrutura e na rotina da prisão. Mesmo que seja numa posição mais progressista ou mais avançada, sem conhecer as regras, a cultura carcerária, o ritual cotidiano da prisão e de cada grupo é impossível administrá-la ou conhecê-la<sup>481</sup>, e a direção da PJPS se enquadra na lógica da burocracia do Estado como forma de garantir seu projeto de administrar numa estrutura burocrática dentro de uma lógica de valores democráticos.

---

<sup>479</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 23.

<sup>480</sup> No capítulo seguinte aprofundaremos o embate entre a direção da PJPS e os ASPs.

<sup>481</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 23.

## 5.6 A FAMÍLIA DO PRESO

A Pastoral Carcerária começou a prestar atenção à família do preso desde que o diretor resolveu visitar a PJPS nos dias de domingo. Observava que a família também era afetada com a prisão, principalmente quando o detento tinha mulher e filhos.

Observei que a decência fazia parte da vida daquelas pessoas, o que fazia aquele povo ir de 4:30 e 5:00 horas da manhã, ficavam em pé se submetendo ao constrangimento de uma revista feminina, pra entrar lá, ficar com o marido, o irmão, o filho? E isso se repetir toda semana, e isso se tornar um calvário na vida da família e ser maltratada pelos agentes, porque ninguém pensa que naquela fila eles precisam de banheiro, eles precisam de sombra, que tem menino chorando, tem mulher grávida, tem mulher amamentando, tem uma série de necessidades naquela fila e eles são tratados como uma fileira de boi, o pior é que elas levam a comida do domingo pra comer lá com os presos. Durante a semana a gente vê preso botar a farinha que não queria comer para dar à família, para eles comerem durante a semana. E aquela família vem no domingo com fruta, biscoito recheado com refrigerante, quer dizer, passa fome durante a semana pra juntar alguma coisa, pra juntar o melhor pra eles. (Ex – coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A direção percebia que os familiares eram tão excluídos quanto os seus filhos, maridos e parentes que estavam presos. Pensava que quem estava na prisão, estava pelo menos sob a tutela do Estado. E que quem estava na fila para entrar na unidade não tinha ninguém em seu favor. Razão pela qual resolveu requisitar à FAFICA um estudo sobre as mulheres dos detentos, que tinham marido ou companheiro na PJPS, no qual se verificou<sup>482</sup> que o padrão de vida das famílias, que já era muito baixo, piorou com a prisão do marido/companheiro e que a maioria das mulheres trabalhava e dependia dos seus familiares, parentes ou amigos para tomar conta das crianças.

Esse efeito era muito danoso sobre a família e sobre os filhos principalmente. *“Separar ou perder pessoas queridas ou romper*

---

<sup>482</sup> Foi realizado um perfil da mulher do detento da PJPS em 2000, pela FAFICA e pela Pastoral Carcerária.

*temporariamente os vínculos produz sofrimento para todos os membros da família, mas as pessoas mais afetadas são as crianças*<sup>483</sup>.

Aí eu comecei a me sensibilizar por isso, porque eu sabia, que muitas das reclamações que envolvem rebeliões têm haver com problemas com as famílias. Imagine você tá preso e vê um PM passando a mão nos peitos da sua filha ou da mulher. Você quer que este homem fique calmo, que fique doce? Isso não existe! Prá intervir nisto eu fui pro portão da penitenciária junto com a PM na minha frente, ele não ousava fazer um negócio desses. Então na cabeça do preso eu me tornei o guardião da família dele, porque pra família dele entrar na penitenciária tinha que passar por mim, porque eu ficava entre o portão e o guarda da PM (...) isso alimentou a confiança do preso. Quando os presos chegavam para mim e me diziam que o soldado fulano de tal faltou com respeito com a família, e a família vai reclamar para ele, e não dá para ele tomar uma atitude, ele tá numa situação de fragilidade, então era ela que tinha de se livrar sozinha, pedir respeito. Então, a mulher do preso vinha pra mim. A figura do marido é sempre a de partilhar, mas não ali, naquela dificuldade e isso faz parte do jogo erótico entre eles e essa divisão de problemas com o seu companheiro, pela proteção que ele passa, apesar de toda aquela situação que ele vive, ele ainda é o chefe da casa e consegue controlar a família. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A direção preocupava-se em manter os vínculos familiares e afetivos dos presos com as suas mães, pais, mulheres e filhos, porque esse tipo de relação mantém o preso mais calmo e diminui o processo de mortificação do eu, do qual nos fala Ervin Goffman<sup>484</sup>. Nesse processo o preso se sente reduzido como ser humano. A família, por mais excluída que seja, oferece um sentimento de pertencimento ao detento. Em uma cidade do interior, também a proximidade da família permite ao preso exercer certo controle sobre os familiares, a partir das informações que chegam de cartas, telefonemas e visitantes.

---

<sup>483</sup> KALOUSTIAN, Sílvio M. **Família Brasileira. A Base de Tudo**. São Paulo: Cortes; Brasília: DF: UNICEF, p. 51.

<sup>484</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma: La Identidad Deteriorada**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, p. 45.

Acompanha a família assim, elas telefonam e aparecem. Elas contam o que se passa, a gente acompanha e vigia a mulher lá fora. Pela fofoca também, a visita do domingo conta, vem carta, recado, alguém sempre vê e conta. Se o cara não tiver equilibrado fica nervoso e é problema! (Grupo Focal- presos)

Segundo o diretor era possível observar a maldade dos vizinhos. Identificar o comportamento mórbido de criar confusão e fofoca para piorar a vida do preso dentro da prisão. Isso era uma situação que preocupava a administração e os ASPs, porque quanto mais irritado e preocupado o preso, mais condição de criar problemas dentro da unidade eles têm. Na prisão o clima de disputa e irritação é produzido naturalmente pela vida cotidiana, e estes conflitos podem se transformar em brigas e rixas entre presos. Quando chegavam bilhetes a gente olhava, ficava impressionado como os detalhes, eu nunca passava pra eles. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O que a Pastoral trouxe pra gente foi um respeito né! A gente foi tratado como ser humano, que a gente era tratado como bicho, a visita mudou e a nossa família foi respeitada e vinha com os nossos filhos, a gente se sentia importante para alguém, para Deus. A gente passou a correr atrás dos nossos direitos, falava o que estava errado e tinha quem ouvisse, sem o perigo de ser humilhado ou apanhar. (Grupo focal – presos). (grifo nosso)

Em conversa com os familiares dos detentos, a direção, e sua equipe descobriu que o período do ano mais difícil para a mulher do preso, era o período das férias escolares. Nelas as crianças ficavam mais soltas nas ruas e mais vulneráveis às más companhias. Enquanto as mães precisavam trabalhar normalmente, pois só as crianças tinham férias.

As mulheres dos presos eram empregadas domésticas, cabeleireiras, lavadeiras, feirantes e não tinham carteira assinada<sup>485</sup>. O projeto de férias, que dura o mês de janeiro todo, foi a forma encontrada pela direção de apoiar a família do preso, trazendo as crianças para dentro da PJPS, projeto ainda mantido pela atual direção. Ao mesmo tempo em que as crianças ficam protegidas dos males da rua, estão ocupadas em oficinas preparadas pelos

---

<sup>485</sup> Perfil das mulheres dos detentos.

presos e se mantém o vínculo familiar e os presos conseguem partilhar com a sua mulher a responsabilidade com a família. A experiência reconhece e afirma a importância que tem o direito à convivência com os pais, mesmo os presidiários, já que a proteção e a guarda dos filhos devem fazer parte de um conjunto das pautas de políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes<sup>486</sup>.

Ainda segundo Erving Goffman (1993) a ausência de vínculos possibilita a desordem da morte do ser individual no meio do grupo e a história pessoal do indivíduo pode ser uma repetição da história do grupo. A ausência de vínculo pode ainda instaurar relações violentas, destrutivas que atravessam fronteiras individuais e atuam nas relações coletivas e que podem, por consequência, produzir desvios nas condutas dos sujeitos envolvidos na trama<sup>487</sup>. À medida que os filhos e as mulheres dos detentos se encontram vulneráveis, expostos à exclusão, sem políticas de apoio e perda dos vínculos familiares, essa situação pode conduzir a família a repetir a sua condição violenta. A direção da Pastoral Carcerária na PJPS interferiu na vida daqueles homens que não tinham esperança, nem vislumbravam objetivos futuros. Para eles o único futuro era cumprir a pena ou fugir.

O foco da Pastoral era trazer para aqueles homens o sentido de que a vida deles não começaria quando fugissem ou terminassem de cumprir a pena, mais a vida tinha que ser construída naquele intervalo de tempo no cárcere. Eles tinham medo. Se eles não conseguem ver sentido naquele momento, não conseguem ter esperança. Naquele momento eu estava lendo Victor Frankel sobre logoterapia. A terapia dos sentidos, e em qualquer situação era preciso dar sentido a vida. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A direção apontava para uma possibilidade concreta de mudança, que era distencionar o ambiente em que viviam. Com isso aprenderam a ter respeito pelos outros e estabelecer os seus próprios limites. Uma experiência que desafiou ASPs e detentos foi o Projeto de Férias (estratégias da direção

---

<sup>486</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma**: La Identidad Deteriorada. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1993, p. 45, p. 52.

<sup>487</sup> Idem, p.70-79.

para pacificar os detentos, sensibilizando-os para o trabalho com crianças). O Projeto se chamava Projeto Férias Legais. Começou em 1997. A abertura foi com um passeio ao Horto de Dois Irmãos.

A DERE<sup>488</sup> cedeu apenas o material didático, tudo doação, ficou o outro ASP na parte da segurança e eu na parte pedagógica. Os presos eram monitores saíam pegando as crianças pelas mãos, explicando sobre os animais, serviam como guias (eram filhos, primos, irmãos, vizinhos). A escolta ficava em pontos estratégicos para não assustar ninguém nem constranger os visitantes, olhando de longe, armados, sem que ninguém percebesse, tudo foi muito descontraído, compraram lanche para as crianças, foi um piquenique e as crianças adoraram, até hoje mantemos o projeto de férias na PJPS. Tivemos mais de cem crianças em 2006, os presos fazem oficinas, brincam, ensinam artesanato, jogos, etc. (ASP -1) (Grifo nosso)

Depois do primeiro ano, o Projeto de férias deixou de existir em parceria com a Secretaria de Educação estadual, e foi mantido com a ajuda de vários parceiros, inclusive a Prefeitura de Caruaru, que em 2006 entrou com todo patrocínio. *“A idade das crianças que podem participar de projeto de férias, é de 4 a 12 anos e que sejam ligadas aos detentos: filhos, irmãos, sobrinhos, parentes, vizinhos, que tenham proximidade sanguínea ou afetiva com os presos”.* (ASP -1). O projeto de férias tem um papel importante na manutenção do vínculo familiar do preso com os seus filhos, na divisão de tarefas com a mulher e dá ao preso a sensação de pertencer a uma família.

Aí! O diretor me pegou pela palavra, ele topou e a gente conseguiu com a empresa de transportes Caruaruense um ônibus, conseguimos com outras empresas o fardamento para as crianças e para os detentos eram 75 crianças. (ASP-1). (grifo nosso)

O projeto de férias foi muito divulgado pela imprensa pela visita ao Horto de dois irmãos, e pelo comportamento exemplar dos presos e das crianças. Não ocorreu nenhum fato que comprometesse o sucesso da viagem. Outro aspecto ressaltado pela imprensa foi o comportamento

---

<sup>488</sup> A DERE (Departamento Regional de Educação) atual GRE (Gerência Regional de Educação).

discreto e o profissionalismo dos ASPs que mantiveram o controle da situação, sem criar nenhum desconforto para os visitantes do Horto de Dois Irmãos. Só se percebeu tratar-se de detentos com crianças, pela presença da imprensa no local.

## 5.7 PJPS: ALGUMAS HISTÓRIAS

Algumas histórias marcaram a administração da PJPS. Situações que chamaram a atenção da imprensa, da comunidade local e carcerária para a mudança de postura em relação aos detentos. Longe da indiferença com que o tema sempre foi tratado, as histórias mostravam a prisão de Caruaru como um espaço diferente, rompendo com a banalidade do tratamento desumano destinado aos encarcerados. As histórias que se seguem, ajudam a verificar que mesmo na prisão, é possível criar estratégias de sobrevivência, com inteligência, fraternidade e respeito à pessoa do prisioneiro, a seguir, destacamos alguns exemplos importantes:

### 5.7.1 Um Detento e o Vestibular

O fato mais comentado pela imprensa sobre a PJPS foi a aprovação de um detento no Vestibular da FAFICA<sup>489</sup>. Ninguém esperava que o caso tomasse aquela dimensão, aparecendo em todos os jornais importantes do Estado de Pernambuco, na Revista Isto É, na Rede Globo, em programas como NE TV, Jornal Nacional, Jornal da Globo e no domingo, no Fantástico.

Ele era um preso diferenciado, a história dele é que iniciou as mudanças de educação na PJPS. Ele era o único preso de classe média na PJPS, ele pegou uma pena muito alta, depois se descobriu que houve um erro jurídico, e foi corrigido sobre a situação dele. Ele não tinha o segundo grau e foi falar para fazer o supletivo, o que precisava para o supletivo era fazer a inscrição na DERE e depois requisitar que alguém viesse aplicar a prova na prisão. Tive que pedir permissão ao Juiz e ao Ministério Público para atender ao pedido dele. O Juiz permitiu que ele fizesse o teste do supletivo, quando ele passou no supletivo me pediu para fazer vestibular e eu novamente pedi autorização ao juiz que concedeu, ele passou no vestibular e o juiz autorizou fazer a matrícula do

---

<sup>489</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru.

detento. Quando começaram as aulas o juiz proibiu o detento de estudar, foi um desgaste muito grande, a imprensa caiu toda em cima. (Ex-coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo Nosso)

De acordo com os entrevistados, o fato é que o juiz talvez não acreditasse que o detento viesse a ser aprovado no vestibular. O problema da negação é que em regime fechado, o preso não pode sair para estudar. O equívoco do juiz foi não levar em conta que a PJPS era objeto de notícias, e o preso sendo aprovado provocaria uma celeuma com a imprensa e com movimentos de defesa dos Direitos Humanos.

O juiz havia errado, aí quando ele viu a merda que tinha feito, ele veio fazer um acordo comigo, e disse: eu permito que ele vá de noite para a faculdade, agora ele vai ter que entrar na sala de aula algemado, com dois agentes penitenciários, eu disse que eu não permitia porque era um constrangimento ilegal, não do detento, mas da turma e do professorado e ele ficou sem permitir. Isso rolou uns dois meses e o detento virou um pop star, eram duas ou três entrevistas de manhã, a mesma coisa de tarde, rádio, televisão e matérias nos jornais. Não se falava em outra coisa na cidade, apoios dos sindicatos, D.A.S das faculdades, grêmios estudantis, sindicatos, o MST, foi o assunto mais comentado da PJPS naquele período e o que maior difusão conseguiu. (Ex – Coordenador da Pastoral Carcerária). (grifo nosso)

Essa exposição criada com a divulgação do caso do detento foi a oportunidade para a direção aproveitar a divulgação para avançar mais, implantar outras medidas. Durante semanas este foi o assunto principal da cidade, chegando à mídia nacional, recebendo voto de apoio na câmara de deputados, da comissão de Direitos Humanos, através de pronunciamento da Deputada Estadual Luciana Santos.

Foi quando consegui construir a segunda sala de aula em parceria com o Estado, foi quando também a FAFICA rompeu o convênio com a Educação de Adultos porque o Governo do Estado havia tornado a Escola da Penitenciária: Escola Gregório Bezerra, um anexo da Escola Nicanor Souto Maior. O detento acabou conseguindo ter a sua pena revista, saiu da prisão, fez administração de empresa e engenharia civil em Recife e hoje está concluindo o seu curso de piloto de jato,

vive em João Pessoa, também trabalha com a noiva numa padaria durante a semana, sempre me liga e dá notícias, sempre acompanho a história dos detentos que buscam mudar de vida e sabem que terão meu apoio para recomeçarem. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Através desta história se observou a importância do apoio da comunidade, mas principalmente da família no trabalho que era realizado com os detentos. A prisão chamava a atenção, o caso ofereceu visibilidade, e a imprensa colocava o assunto como pauta especial, acompanhando de perto o dia-a-dia da prisão. Aspecto que nos remete as preocupações levantadas por Weber sobre a necessidade de se ter no governo acesso à tecnologia e aos meios de divulgação<sup>490</sup>.

O importante nesta história é que a mãe dele é viúva e a família dele é daquele tipo de família unida, a mãe era aquela galinhona que criou os filhos em baixo das asas e toda semana estava na penitenciária, ela era uma mulher extremamente tímida, baixinha, é dentista e criou os filhos com muita luta, aí aconteceu essa desgraça com o filho dela, ele era da aeronáutica e se envolveu num assalto e a vítima era filho de desembargador, foi condenado por tentativa de latrocínio. Ela trazia a família em peso para visitar o filho, assistiu aula no lugar dele para simbolizar seu protesto. Você percebia que em uma família estruturada poderia recolocar uma pessoa nos trilhos. Hoje ela mora em Portugal onde trabalha como dentista, a história dele prova porque a administração prisional tem que atuar junto à família do preso. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Esse caso funcionou para aumentar a auto-estima dos detentos. A aprovação do detento no vestibular criou uma onda de euforia para estudar entre os presos, como se pelo estudo se pudesse oferecer um novo sentido à vida na cadeia. A situação criou um terreno fértil para que a direção começasse a implantar o projeto político-pedagógico. A gente se lembra da briga com o juiz para ele estudar, ele era um menino bacana, morava no refeitório, era muito amigo e a família dele trazia comida gostosa ele dividia

---

<sup>490</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 54.

com a gente e ele trabalhava na enfermaria. (Grupo Focal-presos) (grifo nosso)

A partir deste caso, o estudo passou a ocupar um papel especial na vida do preso, levando o Juiz da Execução Penal a considerar a remissão de pena pelo estudo, tendo em vista a impossibilidade de se garantir trabalho para todos os presos. Razão que motivou a massa carcerária voltar para a escola. Na PJPS, com essa experiência, a direção apostava nas reflexões freirianas. Era possível implantar a proposta do Bispo Diocesano Dom Costa, no estímulo ao preso de romper com a prisionalização, estimulando seu desejo de ser mais. E para ser mais, no sentido de realizar a sua vocação ontológica de ser sujeito, é necessário que ele transforme a realidade e que não se adapte a ela<sup>491</sup>. À medida que o homem transforma as relações e os ambientes, transforma a si mesmo, porque não é um ser limitado e poderá se integrar pelas ações que realiza e pela consciência que tem delas.

### 5.7.2 A Prisão Jaime Amorim Líder do MST

A prisão de Jaime Amorim, líder do MST<sup>492</sup>, em Pernambuco, foi amplamente divulgada na imprensa nacional e internacional. É o representante mais conhecido do MST na Região Nordeste. Em agosto de 1998 teve a sua prisão decretada pelo juiz da comarca de São Bento do Una e, muitas organizações não - governamentais e outras lideranças do MST temiam que ele fosse colocado em qualquer prisão de Pernambuco, e fosse assassinado por encomenda. A criminalização dos membros dos movimentos sociais mais contestadores tem sido uma forma de tentar frear seu processo de luta<sup>493</sup>.

Após algumas negociações, que envolveram entidades como OAB, Pastoral da Terra e CUT, negociou-se que Jaime Amorim seria levado para a PJPS. Ele ficou durante sessenta e seis horas na unidade prisional. Durante esse período a PJPS foi visitada por representantes de várias entidades de

---

<sup>491</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 6ª e. Rio de Janeiro: Coleção Leitura, Paz e Terra, 2002, 57.

<sup>492</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

<sup>493</sup> HAMMES, Roque. **Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.76.

Direitos Humanos, deputados federais e estaduais, entre outras autoridades. Em entrevista à imprensa o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco explicava sua discordância da postura da decisão do juiz de São Bento do Una. O fato ocupou as principais páginas do Diário de Pernambuco e do Jornal do commercio de 21 a 25 de agosto de 1998.

Enquanto esperava a sua liberação o representante do movimento Sem Terra fez palestras com os presos, explicou a importância da reforma agrária para os camponeses, distribuiu bonés com os detentos e em conversa com o diretor da penitenciária especulou sobre a possibilidade de um convênio entre o Movimento Sem Terra e a Pastoral Carcerária, para a realização de alguns cursos profissionalizantes.

Eu lembro dos comentários na faculdade, no Café Rio Branco, na Rua da Matriz, e as pessoas diziam que era melhor tirar aquele cara de lá, o Jaime Amorim da prisão, porque se ele tinha competência para comandar aquele monte de gente que nem era habituada ao confronto com os militares nas ocupações, imagina se ele começasse a organizar a bandidagem. Só sei de uma coisa, todo mundo simpatizou demais com o cara, ele sabe falar muito bem, esclarecer, quando ele saiu se despediu dos presos, antes ele falou da reforma agrária. Tem até uma foto na entrada da sala da direção dos presos no refeitório, todos de boné com o Jaime Amorim. (Professor – 2) (Grifo nosso)

O representante do MST circulou com facilidade pela unidade prisional, até a revogação da sua prisão. Segundo boatos que correram na época, percebeu-se que mantê-lo na prisão seria outro problema. Ele em poucas horas já tinha a simpatia dos presos e conseguiu modificar a visão preconceituosa que a maioria deles tinha sobre o MST. E o Estado não estava interessado nos “possíveis convênios” que pudessem ser celebrados entre presos e o MST. Divulgaram boatos e considerações dos “perigos políticos” que poderia significar sua permanência na prisão, ressurgindo as neuroses sobre segurança pública, como se essa aproximação entre o MST e os detentos viesse a produzir uma associação perigosa e criminosa. Estes boatos se assentavam tanto no estigma de marginais dos prisioneiros, como na estigmatização dos membros do MST como baderneiros e agitadores para justificar sua criminalização.

### 5.7.3 O Coral e a Música na PJPS

Enquanto as ações da direção e dos ASPs visavam valores e objetivos, nos voluntários encontramos a ação social sustentada no afeto. Na PJPS a arte e a ludicidade chegaram com o projeto de uma voluntária ligada ao teatro na cidade<sup>494</sup>. Resolveu trabalhar com os detentos, desenvolvendo o seu trabalho a partir das várias situações que a arte poderia criar para trabalhar a sensibilidade dos detentos: Música e teatro: carro chefe do seu trabalho, mas quando não estava desenvolvendo algum trabalho específico, conversava com os presos sobre seus problemas, apoiava as suas famílias e era intermediária nos problemas afetivos que tinham com as suas mulheres, com seu jeito hippie e despojado, levava tudo na brincadeira, amenizava os climas de tensões entre os presos também.

Comecei a fazer teatro no TEA<sup>495</sup> com Arari Marrocos e Argemiro Paschoal, Eles abrem as portas para todo mundo que quer fazer teatro em Caruaru. Eu tinha a imagem sobre a prisão que a televisão e o rádio passavam, morria de medo, isso até 1996, nas festas da criança, eu estava na praça Chico Porto em Caruaru. Eu fazia a coruja na peça que apresentamos na PJPS e se chamava Meu to Lenhador, o texto era de Cláudio Soares e Zaccara Garcia. Comecei com medo, durante algum tempo me chamavam de Tia Coruja. Sempre falava de liberdade durante os espetáculos, sempre foi legal. Cheguei com a linguagem do sapo: Oi, oi. Cumprimentei todos os presos com essa linguagem. (Voluntária-1) (Grifo nosso)

A voluntária narrou que no começo do seu trabalho os presos queriam chocá-la, que a testavam, falavam sobre drogas, situações de agressões que as drogas poderiam provocar. Afirmou que de crimes eles não falavam.

Falar de delito é coisa de otário é código de honra deles. Eu reagi trazendo matérias sobre homicidas, consumidores de drogas, delinquentes e li para eles e me coloquei a disposição

---

<sup>494</sup> Os depoimentos da voluntária em arte na PJPS, foram retirados de sua entrevista para o livro escrito com Guilherme Azevedo sobre as mulheres dos presos. A razão é que quando começamos a realizar o trabalho de campo, ela já havia falecido.

<sup>495</sup> Teatro de Amadores de Caruaru.

para conversar com eles, depois de um certo tempo eles passaram a querer conversar. (Voluntária - 1)

Explicou que os detentos a adotaram como mãe e que essa relação é fruto da ausência das mulheres na vida deles. Ela estava lá todos os dias, o que fazia com que eles a vissem assim.

Quando eles estão com depressão, histeria ou mesmo doentes eu chego com carinho, dou um copo com leite, ouço os dramas, faço um carinho e boto pra dormir. Com o tempo você acostuma, vou a todas as áreas da Penitenciária, os presos mais antigos mostram pros mais novos que sou de confiança e os mais recentes querem esta afinidade comigo. Assisto a eles e as famílias com carinho. São muitos cuimentos, tanto eles quanto elas. O medo da traição é comum, quando eles brigam aconselho um afastamento temporário. Muitas vezes elas têm razão, tem detento que tem duas ou três mulheres, elas sofrem muito. As dificuldades foram muitas, no presídio é preciso ter confiança, que confiança é uma questão de segurança, é preciso trabalhar com os agentes, os nossos trabalhos só funcionam se tivermos em sintonia. (Voluntária - 1) (Grifo nosso)

Sobre a montagem das apresentações nos afirmou que a maior dificuldade foi a disciplina, que os presos não queriam fazer nada de graça, porque tudo na prisão tem um preço.

Querem a revisão da pena, ou mesmo dinheiro. Levou tempo até conseguir mostrar pra eles que na arte o nosso capital é a emoção, entender todas as falas do texto, é o nosso capital. Vesti-los de mulher foi muito difícil também, conversava com eles que não havia problema de um homem de verdade se vestir de mulher, era até uma expressão de coragem. Não foi fácil às vezes entrava na penitenciária de manhã e só saía à noite. Hoje tenho outra visão da vida, não sou mais a pessoa de antes, encaro o amor de forma mais profunda. Vejo às vezes um detento com uma pena alta e uma mulher se matando por ele. Vale a pena, o amor pode mudar a vida, é bom ser bom.(Voluntária - 1) (Grifo nosso)

Explicou que a idéia da formação de um coral nasceu do Projeto de Férias com o Professor Virgílio Barbosa, quando fez a divisão de vezes. Só que depois iria fazer um intercâmbio fora do país e não pôde continuar o trabalho. O tempo que um voluntário passa numa unidade prisional torna-o

vulnerável, pois é preciso algum tempo para conhecer o funcionamento das relações.

Aí com a chegada de um preso que veio transferido de um presídio de Recife, nós demos continuidade. O preso é músico fez quatro anos de conservatório, entende de música, ler partitura. “Do dinheiro de oficineiro que ganhei trabalhando no Projeto de Férias comprei um atabaque, um afoxé e fomos fazendo pagode para descobrir as vozes, aí surgiu o coral”. O Coral é um trabalho com muita participação. As músicas são escolhidas pelos próprios detentos. Comecei com teatro, mas como a comunidade é flutuante era difícil manter um texto. Fazia exercícios de esquetes, improvisação, jogral, a música estava sempre presente. (Voluntária-1) (Grifo nosso)

O diretor apoiou o grupo que excursionou por Palmares, Canhotinho, Pesqueira, Arcoverde, Aníbal Bruno, PAI (Itamaracá), Barreto Campelo. Fizeram recital: *“soltando-se pela voz”* na Igreja, Maria Goreth, em Caruaru. Apresentaram-se na Faculdade de Direito e na FAFICA, na formatura dos alunos da PJPS, e na entrega do Título de cidadão de Caruaru ao Bispo Dom Costa. Sua mais importante apresentação foi no encontro internacional de teatro realizado no Centro de Convenções em Olinda.

Eles me tratavam como uma mãe amiga, que canta que diz que eles são belos, inteligentes que levanta a moral. Meu desejo é que eles voltem totalmente recuperados, fico feliz porque muitos saem e andam na vida. Muitos que saíram daqui hoje são cidadãos, tem um na fundação de cultura, outro está na suíça, muitos estão trabalhando e cuidando de suas famílias. Isso me deixa feliz. (Voluntária - 1) (Grifo nosso)

Ela era amiga dos presos, o afeto mediava à relação. *Quando ela tava cansada dormia em uma das celas de um preso antigo, ela roncava e ele ficava na frente da grade tomando conta dela enquanto dormia. Ela visitava os presos, trazia caderno, trabalhava com teatro, com música e com a quadrilha.* (Representante da Pastoral Carcerária-3)

Ela era desenrolada e brigona, os PMs encrencavam com ela. Quando ela teve apoio da pastoral e da direção ela fundou o coral, foi através do coral que fizemos alguns passeios: a excursão para as penitenciárias de Pernambuco e foi preciso

o diretor confiar na gente para a gente poder viajar com o coral. Visitamos o palácio do governo, centro de convenções, visitamos o Palácio do Bispo em Caruaru para cantar no natal, Barreto Campelo, Aníbal Bruno, PAI, etc. E depois que a gente apareceu no Fantástico era convite pra todo lado. (Grupo focal – Presos) (Grifo nosso)

Uma das reflexões que a voluntária gostava de fazer era sobre a necessidade olhar a vida na prisão, não apenas como produtora da marginalidade. Atentava para a facilidade de se sucumbir às imagens que são fornecidas pelos meios de comunicação e de se colocar todos os presidiários como perigosos e irrecuperáveis. *A sociedade muitas vezes acha que o apenado é um cão sem dono, que ninguém o ama. Ele é amado, tem mulher, mãe, filhos, ele é um ser igual a todo mundo.* (Voluntária – 1)

De acordo com os entrevistados, o coral havia passado por duas formações. Era difícil manter o mesmo grupo, porque a população carcerária é flutuante. E sempre que saía alguém, tinha que ser substituído. E outra questão revelada pelos presos era a pressão intrapenitenciária, natural do mundo da cadeia, que questionava a virilidade e a posição de poder do preso na cadeia, principalmente na posição da hierarquia interna.

E tinha outra coisa, quando a gente chegava pra cantar em outra cadeia, pegava mal, os caras diziam: preso de tantos anos de cadeia vestido igualzinho, de roupinha de São João colorida, era o maior comentário. Perguntava pra gente, como é meu irmão, que um assaltante, um matador vai se vestir desse jeito? Ai os presos ficavam querendo sair e quando souberam nas outras unidades que a gente se vestia de mulher? Um matador vestido de mulher? Ai que tinha cobrança (Grupo Focal- Presos). (grifo nosso)

Uma ASP relatou que a convivência com aquele modelo de gestão foi modificando a sua visão sobre segurança. Que as viagens com o coral quebravam a sua visão rígida e ao mesmo tempo assimilava as propostas, e começava a compreender que segurança não era somente armas, munição, força. Mas, era principalmente confiança.

Quando o diretor resolveu levar o coral para se apresentar em Recife, na loja maçônica, na academia de letras, que era a posse de Dr. Adeildo Nunes lá, ele solicitou a presença do

coral e o diretor deixou tudo programado com a PM, escolta, tudo certo. Na última hora chegou um ônibus comum e a PM não veio e não dava para levar os presos sem escolta. O diretor ligou para os agentes e ninguém quis levar, foi quando ele resolveu ligar para mim. Ele sabia que eu era doida, e ele disse: Tu assume a chefia e aqui na volta a gente resolve. Quando eu falei com os agentes que iria sozinha eles resolveram me acompanhar, deu tudo certo, o coral se apresentou e foi o maior sucesso, não teve nenhum problema, mas sempre foi assim, toda saída do coral era o maior stress da escolta. (ASP - 1) (Grifo nosso)

No depoimento a ASP contou que a maior preocupação era a escolta, mas, que apesar disso, não deixavam de fazer o que tinham que fazer: levar o coral aonde ele tivesse que se apresentar. O fim do Coral ocorreu com a fuga de dois presos durante um ensaio. Fato narrado pelos entrevistados: presos, professores, técnicos e amigos da voluntária, sendo esta uma das razões que “afastou” a voluntária da PJPS.

Teve o fato de aqui na PJPS durante o ensaio do coral ter ocorrido uma fuga de dois presos pelo buraco do ar condicionado e a voluntária ter sido responsabilizada, eu mesmo tive que dar depoimento, eu desci para entregar alguma coisa para o agente quando vi, só foi o tiro para cima e disseram que eu também estava envolvido, a polícia pressionou demais, a maioria dos presos antigos já tinham saído do coral, ela não teve nada com aquela fuga, pena que ela morreu sem poder provar isso. (Grupo Focal-Presos) (Grifo nosso)

Os presos falaram da voluntária com sentimento e afeição. Negam qualquer envolvimento da voluntária na fuga dos detentos. *“Falar dela é um orgulho, ela aconselhava: “mas bicho, se não dá certo assim, tenta de outro jeito”, era prá frente não atrasava ninguém, não tinha preconceito, ouvia todo mundo, não queria saber da bronca de ninguém, quem procurava ela, ela servia”.* (Grupo Focal - Presos)

Para a maior parte dos agentes de segurança, ela (a voluntária) seria a responsável direta pela fuga. De todos os eventos que envolveram os voluntários ou a sociedade civil lá dentro, este foi o mais reprovado por todo grupo. A posição dos ASPs era diferente da opinião do resto dos atores sociais, naquele episódio.

Fiquei com medo que a mesma coisa acontecesse comigo. O que aconteceu com ela, ser responsabilizada por uma fuga mexe comigo, uma pessoa na idade dela, com um problema de saúde grave, você sabe que ela passou duas vezes da fila do transplante para duas pessoas que ela achava que precisavam mais que ela. Sei lá! Fico triste, não era tão próxima dela, mas imagino como ela ficou. (Representante da Sociedade Civil Organizada – 2) (Grifo nosso)

A prisão é um ambiente de segurança, um espaço de controle, e com as fugas o coral foi desfeito. O paradigma da segurança se sobrepõe nestes momentos, porque estas são situações objetivas onde qualquer voluntário pode se envolver, ser enredado nos objetivos imediatos dos presos. A prisão como instituição total necessita responsabilizar os indivíduos por condutas reprováveis, sejam internos ou não, para a garantia do controle e o retorno aos seus fins principais, a vigilância e a disciplina: Tudo o mais é secundário. Assim, tanto em Ervin Gofman (2005), como em Augusto Thompson (2000) observamos a expectativa da instituição em relação aos grupos na prisão e no que se refere ao seu papel e à sua “função social”. As questões de segurança não dizem respeito aos terapeutas e voluntários desde que não contribuam para a facilitação da quebra da segurança ou da disciplina.

O papel do voluntário dentro de qualquer unidade prisional não é claramente definido, o que pode fazer com que tenham uma conduta de “aprisionamento”, podendo passar a viver em um mundo parecido com o dos prisioneiros. A hipótese de sua responsabilização leva em conta que muitas pessoas são sozinhas, desarticuladas de uma vida pessoal, e que passam a ter um trânsito de muita proximidade com os presos e com os seus familiares, criando um poder de interferência de fora da prisão.

A gente compra o sentimento do outro, a gente entra dentro da lógica deles que é diferente da lógica da gente. Quando a pessoa se aproxima demais daquela realidade, se não tiver cautela é esmagado, nada foi provado contra ela e ela passou recibo, quando não lutou pra preservar a condição dela. Existe a hipótese de que ela tenha se enredado, porque a lógica daquele lugar não é fugir? Ela foi muito importante, ninguém pode deixar de reconhecer isso. (Representante Imprensa na Pastoral Carcerária – 2) (Grifo nosso)

A polícia, a direção, os ASPs, os professores, os advogados, têm um papel específico nas prisões. Menos os voluntários. Eles são muito vulneráveis, algumas situações podem colocá-los em situações perigosas na prisão, e se já existe uma oposição a esse trabalho, fatos como fugas, são munções importantes para retirar estas pessoas de dentro das unidades prisionais. A desconfiança entre os sujeitos em instituições totais resulta na instabilidade das relações sociais entre os variados atores no interior das instituições<sup>496</sup>.

---

<sup>496</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 35.

## CAPÍTULO 6

### EMBATES E INTERAÇÕES: Governo, Sociedade e Prisão

---

Dentro da PJPS e no Governo Estado de PE, transitaram sujeitos das mais variadas motivações e sentidos: técnicos, executivos, burocratas, libertários, românticos e voluntários. Profissionais competentes e pessoas sem muita clareza do que faziam naquela instituição, executando políticas de segurança e ressocialização. O que teria Max Weber com essa realidade?

Weber produziu uma obra densa e diversa, relacionando questões metodológicas e históricas de múltiplos temas, preocupou-se em não estabelecer determinismos causais, chamou a atenção para a compreensão dos valores na organização da vida social. A relação entre a ciência e a política é o eixo central da sua reflexão, e o tipo ideal é o recurso metodológico, para compreender relações causais de um conjunto de fenômenos<sup>497</sup>. O foco deste trabalho é a relação. São elas que permitem perceber como cada sujeito se posiciona e o peso dos valores e das crenças nas ações que realizam. São os valores e as motivações que podem produzir cooperação ou boicote.

A história aqui narrada tem o foco das relações, dos consensos e conflitos construídos por sujeitos variados nesse espaço estatal que é a prisão. A complexidade dessas relações estão ligadas aos papéis determinados aos grupos, a rotinização e como esses atores sociais agiam e se posicionavam nesse cenário de burocracia, mais também de protagonismo dos sujeitos envolvidos.

Neste capítulo, destaca-se a participação de membros do Governo Arraes, que possuíam relação com a defesa dos Direitos Humanos e que abriram espaço na PJPS e no HCTP<sup>498</sup> para uma gestão alternativa na prisão

---

<sup>497</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações**. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 33.

<sup>498</sup> A partir de agora para designar Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Pernambuco será utilizada a sigla HCTP.

em Pernambuco. Basearam tais apoios numa postura de respeito aos Direitos Humanos, em um governo que enfrentou inúmeras dificuldades no âmbito da segurança pública do Estado<sup>499</sup>. Tal postura se refletiu nas ações do Secretário de Justiça e Cidadania<sup>500</sup>, que estabeleceu uma relação de proximidade com a direção da PJPS e do HCTP.

A aproximação com a equipe de governo de Miguel Arraes fez do diretor da PJPS, articulador e mediador do Sistema Penitenciário, especializando-se no gerenciamento de crises. Razão da participação de representantes do governo, na condição de informantes na pesquisa. Nesse capítulo, analisamos os confrontos e as interações com o governo de Jarbas Vasconcelos, as tensões e interesses políticos regionais, as interações e os conflitos na implantação do Projeto Pedagógico e na garantia do Acesso à Justiça na PJPS.

## 6.1 INTERAÇÕES E CONFLITOS NO GOVERNO ARRAES

As interações e os conflitos permearam a participação da direção da PJPS nas relações com o governo do Estado, a dimensão tomada pelos feitos da gestão da Pastoral Carcerária, levou o Governo de Jarbas Vasconcelos a manter o diretor no cargo. A interação com o governo do Estado fortaleceu a figura do diretor. Sua transformação em funcionário, o distanciou da imagem da Pastoral Carcerária.

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que assume o papel de responsável por etapas ou processos do projeto em andamento<sup>501</sup>.

Na equipe do governo de Arraes, estavam militantes históricos da luta contra a ditadura militar de 64, ligados à cúpula da Secretaria de Justiça

---

<sup>499</sup> Motins, rebeliões e dificuldades para garantir o custeio do Sistema Penitenciário, além do boicote do Governo Fernando Henrique Cardoso. Questões que não serão aprofundadas por não constituírem o nosso objeto de estudo.

<sup>500</sup> Roberto Franca.

<sup>501</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 36.

e Cidadania, militantes de Direitos Humanos, ligados à figura carismática do governador. Selecionamos duas pessoas daquele governo para a pesquisa. A ex-diretora do HCTP<sup>502</sup> e a Secretária Adjunta de Justiça e Cidadania. O objetivo da seleção das informantes foi apresentar a única experiência de gestão partilhada no governo de Pernambuco na área da segurança pública. Experiência denominada de Conselho de Gerentes, espaço onde a diretora do HCTP e o diretor da PJPS foram atores centrais.

Eu fui embora para São Paulo, eu fui ligada ao movimento Estudantil, lutei contra a ditadura, convivi com muita gente que foi assassinada ou desaparecida no regime militar. Meu cunhado foi morto, Cabo Anselmo veio para Pernambuco para matar ele, aquele episódio de Goiana. Nesse tempo eu não tinha entrado na universidade ainda, tive que fugir daqui porque o meu primeiro companheiro estava cassado e a gente viveu três anos na clandestinidade. Antes de completar os três anos ele foi preso, eu voltei para o Recife e fiz vestibular de medicina. Terminei o curso e fui fazer residência em São Paulo. Aí eu comecei a ser procurada, alguns colegas, que sabiam do meu envolvimento político, indicavam pessoas que estavam exiladas no Brasil de vários lugares da América Latina e que haviam sofrido tortura, principalmente no Uruguai e na Argentina. Terminei a residência e fui trabalhar onde? Fui para o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo. Aí esperamos por Arraes voltar e ele voltou. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

Em São Paulo, a entrevistada foi perita no Hospital Manicômio Judiciário, voltou para o Recife, ficou por três anos, depois foi morar na Austrália, passou sete anos atendendo casos de tortura.

Como eu tinha experiência acabaram me convidando para abrir um espaço para atender refugiados políticos que haviam sofrido tortura, o espaço ficou uma referência lá. Tinha gente do Timor – Leste, do mundo inteiro porque a Austrália recebia refugiados tanto da direita como da esquerda, aí tinha o pessoal da Tchecoslováquia, da Polônia, do Chile, do Uruguai e a gente fez um trabalho lá, foi uma experiência fundamental na minha vida, depois por motivos pessoais, voltamos para o Recife, foi quando eu entrei no Tortura Nunca Mais, antes de

---

<sup>502</sup> Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Arraes entrar, por 92. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

Roberto Franca (Secretário de Justiça e Cidadania) entrou no Governo de Arraes em 1994, o reencontro da entrevistada com o Secretário de Justiça ocorreu no seminário sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. O encontro resultou em um convite para criar um programa para atender as vítimas de Tortura. Proposta confirmada pela Secretária Adjunta de Governo. Porém, o seu trabalho com o governo Arraes, não teria relação com a proposta inicial de trabalhar com vítimas de tortura.

Aí um belo dia, Roberto Franca me disse: Você não quer dar uma olhada no HCTP que é o Manicômio Judiciário de Pernambuco, que tá uma bagunça, tá um desastre. Eu sou médica sanitaria, além de ser psiquiatra, aí eu fui e disse: Roberto Franca: "Se você não fechar, não interditar eu interdito. Primeiro porque sou psiquiatra e o que estão fazendo é um desrespeito aos seres humanos que estão lá! São todos doidos e como sanitaria eu interdito. Também, que aquilo ali está caindo aos pedaços, e por ser de uma comissão de direitos humanos eu denuncio você, se você não fizer alguma coisa". Então ele disse, não tem problema você dirige, arrume! Aí eu disse, estou lascada! (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

No HCTP, a entrevistada realizou planejamento familiar baseado em orientações sobre DST/AIDS: no atendimento aos idosos, no trabalho lúdico e na sensibilização dos ASPs. A sua gestão no manicômio do Estado, apresenta coincidências com a administração da PJP. Existia sintonia entre as direções, resguardando-se as especificidades das unidades prisionais comandadas.

Foi um paraíso, a gente conseguiu fazer muitas coisas boas ali. Quando eu cheguei lá, tinha uma coisa de mulher ficar grávida, tinha o grupo de homens e mulheres e ficava aberto e pegavam as doidinhas. Acho que todo mundo tem direito à vida sexual numa boa, mas vamos planejar isso. Assim, perguntei, quem são os namorados aqui? Regulamentei que só depois de três meses de convivência podia ser considerado namorado, que eles ficavam trocando, e quem trocar não tem direito a entrar para o grupo do planejamento familiar. No grupo tinha orientação de DST/AIDS, todo mundo

sabia usar camisinha, tinha treinamento, a gente fez um espaço para as pessoas que já eram casais. As casadas para terem seus relacionamentos e para terem as suas visitas íntimas, tinha uma suíte para os doidos e com o juiz criamos um sistema de alta progressiva. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo Nosso)

Também no HCTP ocorreu a rotinização da direção. A imposição de regulamentos e normas, com vistas a objetivos e valores, ocorreu com a racionalização das ações dos sujeitos<sup>503</sup>. No manicômio o preso é discriminado por ser louco. A direção fazia todas as festas e comemorações do calendário para reduzir o estigma e aumentar auto-estima dos prisioneiros (as): São João, Carnaval, Natal, festival de música e de artes. Havia um pavilhão que estava abandonado e a direção chamou os internos. Entre eles existiam alguns pedreiros e a diretora os convidou para melhorar o ambiente. Também conseguiu realizar parceria com uma fábrica de tintas, e o espaço foi destinado aos velhinhos, passando a se chamar Pavilhão São José. Era importante proteger os idosos, porque os loucos durante as crises atacavam os mais velhos.

As mulheres faziam confusão com a indefinição de parceiros. Ocorriam brigas de casal por ciúmes obrigando a diretora do manicômio a regulamentar o planejamento familiar, com os casais estáveis nos seus relacionamentos. No HCTP, os internos são misturados: homens e mulheres no mesmo espaço. Uma importante ação da direção foi implantar o sistema de alta progressiva para internos mais antigos.

A alta progressiva também foi uma novidade. Não existia, a gente fez um acordo com o Juiz, ele sempre foi muito presente, sempre visitou as unidades. Uma pessoa excelente e presente. E a gente chegava e fazia uma audiência com ele e com a equipe técnica. Sem o preso. A gente fazia a proposta. A gente queria experimentar se ele poderia ir embora, passar um tempo em casa. Aí começava, um dia em casa, depois uma semana, depois quinze dias, depois um mês, depois ele só vinha buscar os medicamentos e depois de um certo tempo estava liberado. Tinha alta definitiva,

---

<sup>503</sup> WEBER, Ma.x. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh-Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 273.

poderia ir embora para casa. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

A Secretária Adjunta de Justiça do governo Arraes relatou que a história de vida da ex-diretora do HCTP a credenciava para o exercício do cargo e que as mudanças, operadas no HCTP e na PJPS, tinham total apoio da cúpula da Secretaria de Justiça.

A gente fez acordo com as prefeituras de algumas cidades do interior através das secretarias de saúde para manter as medicações deles, porque se eles não tivessem a medicação iriam piorar de novo. Isso foi um avanço muito grande, foi tão importante que a gente realizou o primeiro Encontro de Manicômios Judiciários no Brasil. Realizamos em Vitória, foram pra lá discutir que os manicômios eram para manter eternamente as pessoas. Tinha gente lá porque tinha roubado, porque tinha jogado uma pedra no carro do delegado e tava preso lá pelos menos há dez anos. Na gestão de Roberto Franca a gente ainda fez três encontros desses. Eu conheci o diretor da PJPS porque Roberto Franca disse que iria botar uma pessoa da Pastoral Carcerária. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo Nosso)

A preocupação de Roberto Franca e da sua adjunta era ampliar as atenções para as prisões. Prestava-se atenção para o Sistema de Justiça, e o Sistema Penitenciário era um adendo complicado na Segurança pública. As experiências de Caruaru e do HCTP convidavam para um novo olhar sobre a gestão de prisões em Pernambuco.

A nossa preocupação era trabalhar com os meios que a gente tinha. O que fazer para humanizar. Fazer um trabalho de ressocialização no sistema penitenciário. Roberto Franca pensava assim: trazer pessoas que tivessem uma história, uma experiência e tivessem atrás de si uma instituição, uma entidade que desse e tivesse credibilidade para isso. No caso da diretora do HCTP toda história dela já a credibilizava para o trabalho e no caso de Caruaru, a gente já vinha de olho no coordenador da Pastoral Carcerária. Independente disso, ele já tinha um trabalho como médico, como voluntário e houve uma indicação da Pastoral Carcerária de que ele teria interesse em comandar a PJPS. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

A interferência do Governador Miguel Arraes, na escolha das direções de prisões, era apenas de perguntar à sua equipe de governo, se conheciam a história, o passado, não fazia restrições aos nomes. Deveria ser respeitado o critério da história das pessoas. A relação com os fornecedores era a principal preocupação que governador deixava transparecer. O cuidado com as compras do Estado revelava o medo que ele tinha da corrupção. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça). *“A resistência aos nomes indicados, vinha dos militares. A resistência não ocorria apenas em relação ao diretor da PJPS, mas ao grupo político de Roberto Franca”.* (Ex-Secretária Adjunta de Justiça)

Os militares resistiam, na época estava na Polícia militar um aliado de Dr. Arraes e a gente começou a fazer um trabalho de conquista. Mais uma coisa ficou muito clara, no sistema Penitenciário, a PM só ficou na guarda externa. A gente teve muitos problemas com os ASPs, porque eram poucos, porque a gente tinha dificuldades para fazer concurso, mas eles (Os PMs) não entravam (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

De acordo com os entrevistados o Secretário de Justiça, Roberto Franca, sofreu muita pressão para que os militares assumissem as unidades prisionais: direção, guarda interna e externa. Mas foi uma decisão pessoal e política não aceitar. Havia um boicote realizado ao governo pela imprensa, pelos PMs e pela oposição. As crises nas unidades prisionais demoravam a ser contornadas. As soluções travavam na burocracia, expondo o governo ainda mais. Situação que levou a equipe de governo a discutir e instaurar um Conselho de Gerentes, que entre muitas atividades se qualificou pela participação na administração de crises.

Este boicote foi sempre permanente e a gente fazia as reuniões lá dentro do comando da polícia militar, um mês íamos lá e isso ia se quebrando, mas havia muita resistência. Franca foi uma indicação pessoal do governo Arraes, foi preso na Barreto Campelo. Quando Franca viajava e eu assumia, (eu era adjunta dele) eu tinha problemas quando tinha um motim, por exemplo, a imprensa tentava jogar e dizia: “como é que numa crise dessa o secretário está viajando? É a senhora que está respondendo? Eu dizia:”sou adjunta e o secretário não saiu porque iria ocorrer um motim”. A gente sentia que até os amigos queriam desbancar a gente.

Aí agente buscou uma estratégia com os gerentes, nessa altura já estavam a diretora do HCTP, o diretor da PJPS e o diretor da Barreto Campelo. Ele era sociólogo, pertencia ao corpo de bombeiros, uma pessoa de uma cabeça muito boa, esses eram os gerentes de maior liderança, eles e os outros se juntaram para ajudar a gente nestes momentos. Aí nos momentos de conflitos, primeiro a gente pegava os gerentes. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

O Secretário de Justiça nomeou uma mulher para ser Superintendente do Sistema Penitenciário: Teresa Sá Leitão. Antes dela só militares haviam ocupado o cargo.

Era uma mulher no Sistema Penitenciário dando ordens a um monte de militar. Ela não tinha essa consciência não! O colegiado era uma forma de reforçar o poder dela. A coisa pulava etapas e já chegava para ela depois de discutida e analisada. Furava a burocracia (Ex-Coordenador da Carcerária).

Essa quebra de hierarquia irritava parte dos funcionários do governo do Estado que respondiam com boicote aos diretores que fugiam dos esquemas tradicionais. O conselho equilibrou a tensão entre a burocracia e o carisma, numa perspectiva colegiada das decisões.

Ela (a presidente da SUSIPE) era uma pessoa boa, mas a gente, resolveu o seguinte: era muito complicado quando ocorria alguma coisa na unidade, resolver fácil, porque tinha aquela coisa da hierarquia. Tinha que mobilizar todo o sistema, era complicado. Aí eu e o diretor da PJPS pensamos: “vamos fazer um conselho de gerentes” e aí quem vai levar essa proposta para Roberto Franca? Aí eu disse: “Eu levo a proposta para Roberto Franca”. Aí ele disse: “Tudo bem, mas no dia que vocês oficializarem isso eu acabo”. Isso era na verdade um grande colegiado, a gente discutia ali coisas que os gerentes sofriam naquele momento, como resolver os problemas. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

O projeto político do Conselho de Gerentes foi garantir uma visão de totalidade do Sistema para os diretores de unidades. O diretor de uma unidade distante ouvia e participava do debate dos problemas da Barreto Campelo, do Aníbal Bruno. *“Ele começava a ter uma visão do sistema, tirava*

*a visão do umbigo da unidade, o conselho criou esse paradigma que era muito forte”. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária - 1).*

A gente achou importante na época, era uma forma de socializar os problemas, mas principalmente que houvesse uma ingerência deles. Como eles (os diretores da PJPS, do HCTP e da Barreto Campelo) eram envolvidos com a defesa dos direitos humanos, iam contaminando os outros, tinham uma forma diferente de ver os problemas e encontrar soluções. Os outros gerentes eram pessoas muito boas mais tinham uma visão estreita. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça). (grifo nosso).

O Conselho de Gerentes funcionava da seguinte forma: se houvesse um problema em uma unidade, os diretores entravam em contato com o vizinho que poderia resolver ou ajudar a resolver o problema. Os administradores das unidades ganhavam mais autonomia e as práticas educativas, foram disseminadas com a aquiescência dos diretores. O Conselho dos Gerentes desburocratizava as transferências de presos, os diretores combinavam ações conjuntas e pediam apoio. A relação não era tão tranqüila, e a proximidade de alguns diretores com o a alta hierarquia da segurança pública provocava ciúme e disputa com diretores de unidades.

Às vezes tinha um preso dando trabalho e alguém dizia: “vamos mandar para o HCTP porque tá doido”, e não era porque tava doido não. Era porque era mais fácil de fugir: só tinha oito guaritas, das quais só duas funcionavam, então o que se fugia de doido era uma coisa impressionante. Eu ia de carro atrás dos doidos que fugiam, os que eram doidos mesmo, eu ia de carro e conseguia pegar, dizia: “venha cá, entre aqui”. Outros que não eram doidos e iam lá só para fugir né! pronto! (Ex-direção do HCTP e Representante da ACAT – Brasil) (Grifo nosso)

Havia um pacto entre os membros do conselho de não encaminhar detentos sem uma prévia consulta ao colega, sem uma explicação da razão da transferência dos presos. “O triângulo das bermudas começou aí, nequinho não podia mais chegar e mandar um preso prá tal canto”. (Representante da Pastoral Carcerária - 1)

Para Max Weber a ação colegiada se constitui na forma de equilibrar as relações entre o carisma e a burocracia, fazendo com que o predomínio de um, não signifique a repressão do outro<sup>504</sup>.

O sistema colegiado se caracteriza quando pessoas com direitos iguais atuam ao lado dos detentores de mando, como instâncias de adiamento ou cassação de suas deliberações ou quando estas são promulgadas após conferências com outros membros, formalmente equiparados ou em votações prévias, que são realizadas a partir da cooperação da maioria de um grupo de indivíduos que tomam decisões, levando em conta o princípio da unanimidade ou majoritário, em que a divergência de opiniões, em assuntos importantes, tem por consequência a ruptura do colégio pela saída de alguns, pondo-se assim em perigo a posição do senhor monocrático<sup>505</sup>.

Max Weber define dois tipos de colegialidades. Na primeira, denominada de consultiva, o senhor ou o governante mantém o colégio em função da tradição e dos estatutos. No entanto, com funções meramente consultivas ou de aconselhamento. Há um segundo tipo, denominada de específica que ocorre quando a autoridade confia na preparação dos assuntos de sua competência aos especialistas. Todos discutem e decidem coletivamente, por meio de votação e o resultado é apresentado ao senhor para que ele decida. A segunda opção para Max Weber é a alternativa ao poder autocrático<sup>506</sup>. Weber acredita que é possível o estabelecimento de normas que regulem a vida das pessoas sem desconsiderá-las. O princípio de formação da vontade no colegiado é a unanimidade e o majoritário. “A colegialidade persiste enquanto seja necessária a cooperação de todos para se chegar a disposições legítimas”<sup>507</sup>.

Weber reconhece que a colegialidade tem os seus limites, pode não ser especificamente democrática. Porém, ela permite uma maior flexibilidade das relações administrativas e nas divisões de responsabilidades entre os

---

<sup>504</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh - Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 183.

<sup>505</sup> Idem, p. 184.

<sup>506</sup> Idem, ibidem, p. 186.

<sup>507</sup> Ibidem, Ibidem, p. 214.

atores sociais. *“A colegialidade deve ser entendida como ligada, também, à dominação, com a diferença, porém de que é formada por autoridades que administram ou influenciam de modo imediato a administração, aconselhando-a”*<sup>508</sup>.

No Conselho dos Antigos<sup>509</sup> a relação colegiada se deu nos moldes consultivos, baseados na tradição e nas regras da penitenciária e entre presos, ou impostos pela direção, numa relação vertical. Enquanto no Conselho dos Gerentes as especialidades e as competências dos sujeitos influenciavam a decisão do Secretário de Justiça ou a Presidente da SUSIPE. Havia um colegiado que participava das decisões e da execução delas numa perspectiva de horizontalidade de poder. Situação que possibilitou maior participação no jogo de poder e nas definições das regras. Situação que se enquadra nos aspectos da participação apresentadas por Putnam ao analisar que as experiências cívicas contribuem para a formação de círculos virtuosos de participação<sup>510</sup>.

## 6.2 O BOICOTE ESTATAL E DOS ASPs

Nenhum confronto foi tão citado pelos entrevistados como a existência de um boicote, sustentado na visão que cada grupo tinha do outro na prisão. Principalmente sobre como deveria funcionar a unidade prisional como instituição de controle. O boicote produziu angústia, insatisfação e desencanto, pôs em xeque à visão da maioria dos atores que não estavam preparados para enfrentar a violência institucional da prisão, exceto os ASPs. Cada grupo sua visão de mundo mais adequada, seus valores mais importantes.

Tal realidade nos remete as reflexões de Max Weber no seu desencanto com a modernidade. Na crítica que destina a Kant, Durkheim e Karl Marx demonstra a sua total descrença em relação às promessas do positivismo, do marxismo e das crenças destas visões sobre o destino

---

<sup>508</sup> CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Editora Injuí, 2004, p. 146.

<sup>509</sup> Na PJPS, trabalhado no capítulo anterior.

<sup>510</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. Ed. FGV, 3ª Edição, Rio de Janeiro: 2002, p. 89.

humano. Em Kant discorda da crença de que a natureza humana possui uma disposição na direção do melhoramento da humanidade. Em Durkheim critica o conceito de solidariedade mecânica e a sua defesa de que os conflitos diminuem com a harmonia e a aliança dos homens, por objetivos comuns. Em Karl Marx critica a visão utópica da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos, com a total eliminação das classes sociais e das desigualdades, capaz de produzir seres humanos inteiros completos, com compromisso social e de classe. Denuncia sua condição de profeta e pouco científica<sup>511</sup>.

A atualidade de Max Weber está exatamente nessa descrença nas promessas da modernidade, por achar que as grandes promessas de universalização de valores não se sustentariam, e que as grandes utopias tinham perdido a capacidade de mobilizar os corações humanos<sup>512</sup>. Esses pontos de vistas diferenciados provocam conflitos que dificultam as relações de reciprocidade.

Robert Putnam afirma que nem todos que não colaboram são ignorantes. A razão, que leva um indivíduo a apoiar e participar de uma vida cívica pode não se ligar exclusivamente a uma formação consolidada na vida política. Em sociedades onde ainda predominam formas autocráticas de poder, as experiências cívicas podem estar marcadas pelos laços políticos que lhe deram origem<sup>513</sup>. Ou seja, a colaboração dos indivíduos com uma causa, dependerá também dos interesses pessoais e do sentido que vêem em participar de uma determinada ação. É este sentido que afastará ou aproximará os indivíduos, de uma causa, por mais relevante que seja.

De qualquer forma a gente sabia de tudo o que acontecia: A gente dizia: “manda o projeto”. E os diretores diziam: “já mandamos faz tanto tempo”, e aí a gente mandava buscar, era uma coisa burocratizante, tinha também essa ciumada das outras unidades, hoje até entendo! Eles se zangavam,

---

<sup>511</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 210.

<sup>512</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 44.

<sup>513</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna.** Ed. FGV, 3ª Edição, Rio de Janeiro: 2002, p.189.

tinham raiva porque as melhores idéias saíam das unidades deles e os outros eram acostumados a cumprir rotinas sem criar. Aí as pessoas da superintendência não queriam que a gente destacasse às ações deles, mais que aos demais gerentes. A PJPS e o HCTP mandavam projetos, idéias e eles diziam: “vamos socializar”, a gente sabia que a aplicação não seria igual, mas acontecia isso, a convivência institucional gera isso! (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

Robert Putnam, atenta para que a questão chave para compreender a teoria baseada na não cooperação entre os atores na solução de seus dilemas, é que o comportamento não cooperativo não se manifesta com tanta freqüência. Apresenta os argumentos que dão suporte à defesa de suas idéias: o autor considera que a cooperação torna-se fácil quando: Os jogadores participam de jogos que se repetem indefinidamente, de modo que o desertor é punido nas sucessivas rodadas, o número de jogadores é limitado, a informação sobre o comportamento passado de cada jogador é abundante<sup>514</sup>. Assim, os grupos irão apoiando as direções da HCTP e da PJPS por se sentirem parte do jogo, e aqueles que não enxergam os seus interesses no jogo, desertam.

O que eu sabia, e sei que houve muito boicote, muito ciúme de outras unidades, porque o gabinete esteve sempre aberto, eles poderiam ir lá. O diretor da PJPS sempre foi um interlocutor direto, haviam tentativas de boicotar, então a gente furava a burocracia. O conselho veio também para isso. O conselho permitia que os gerentes convivessem mais de perto e buscassem soluções compartilhadas, sem ter que esperar pela burocracia para resolver os problemas. Facilidade de lidar inclusive com esta mesquinhez do cotidiano. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

O conselho dos Gerentes fazia com que os diretores fossem parte do jogo. A estratégia para fugir dos entraves da burocracia foi quebrar a hierarquia e caminhar direto para o Secretário de Justiça, através da Secretária Adjunta, enquanto outros diretores despachavam na superintendência (SUSIPE), instituição do governo do Estado de Pernambuco. Na SUSIPE onde o boicote era mais forte, lá se concentrava a

---

<sup>514</sup> - Idem, p. 173.

oposição do funcionalismo do Estado às experiências do HCTP e da PJPS, de acordo com os entrevistados.

Esta mesquinhez está em todo canto, em qualquer lugar. Você vai para a saúde a coisa é pior ainda, é todo mundo desse jeito mesmo, é complicado e você sabia que a burocracia e a hierarquização das coisas é criada para fazer isso. No conselho dos gerentes a gente percebeu que tinha que crescer junto, que não adiantava crescer sozinho, crescer desnivelado e todo mundo cresceu, a gente conseguiu reduzir as torturas, os espancamentos, os motins e rebeliões, é claro que nesse período ocorreu aquela rebelião da Barreto Campelo onde morreram vinte e dois presos. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACAT-Brasil) (Grifo nosso)

Para os militares e para alguns funcionários do governo, que não cooperavam, a ingerência dos diretores nas questões de segurança de Estado era inaceitável. Para eles, a descentralização fragilizava o Secretário de Justiça, permitindo a partilha de poder, “enfraquecendo o poder central”.

Os militares viam assim, que a gente paparicava muito. Reclamavam muito, até das visitas que a gente fazia nas unidades, na época a Secretaria tinha muitos órgãos: O IPEN, PROCON, Defensoria Pública, outras e o Sistema Penitenciário, que era um problema constante, diuturno, o restante era mais atuação política. A gente tinha um acordo: Roberto Franca fazia mais o trabalho externo de cidadania e eu ficava mais ligada ao Sistema Penitenciário. A gente tava sempre conversando, se inteirando, dividindo as tarefas. Roberto Franca apoiava o que a gente fizesse, confiava muito na equipe e nunca se incomodou com o que a polícia achava. A gente também se preocupava se Dr. Arraes aprovava o nosso trabalho. Agora teve muita cobrança e teve apoios também. O governo Arraes teve dificuldades muito grandes, mais pro fim não teve dinheiro, o dinheiro ficou escasso, houve o bloqueio do dinheiro da CELPE e o governo Federal passou o governo inteiro mandando um dinheirinho assim, pra gente. Por isso, tinha que ter muita criatividade para que as coisas caminhassem. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

As dificuldades financeiras que o Governo Arraes viveu empurraram os diretores para ações individuais. Por essa razão as unidades tinham que se virar: os diretores, e os funcionários tinham que fazer eventos, parcerias e

convênios. “As ações individuais foram válidas, porque trouxe a população para dentro das unidades, isso aconteceu em Caruaru, a comunidade foi para dentro da PJPS”. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACAT-Brasil)

No caso do HCTP o trabalho foi referência, no final a comunidade já estava lá também, as festas eram abertas à comunidade e a Secretaria de Saúde de Itamaracá já estava envolvida em entrar lá, vacinar o pessoal, fazia trabalho de interferência mesmo. Quando fugia um doido eles ligavam e diziam: Mande buscar, tem um doido aqui! Ela trabalhou muito com arte, fez exposições, tudo isso era inimaginável ali no HCTP. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

No HCTP, no confronto com os ASPs, a diretora convidou uma das lideranças para a vice-direção. A diretora do HCTP e o da PJPS encontraram um caminho para reduzir este confronto, cooptando alguns ASPs, para fazer as mudanças e implantar os projetos.

Eu botei ele no cargo<sup>515</sup>porque ele estava cobrando. Então, vamos cobrar juntos. Aí a gente começou a fazer treinamento com eles sobre saúde mental da criança, e do idoso, da população e estudar os crimes, tentando compreender as razões que levavam as pessoas a cometerem crimes. Educação capacitá-los para lidar com doentes mentais As denúncias do sindicato era que os ASPs estavam virando babá de preso. E eles eram muito bons, eram um pessoal muito esforçado, eu só não consegui sensibilizar muito os médicos, porque eles tinham uma visão de que doido era pra ficar preso mesmo, dopados. A medicina tem tudo a ver com Direitos Humanos, tira a arma. (Ex-direção do HCTP e Representante da ACATBrasil) (Grifo Nosso)

Um dos principais problemas que o governo encontrou, em relação ao Sistema Penitenciário, foi a formação dos profissionais de segurança. O trabalho dos ASPs e da guarda com o público era baseado na formalidade de apresentação de documentos, e a revista do material levado, além da revista do visitante. A crítica feita ao trabalho dos ASPs na ausência de um tratamento civilizado. As pessoas revelaram serem tratadas como suspeitas de algum crime. Quem nunca entrou em uma unidade prisional, ao se dirigir a

---

<sup>515</sup> Um ASP na Vice-Direção.

um ASP ou guarda, se sente reprimido. Alguns informantes consideram que existe falta de orientação e qualificação daqueles profissionais. Falta maior cordialidade no tratamento com os visitantes. Aspecto citado por Thompson ao se referir ao trabalho da guarda na prisão. A confusão do profissional que se encontra no limite entre reprimir e ressocializar<sup>516</sup>.

Encontramos técnicos que estavam lá há muito tempo, que estavam misturados à clientela. Na verdade os ASPs queriam ser policiais, então para mim foi a maior dificuldade, costumava se dizer lá, que quem dava menos trabalho no Sistema Penitenciário eram os presos. E assim com o trabalho que os gerentes fizeram eles conseguiram também o respeito e admiração dos presos e aí eles passaram a gerir com eles. Uma questão de respeito. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

De acordo com Maria da Glória Gonh <sup>517</sup> a relação confiança/desconfiança é um grande desafio nas parcerias entre Estado e sociedade civil, nas instituições que partilham poder. Visão que é compartilhada por Elenaldo Teixeira<sup>518</sup>. Na PJPS, a crise se ampliou quando ASPs foram designados para fazer a segurança das núpcias de detentos casados em casamento coletivo, organizado pelas freiras e pela direção da PJPS. A segurança aconteceu em um Motel vizinho à unidade prisional, presente para os noivos-presos, oferecido pelo proprietário daquele motel. O fato produziu repúdio e revolta de militares e do Sindicato dos Agentes Penitenciários que consideraram uma ofensa moral fazer a guarda dos prisioneiros naquele ambiente<sup>519</sup>.

Essas crises nunca extrapolavam o espaço prisional, em função das informações positivas que eram divulgadas sobre a PJPS. O único jornal onde encontramos a exteriorização da crise da PJPS com os ASPs, foi um

---

<sup>516</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 27.

<sup>517</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem – Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45.

<sup>518</sup> TEIXEIRA, Elenaldo. **Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p. 55.

<sup>519</sup> A direção da PJPS não atendeu às reclamações dos ASPs e manteve a ordem. Encontramos três denúncias contra a direção da unidade, do Sindicato dos ASPs ao Ministério Público de PE. A direção da PJPS fez uma denúncia daquele sindicato dos ASPs ao Ministério Público. Porém, nenhuma das partes obteve resultado.

Jornal local<sup>520</sup>, denominado de “Jornal Visão”<sup>521</sup>. Enquanto aumentava a tensão entre a direção e os ASPs, ampliava-se o apoio externo à direção da unidade prisional. Organizações de direitos humanos visitavam e elogiavam a experiência, fragilizando as denúncias de militares e de ASPs. A unidade prisional estabelecia novas relações com os detentos, buscava na sociedade civil apoio para administrar. Instituições importantes como GAJOP, Anistia Internacional, Human Rights Watch (encaminharam representantes para conhecer o trabalho realizado), mas internamente a direção enfrentava uma intensa oposição institucional.

O senhor que administra pessoalmente é apoiado seja pelos membros da sua casa ou dos plebeus. Estes são camadas sem propriedades, que não têm honra social própria; materialmente estão completamente presos a ele, não encontram apoio em nenhum poder rival próprio<sup>522</sup>.

Observa-se uma coincidência nos boicotes: eram os funcionários de carreira que atrapalhavam a aprovação dos projetos na SUSIPE e nas unidades prisionais eram os ASPs não-cooptados que boicotavam as administrações. Os entraves da máquina estatal provocavam a morosidade na execução dos projetos que dependiam da atuação de voluntários. A demora levava os parceiros e voluntários a desconfiar da viabilidade da proposta, expondo a filosofia do trabalho ao descrédito<sup>523</sup>.

Para Max Weber é difícil, diante de um quadro dominado pela burocracia, sermos esperançosos em relação às mudanças. Sua opinião era pessimista, pois ao observar a maneira como os homens viviam, reconhecia que pela racionalização seríamos mais livres. Porém, essa mesma racionalização que pode levar à liberdade é também produtora da destruição

---

<sup>520</sup> Quando a direção da Pastoral Carcerária não estava mais à frente da PJPS, mas à frente da GEREII.

<sup>521</sup> Matéria em anexo.

<sup>522</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaio de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 102.

<sup>523</sup> Mesmo aprovado o corpo docente para o projeto pedagógico, os professores ficaram quatro meses sem receber salário, o governo do Estado não encaminhava material didático, a reforma na unidade se arrastava lentamente e os espaços eram minúsculos para estudo. A situação piorou as relações entre os professores.

das relações diretas entre os indivíduos. O que demonstra que nem todos os indivíduos estão na mesma sintonia nem concordam em ser partes de um “organismo” ou tocar a mesma sinfonia sempre<sup>524</sup>. É nesse sentido que a experiência de Caruaru vai se construindo numa teia de relações que demonstra apoio, deserção, ruptura, consenso e conflito.

Os ASPs eram os únicos profissionais com estabilidade (concursados) na prisão. Enquanto os outros profissionais trabalhavam com contratos temporários. Os ASPs como profissionais de carreira sabiam que a ascensão de outros profissionais estranhos à prisão, significava um entrave à sua ascensão no Sistema Penitenciário. Estabilidade que os técnicos e professores não possuíam. Os técnicos passavam por uma seleção pública e a escolha dos professores dependia da confirmação da direção e de acertos com a GERE<sup>525</sup>. O contrato de trabalho do professor era renovado para o ano seguinte pela indicação da direção. Situação que mantém técnicos e professores numa relação de dependência da direção da unidade prisional.

Eu era professor e tinha muito medo de que o sistema penitenciário mudasse a minha visão de mundo. Passei no concurso para Agente Penitenciário, e hoje tenho uma visão mais humana em relação aos presos, procuro ajuda-los da maneira que posso e acredito que é um dever de todo cidadão, porque eles não são vistos como pessoas. (ASP – 3)  
(Grifo nosso)

Os últimos concursos públicos têm melhorado qualitativamente a composição dos agentes penitenciários. Na PJPS ocorreu uma pressão realizada pela direção para forçar os ASPs para a realização de um curso superior. A formação universitária passou a ser uma exigência para assumir cargos de confiança (o cargo de gerente/diretor). No entanto, o último ASP entrevistado reconhece que existem resquícios da formação autoritária no comportamento de alguns companheiros e que ainda é comum o uso da

---

<sup>524</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 196.

<sup>525</sup> Gerência Regional de Educação.

violência no tratamento do prisioneiro em algumas unidades prisionais do Estado<sup>526</sup>.

A escala de trabalho dos ASPs era de um, para quatro dias. No segundo Governo de Jarbas Vasconcelos (2003-2006) o Estado instituiu o pluriemprego que modificou a escala de trabalho. O Sindicato dos Agentes Penitenciários denuncia que no afã de não contratar mais profissionais o governo está impondo uma escala de trabalho que aumentará o stress a que já são submetidos ASPs. O pluriemprego aumenta em aproximadamente quatrocentos reais o salário do ASP, porém os profissionais preferem o aumento do efetivo. Os diretores das unidades prisionais consultados sobre essa questão discordaram dos ASPs. Afirmaram que nenhuma outra categoria profissional tem essa escala de trabalho, e que muitos aproveitam a folga para realizar trabalhos de segurança privada. De acordo com Augusto Thompson (2000) uma carga horária intensiva na prisão aumenta o stress e expõe mais tempo o ASP ou a guarda ao mundo da cadeia. A vida intramuros pode ampliar a intimidade daqueles profissionais com a vida carcerária, e produzir vínculos perigosos com a sociedade de dentro da prisão<sup>527</sup>.

Uma pessoa que trabalha numa escala de 24/48h é mais estressada do que uma que trabalha na escala anterior, é um desgaste muito grande para o profissional e *você precisa de pelo menos trinta e seis horas para se recompor, a solução encontrada pelo Governo do Estado para resolver o problema do efetivo, vai piorar a vida do Agente Penitenciário dentro das unidades prisionais, torná-lo mais vulnerável em todos os sentidos.* (ASP-3) (Grifo nosso)

Os entrevistados que fizeram oposição ao modelo de gestão da direção da Pastoral Carcerária, reconhecem a competência administrativa do diretor, Porém, o consideram arrogante e vaidoso. Atribuem seu trabalho como desejo de promoção pessoal. A implantação do trabalho de ressocialização da PJPS seria parte de sua vaidade pessoal.

---

<sup>526</sup> Situação denunciada pelos organismos de direitos humanos anualmente em seus relatórios sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro.

<sup>527</sup> THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 35.

Na época o diretor da PJPS na relação com o efetivo era autoritário, os funcionários precisavam trabalhar relaxados e seguros e ele fazia um clima de tensão. Ele era perseguidor, qualquer atitude sua que venha a desagradá-lo ele lhe persegue. Usa meios escusos para isso. Ele transferia o ASP da unidade, o que deixava o profissional instável, tenso, obrigado a concordar com seus métodos. Ali se criou um tribunal de exceção, o ASP não tinha direito de defesa e se alguém próximo da direção dissesse alguma coisa de você, você tava fora! você tinha a certeza do seu afastamento, da sua transferência. (ASP- 4) (Grifo nosso)

O entrevistado acima considerou a existência de um clima de perseguição política que não se dirigia apenas aos ASPs, mais a qualquer pessoa que ameaçasse à visão de mundo do diretor. Relatou que com formação universitária, os profissionais se submetiam sua vontade. Afirmou que os ASPs e o corpo técnico não poderiam emitir posições críticas, contrárias ao diretor, situação que significaria (para o ASP) motivação para ser transferido.

Apesar de induzir os presos para ficar na direção, esta forma de administração fez que o diretor provasse que não há necessidade do uso da força. Não há necessidade do uso da violência para se manter a disciplina, esse é um exemplo que Caruaru deu, aqui não há prática do ASP contra os presos. É preciso valorizar mais o ASP, não apenas na realidade de Caruaru. Que um ASP precisa ser respeitado como profissional, ser visto como pessoa, que necessita de liberdade para trabalhar e para se sentir seguro em seu trabalho, para que não seja transferido a qualquer hora. O ASP tem que se submeter aos caprichos dos gerentes em função da gratificação que recebe e também porque não quer ser transferido para uma unidade do interior distante, esta é a maior perversidade praticada contra os ASPs pelos diretores de unidades prisionais. (ASP - 3) (Grifo nosso)

Contradições são comuns à natureza humana, onde estivermos, nas relações sociais e profissionais elas aparecem porque as relações humanas não são previsíveis e a cooperação e a integração, mesmo quando os sujeitos possuem consciência dos seus papéis, não se realizam

facilmente<sup>528</sup>. O modelo de gestão da PJPS havia se tornado um parâmetro para as outras unidades do Estado. A ausência do debate dos problemas poderia expor e fragilizar os avanços obtidos naquela experiência. O lado negativo da rotinização aparecia no autoritarismo das relações hierárquicas, entre a direção e os ASPs. Os dois lados foram intransigentes nas suas condutas.

Os portadores do carisma, os oráculos dos profetas ou os editos dos senhores da guerra carismáticos eram os únicos que podiam integrar leis 'novas' do círculo do que era mantido pela tradição. Assim como a revelação e a espada eram dois poderes extraordinários, eram também dois inovadores típicos (...), porém, ambos sucumbiram à rotinização tão logo seu trabalho foi realizado<sup>529</sup>.

As exigências cotidianas de tomada de decisão faziam com que a direção da PJPS não contasse com os membros da Pastoral Carcerária, e não consultasse os parceiros. A tensão do cotidiano tornava difícil manter o voluntariado. A rotinização diminuiu as decisões compartilhadas no âmbito local, situação diferente do que ocorria na esfera estatal, junto à equipe de governo. Nas outras unidades cresciam as críticas ao diretor da PJPS. Os entrevistados narraram que os ASPs tinham convicção de que o diretor estava errando, cometendo ilegalidades.

Porque preso, na visão de alguns companheiros, preso não tem que ter direito, tem que apanhar para pagar o mal que fez à sociedade, porque sempre foi assim e não seria ninguém que mudaria aquilo. A gente fez questão de dizer que era da equipe dele, e que se atirassem nele, pegava na gente, às vezes atiravam diretamente na gente. Como sendo Agente Penitenciário a gente não estivesse honrando a profissão. (ASP - 1) (Grifo nosso)

É possível observar nas narrativas dos ASPs que apoiavam a direção que se sentiam pressionados pelo restante de sua categoria que se opunha

---

<sup>528</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. Ed. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro: 2002, p. 190.

<sup>529</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaio de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 314.

ao modelo de gestão de Caruaru. Consideravam as escoltas para apresentação do coral ou da quadrilha junina como afronta às funções dos ASPs. Denunciaram que o stress e a tensão eram intensos durante as viagens, havia a possibilidade de fugas e seqüestros de presos pelos seus comparsas na vida do crime.

Quando a gente foi se apresentar no centro de convenções, no Encontro Internacional de teatro em Recife, fizeram de tudo prá gente não chegar. O ônibus quebrou, tudo emperrava, o ônibus andava bem devagarzinho, se a gente fosse a pé chegava primeiro. A gente sentia a má vontade. Quando chegamos lá, já tava a direção de vários presídios torcendo contra a nossa apresentação, mas quando apresentou o coral e a quadrilha, só deu a gente, foi um sucesso outra vez. Era uma tensão a escolta, por eles era tudo na algema. Eles ficavam irritados, eram os PMs e alguns agentes que faziam, não podemos generalizar. Apesar de nervosos, nunca ocorreu nenhum problema. (Grupo Focal-Presos) (Grifo nosso)

Os detentos narraram algumas situações ocorridas nas apresentações do coral ou na quadrilha junina, quando tinham que sair da unidade para realizar apresentações em outras unidades. Para ASPs e detentos o problema da escolta sempre representou o principal ponto de tensão, pela quebra da rotina e pelo medo de que as previsões de fuga ou seqüestros se confirmassem. A pressão era imensa e a paz só se instalava entre os ASPs ligados a gestão e os detentos quando estavam de volta a unidade prisional.

### **6.3. OUTRA VISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL**

Como entender a críticas dos grupos de segurança dentro do Estado às gestões da administração da PJPS e do HCTP? A resposta é que se baseavam nas reivindicações dos grupos de defesa dos Direitos Humanos. Razão principal de sua rejeição. Aqui relembremos o pensamento de Luciano Oliveira (1996) ao observar que a visão de Direitos Humanos não é compartilhada por um número significativo de pessoas, além dos militantes

de Direitos Humanos serem vistos como defensores de bandidos<sup>530</sup>. Razão principal dos choques entre as visões diferenciadas sobre o reconhecimento e o respeito à condição humana do presidiário.

Em Pernambuco, pela primeira vez no país ocorreu a introdução do pernoite para o detento, quando a sua família passa a noite na unidade prisional. O pernoite foi transformado em direito do preso.

A família dentro da prisão, na Barreto Campelo funcionava direito. Havia um acordo entre eles, enquanto a família tiver aqui, nada acontece. Eu conheço o sistema prisional de outros países e não existe isso não, foi fantástico. Isso é história, nasceu em Pernambuco, tem que ser gravado e registrado. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

Max Weber apesar de não se apegar a idéia do destino da humanidade no sentido de seu melhoramento, em seu progresso humano e moral, analisa que essa idéia de um amanhã não pode ser alimentada. São esperanças, incertezas gratuitas e abstratas. “*Se quisermos suportar a nossa época, temos que ser alternativos na nossa forma de agir*”<sup>531</sup>. Assim, vamos percebendo que os atores percebem os limites da prisão, e na impossibilidade de implantar a visão transformadora como a qual sonhavam, são obrigados a atuar no espaço micro, dentro das margens de manobras possíveis. Mas, não deixam de agir de forma alternativa. Encaixam-se, produzindo mudanças, vão se destituindo do romantismo inicial e passam a tatear no espaço concreto e complexo da prisão. Essa alternativa no tratamento do prisioneiro é marcada pela instauração do diálogo com os prisioneiros, com as suas famílias e com os ASPs. A diretora do HCTP, por exemplo, foi convidada para falar de sexualidade para os presos na PJPS em Caruaru. Abordou a homossexualidade na prisão, situação comum e cercada de preconceito no Sistema Penitenciário.

---

<sup>530</sup> Ver, OLIVEIRA, Luciano. *Democracia e Direitos Humanos*. In: ARGUELLO, KATIE (Org). **Direito e Democracia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

<sup>531</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 316.

Ficaram aliviados, disse que se dessem três vezes não eram homossexuais. Eu expliquei para eles que quando a gente reprime a nossa sexualidade, isso sai de outro jeito, não dá pra reprimir e se você só tem o mesmo sexo e em um ambiente fechado a sexualidade continua aflorando, pode ser que aconteça um episódio de uma olhada, um carinho a mais, um toque, aí eu disse: "pode ficar abraçado como aqueles dois ali, isso é normal. Isso não é pecado, você não deixa de ser homem por isso, existe o fato de você ser homossexual, que é uma orientação sua e existe o fato de alguma vez você ter um relacionamento homossexual, isso não quer dizer muito não, gente. Às vezes é só necessidade". Foi uma das melhores palestras que dei na minha vida, todo mundo bem atento lá assistindo. (Ex-diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

Um debate como este num ambiente machista e homofóbico como é a prisão masculina em que os trejeitos femininos são rejeitados e discriminados foi de extrema importância em função dos ataques sofridos pelos LGBTs na prisão e também, pelos seus parceiros nos ambientes de provação de liberdade.

A ex-Secretária Adjunta de Justiça, as direções do HCTP e da PJPS buscaram ampliar o contato com os presos, caminhando pelas unidades do Estado, escutando as famílias dos aprisionados. Quando a equipe do governo sabia das ações que aconteciam em Caruaru e no HCTP, lastimava que os outros diretores não fizessem a mesma coisa.

Roberto Franca é uma pessoa de paz, muito coerente com os princípios dele, uma pessoa que eu tenho o maior respeito e admiração. Tanto Roberto Franca como a gente do governo acreditou sempre que se uma pessoa errou, ela deve ser punida, mas a punição dela é a Justiça que vai dar, então quando a pessoa vai pra unidade, já vai com a pena, já está pagando. Não é porque a pessoa está presa e indefesa que vamos torturar, vamos passar o resto da vida torturando esse ser. Ele está pagando, isto para nós é um princípio, agora se ele vai sair recuperado eu vou ter que dar condições pra ele pensar e oportunidades, acesso às outras informações e vai sair pior que ele entrou. Então, isso era uma coisa básica para a gente. É como a gente pode levantar e derrubar um homem pela sua dignidade. Se você respeita a dignidade de um ser humano ele vai ser melhor, e a gente não quer ser

algoz de ninguém. (Ex- diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

A Ex-diretora do HCTP participou da Reforma psiquiátrica no Brasil, e em um encontro no Estado de Alagoas, apresentou o planejamento familiar que havia desenvolvido no Manicômio Judiciário. Apresentou a história de um casal que havia concebido um filho naquele manicômio.

Então alguém perguntou: Mas como eles tiveram filhos? Não são incapazes? Aí a juíza respondeu: “não existe lei nenhuma que proíba alguém de ter um relacionamento sexual”. Quando você chama alguém incapaz para os atos da vida civil, isso não inclui a sua sexualidade. Foram os ASPS que foram os padrinhos do menino, do filho do casal. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

O planejamento sexual mudou o comportamento com as mudanças nas regras. É interessante perceber que a definição das regras do jogo, no espaço autoritário ou democrático, depende de certo grau da rotinização das condutas. Essa situação demonstra que o processo de rotinização tem duas vertentes: uma positiva e outra negativa. Mesmo quando ocorre positivamente, apresenta tensões e conflitos<sup>532</sup>. Por exemplo, na PJPS a regulamentação da sexualidade não ocorreu tranquilamente. Quando o diretor implantou o encontro conjugal houve insatisfação dos ASPs e dos presos. Os ASPs impuseram condições: a mulher tinha que provar que era fiel, que tinha uma relação estável ou deveria ser casada com o preso. E os presos queriam transar em qualquer lugar, situação que era humilhante para a mulher. Além disso, existia prostituição nos dias de domingo, e a regulamentação da vida sexual do preso era uma questão de segurança. Acontece que a principal reação veio dos presos que não aceitavam a regulamentação. Os detentos queriam manter a vida sexual sem normas ou regulamentos. A direção separou dois pavilhões para o encontro conjugal, determinando punições para quem não cumprisse as regras.

---

<sup>532</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 199.

Eu estava com uma série de problemas para resolver e sabia que um preso bem trepado é extremamente dócil e que isso faz parte da saúde mental dele. A gente concluiu na pesquisa que havia um número enorme de presos com idade entre dezoito e trinta anos, com testosterona saindo pelo cabelo. Tinha que dá vazão aquilo! Mas era preciso que fosse de uma forma organizada. Quem fosse pego seria punido, era um desrespeito à mulher, uma coisa animalésca. Foi muita resistência...Eles ameaçaram se rebelar. Aí fiz várias reuniões com as mulheres na Prefeitura de Caruaru, na Casa de Cultura porque a gente não tinha espaço. O complicador era o horário delas, saíam do trabalho e tinham que chegar em casa para cuidar da janta dos filhos. Tinha que ser rápido. A receptividade das mulheres foi excelente. Elas se sentiam humilhadas e constrangidas. Eu sabia que em muitos encontros eles queriam era colo e afeto. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso) (Grifo nosso)

Após a decisão dos presos, a direção da PJPS regulamentou o pernoite. A decisão veio como prêmio por bom comportamento, por terem acatado a regulamentação da visita íntima (Encontro conjugal). No pernoite o preso fica sozinho na cela com a família, que entra na cela depois da janta, e sai depois do café da manhã.

A gente fez com o diretor uma tabela regulamentando, às vezes chegava mulher com cinco filhos. Se ele não cometesse infração tinha o direito. Foi difícil implantar mais depois que se instituiu a tabela, ficou fácil programar. A mulher traz os filhos fica a maior zona, barulho de criança. Já vi chegar pai, mãe e tia para o pernoite. Pernoite não é pra transar, é pra encontrar a família, se sentir parte da família ainda. É resgate de saúde mental, de valores, do afeto, do colo da mãe. Então você pega o preso, depois do pernoite, mole feito gelatina. É também uma questão de segurança (ASP- 2). (Grifo nosso)

Quanto maiores os vínculos familiares, menor o stress, a solidão e o sentimento de abandono e revolta e isso é fundamental em qualquer política de redução de riscos de motins e rebeliões em unidades prisionais, maior vinculação social, comunitária e familiar diminui sobre o preso a pressão da cultura carcerária.

As visitas constantes ao interior das unidades prisionais e as mudanças no HCTP e na PJPS levaram a Secretária Adjunta a aprofundar o contato com os prisioneiros. A equipe de governo relatou ocorrências de

problemas com a PM porque a Secretária Adjunta visitava as unidades prisionais. A representante do governo tinha um segurança, que era também seu motorista. A PM estranhava aquela mulher pequena, de voz fina, entrando nas unidades prisionais, chegando sem avisar. Assim queixavam-se ao Secretário de Justiça.

Eu entrava naquelas unidades prisionais que eu sabia que podia entrar: Entrava em Caruaru, na Barreto Campelo, no HCTP, havia respeito absoluto, o respeito do amigo, da pessoa que lhe protege é muito comum. Eles (os presos) tratavam os gerentes como pais, essas coisas mostravam o carinho deles por serem tratados com respeito. Uma das coisas que eu testemunhei. Foi muito emocionante, foi o período de Dom Costa, primeiro foi ele quem indicou, a gente veio dar posse ao diretor aqui, ele tomou a frente e empossou ele, foi a Pastoral que assumiu. Ele tinha uma visão humana, cristã, era muito carismático, não tinha medo era muito seguro. Ele ia lá, conversava com os presos, circulava com a maior tranquilidade. Dom costa era boicotado por ser ligado aos direitos Humanos. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

O desafio foi convencer os presos de que eles eram sujeitos de direitos, além do sentimento de co-responsabilidade na administração. Ao mesmo tempo em que os presos têm direitos, eles também possuem responsabilidades.

Essa é a grande luta dos Direitos Humanos, porque as pessoas sempre acham que foi bandido, a gente tá defendendo. Se ele cometeu um crime ele tem de pagar, a lei existe para regular estas relações: roubou, matou, feriu direitos tem que responder. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça).

O mais difícil era lidar com ciúmeiras externas e internas em relação à PJPS e ao HCTP. A visão adotada sobre o preso levou a oposição à administração da PJPS, a difundir boatos sobre a direção e os ASPs, espalhando acusações diversas para desestabilizar o grupo. Depois da crise com o sindicato dos ASPs houve um afastamento respeitoso.

No início foram muito agressivos. Quando souberam que eu tinha um conjunto de informações para o funcionamento do

sistema, diminuiu a pressão, depois descobri que eles, que eram tão cruéis eram também covardes. Correu um boato que durante a reforma da unidade eu estava construindo uma banheira que dividia com negona (travesti) na unidade. Um deles que sempre questionou todas as iniciativas de Caruaru, como violações aos direitos dos ASPs, publicou uma monografia de final de curso defendendo os paradigmas que tanto questionou, é muita cara de pau! (Ex- coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Tomamos as reflexões weberianas para compreender essas relações de conflito. Weber se refere à necessidade de suportar as contingências e as exigências da vida cotidiana, no campo do saber ou da ação. Não de forma passiva, mas agindo de forma alternativa, contrabalanceando as idéias dominantes. Weber acredita que só este reencanto poder ser capaz de trazer elementos imaginativos ao mundo desencantado da técnica<sup>533</sup>. Razão apresentada pelos entrevistados para a sua permanência na prisão, os sujeitos estavam convencidos da importância do seu trabalho naquela realidade.

Durante a rebelião da Barreto Campelo, no último ano do Governo Arraes (1998) morreram vinte e dois presos. O diretor da PJPS e a diretora da HCTP tiveram um papel destacado na solução do conflito: negociando vagas para transferir os presos rebelados, além de preparar a unidade de Caruaru para receber os transferidos. Ainda conversaram com diretores de outras unidades prisionais sobre o conflito, inclusive os que faziam oposição a gestão da PJPS e do HCTP.

A diretora do HCTP foi para a Barreto Campelo, calçou um par de luvas que se rasgava e ela vestia outro por cima e os presos trazendo os feridos para ela tratar de carro de mão, no meio do mato. Ela é psiquiatra, mas fez de tudo, até ressuscitação. Enquanto o pessoal administrativo que tinha que tomar uma atitude operacional estava vomitando, passando mal dentro das viaturas, perplexos! No dia seguinte fui para lá encontrar a diretora do HCTP e o diretor da Barreto

---

<sup>533</sup> WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaios de Sociologia**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972, p. 254.

Campelo, éramos os três G<sup>534</sup>, me barraram. Não entra: Disseram é uma questão de segurança, foi que o motorista do diretor avisou para ele, e veio abrir o portão pra mim. ( Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária - 1) (Grifo nosso)

Os diretores entraram na prisão ainda em clima de guerra, circularam no meio dos escombros, conversaram com os presos, procurando saber da confusão. A situação expôs como muitos guardas e ASPs que tratavam com desdém os militantes de Direitos Humanos se comportaram timidamente. A diretora do HCTP tratou sozinha dos feridos, demonstrando que coragem e arma não são coincidentes. Esta rebelião foi amplamente divulgada pela imprensa pernambucana. A imprensa aprovava regionalmente a administração da Pastoral Carcerária na PJPS, mas não tinha o mesmo tom de aprovação em relação ao Governo Arraes. As notícias vazavam com a aprovação de militantes de Direitos Humanos, através de membros do governo. Sobre esta questão os informantes apresentaram opiniões divergentes.

Tem outros sentimentos também, fazíamos um governo democrático, nossas relações eram democráticas, transparentes. O pessoal de Direitos Humanos circulavam livremente, nunca foram impedidos de entrar em nenhuma instituição. A gente ouviu muitas críticas também, se arvoravam chamavam a imprensa, a câmara de deputados e por aí. Alguns dos nossos parceiros e ONGs também, a imprensa estava em cima e a gente abria as portas. As vezes a gente ficava magoado, mas Roberto Franca dizia pra gente: Calma, isso é da natureza do processo democrático. Quando saí do governo fui trabalhar no GAJOP, exercitar esta questão da denúncia, comecei a me questionar, aí fiquei querendo saber porque ninguém tinha mais notícia do sistema penitenciário, e cadê os grupos? E cadê as ONGs? E a imprensa? Primeiro ocorreu uma militarização, tudo aquilo que a gente tinha conseguido retrocedeu, os militares passaram a trabalhar dentro das unidades ficaram honrosas exceções que não aderiram à militarização. Eu não vejo uma denúncia e eu ouço muito, na rádio, quando comentam é sempre sobre briga de quadrilha. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

---

<sup>534</sup> G (gê) é a letra inicial do nome dos três diretores de unidades prisionais de maior influência no Conselho de Gerentes (Barreto Campelo, HCTP e PJPS).

O diretor da Pastoral Carcerária tem opinião distinta, sobre a circulação das informações de dentro do próprio governo. Apresenta uma visão pragmática do assunto.

A gente abriu demais, essa abertura ultrapassou os limites. A imprensa dava uma dimensão muito grande aos fatos na época de Arraes, Hoje mudou a assessoria de imprensa do governo Jarbas é mais eficiente, ela tria o que é interessante e o que não é interessante passar. As notícias boas saem, as negativas, o que não é interessante sai como nota. Nós entramos num denunciismo bobo e não foi interessante pra gente. (Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Posição que difere da diretora do HCTP que considerou que a relação com a imprensa foi transparente. Afirmou que se um processo era democrático, a relação foi correta. Afirmo que é complicado ser governo passando por cima de valores essenciais. Reitera que as questões de governo não podem ser mais importantes que os valores que regem a vida do militante.

Acho que a gente foi coerente. Sabe porque, era um processo democrático, democracia é democracia. Em São Paulo, hoje, preso bandido tem que ser acabado, eliminado, não se pode entrar, a gente tem um respeito internacional é difícil furar o cerco, o pessoal internacional cobra. Então, o que é que eles fazem, a gente precisa de autorização judicial para poder entrar numa unidade prisional. Os advogados são proibidos de entrar é um desrespeito às organizações de Direitos Humanos, é um caos, a gente tem que denunciar, não importa em que governo. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

As situações de conflitos são as mais desafiadoras para pessoas, que se originam de instituições não-estatais no governo. Alguns membros afastam-se das suas bases quando assumem cargos executivos, recuando do espaço denunciatório<sup>535</sup>. Com o fim do Governo Arraes, a diretora do HCTP voltou para a sociedade civil organizada e o diretor da PJPS, continuou ligado ao Estado, dentro da nova estrutura da política de

---

<sup>535</sup> GONH, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 38.

segurança pública no Governo de Jarbas Vasconcelos. *As experiências de gestão local e a participação cidadã mostram inovações criativas, ambigüidades e limitações, questiona-se a sua efetividade e às vezes se constituem em estratégia de legitimação dos governos*<sup>536</sup>.

O risco da manipulação, pela legitimação dos projetos e mecanismos instituídos, é um fato, levando as organizações a prevenir-se, a procurar sair do gueto: tentam tornar-se mais visíveis para a sociedade como um todo e criam espaços públicos autônomos, nos quais essas políticas e projetos são discutidos, além de se empenharem na capacitação dos seus membros<sup>537</sup>.

Percebe-se que o grupo não tinha uma visão consistente sobre o impacto de trazer pessoas de experiências não-governamentais para dentro da prisão. No movimento social estas pessoas estão habituadas ao espaço da denúncia e da reivindicação. No espaço estatal estarão ligadas ao planejamento e a execução.

Na verdade eu nunca parei para pensar nisso, eu achava que era uma coisa muito natural, até porque toda vida eu tentei entrar nesses espaços, até pensava de que forma poderia contribuir, é uma questão ideológica. Nunca me neguei a ocupar espaços não. Eu não estava na ponta, eu recebia comunicado dos gerentes: Olha, eu fiz isso, tomei essas providências, nunca me inibiu, tem que denunciar e alguém tem que ouvir. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

Na visão que é diferente para o diretor da Pastoral Carcerária que dirigiu a PJPS e para a ex-diretora do HCTP. *Houve uma mudança no voluntarismo da denúncia gratuita, você passa a querer saber como aconteceu a questão estrutural, aí você não deixa de corrigir, de denunciar.* (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária)

No espaço institucional eu continuo denunciando também, pra mim eu não tenho nenhum problema com isso. É uma questão de ficar indignado com a violência contra as pessoas.

---

<sup>536</sup> TEIXEIRA, Elenaldo. *Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p. 95.

<sup>537</sup> Idem, p. 95-96.

Enquanto eu ficar indignada contra violência, contra as pessoas eu denunciarei, é prá mim uma questão ética, política e ideológica. Se isso me fizer perder o cargo, eu perco o cargo, não tenho nenhum problema com isso. Tanto que denunciei o que ocorria no HCTP, que estavam agredindo os doentes mentais, tá certo! (Ex – diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

O Governo Arraes havia convidado para cargos na estrutura penitenciária do Estado, pessoas de instituições não-estatais, com experiência na luta política. Pessoas combativas, de temperamentos denunciatórios, situação que exigiu muita habilidade política para a negociação dos interesses divergentes.

Lidar com estas pessoas que a gente sabe, que quebram a hierarquia pelos princípios que defendem. Não é fácil, a gente viveu muito isso. Não era só a diretora do HCTP, eram os três: o diretor da PJPS e o da Barreto Campelo, eles estavam cobrando comportamento do governo e eu dizia: “Calma gente, agora a gente tem uma forma de discutir o que vai fazer, como vai fazer”, eu estava sempre mediando, tinha esse papel. Eu puxava o freio das mãos deles. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

A secretária adjunta atuava mais próxima das soluções cotidianas. Exerceu a função de mediadora das relações entre os diretores com o Secretário de Justiça. *Ela foi importantíssima, não de contemporarizar, mais de dizer, vamos parar, pensar e discutir como vamos fazer. Atuava na esfera do micro e Roberto Franca no espaço macro, ela era do nosso espaço.* (Ex-diretora do HCTP e representante da ACATBrasil)

Como administrar pessoas com personalidades difíceis: bravas, contundentes, denunciatórias? Se eu pudesse resumir eu diria que é respeito. Porque da mesma forma que eu segurava eles dizendo: Vamos discutir, analisar, decidir juntos, eu sei que eles tinham o mesmo respeito por mim. Eu não poderia vetar as propostas deles por medo ou covardia, era preciso argumentar. Nós optamos por trabalhar com eles, então a gente sabia que eles não eram burocratas, quando a gente montava uma estratégia era um sucesso porque eles tinham compartilhado, debatido e sabiam porque estavam aplicando aquela idéia, eles agiam e dava certo. Era o

respeito mútuo que possibilitava lidar com as nossas diferenças. (Ex- Secretária Adjunta de Justiça). (grifo nosso)

Os militantes de Direitos Humanos no governo enfrentavam a burocracia e as exigências cotidianas que dificultavam a sua manutenção no espaço governamental. A truculência do Sistema Penitenciário e muitos conflitos durante as crises mais graves na área da segurança pública afastaram algumas dessas pessoas.

Lembro de uma frase que Roberto Franca disse uma vez: É tão difícil trazer uma pessoa de Direitos Humanos para cá, porque na hora do pega pra capar, ele fica muito frágil e eu não posso contar muito com essa pessoa. Aqui vocês me surpreenderam na coragem de fazer o trabalho, porque muita gente não agüentou a barra, que não é fácil e caiu fora. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACATBrasil) (Grifo nosso)

A ausência de motivação pessoal ou de valores significativos facilita a deserção dos militantes de direitos humanos, na primeira dificuldade ou no primeiro conflito. Sobre a deserção na PJPS os técnicos, os professores e os voluntários foram os sujeitos que mais apresentaram dificuldades para lidar com o cotidiano institucional. A sua deserção soava como uma resposta à violência do sistema penitenciário. Situação contrária à que envolve presos, direção e ASPs, cujos acordos e arranjos institucionais possibilitaram a criação de interações consistentes e que garantiram o bloco, mantendo-se dentro do jogo de poder. A relação de confiança entre ASPs, presos e direção na PJPS oferecia contrapartida para os envolvidos, numa relação vertical de poder faziam parte do jogo.

Para haver cooperação é preciso não só confiar no outro. Mas também acreditar que se goza da confiança dos outros (...) quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar pesorosamente, porém racionalmente, há muitas oportunidades de proveito mútuo<sup>538</sup>.

---

<sup>538</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. Ed. FGV, 3ª Edição, Rio de Janeiro: 2002, p. 90.

O fluxo de informação entre os atores é de extrema importância, sendo baseado na confiança mútua. Só haverá uma relação de confiabilidade das informações nos sistemas verticais, se os atores estiverem em situação de igualdade<sup>539</sup>. Como nos sistemas verticais há uma hierarquização no fluxo das informações, haverá entre os atores uma natural desconfiança quanto às mesmas. Nos sistemas horizontais, as tradições cívicas propiciam a confiança e a colaboração entre os atores. Mas nos lugares onde o sistema é vertical há uma incapacidade natural de sustentar a confiança e a cooperação social. As comunidades cívicas são virtuosas e encontram-se incluídas no sistema horizontal e as comunidades não cívicas são viciosas e encontram-se incluídas no sistema vertical. *A cooperação se baseia numa noção muito viva da importância recíproca para os participantes, e numa idéia geral da união entre os homens ou numa visão orgânica da sociedade*<sup>540</sup>.

Alguns militantes de Direitos Humanos não simpatizavam com a participação de indivíduos ligados à sua causa no governo. Achavam que não deveria ser o papel do militante, pois perderia o foco da denúncia. *Não sei como foi para o diretor da PJPS, mas quando me cobravam eu dizia: “entrem no HCTP e vejam, trabalhei com transparência, venham ver! (Ex-diretora do HCTP e representante da ACATBrasil)*

Para mim foi a oportunidade de colocar tudo que acredito em prática, como ainda faço. Na ONG, na ACAT onde estou em São Paulo, continuo lutando, ela é a única ONG no Brasil que dá apoio ao torturado, quando a gente consegue entrar na unidade prisional ou quando está fora e a família. O atendimento é de forma multidisciplinar, com atendimento de advogado, psicólogo, médico, assistente social, o apoio religioso só se ele quiser. Entra toda uma divulgação e a gente vai para a imprensa, denuncia no mundo inteiro, e a gente tem ONGs que nos apóiam e que põem pro mundo inteiro isso. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACAT – Brasil) (Grifo nosso)

---

<sup>539</sup> O que não ocorreu no interior da PJPS e ocorreu com a equipe do Governo de Miguel Arraes na Segurança Pública.

<sup>540</sup> TEIXEIRA, Elenaldo. **Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p. 178.

A entrevistada relatou que nos tempos da ditadura, o preso político não tinha apoio nenhum, porque ninguém sabia que ele estava preso. Relembra suas atividades clandestinas. Ficava em sua casa, datilografando numa velha máquina, denunciando para Anistia Internacional o nome dos torturados e dos torturadores, escondida a sete chaves. Era Dom Hélder Câmara que passava aquelas informações para a imprensa internacional.

No Brasil, hoje a gente vive uma democracia, num Estado de direito, puta que pariu! Vamos respeitar essa P! Então, para que é que a gente está nesse Estado de Direito? Continua se torturando e continua se escondendo isso, cada vez mais e ninguém pode entrar em lugar nenhum e você não tem acesso, as denúncias vêm por conta das cartas das famílias, é um negócio absurdo, eles criaram um monte de unidades prisionais no interior para os presos ficarem distantes das famílias. As famílias se organizaram e alugaram um ônibus, saem com ônibus lotados, nas sextas-feiras e sábados, de São Paulo para unidades que estão a seiscentos ou setecentos quilômetros da capital. E a gente lá com essas mulheres, se elas souberem de casos de tortura elas passam para nós, que a gente vai pra imprensa, é esse o trabalho que a gente faz. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACAT Brasil). (grifo nosso)

A passagem pela experiência no Governo Arraes mudou a perspectiva de vida dos atores envolvidos. Assim explicaram como a rotinização no cargo, a convivência com a violência institucional havia modificado as suas crenças.

Eu me tornei mais realista, de ver que a gente luta, tenta, mas não pode resolver tudo. Mas eu sou idealista, a vida inteira acreditei que poderia mudar o mundo, sempre acreditei que poderia alterar alguma coisa, hoje tenho a tranqüilidade de que fiz tudo o que foi possível, fiz e continuo fazendo. Claro que com mais realismo, mas sem perder a esperança. Às vezes a gente desanima porque a minha geração lutou muito e todos nós que estamos aqui, a gente ainda tá discutindo coisas muito primárias, a tortura, coisa animalesca em pleno século XXI, ainda está se discutindo que não pode matar, que não pode estuprar, agredir, que o papel do agente público é de educar e proteger o cidadão e não bater, espancar e torturar. Ainda acredito nos princípios da justiça, a gente tem que trabalhar para que cada vez mais, a gente aperfeiçoar

estes sistemas. Principalmente acredito sempre no homem, na pessoa humana e que ela recebe estímulos e cresce de acordo com o que recebe. Hoje sou mais pacífica, na minha adolescência eu queria esperar o mundo, mudar tudo. ((Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso).

E continua:

Hoje acredito mais nas vias diplomáticas, pacíficas, admiro Dom Hélder Câmara, Miguel Arraes que fez um trabalho magnífico. Ghandi, pela resistência pacífica, ele venceu tudo isso, resgatei um retorno às minhas origens religiosas e tal. Devo muito isso a Dom Hélder, em vê que a Igreja que eu queria era aquela. Continuo socialista, mas hoje, também sou cristã, humana e pacifista. (Ex-Secretária Adjunta de Justiça) (Grifo nosso)

A ex-diretora do HCTP tem outra visão. Os atores ficaram marcados pela experiência. Principalmente os que estiveram mais envolvidos com o espaço deliberativo do Governo Arraes. Experiência que não foi continuada no Governo Jarbas Vasconcelos, e não mais vivenciada no Sistema Penitenciário pernambucano.

Comigo eu não sei se passa pela cristandade (...) eu nunca fui a favor da luta armada, apesar de lutar no movimento estudantil contra a ditadura. Porque eu sempre acreditei e acredito ainda que a gente tem que lutar por uma cultura de paz, de respeito entre as pessoas, de respeito ao ser humano de ouvir as pessoas. Isso faz parte, inclusive da minha base profissional, de tá ouvindo as pessoas como psiquiatra. O que me preocupa muito com a questão da tortura, é porque eu sei o que a tortura provoca nas pessoas, à quebra da identidade, da personalidade da pessoa, a destruição do ser humano. Isso é uma coisa que me dói muito e que passa pela questão da religião. Passa, ultrapassa é uma questão de humanização, é uma questão de respeito pelo ser humano. O ser humano vai sempre precisar de religião, eu não tenho mais nenhuma dúvida sobre isso. Mas o ser humano precisa ser respeitado e eu vou brigar para isso pelo resto da minha vida e sempre briguei por isso. Quando eu pego um ônibus, quando falo com os meus filhos, quando lido com a minha empregada, eu tenho que manter isso, pra não ser incoerente. (Ex – diretora do HCTP e representante da ACAT Brasil) (Grifo nosso)

Uma perspectiva de análise sobre os problemas que enfrentam os novos movimentos sociais nas parcerias com o Estado é apresentado por Boaventura de Souza Santos. O autor reflete que os grupos sociais interessados na emancipação encontram dificuldades de articular com coerência e clareza a eficácia das alternativas emancipatórias. Encontram-se entre a regulamentação e a emancipação, onde a única saída para estes grupos é a utopia. Ou seja, continuar lutando no espaço da solidariedade para construir bases mais sólidas para a alimentação da utopia<sup>541</sup>. Diante da complexidade da realidade, das dificuldades enfrentadas pelos grupos sociais, expressa que a utopia não pode ser algo inatingível, mais a exploração da imaginação da criatividade, do estímulo às novas condições humanas e de vontade. Assim vistos, são essenciais ao enfrentamento em um mundo despolitizado, nadando-se contra a corrente. Afirma que o caminho é ser alternativo, *porque se deve lutar, e a humanidade tem direito*<sup>542</sup>.

O exercício de poder em constelações de relações que se reforçam ou se neutralizam em trocas desiguais e distribuições também desiguais, essas relações tanto podem fixar fronteiras como abrem novos caminhos. A mesma constelação de poder permite múltiplas situações e contextos em que o exercício capacitante se combina com o exercício inibidor<sup>543</sup>.

A representante da Imprensa foi quem mais enfatizou que no Governo Arraes as ações eram focadas em resultados humanos. Ressalta que as pessoas que estavam comandando, à frente das políticas de segurança, acreditavam na possibilidade de mudar a realidade prisional. Mas que mesmo em um governo democrático, enfrentaram imensa oposição e ambigüidades. No Governo Jarbas Vasconcelos, as políticas de segurança pública foram marcadas pelas preocupações com resultados, em muitos casos, as negociações foram mais fáceis. Havia mais recursos para o

---

<sup>541</sup> SOUZA, Boaventura de Souza. **Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 59.

<sup>542</sup> Idem, p. 332.

<sup>543</sup> Idem, Ibidem, p. 269.

Sistema Penitenciário, apesar de todo tecnicismo e burocracia nas relações de governo.

Tanto que você vê toda Reforma que aconteceu na Secretaria de Justiça. Elas mudaram de nome, deixaram de existir. A Reforma do Estado mexeu com tudo. A Secretaria de Justiça e Cidadania foi substituída pela SDS (Secretaria de Defesa Social), observe a mudança de paradigma, a ideologia se modifica, a abordagem se filia à nova visão de criminalidade que é o ponto de vista de uma sociedade que reprime o crime. O ponto de vista da cidadania é a inclusão social, o ponto de vista da defesa social é o da separação da apartação social, então mudou tudo! (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A mudança mais radical de visão de mundo foi declarada pela representante da imprensa na Pastoral Carcerária. Vivendo a estrutura do Estado, perdeu a visão utópica com a imersão no trabalho burocrático.

Quando você vê do ponto de vista da ONG, da Pastoral, não tem a dimensão, da gravidade da coisa. Antes eu acreditava que a recuperação era um caso de oportunidade. Hoje, eu acho que é uma questão de decisão pessoal, e decisão pessoal do preso. Como é de qualquer um de nós, se você decidir deixar de fumar, de comer, de fazer ginástica. São decisões muito difíceis. Eu passei a ver assim, a visão da gente muda de lado, e a gente vê a necessidade de manter a segurança. Se cercar de todos os cuidados possíveis, de garantir o atendimento sem envolvimento. Antes quando você é pastoral você pensa assim, fulano eu vou falar com o advogado pra ele, depois que você tá do lado de cá é todo mundo. Eventualmente, um caso absurdo que requer uma atenção especial, mas não é mais fulano é a massa. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A mudança da visão da entrevistada foi influenciada pelas mudanças no tipo de crime cometido e na idade dos criminosos. O fato é que quando iniciou seu trabalho na PJPS, predominavam os criminosos adultos de meia-idade, entre trinta e quarenta anos. A entrevistada considera que poucos criminosos se recuperaram, divergindo da opinião do Ex- Coordenador da Pastoral Carcerária. Como funcionária do Estado, não alterou os seus valores, no que diz respeito aos direitos dos presos. Sobre a necessidade de

reconhecê-los e respeitá-los. Mas, perdeu as convicções sobre a recuperação dos criminosos.

Outro elemento é que as pessoas que a gente mais acreditou foram aquelas que não se recuperaram, voltaram para o sistema. O ex - diretor me diz que já estavam institucionalizados porque passaram muito tempo, presos antigos estão lá<sup>544</sup>, outros, é uma questão de tempo caírem também, porque não se acostumam a trabalhar, porque é a maneira mais fácil. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O desencanto foi um sentimento comum entre os entrevistados que fizeram oposição à direção da Pastoral Carcerária, nos parceiros e ex-militantes que desertaram da experiência. Gonh ao analisar a questão, descreve que nas alianças com o Estado verificam-se posições políticas fragmentadas dos atores sociais. Muitas vezes, marcadas pela desilusão e pela perda de esperança em mudanças mais profundas na realidade social<sup>545</sup>. Em relação à posição conservadora dos ex-militantes da esquerda, Peralva ressalta que o crescimento da criminalidade violenta, tem trazido para o paradigma da segurança, pessoas que sempre estiveram ligadas às lutas por direitos sociais. No campo da segurança pública, tornam-se mais conservadoras, fortalecendo o crescimento da apatia política<sup>546</sup>.

Para Bobbio a apatia política é um fenômeno cada vez mais observado, até nas democracias mais consolidadas, referindo-se à realidade italiana. Atenta para que, acentuadamente, a população mostra-se desinteressada das coisas que acontecem na vida política. Relata que na realidade italiana reconhece fortes elementos, para acreditar que esteja em diminuição do voto de opinião, e que tem aumentado consideravelmente o voto de permuta<sup>547</sup>. Chama a atenção para a questão da regulação, elemento que o liga às preocupações weberianas. *Todos os Estados que se tornaram democráticos, tornaram-se ao mesmo tempo mais burocráticos, pois o*

---

<sup>544</sup> Alguns participaram do encontro focal.

<sup>545</sup> GONH, Maria da Glória. **Os Sem – Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 55  
GONH, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45.

<sup>546</sup> PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 20.

<sup>547</sup> Idem, p. 33.

*processo de burocratização foi em boa parte conseqüência do processo de democratização*<sup>548</sup>. Esse é um grande desafio dos grupos não-estatais no interior do Estado.

Independente de uma democracia ser mais vulnerável, ou menos vulnerável, é o espaço político que permite experiências alternativas. Existem diversos graus de modelos que se aproximam ou se distanciam do seu modelo ideal. No entanto, mesmo no mais distante modelo, não se pode confundi-la com o Estado autocrático ou totalitário. O desafio é aprofundar o processo democrático, reconhecendo-o como um modelo permeado de conflitos e inconcluso. Porém, apenas nele, encontramos o espaço para a opinião e para a experimentação.

Weber e Bobbio se aproximam na crença do papel dos valores que são essenciais como princípios norteadores do ideal democrático: O ideal de tolerância, o ideal da não-violência, às regras formais da democracia, com regras de convivência para solução de conflitos, o ideal da renovação gradual da sociedade pelo livre debate, o ideal da irmandade (fraternidade)<sup>549</sup>. É um desafio construir o espaço democrático, porque é um modelo que para se fortalecer e se consolidar depende de transformar-se em costume, rotinizar-se, principalmente em sociedades carentes de experiências cívicas, onde ações sociais transformadoras são embaladas pelo carisma dos heróis cotidianos e os valores democráticos não foram consolidados.

## **6.4 O ACESSO À JUSTIÇA**

O Acesso à justiça na PJPS proporcionou afinidade e reciprocidade entre os presos e a direção. Os detentos colaboravam com a administração e em troca, a administração atendia aos interesses mais urgentes dos detentos: Remissão da pena pelo estudo e o acesso à Justiça. Após a divisão e a normatização das atividades, a direção da Pastoral Carcerária percebeu a necessidade de uma ação conjunta com instituições que pudessem olhar a situação penal dos detentos. A desordem na documentação impedia uma visão mais próxima da realidade. A

---

<sup>548</sup> Idem, ibidem, p. 35-36.

<sup>549</sup> Idem, ibidem, p. 40.

administração seguiu dois caminhos: propôs a contratação de advogados para as unidades prisionais (o que ainda ocorreu no Governo Arraes) fez parcerias e convênios com a Faculdade de Direito de Caruaru - ASCES: No Governo Arraes, com o Núcleo de Prática Jurídica, através de mutirões jurídicos<sup>550</sup>, e a partir de 2001 assinou um Convênio com a ASCES – Faculdade de Direito de Caruaru através do *Projeto de Extensão: Adoção Jurídica de Cidadãos Presos*<sup>551</sup>.

A gente sabia que tinha um monte de documento perdido, que o setor penal não era organizado e não se sabia aqui a situação do preso. Só depois com a Pastoral Carcerária, foi quando Dom Costa pensou em fazer um convênio com a Faculdade de Direito e criar o Projeto de Adoção de Presos, foi quando a gente falou com a faculdade e os alunos começaram a vir para cá. A gente começou a ter o acesso à justiça com o mutirão jurídico, o primeiro foi realizado com o pessoal da defensoria pública do Recife, eles acharam tudo aqui ilegal e continuamos com a Faculdade de Direito de Caruaru. (ASP- 1) (Grifo nosso)

As ações em Caruaru revelaram a falta de assistência jurídica nas unidades do Estado de Pernambuco. A realidade era comum ao restante das unidades prisionais do Estado. A situação foi denunciada pelos grupos de Direitos Humanos e pela imprensa que expuseram a falta de acesso à Justiça, como uma violação dos direitos humanos dos detentos. Desde então, ocorrem seleções para técnicos e advogados nas unidades prisionais do Estado. Esse momento significou um avanço importante no cotidiano das prisões de Pernambuco. *Aí Recife começou a se preocupar em contratar técnicos, mas não existiam técnicos fixos nas unidades, essa demanda saiu daqui. (Representante da Pastoral Carcerária –3)*

Não tinha advogado não, só quem tinha dinheiro para pagar advogado particular, não tinha pasta de presos, nem setor penal, não existia nada de documentação de preso. Ninguém se preocupava com a situação da gente, era muito difícil, depois da pastoral a gente passou a saber da situação da

---

<sup>550</sup> Trabalho coordenado pelos professores: Marupiraja Ramos Ribas e Fabricia Flávia.

<sup>551</sup> Trabalho coordenado pelos professores: Perpétua Dantas e Saulo Amazonas à época da pesquisa.

gente, começou a se fazer os pedidos de execução penal, antes nunca tinha tido isso. (Grupo focal-presos) (Grifo nosso)

Dois advogados que trabalharam na PJPS, contratados durante a gestão da Pastoral Carcerária, relataram a experiência da burocratização e da rotinização durante e depois da administração da Pastoral Carcerária. Retratam que no trabalho dos advogados, a burocratização ocorreu com a mudança de gestão, introduzindo um estilo técnico-burocrático. Situação que coincide com a Reforma do Estado no segundo Governo de Jarbas Vasconcelos. A função do advogado era definida em contrato de trabalho, deveriam trabalhar com os presos condenados, requisitando a progressão penal, livramento condicional e fazendo pleitos de execução penal.

Eu sempre quis trabalhar em Caruaru, comecei em Pesqueira, mas também gostei de atuar lá. Quando vim para Caruaru tive um clima de muita acolhida, tínhamos muita liberdade para trabalhar, de peticionar, de entrevistar os presos a hora que fosse, e pesquisar fora da penitenciária. O Sistema Penitenciário não oferecia nenhum livro ao advogado, qualquer código atualizado. Havia um diálogo importante com o pessoal da Pastoral Carcerária, tínhamos liberdade de trabalhar de acordo com as prioridades que levantávamos durante a semana. (Advogado – 1) (Grifo nosso)

Com a Pastoral Carcerária, os técnicos além de exercerem uma função burocrática, atuavam diretamente com o preso, verificando a sua necessidade, observando a sua pasta. Os advogados afirmaram que durante a gestão da Pastoral Carcerária tinham encaminhamento na média de trinta a quarenta pedidos por mês, e com a burocratização da nova gestão, isso foi bastante reduzido.

Nos horários vagos, que a gente não estava no setor da gente, descíamos ao pátio, tinha dias que os presos participavam de debates, tinham oficinas e cursos e a gente poderia olhar e até participar, desde que não atrapalhasse nossa produção. Havia preocupação com a qualidade de tudo o que se fazia ali. Esse tipo de trabalho quebrava a barreira de sermos vistos só como profissionais do direito. (Advogado – 2) (Grifo nosso)

Para os entrevistados, apenas quem participava diretamente das atividades desenvolvidas pela direção da Pastoral Carcerária, poderia sentir de perto o tipo de mudança que a administração implantou. Além de avaliar a forma como aquelas mudanças refletiram positivamente sobre o trabalho de todo mundo.

Nós sempre gostávamos dos momentos que tínhamos reuniões com o conjunto de profissionais da unidade: advogados, psicólogos, assistentes sociais, professores, ASPs e direção. Cada um falava do seu departamento, de suas dificuldades, eu conheci um pouco do que a psicologia fazia, os trabalhos que os professores realizavam, um conhecia o universo do outro, socializava dificuldades e soluções. Nem a guarda nem os agentes penitenciários gostavam muito da gente participando das soluções. E quando a gente inventava alguma coisa, eles botavam a mão na cabeça, quebrar a rotina de uma unidade é pior coisa que você pode fazer para a segurança. ( ASP – 1) (Grifo nosso)

Mesmo com todo apoio que os técnicos tinham da direção, os advogados revelaram que sentiam a vigilância constante sobre as ações que realizavam. Relataram que a direção da Pastoral Carcerária chegava a se confrontar com a postura da sua equipe de segurança. O predomínio da visão burocrática ocorreu com a saída da direção em 2002.

Hoje eles têm medo de falar, antes eles tinham mais segurança, a liberdade de expressão era parte do trabalho da Pastoral, o diretor é uma pessoa muito bonita e os presos sentem esse amor que ele tem pelo trabalho que faz e acreditam nele. A simples presença dele na unidade era uma esperança pra eles. (Professor – 3) (Grifo nosso)

Com a saída da Pastoral, os advogados apontaram a criação de modelos de petições que deveriam ser usadas mecanicamente, substituindo apenas o nome do detento. Existindo um pré-modelo para cada situação para dar agilidade aos pedidos. O advogado teria que cumprir seu horário integralmente na prisão, se tivesse necessidade de pesquisar, ir a uma biblioteca, criava-se um clima de constrangimento. Ocorreu o endurecimento das relações de liberdade e de autonomia, que haviam vivido.

A burocratização extrema é uma violação de direitos humanos, porque um profissional que está preso a uma ficha e um procedimento, se não lê, se não estuda não consegue ampliar os seus horizontes além do que a norma diz. Ele não consegue convencer ninguém, temos juízes cultos e preparados que quando se toparam com certos pedidos, do tipo que usam o recurso delete e cole ficam de ter um infarto com a ignorância e a burrice de alguns advogados. Eu saí porque o meu projeto fracassou e eu me nego a me transformar em uma profissional medíocre, sou de luta, tenho coragem de lutar pelo que acredito, hoje ajudo os presos de outra forma, com a qualidade que defendo e acredito de graça. (Advogado – 1) (Grifo nosso)

De acordo com os entrevistados, a imagem da Pastoral Carcerária, já havia se enfraquecido com a Reforma do Estado, e a morte do Bispo, associada à saída da direção da PJP, caíram como bomba para todos dentro na prisão. O Bispo foi um representante dos direitos dos presos, todos se sentiam representados e acolhidos pela simbologia da sua imagem, foi um golpe na experiência que se concretizou com o peso da sua força política. Os advogados revelaram o aprendizado sobre partilha e solidariedade com o Bispo e com os presos, passando a ver o direito penal de em sua função social.

Passei a ver que muitos deles cometeram crimes por falta de oportunidade, pelo momento que vivenciaram e que a ausência do Estado na vida deles lhes tirou direitos básicos, e que aquele parece ser um caminho comum para aquelas pessoas e o mundo do crime os acolheu. A gente vê que faltou Igreja, Educação, Família, Escola, uma estrutura mínima. A prisão não é lugar de bandidos sanguinários e psicopatas apenas, tem gente como você e eu. A diferença é que fomos muitos pobres, tivemos pouca estrutura econômica e muita estrutura moral: Um pai e uma mãe determinando limites, colocando freios, dizendo pra gente o certo e o errado, e eles? A família faz a gente sonhar com o futuro, com o dia de ser alguém e ajudar os irmãos, os pais, a gente tem objetivo, eles precisam ter também. (Advogado – 1) (Grifo nosso)

*O Projeto de Extensão: Adoção Jurídica de Cidadãos Presos tem sido, desde 2001 um outro caminho para se garantir o acesso à justiça na*

PJPS. O convênio já havia sido discutido com o NPJ<sup>552</sup>, mas a celebração do convênio só aconteceu em setembro de 2001. A direção da Pastoral Carcerária permitia que os estagiários tivessem acesso às pastas dos presos, cruzavam as informações das pastas, com as informações do processo. O trabalho é complementado com uma entrevista com o preso para reunir mais elementos para a sua defesa. *Conseguimos colocar um estagiário fixo na PJPS que fazia a ponte com o nosso projeto de extensão, naquele tempo nunca tivemos nenhum tipo de dificuldade. (Representante da ASCES<sup>553</sup> – Faculdade de Direito)*

A gente reunia os alunos inscritos no Projeto de Extensão: Adoção Jurídica de cidadãos Presos e depois de algumas capacitações na ASCES, os alunos seguiam para a PJPS para entrevistar os adotados e a seleção dos detentos era feita através das listas da Defensoria Pública, acompanhávamos os alunos nas entrevistas coletivas com os presos adotados. Fazíamos palestras para eles explicando os critérios para adoção. Só não atuávamos no inquérito policial. Quando o inquérito chegava à Justiça, o Projeto começava a atuar. (Representante da ASCES – Faculdade de Direito de Caruaru - 2) (Grifo nosso)

Após a saída da direção da Pastoral Carcerária, os coordenadores modificaram a forma de atendimento ao preso: continuam realizando palestras, campanhas para a unidade de agasalhos e livros para a biblioteca; participando dos eventos festivos na unidade prisional, porém até meados de 2006 optaram pela atuação no Tribunal do Júri. Participaram de júris de presos da comarca de Caruaru, assistidos pela Defensoria Pública. As razões que influenciaram a mudança do foco do trabalho, de acordo com os entrevistados, foram dificuldades impostas pelos juízes da vara singular, e das secretarias das varas. Alguns magistrados não compreendiam a função social do Projeto de Extensão. Como resultado, o grupo resolveu atuar naquela vara, onde os estudantes eram bem recebidos e poderiam aprender sem sofrer constrangimentos.

---

<sup>552</sup> NPJ (Núcleo de Prática Jurídica)

<sup>553</sup> Associação Caruaruense de Ensino Superior.

Tive uma aluna que foi confundida com uma mulher de preso, que sofreu preconceito racial por ser negra. Um ASP disse para a estudante que aquela não era hora pra encontro conjugal e a menina se sentiu constrangida, humilhada, e temos responsabilidades com os nossos alunos, então optamos por outra maneira de trabalhar. (Representante da ASCES – Faculdade de Direito de Caruaru – 2) (Grifo nosso)

Os professores não relataram aumento de tensão na PJP, reconhecem a mudança de estilo de gerenciamento. Destacam a perda da mística e da alegria como tônica do ambiente. São cercados de ASPs por todos os lados. Ainda descreveram que a criação de um parlatório com um vidro que impedia que o aluno enxergasse o rosto do preso-adotado. A coordenação do projeto combinou com a direção para as entrevistas dos alunos com os presos ocorrerem no refeitório da unidade prisional.

Em cinco anos de trabalho conseguimos ajudar muita gente, garantir um acesso à Justiça com qualidade, reduzir penas, desclassificar crimes, ensinamos aos alunos a trabalhar com o crime dentro de critérios éticos e garantistas. Apesar de ter mudado a forma de trabalhar, a gente não deixou de trabalhar com o preso, para essa nova etapa, trabalhamos em conjunto a atuação no Tribunal do Júri, com o apoio do Laboratório de Argumentação Jurídica, com a participação dos professores de Ciência Política, Sociologia, psicologia e criminologia, este trabalho tornou o Projeto de Adoção Jurídica o mais procurado pelos estudantes de direito da ASCES, pela relevância social, humana e pela perspectiva interdisciplinar que possui. Mudamos a forma de trabalhar porque a realidade mudou e temos que trabalhar, olhando para duas perspectivas de igual importância: a formação do profissional do direito, mas também a função social do direito, numa prestação de serviços, ética, humanizada e de excelente qualidade. (Representante da ASCES – Faculdade de Direito de Caruaru – 2) (Grifo nosso)

O Projeto de Extensão: Adoção Jurídica de Cidadãos Presos viveu uma dura quebra de braços com o Ministério Público. Uma Promotora de Justiça vinha dificultando a atuação do projeto no Tribunal do Júri. Situação que vem sendo equacionada com o apoio de alguns juizes, que fragilizaram a posição da referida promotora pública, abrindo espaços nas varas que

comandam para a atuação dos estudantes. Estes são orientados por coordenadores e professores do projeto de extensão.

## 6.5 RELAÇÕES DE GOVERNO E SAÍDA DA PJPS

Desde a indicação da Pastoral Carcerária para administrar a PJPS, ocorreu uma quebra no esquema da tradicional política de favor e tutela na escolha para a direção da unidade prisional de Caruaru. A escolha dos cargos não foi decidida pelos caciques políticos locais, atraindo inúmeras simpatias, antipatias e inimigos políticos de peso, que enxergavam a unidade prisional como um espaço de disputa de cargos. Na época de Miguel Arraes, o Vice-Governador foi de Caruaru, ligado ao Grupo Lyra. No primeiro Governo de Jarbas Vasconcelos a direção da PJPS viveu uma disputa cerrada pelo cargo do diretor da PJPS.

Um dos primeiros fatos que relacionam a PJPS à política local é que a proximidade com a alta hierarquia do governo Arraes, com um vice-governador de Caruaru, as relações não foram fáceis como imaginavam. De acordo com alguns entrevistados o político local não manifestava simpatia nem apoio à experiência.

Só atrapalhou, porque quando as coisas começaram a acontecer em Caruaru, a aproximação do Bispo, houve um afastamento do pessoal da esquerda, todo mundo se afastou e fui até provocado, que tipo de joguinho eu tava fazendo. Alguns técnicos de saúde vinham com provocação, não com a Igreja, mas comigo. Achavam que eu estava fazendo aquilo, não era por dedicação, vocação política, mas era porque eu estava procurando um cargo no governo, então quando tive uma crise muito séria, não estavam passando o fundo penitenciário, não estava chegando comida para os presos, foi no finalzinho do Governo Arraes. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

O entrevistado relata que o vice-governador apoiou o grupo do Betinho em Caruaru e quando foi procurado na vice-governadoria esperou mais de quatro horas para ser atendido. Quando o político se dispôs a atendê-lo, não prestou atenção, nem demonstrou sensibilidade com a crise na PJPS.

E havia uma briga interna no Governo, principalmente na Secretaria de Justiça. Tive que comprar fiado na cidade, quando não tinha janta, a gente fazia salsicha com macarrão e os presos sabiam disso, não tinha nada para comer, e eu fiquei devendo muito dinheiro no comércio. Hoje daria uns 10 a 15 mil reais de alimentos, que eu tava botando todo dia. Tinha que ser comida rápida, porque também não tinha dinheiro para o gás e eu não poderia deixar a unidade estourar, porque era o Governo de Arraes, era progressista e isso iria dar munição à oposição, pra direita e chegou o dia que eu fui lá e dei uma peitada na Secretaria de justiça, pedi permissão para ir ao vice-governador que era de Caruaru na época, e vou pedir a intervenção dele para tentar intervir na situação de custeio do Sistema Penitenciário. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A decepção com o tratamento do Vice-Governador levou o diretor da PJPS a procurar outra saída. Procurou outras pessoas que pudessem interferir na liberação do custeio para o Sistema Penitenciário.

Você sabe, quando alguém tá falando com você, pensando em outra coisa? Atendeu a gente por desencargo de consciência, vamos tirar este cara da sala de espera, e depois que a gente saiu, a gente soube que a notícia rolou, que eu tava já pleiteando algum cargo e a partir disso, esse grupo todinho que apoiou o vice - governador na campanha se afastou dele e nessa crise do sistema Penitenciário. Eu fui lá, eu liguei para a defensoria, me apresentei, a gente ligou umas três ou quatro vezes, eu e a diretora do HCTP que era também ligada ao Governo Arraes, e terminou ele me recebendo por intermédio da esposa do vice- governador. Eu disse: “a coisa é de urgência é de governo” e falei com ele e ele prometeu liberar o custeio e foi liberado. Foi liberado por outras pessoas, porque a gente foi para o palácio e correu atrás de Dona Madalena Arraes, e ela deu a ordem a Eduardo Campos, não foi pelo vice-governador, ele nunca foi na PJPS, Ah! Apareceu no dia que soube que Dona Madalena estava lá pra distribuir os colchões que a gente tinha conseguido via Cruzada de Ação Social. (Ex-Coordenador da Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A segunda quebra-de-braços com caciques políticos locais ocorreu no primeiro governo e Jarbas Vasconcelos, em 1999 com o desmonte da estrutura da segurança pública e a descentralização de poder criada no Governo Arraes. Ocorreu a exoneração da diretora do HCTP, do diretor da

PJPS, mudanças normais que ocorrem com os dirigentes de cargos comissionados nas mudanças de governos. As mudanças significam uma demonstração do poder do novo grupo, a descontinuidade administrativa e algumas vezes, a política de caça às bruxas<sup>554</sup>. A luta pelo cargo de diretor da PJPS foi iniciada pelos caciques políticos locais, que tinham os seus nomes para dirigir a prisão, pressionaram o governo do Estado pela saída do diretor Pastoral Carcerária que foi exonerado pelo governador. Dom Costa pressionou conversando com o governador, a imprensa e com a comunidade local. Mostrou que aquela exoneração era uma afronta a Igreja Católica.

A manutenção do diretor significava uma derrota política dos aliados de Jarbas Vasconcelos, mas visibilizava que a pressão pela saída da direção da Pastoral Carcerária da prisão, apenas se iniciava. No entanto, seria encaminhada por outra estratégia. O confronto demonstrou o papel político da Igreja e a força política que representa<sup>555</sup>. Foi a capacidade de interlocução do Bispo com a sociedade e com a imprensa que manteve o diretor na unidade prisional.

Sobre a saída da Pastoral, a gente viu que eles queriam tirar e botar agentes ou militares de novo. A gente preso, mais velho, decidiu que ia fazer tumulto, mandamos cartas para as rádios e as famílias procuraram o bispo e a rádio e o deputado perdeu prá gente, porque o bispo comprou a nossa briga. (Grupo focal-Presos) (Grifo nosso)

Nos governos de Jarbas Vasconcelos, as direções não enfrentaram os problemas financeiros do governo anterior. Essa maior disponibilidade de recursos diminuiu a necessidade de buscar parcerias e convênios, mergulhando as direções na rotinização institucional. Os informantes relataram comentaram que a exoneração do diretor da PJPS foi o fato de maior dimensão política na transição do governo aqui no agreste de Pernambuco.

---

<sup>554</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa – Ômega, 1975, p. 64.

<sup>555</sup> MAINWARING, Scott. Tradução: Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 122.

A cidade inteira se mobilizou para o diretor não sair, os presos fizeram um movimento pacífico, internamente os presos estavam em pânico, ameaçavam fazer isto ou aquilo, queriam fazer greve de fome, todas as famílias de presos se mexeram, foram às rádios, ao bispo, a cidade praticamente não teve outro assunto naqueles dias. No rádio os programas faziam enquetes, saiu no Diário de Pernambuco, no Jornal do Comércio e o Vanguarda fez cobertura completa com todos os detalhes da crise. Aqui na PJPS a tensão era de todo mundo: presos, funcionários, voluntários e parceiros. Todo mundo temia um retrocesso. (Representante da Pastoral Carcerária - 2) (Grifo nosso)

Com a Reforma do Estado, o novo papel dos diretores de prisões tornou-se operacional, de execução. O que significa que os gerentes ligados à visão militarista e policialesca ocupariam espaços maiores na nova realidade. Essa situação empurrou o diretor da PJPS para um papel mais local que regional. Mesmo que mantivesse afinidade política com o Secretário de Justiça Humberto Vieira de Melo.

Hoje os diretores (gerentes) só precisam ter uma visão operacional, se pulveriza tudo. Não se deseja que se mude, que se inove, que se crie, que o gerente vislumbre além da sua obrigação. Diretores com essas características foram colocados na máquina e se dão bem na política, que foi estabelecida. Uma política de resultado, de visibilidade, controle. O Estado sob controle, a ideologia é impressionante, pegou toda aquela idéia e enquadrou numa perspectiva de resultados. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Mudou a relação com o Estado. Algumas mudanças pareceram imperceptíveis. Mantiveram-se algumas conquistas, usaram-se as mesmas terminologias, dentro de uma relação de poder totalmente diferente: de controle e regulação. A direção da Pastoral, que possuía um poder de influência na alta hierarquia, diluiu-se a uma influência local, o que se aprofundou com a criação da SERES e das Gerências Regionais Penitenciárias, limitadas à influência da administração de Cadeias Públicas. Penitenciárias e presídios não mais se subordinam às GEREPs.

Eu acho que foi uma decisão política de transformar a ideologia de ressocialização dos presos, de uma conduta de compromisso com o homem, numa ação institucional. O que significa tirar poder e iniciativa dos grupos. Na hora que a instituição toma para si o trabalho de ressocialização, isola indivíduos e grupos, então o que é que os grupos vão fazer mais lá? A DIREP (GEREP) foi para descentralizar o poder, ninguém mais tem poder, ele foi completamente apagado. E o conselho dos Gerentes? Acabou. Enquanto o sujeito tem visibilidade, ele não pode ser eliminado, descartado facilmente. Com as mudanças, agora ele pode. Pois o sujeito tem um cargo político e depende do Estado e não da sua ação individual. É uma coisa subliminar que eles fazem com a intenção de ter o poder sob controle e transformar a ação individual em grupo, em uma ação institucional e isolar quem trabalha sozinho, sem apoio. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

Pouco antes da morte de Dom Costa, no início de junho de 2002, ocorreu à saída do diretor da PJPS, silenciosa e sem comentários da imprensa. As notícias levantadas no período no Jornal Vanguarda retrataram apenas a posse da nova diretora da PJPS<sup>556</sup> e a morte do Bispo Dom Costa. Como a representante da imprensa, na Pastoral Carcerária, não trabalhava mais no periódico local, não houve um olhar da imprensa que enfatizasse o significado político daquela mudança.

Do ponto de vista jornalístico a mudança foi uma coisa positiva. Foi colocado pelo governo como um avanço, que o trabalho feito na PJPS agora irá ser realizado nas cadeias. Naquele momento talvez nem o diretor tivesse noção do engodo que seria trocar a direção da PJPS. Puseram-no em um cargo executivo de diretor de DIREP, ele não tinha noção da perda de poder que significava e ele não queria desaparecer. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A morte do Bispo Diocesano quebrou a principal base de apoio do diretor da PJPS. A situação é interessante, e revela os dilemas dos sujeitos oriundos da sociedade civil no interior do Estado. Se existisse um grupo de apoio, mesmo com as dificuldades do relacionamento, o impacto da morte do Bispo seria menor. Não havia identidade ideológica com Estado, o Bispo

---

<sup>556</sup> Cirlene Rocha, ASP da equipe técnica do Ex-diretor da Pastoral Carcerária.

morreu e a Pastoral Carcerária estava fragmentada. Associado a estes fatores, João Braga assumia a SDS impondo a política de controle e segurança, marcas da segunda gestão do governo Jarbas Vasconcelos, aprofundada por Rodney Miranda, sucessor de João Braga na SDS.

Ele fez uma opção muito desconfortável de ficar no governo, depois de ser uma pessoa importante no Governo Arraes. Assim a luta dele contra Tony Gel ficou como aquilo de manter o poder a qualquer custo, como se fizesse qualquer coisa para ser funcionário. Nem teve coragem de fazer uma análise do quanto aquilo era perda de poder para ele. Do ponto de vista do status, a regional era uma realidade, internamente foi uma grande perda, porque ele é de planejar e executar. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A saída do diretor da PJPS vinha sendo negociada desde a gestão de Humberto Vieira de Melo, após a crise com Dom Costa pela manutenção do diretor no Cargo. Surgiram convites para assumir a SUSIPE e outros cargos burocráticos, na crise da exoneração em 1999. O governo foi hábil, disfarçando para a imprensa e para a comunidade as suas intenções. Não houve reação negativa dos presos. A diretora foi indicação do diretor da Pastoral Carcerária, como também outras direções de unidades foram negociadas para o seu staff.

Diante da proposta da DIREP, na ausência de bases de apoio, o diretor foi colocado em um beco sem saída. Havia discutido a criação das gerências regionais, sua organização e territorialidade, aceitando uma delas. Se tivesse um grupo com ele pra dizer: a gente não aceita a regional, nosso foco de trabalho é a PJPS. Pensamos que o trabalho com as cadeias pudesse ter alguma visibilidade, mas vimos que era impossível (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária). De acordo com os informantes, o objetivo era descartá-lo lentamente, sem traumas, em função da reação da opinião pública ou dos apoios que possuía.

O nosso trabalho era burocrático, o que eu acredito é que foi uma estratégia pensada, assim: esse cara incomoda, vamos colocar ele numa situação que ele, gradualmente, vá perdendo poder, e com o tempo vai ser esquecido e isso é sintomático, você viu na entrega dos prêmios aos presos na

PJPS<sup>557</sup>. Deduzimos a reação ao processo de fragmentação que ocorreu, do rompimento da relação de subordinação dos gerentes por ele indicados, da necessidade que a nova direção possui de demonstrar de que é o poder de mando, que mantém direitos, mas principalmente o poder na unidade. Outro aspecto é que esse modelo de institucionalização isola as pessoas. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A mudança da postura da direção da PJPS, a partir de 2002, se baseia em duas razões: De um lado a Reforma do Estado no Governo Jarbas, que determina uma postura de operacionalização e execução para o diretor, seguida da mudança do perfil do detento: mais jovem, indisciplinado, e em grande quantidade.

Chegou um garoto na PJPS recentemente que matou a avó. Em outro momento ele apanharia, sofreria algum tipo de violência. Claro que houve opiniões e críticas, pressão psicológica, mas ele não apanha. Se deixar, imagine, é outro, e outro, e assim vai ser aquela confusão, vai acontecer o que acontece em outras unidades, ninguém vai ter coragem de entrar. Aqui a gente entra a qualquer momento, sozinha ou acompanhada sem nenhum temor, porque não tem nenhum bicho lá. O bicho tá fora. Se ela tivesse uma postura diferente, talvez ela não segurasse a pressão. Essa foi a cisão entre a atual direção e a direção da Pastoral Carcerária. Ela aceitou o cargo, mas com a condição de gerenciar do jeito dela. Eles não aceitam e ocorreram conflitos e distanciamentos. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A aceitação de uma gerência regional, a negociação de quatro direções de unidades do interior do Estado para os membros da sua equipe técnica, além de levar para à DIREP a representante da imprensa na Pastoral Carcerária, são ações que demonstram na prática, como se dá a transformação de militantes em funcionários, estratégicos e pragmáticos.

A diretora que o substituiu foi do grupo de confiança, da sua equipe de direção na PJPS. Apesar das afinidades, tem

---

<sup>557</sup> Observamos durante a entrega, que em nenhum momento, a professora, encarregada pelo cerimonial, citou a presença do ex-diretor. Nem como autoridade presente. A gafe foi corrigida por um coronel convidado para o evento.

convicções diferentes, não poderia administrar pelo ponto de vista de outra pessoa. O discípulo manteve os programas, continua acreditando no tripé da Pastoral Carcerária: trabalho, educação e geração de renda. Para nós, a questão da geração de renda era na verdade o fortalecimento dos laços familiares, criar uma maneira de aproximá-los das suas famílias. A atual diretora está com um projeto muito bom, ela tem idéias, ela é muito esforçada. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

A diretora indicada foi sua mais leal assistente, da sua equipe de administração<sup>558</sup>. A nova diretora, por mais que se encontre diante de um programa de seu antecessor, é cobrada como profissional de segurança para ressocializar e para reprimir, e ainda precisa produzir resultados. Isso deve dar um rolo danado na cabeça dele. Só que a função dele é de fazer escolta, contagem de presos, abrir, fechar portão. Na verdade é repressão, ressocialização é só no nome. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária). A diretora da PJS continua tocando o projeto de ressocialização, mesmo com a superlotação. Foram apresentadas propostas para solucionar o problema da superpopulação, mas nenhuma foi concretizada.

A proposta foi construir um complexo penitenciário, mas que nunca aconteceu. Só que o terreno que a prefeitura doou, a engenharia recusou porque era muito acidentado. Mas não deu em nada e não saiu do presídio, João Braga está saindo e a gente não conseguiu o presídio novo. (ASP-1) (Grifo nosso)

Em relação a essa mudança de governo, na passagem da percepção da política de segurança pública (do Governo Arraes para o Governo de Jarbas Vasconcelos), a diretora indicada pelo diretor da Pastoral Carcerária na PJS, relatou:

Eu sempre fui mais de execução, nunca fui de discutir com secretário, o que eu percebo é que é época de Franca, que ainda estava muito no início, havia mais um sistema mais ultrapassado. Mudou o sistema penitenciário, quando a Pastoral Carcerária entrou, foi aquela crise de administração, foi aquela crise de percepção e dos cuidados com os presos.

---

<sup>558</sup> Até maio de 2006, 10 (dez) ASPs dirigiam prisões em Pernambuco.

Humberto era uma pessoa muito sensível, o diretor da Pastoral Carcerária teve muito contato com ele, também foi o período que ele (Humberto Vieira) botou muitos agentes nas unidades prisionais. Com ele não tinha esta questão de QI, meu QI para ser diretora foi a Pastoral Carcerária (o diretor). A gente lutou aqui contra nossos companheiros. (ASP - 1) (Grifo nosso)

Ocorreram poucas denúncias relativas ao Sistema Penitenciário na imprensa, comparando-se ao último ano do Governo Arraes, onde a tônica do debate sobre a segurança pública foi constante. Era comum a exposição do Secretário de Justiça, estampado em matérias que o ligavam diretamente à crise do sistema Penitenciário.

Os projetos do governo Jarbas beneficiam as pessoas, mas principalmente as empreiteiras, os grupos econômicos que anunciam no jornal, que são nossos parceiros anunciantes, que são empresários. São os grandes empresários que sustentam o jornal, não é o leitor, é a política, é a estrutura econômica do Estado e a empresa. Se o governo Arraes não atendia a esses interesses era massacrado pela imprensa, as matérias mais pesadas sobre segurança pública foram de 1998, ano de eleição. Houve um bombardeamento tremendo. No Governo Jarbas existe uma sutileza na denúncia, porque é governo, mais é também anunciante, é parceiro, é mais interessante para a imprensa como empresa e para os grupos econômicos. (Representante da Imprensa na Pastoral Carcerária) (Grifo nosso)

No segundo mandato de Jarbas Vasconcelos ocorreu um engajamento parcial dos secretários de segurança ao projeto da Pastoral Carcerária. O ex-diretor da Pastoral Carcerária reconhece as limitações do trabalho burocrático e o distanciamento que provoca na relação direta com os presos<sup>559</sup>. Esse recuo ocorre em um momento que diminui o diálogo e o

---

<sup>559</sup> Em nossa última entrevista com o ex-coordenador da Pastoral Carcerária, perguntamos se o abandono da medicina, por um trabalho com prisioneiros, não seria, neste momento uma opção errada. O entrevistado nos revelou que por pior que possa parecer, ela não é pior que a realidade do campo da saúde. Como diretor de uma prisão, poderia ir para a porta do presídio, exigir respeito com as pessoas que estavam lá. Bater de frente e observar resultados. Como médico, não poderia deixar de atender no consultório para acabar com o desrespeito nas filas dos postos de saúde e permitir a institucionalização do desrespeito às

reconhecimento dos grupos de direitos humanos nas prisões, fermentado em um momento de combate a criminalidade violenta e de medo social.

Como vai controlar essa montanha de gente desempregada, sem dinheiro, sem perspectiva de nada, se não for criminalizando. Não querem fazer o controle pelos velhos dispositivos do Estado do bem-estar-social: creche, escola pública, rede pública de saúde, querem fazer o controle pelo sistema penal (...) o Estado tem sido o aparelho das oligarquias dirigentes, não é público nem neutro, não há um fato de corrupção na política comparável à corrupção na área da moeda e do crédito.<sup>560</sup>

Nos documentos analisados, encontramos apenas dois pedidos de impedimento de entrada de prisioneiros na PJPS: em 1998 um documento assinado pelo Secretário de Justiça Roberto Franca e um documento atual do Ministério público em 2006, denunciando a superlotação da unidade. É interessante observar que quando o Secretário de Justiça proibiu a entrada de presos na PJPS, a unidade tinha duzentos prisioneiros. A situação põe em risco todo trabalho feito na direção da Pastoral Carcerária e pela sua substituta. Não existindo após a morte do Bispo, outra liderança carismática, que empunhasse a bandeira dos direitos dos presos. As condições implantadas foram se deteriorando no dia-a-dia, sem um movimento cívico que reconduzisse o problema ao espaço público. Esse é um dos principais problemas que envolvem os movimentos cívicos sustentados no carisma de um líder. Com o seu desaparecimento, o movimento esfria ou desaparece<sup>561</sup>.

Tomando a sociedade brasileira como ponto para análise, observamos que as campanhas cívicas estão sempre acompanhadas de personagens carismáticos. A saída destes indivíduos do cenário político, por deserção, morte ou qualquer outra situação, resfria o jogo político. Essa ocorrência demonstra a ausência de uma cultura cívica na democracia

---

peças pobres. As atendentes dos postos são pobres como os pacientes, e tratam com frieza e com descaso pessoas como eles (as).

<sup>560</sup> BATISTA, Nilo. Todo Crime é Político. **Revista Caros amigos: Ano VII, N.77**, agosto, 2003, p. 33.

<sup>561</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 296.

brasileira e da convivência com os processos de desigualdade social. Luciano Oliveira disserta sobre a questão.

O valor “formal” da democracia exige um mínimo de igualdade real dos indivíduos, como ponto de partida para que possam funcionar as chamadas “regras do jogo”. Essa metáfora, aliás, na sua singeleza é ela própria bastante reveladora, pois contém a idéia de que os jogadores dispõem de alguma coisa para colocar na mesa, e que se eles nada têm, o jogo também não existe<sup>562</sup>.

A experiência de Caruaru encontrou inúmeras dificuldades de participar de uma rede ampla de discussão e diálogo, foi fechando-se a cada problema, em nome da segurança, e pela tensão provocada pelo constante boicote. Encontrou inúmeras dificuldades de reação. A opção pelo recuo das atividades, e a ausência de qualificação dos atores envolvidos contribuiu para o fim da experiência de Caruaru. Ela não estava em contato com as redes sociais de debate e solidariedade, tecendo pontes com outras experiências locais ou globais, essenciais aos novos movimentos sociais<sup>563</sup>.

Quando a organização da autoridade se torna permanente, o quadro que apóia o governante carismático se torna rotinizado. Os seus discípulos, apóstolos e seguidores se tornam padres, vassalos feudais e, acima de tudo, funcionários.<sup>564</sup>

Robert Putnam observa que as relações políticas tendem a se consolidar ao longo do tempo, em geral apresentando dois equilíbrios sociais. O que significa dois equilíbrios sociais? Para Putnam há esses dois equilíbrios sociais gerais, onde todas as sociedades que têm problemas com a participação política, tendem a evoluir, e que uma vez atingidos esses equilíbrios, eles tendem a reforçar-se. É o que acontece com as sociedades cívicas e não-cívicas, que desenvolvem círculos virtuosos e não virtuosos,

---

<sup>562</sup> OLIVEIRA, Luciano. Democracia e Direitos Humanos. In: ARGUELLO, KATIE (Org). **Direito e Democracia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 182.

<sup>563</sup> GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 41.

<sup>564</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2**. Tradução de Régis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa; Revisão Técnica de Gabriel Conh – Brasília: DF: Editora UNB: SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998, p. 342.

onde, tanto um, como o outro, tendem a consolidar-se, sendo cada um, uma forma de equilíbrio social.

Observamos que a história da PJPS, administrada por uma organização não-estatal, é uma experiência que se insere em um contexto não-cívico, onde a participação da comunidade foi marcada pela influência carismática do Bispo e pela imprensa. Apesar dos seus limites políticos criou uma euforia de participação, originando círculos virtuosos de participação. A desconfiança, a deserção de sujeitos pela violência institucional da prisão, reforçou a estrutura não cívica pela frustração e pela desconfiança entre parcelas daqueles que não se sentiram parte do jogo, sem entender as suas regras<sup>565</sup>. No entanto, é um espaço para a reflexão sobre a possibilidade real de se administrar uma instituição total, sem violar os direitos humanos dos reclusos, com inteligência, criatividade e imaginação.

---

<sup>565</sup> PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. Ed. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro: 2002, p. 190.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão weberiana define que nenhuma ciência será capaz de ensinar aos homens a melhor maneira de viver ou de se organizarem, nem de dizer à humanidade o seu futuro, o melhor caminho a seguir. Sempre existirão espaços sociais, onde a ação não racional prevalece e a ciência pode expressar-se apenas em termos de probabilidades, limitando a ação do cientista<sup>566</sup>. Porém, o estudo de um caso concreto, permite discutir aspectos gerais e específicos da realidade recortada. A experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru nesse sentido tem os dois aspectos: É única como experiência, por todas as suas especificidades e é geral, porque trata das relações que envolvem sociedade civil, Estado e organizações não-estatais na promoção dos Direitos Humanos na prisão.

A PJPS foi administrada com estratégias simples e eficientes que valorizaram a ludicidade e a condição humana do prisioneiro. Foi uma experiência inteligente e barata que convocou uma cidade inteira a pensar seus conceitos sobre o sentido da prisão, mas é preciso compreender o contexto histórico em que a mesma se desenvolveu em um governo (Governo Miguel Arraes) que apesar dos problemas financeiros, tinha em seu staff, militantes históricos de Direitos Humanos, com capacidade de influenciar a política para além dos espaços locais. As convergências de âmbito local e estadual permitiram a vida e o sucesso da experiência.

Há uma generalização possível de se evidenciar na experiência da PJPS em Caruaru: O choque de realidade da violência institucional na prisão tornou os militantes mais imediatistas e os seus objetivos deixaram de ser concebidos numa visão de totalidade para se inserirem na perspectiva minimalista democrática no tocante as soluções para os problemas cotidianos da prisão, o que Weber denomina de rotinização.

Algumas das hipóteses que nortearam o trabalho foram sendo confirmadas. Os projetos baseados na autoridade carismática produzem um rápido consenso social são efêmeros, o seu sucesso está ligado à força pessoal da liderança, do que na força da coletividade envolvida; a violência

---

<sup>566</sup> WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 47.

institucional produzida pela burocracia na prisão oprime sujeitos de valores e percepções diferenciadas sobre a função social do sistema penitenciário e é geradora de tensões e conflitos manifestos e subjetivados. As decisões colegiadas podem garantir certo grau de equilíbrio entre grupos carismáticos e burocráticos nas instituições penais, permitindo avanços democráticos e de responsabilidade social entre membros de organizações não-estatais, agentes de segurança e governos envolvidos em projetos de democratização de espaços institucionais.

Na PJPS, a direção da Pastoral Carcerária, apesar da sua ligação com as forças progressistas da Igreja Católica, na rotinização do cargo, assumiu um papel centralizador de autoridade burocrática, numa relação de poder vertical, facilitando a rearticulação dos interesses instrumentais do Estado, pelo afastamento da interlocução social que marcou o período mais avançado da experiência e de sua maior legitimação. A imprensa e as instituições da sociedade civil tornaram visíveis as mudanças realizadas na PJPS, criando um consenso positivo sobre a administração e os sujeitos envolvidos nas ações na prisão. O distanciamento de redes de comunicação e solidariedade isolou a direção da Pastoral Carcerária em uma alternativa local, sem pontes com outras experiências não-governamentais, relacionando experiências locais e globais.

Em um espaço de cultura política autoritária, de cultura não-cívica, como é o caso de Caruaru, o papel realizado pela imprensa despertou na população local e regional um olhar menos estigmatizante sobre os detentos. As mudanças foram tocadas mais no heroísmo pessoal do pequeno grupo que se manteve, no apoio dos parceiros e convênios, do que na Pastoral Carcerária esvaziada no meio e no final da experiência. A deserção dos seus membros e dos outros atores não ocorreu por ignorância, mas porque os sujeitos não se sentiam parte do jogo, não vislumbrando outro papel para exercerem. Outra questão é que a Pastoral Carcerária de Caruaru (no período estudado) não foi um movimento social original, foi resultado da vontade pessoal de Dom Costa, percebendo a inexistência de uma demanda de sujeitos da sociedade civil dispostos a encampar a luta pelos Direitos Humanos dos prisioneiros.

No Governo Arraes, em Pernambuco, existia afinidade política entre a direção da PJPS com a equipe de governo na Secretaria de Justiça, e um confronto com a burocracia dos escalões inferiores. No Governo Jarbas Vasconcelos a Reforma do Estado, já nos moldes das políticas neoliberais, desarticulou, isolou e retirou poder das unidades prisionais, retirando a articulação dos gerentes em decisões colegiadas de poder, tornaram cada vez mais verticalizadas. As dificuldades vividas, pela experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru na PJPS, alertam para os perigos da adaptação das organizações não-estatais à rotinização.

Diante da crise social com que se depara a sociedade, a prisão brasileira se configura em um espaço de controle de criminosos, a exemplo do que ocorre com a proposta do endurecimento da razão penal<sup>567</sup>. Quem atua no micro-espaço da prisão pode fazer a diferença. Daí, a importância de que as organizações não-estatais mantenham seu foco, reafirmando os valores que defendem: como o direito à vida, do respeito à dignidade da pessoa humana, para não serem tragadas pelo desencanto, a frustração, ou os entraves que enfrentam com a violência institucional. Mesmo atuando na esfera do Estado, cuidando para que a cooptação estatal não fragmente o movimento social.

O estudo com a Pastoral Carcerária na administração da PJPS em Caruaru, pôde se dá à luz do referencial weberiano, pela sua defesa de que a realidade histórica é pontilhada de discontinuidades, podendo a história ser interrompida pelos movimentos de caráter excepcional, ou seja, os movimentos carismáticos, numa oscilação entre o cotidiano e o extra - cotidiano. O resultado desse encontro é que a ação social se funde na ordem institucional e o carisma se mistura nas regras e nos procedimentos ritualísticos das organizações burocráticas, ocorrendo a sua rotinização. A experiência de Caruaru protagonizou ações e posturas propositivas e civilizadas na relação entre o Estado e a sociedade, no reconhecimento da condição humana do prisioneiro: ouvindo-o, atendendo à sua família, respeitando os seus direitos e impondo limites na ação do prisioneiro na

---

<sup>567</sup> No caso brasileiro a defesa do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) como modelo de gestão da criminalidade violenta.

unidade prisional. E diante do caos em que se encontra a gestão das prisões no Brasil, torna-se pertinente a reflexão proposta, à medida que a ausência de soluções para o problema do sistema Penitenciário demonstra a crescente combinação entre o aumento da criminalidade e a falência das instituições representantes da lei, instaurando medo e insegurança.

Um Estado penal pode criar um sentimento de segurança fantasioso no cidadão, mas não tem resultado em combate eficiente ao crescimento do crime comum ou do crime organizado nas territorialidades mais marcadas pela sua existência<sup>568</sup>. A rotinização das condutas no Sistema Penitenciário ao provocar a ausência de questionamento e de um posicionamento crítico pode levar indivíduos ou grupos a agirem de forma fragmentada, o que pode produzir destruição, pela incapacidade para pensar sobre as ações realizadas e conduzir a banalidade do mal<sup>569</sup>. O combate ao crime encontra interlocutores no homem comum e na mídia, transformando o crime em espetáculo, alimentando discursos políticos cada vez mais conservadores, difundidos não apenas pelos representantes dos partidos de direita.

A implementação de relações garantistas dentro da PJPS, demonstrou que o preconceito sobre o criminoso impede a compreensão da pessoa humana do prisioneiro (pai, filho, trabalhador, analfabeto, cristão, excluído), entre outras identidades. Reduzindo-o ao crime cometido, impedindo o reconhecimento e o investimento nas suas potencialidades como ser humano. Experiências alternativas na prisão revelam a possibilidade de desconstrução da imagem veiculada sobre o prisioneiro. Mas, não é um exercício simples. Requer apoios variados, heroísmo pessoal e coletivo, e valores consistentes que norteiem as ações de grupos e de indivíduos.

A Pastoral Carcerária de Caruaru, apontou para a importância de se trabalhar numa comunidade real, com alicerces em valores significativos. Se a prisão for utilizada para o gerenciamento dos desajustados, tornar-se-á uma espécie de campo de concentração que satisfaz governos e cidadãos comuns, ao tirar de circulação pessoas indesejadas. Grupos incômodos,

---

<sup>568</sup> WAQUANT, Loïc. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan / Fase, 2001, p. 71.

<sup>569</sup> Ver, ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

considerados perigosos à ordem social. Vistos dessa forma, sobre eles, pode recair um “processo civilizador” cruel, atraindo práticas de homicídios, chacinas, crimes de execução e a penalização será o único instrumento de controle social<sup>570</sup>. Nesse “processo civilizador”, sobriam apenas os pobres virtuosos, que, mesmo dentro do espaço democrático, continuariam sendo vistos como perigosos. Em um cenário tão desagregador e desencantador, as instituições não-estatais devem continuar atuando no interior das prisões?

É uma resposta que cada grupo terá que responder a partir das condições reais em que estará envolvido, nas instituições penais onde se encontrem. No entanto, a contradição, entre a burocracia do Estado e o carisma destes grupos, demonstra que a presença de indivíduos e grupos de Direitos Humanos na prisão reduz significativamente as violações dos direitos dos prisioneiros. A questão central é que a rotina institucional tende a esmagar e a destruir, pela violência institucional da burocracia, a irracionalidade do carisma, que leva à criatividade, quebra a rotina e a frieza no tratamento humano.

Absorvidas, pela cooptação ou pela rotinização, movimentos sociais perdem fôlego na luta que desenvolviam fora do espaço estatal. De organizações do campo denunciatório, tomam-se parte do Estado que deveriam fiscalizar, fragmentam-se, perdendo o foco orientado em sua organização inicial. Situação que ocorreu com a Pastoral Carcerária de Caruaru. Se por um lado, realizou uma excelente administração, reconhecida inclusive pelos seus opositores, por outro lado, foi incapaz de manter-se como grupo organizado, designar tarefas não-administrativas ao seu coletivo, utilizar o capital social criado pelo movimento na cidade na direção da luta pela ampliação dos direitos dos prisioneiros, aprofundando o trabalho com a comunidade, com as famílias dos detentos e participar de encontros nacionais ou internacionais sobre gestões prisionais alternativos.

Partindo de um caso concreto (a administração da PJPS pela direção da Pastoral Carcerária) constamos a permanente tensão entre as forças que desejam mudanças e aquelas que desejam a conservação do *status quo*.

---

<sup>570</sup> ELIAS, Norbert, SCOLTSON, Jonh. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 46.

Ocorreu à quebra da visão romântica e ingênua dos sujeitos vindos da experiência não-estatal que nem conheciam e nem estavam preparados para enfrentar a violência institucional da prisão. Os atores passaram a conhecer e viver (a prisão), como um instrumento de controle social e violação de direitos. A convivência dos sujeitos com outros atores, com outros papéis, provocou um choque de realidade, alterando a sua visão de mundo. Mesmo os indivíduos ligados às mudanças das rotinas na prisão, de perspectivas mais libertárias, apresentaram dificuldades para lidar com os valores diferenciados dos outros sujeitos. A mobilização pela participação da população de Caruaru foi influenciada pela imprensa e pela diocese através de Dom Costa. Não havia uma identificação real da população com a defesa dos Direitos Humanos dos prisioneiros. Não encontramos registros que documentassem a participação popular em movimentos locais que expressem qualquer indignação com a superpopulação prisional da PJPS, ou com os assassinatos constantes de ex-presidiários na cidade<sup>571</sup>.

Se houvesse ocorrido um engajamento real de parte da população, constataríamos algum movimento em torno da construção de uma nova unidade prisional, ou de uma Casa do Albergado para preparar a transição do detento para a vida em sociedade. Não ocorreu uma maior preocupação com a vulnerabilidade do prisioneiro, nem relação à reincidência, nem em relação aos grupos de extermínio na cidade. Do ponto de vista regional, a experiência da PJPS influenciou mudanças de extrema importância no Sistema Penitenciário pernambucano. Porém, ao centrar-se no localismo e nas lutas pelo poder no espaço governamental por cargos e pela manutenção do staff no poder, distanciou-se da sua base social, de perspectivas macro - políticas de defesa dos Direitos Humanos.

No caso da PJPS, após 2002, a experiência refluíu à vida local, em função da fragilização dos seus principais interlocutores: O Bispo faleceu subitamente, o diretor da PJPS foi transferido, a imprensa mudou de postura frente a criminalidade crescente, além da ausência de militantes de Direitos Humanos na equipe de Governo do Estado. Após a reforma do Estado no

---

<sup>571</sup> Denunciados pela imprensa local através dos programas policiais e dos entrevistados. Diretores, ex-diretores de unidades prisionais que participaram como ASPs na condição de informantes na pesquisa relataram preocupados essa situação.

segundo Governo de Jarbas Vasconcelos (2003 a 2006), no plano macropolítico, aprofundou-se a crise do paradigma ressocializador, seguida do avanço conservador na política criminal, nos movimentos religiosos, em particular, na Igreja Católica que perdeu o interesse do trabalho com a pastoral carcerária nos termos levados por dom Costa.

Na prisão, o grande desafio é manter o equilíbrio das forças em luta, pois o enfraquecimento, a dominação de uma pela a outra, põe em risco os valores democráticos, e a convivência necessária para que se garanta o mínimo de respeito aos Direitos Humanos e às diferenças. No Sistema Penitenciário, conviver torna-se um desafio democrático para indivíduos, Estado, organizações não-estatais, burocratas e profissionais de segurança. As prisões em seus avanços e retrocessos apontam condições de esperança e desencanto. Na PJPS, os atores libertários recuaram após o fim da experiências, resignificando os seus pontos de vista. Os conflitos não impediram que se desenvolvesse uma gestão inteligente, estratégica, bem divulgada e que valorizasse a pessoa humana do prisioneiro.

No entanto, a complexidade das relações Estado/organizações não-estatais na administração prisional, remete-nos a outra preocupação de caráter ético-político: o problema da relativização dos valores defendidos pelos grupos não-estatais para equilíbrio das relações políticas nas prisões, situação que denuncia a necessidade de continuidade deste debate, que passa pelo papel da prisão na sociedade brasileira e demonstra que a idéia de democracia e direitos humanos não pode ser avessa à prisão. Manter as prisões como espaços de confinamento de pessoas exige concordar com a convivência com a barbárie e passa longe de um ideal de democracia em que os direitos humanos sejam valores fundamentais de seu processo civilizatório. Razão pela qual, uma experiência local, como a da Pastoral Carcerária de Caruaru na PJPS nos permite pensar a prisão como um espaço de restauração, fé e amor ao próximo.

## REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam. **Gangues, Galeras, chegados e Rappers**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ALMEIDA, Dom. Luciano Mendes de. **CNBB: Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

ADORNO, Sérgio. Prefácio. *In*: RAMALHO, José Ricardo. **O Mundo do Crime. A Ordem Pelo Avesso**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

AMNESTY INTERNATIONAL PUBLICATIONS. **Eles nos Tratam Como Animais. Tortura e Maus – Tratos no Brasil**. Publicado no Brasil, outubro de 2001.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência. Introdução ao Jogo e as Suas Regras**. São Paulo: Loyola, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARENDT, Hannah. Compilado por Úrsula Ludz. **O Que é Política? Fragmentos das Obras Póstumas Compiladas por Úrsula Ludz**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

AZEVEDO, G. F. e BARROS, A. M. **Quem Estamos Prendendo? O Perfil do Detento da Penitenciária de Caruaru. O Perfil do Preso da Penitenciária de Caruaru-** Secretaria de Justiça e Cidadania / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru e PJPS. Caruaru: 1997-2001.

BAIERL, Luzia e ALMENDRA, Carlos Alberto. A Dinâmica Perversa do Medo e da Violência Urbana. **Serviço Social e Sociedade**, N.70: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BATISTA, Nilo. Todo Crime é Político. **Revista Caros amigos**: Ano VII, N.77, agosto, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. Tradução: Mauro Gama, Claudia M. Gama; Revisão Técnica: Luís Carlos Fridman. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 57.

BAUMAN, Zigmunt. Tradução: Mauro Gama, Claudia M. Gama; Revisão Técnica: Luís Carlos Fridman. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Zahar, 2005.

BIGO, Pierre. Tradução: Bastos Dávila. **Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. Trad, Carmem C. Varriali, *et. Al.* **Dicionário de Política. Volume I**. Brasília: UNB, 1997.

BOBBIO, Norberto. Organizado por Michelangelo Bovero. **Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia. Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra – Política, 2002.

BOFF, Leonardo. **Nova Evangelização: Perspectivas dos Oprimidos**. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL - **Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210**, Brasília, julho de 1984.

BRUYNE, Paul de. HERMAN, Jacques. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1996.

CALADO, Álder Júlio F. **Direitos Humanos X Capital. Potencializando A Intervenção dos Movimentos e Organizações Sociais de Base.** João Pessoa: Idéia, 2003.

CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber.** Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

CHIZZOTI, Antônio. **A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

CHRISTIE, Nils. **A Indústria do Controle do Crime.** São Paulo: Forense, 1998.

**CNBB** - Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher E Morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Nibert. **O Processo Civilizador. V. I.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Nibert. **O Processo Civilizador. V.II.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert, SCOLTSON, Jonh. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FOUCAULT, Michel. Os Intelectuais e o Poder. *In: Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. A História da Violência nas Prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977, p.136.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. *In: Cadernos da PUC/RJ:* 1994, n,16.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática Educativa.** Rio de Janeiro: Coleção Leitura, Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. Trad: Dante Moreira Leite. **Manicômios, Conventos e Prisões**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: La Identidad Deteriorada**. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1993.

GONH, M<sup>a</sup> da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. SP: Cortez, 1997.

GONH, M<sup>a</sup> da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HAMMES, Roque. **Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

HULSMAN, Louk. CELIS, J.B. Tradução. M<sup>a</sup> Lúcia Karam. **As penas Perdidas**. Niterói: Rio de Janeiro: Luam, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KARL, Marx. **História Crítica da Teoria da Mais-Valia**. Buenos Aires: Edições Brumário, 1974.

KALOUSTIAN, Sílvio M. **Família Brasileira. A Base de Tudo**. São Paulo: Cortes; Brasília: DF, UNICEF. 2000.

KURZ, Robert. Perdedores Globais. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!** 1/10/95.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Marina de. **Sociologia Geral**. SP: Atlas, 1999.

LAZARTE, ROLANDO. **Max Weber: Ciência e Valores**. Questões da Nossa Época. 54. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa – Ômega, 1975.

LEMOS – NÉLSON, Ana Teresa. Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Recursos Ambientais e Religião Popular. **Caderno CEAS**, Jan/Fev, 2002.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAIA, Luciano Mariz. Tortura no Brasil: A Banalidade do Mal. *In: Direitos Humanos*: Os Desafios do século XXI. Uma Abordagem Interdisciplinar. (Org.) Rubéns Pinto Lyra. Brasília: Jurídica, 2002.

MAINWARING, Scott. Trad. Heloisa B. de O. Prieto. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo. Brasiliense, 2004.

MAFRA, Luciana Dantas. **Análises sobre o Campo Religioso Pastoral em Caruaru**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Recife: UFPE, 2002.

MARTY, M. Delmas. **Modelos e Movimentos de Política Criminal**. Tradução Edmundo Oliveira. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 2000.

MENEZES, Padre Paulo. **CNBB**: Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MELO, Zélia Maria de. **Bandidos e Mocinhos**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado em Antropologia. Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE, 1991.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. SP: Hucitec, RJ: Abrasco, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. (Org.) **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Rio de Janeiro, 1994.

MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade. A Gestão da violência no Capitalismo Global.** SP: Max Limonad, 2000.

MORAIS, J. F de. **Os Bispos e a Política no Brasil.** Coleção Teoria e Práticas Sociais. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

NIETZSCH, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia.** Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Luciano. Neo-miséria e Neo- nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. *Política Hoje*, **Revista Política Hoje: Mestrado em Ciência Política da UFPE**, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III, N.5, Jan a Jun de 1996.

OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil.** Recife: Pindorama, 1996.

OLIVEIRA, Luciano. A Luta Pelos Direitos Humanos. Uma Nota a Favor do Otimismo. **Revista do GAJOP: Segurança, Justiça e Cidadania.** Recife: GAJOP, 1996.

OLIVEIRA, Luciano. Democracia e Direitos Humanos. *In: ARGUELLO, KATIE (Org.).* **Direito e Democracia.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

OLIVEIRA, Edmundo. **Política Criminal e Alternativas à Prisão.** Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OTTOBONI, Mario. **Ninguém é Irrecuperável. APAC. A Revolução do Sistema Penitenciário.** São Paulo: Cidade Nova, 1997.

PASSETI, Edson. Cartografia de Violências. **Serviço Social e Sociedade**, N.70: Violência, Ano XXIII, Julho, São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional.** 3.Ed, São Paulo: Mas Limonad, 1994.

PAIXÃO, A. **Recuperar ou Punir? Como a Sociedade Trata o Criminoso.** Coleção Polêmicas do Nosso tempo, N.21, São Paulo: Cortez.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia. O Paradoxo Brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna.** Ed. FGV, 3ª Edição, Rio de Janeiro: 2002.

RAMALHO, Ricardo. **O Mundo do Crime. A Ordem Pelo Averso.** São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 2.Ed, São Paulo: Atlas, 1990.

RUDNICK, Dani. Prisão, Direito Penal e Respeito aos Direitos Humanos, *In: Violência em Tempo de Globalização* (ORG) José Vicente Tavares dos Santos. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALLA, Fernando. Rebelião nas Prisões Brasileiras. **Serviço Social e Sociedade.** N.67, Ano: XXII, São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de. Os Processos da Globalização. *In: A Globalização e as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de. **Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Prefácio. *In: CARVALHO, Alonso Bezerra de. Educação e Liberdade em Max Weber.* Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania Sem Fronteiras. Ações coletivas na era da Globalização.** São Paulo: Hucitec, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General. Quinhentos Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Herbert. **CNBB: SEMINÁRIO: Exigências Éticas da Ordem Democrática**. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p.154.

SOUZA, Herbert. **O Pão Nosso. Veja 25 Anos. Reflexões Para o Futuro**. SP: Abril, 1993.

SMITH, Alex. **Researching Causes of Groos Human Rights Violations: A Programe**. Leiden:Center For The Study of Social Conflict. s/d.

SUSSEKIND, Elisabeth. Aspectos da Política Prisional no Brasil. **Revista CEJ**, Brasília, N.15, set/dez, 2001.

TEPE. Dom Valfredo. **CNBB: Seminário: Exigências Éticas da Ordem Democrática**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador; UFBA, 2001.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VARELA, Drauzio. **Estação Carandirú**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa. Construção Teórico-Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas de Saúde e Humanas**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

VALENÇA, Maria da Conceição. **A Prática Docente da EJA: O Caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru**. Centro de Educação, Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação, UFPE, Recife: Dissertação, 2004.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania. A Sociedade Civil na Globalização**. Rio de Janeiro: Record.

ZAFFARONI Eugênio R. **Em Busca das Penas Perdidas. A Perda de Legitimidade do Sistema Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAVERUCHA. Jorge. **Frágil Democracia. Collor, Itama, FHC e os Militares (1990- 1998).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEBER, Max. Tradução de Waltensin Dupra. Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. **Ensaio de Sociologia.** Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1972.

WEBER, Max. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

WEBER, Max. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1985b.

WEBER, Max. Tradução de M<sup>a</sup> Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás

J.M.K. Szmrecsányi. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira - Thompson Learning, 2005.

WEBER, Max. Tradução: Régis Barbosa e Karem E. Barbosa. **Economia e Sociedade. Volume 2.** Brasília: DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. Tradução: Jean Melville. **Ciência e Política. Duas Vocações.** Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WAQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WAQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade.** Rio de Janeiro: Revan / Fase, 2001.

WAQUANT, Loic. **Punir os Pobres. A Nova Gestão da Violência nos Estados Unidos.** Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos Editora, 2001.

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS (Referências secundárias)

BESSA, Sílvia. SERES. Documentário Sobre o sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco. Disponível em [www.seres.pe.gov.br/noticias/serie\\_reportagens.htm](http://www.seres.pe.gov.br/noticias/serie_reportagens.htm). Acesso em 15/10/2005.

CRUZ, Maria do Carmo M. T. APAC: *Associação Protetora de Assistência Carcerária*. Programa Gestão Pública e Cidadania. Disponível em: [www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2001/18%20-apac.pdf](http://www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2001/18%20-apac.pdf). Acesso em: 15/06/2004.

DEPEN. Sistema Penitenciário no Brasil – Dados Consolidados. Ministério da Justiça- 2006. Disponível em: [www.mj.gov.br/depem/sistema/consolidado%2006.pdf](http://www.mj.gov.br/depem/sistema/consolidado%2006.pdf). Acesso. 12/08/2006.

DEPEN. Sistema Penitenciário no Brasil. CENSO 95. Disponível em: [www.mj.gov.br/depem/censo95a.htm](http://www.mj.gov.br/depem/censo95a.htm). Acesso em: 18/10/2003.

GIACOMASSI, Ismênia e REGO, Michelle Helene Santos. *Estudo Comparativo dos tratamentos realizados nas instituições carcerárias no Estado de São Paulo: Uma Introdução*. Disponível em: [www.brazcubas.br/professores/sdamy/mubc05.html](http://www.brazcubas.br/professores/sdamy/mubc05.html). Acesso em: 15/06/2004.

LIMA, Jr. Jayme Benevuto. Disponível em: [www.gajop.org.br](http://www.gajop.org.br). Acesso em: 10/10/2005.

MATOS, Fernando e RATTON, José Luís. *Tolerância Zero Pernambucana*. Disponível em [www.cidadania.org.br](http://www.cidadania.org.br). Acesso em: 14/10/2005.

MELO, Zélia Maria. *Os Estigmas: A Deterioração da Identidade Social*. [www.anpocs.org.br/cursosoc.doc](http://www.anpocs.org.br/cursosoc.doc). Acesso em 13/06/2006.

O BRASIL ATRÁS DAS GRADES. (O Sistema Penitenciário). Disponível em: [www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm](http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/sistema.htm). Acesso em: 05/04/2004.

PEREIRA, Pe. Ney Brasil. *Uma Experiência de Pastoral Carcerária*. Disponível em: [www.carceraria.org.br/pub/publicacoes/383e266c384d42150ea535230df2ed09.doc](http://www.carceraria.org.br/pub/publicacoes/383e266c384d42150ea535230df2ed09.doc). Acesso em: 21/08/2006.

ROLIM, Marcos. *O Labirinto, o Minotauro e o Fio de Ariadne. Os Encarcerados e a Cidadania, Além do Mito*. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/dhnovo992.htm>. P.1 Acesso em 20 / 05 / 2001.

ROLIM, Marcos. *Prisão e Ideologia. Limites e Possibilidades Para a Reforma Prisional no Brasil*. Disponível em: [www.ufsm.br/artigos/execucao-penal/prisao-ideologia.htm](http://www.ufsm.br/artigos/execucao-penal/prisao-ideologia.htm). Acesso: 27 / 02/ 2004.

SANTOS, Elaine, Ma<sup>a</sup> G. dos. *Saúde Mental e direitos Humanos no Sistema Penitenciário Brasileiro*. Revista Eletrônica. Disponível em [www.ufpe.org.br/histo-ria/artigo3rev1.htm](http://www.ufpe.org.br/histo-ria/artigo3rev1.htm), acesso em: 10/10/2005.

SENASP-Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20crime.pdf](http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/mapa%20crime.pdf). Acesso em: 27/09/2006.

TEIXEIRA, Marco Antônio. *Programa Cidadania em Cadeia Para o Direito do Futuro*. Programa Gestão Pública e cidadania. [www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf](http://www.inovando.fgvsp/conteudo/documentos/20experiencias2002/16%20%20.cidadania%20em%20cadeia.pdf).

## **PERIÓDICOS**

(Utilizados para realização dos gráficos)

Aprendiz uol: 24/5/2000; 13/10/2000.

Boletim Informativo - Educação, Ciência e Tecnologia, agosto de 2000.

Diário oficial do estado de Pernambuco: 29/8/96; 17/2/2007; 1/8/97; 15/8/97; 29/4/98; 18/3/98; 1/10/98; 10/6/2000; 12/7/2000; 21/7/2000; 25/8/2000; 09/10/2000, 10/11/2000.

Diário de Pernambuco: 20/5/97; 26/10/97; 28/8/97; 29/8/97; 05/3/98; 21/8/98; 29/3/98; 10/3/99; 27/6/99; 27/7/99; 11/01/2000; 10/7/2000; 22/7/2000; 18/8/2000; 18/9/2000; 20/10/2000; 27/11/2000; 31/11/2000; 14/3/2001; 11/4/2001;

Folha da Comunidade: 6/12/1999.

Dpnet.com.br: 5/3/98.

Folha de Pernambuco: 29/4/1998; 20/10/1998; 27/3/2000; 24/6/2000; 25/7/2000; 22/7/2000;

Jornal do Comercio: 17/7/96; 20/10/96; 12/12/96; 17/2/1997; 9/3/97; 30/3/97; 2/4/97; 28/8/97; 29/11/97; 15/1/98; 17/2/98; 25/2/98; 28/2/98; 04/3/98; 05/3/98; 06/3/98; 7/3/98; 11/3/98; 14/3/98; 01/04/1998; 2/3/98; 09/3/1998; 02/4/1998; 6/4/1998; 1/5/98; 05/5/1998; 28/6/98; 3/8/98; 05/8/1998; 3/10/98; 21/8/98; 29/10/98; 22/11/98; 1/3/99; 11/3/99; 12/3/99; 16/3/99; 22/6/99; 16/1/2000; 15/7/2000; 15/7/2000; 16/8/2000; 19/9/2000; 26/10/2000; 18/2/2001; 12/11/2000;

JC online: 21/11/98; 22/9/98; 23/11/98; 20/1/99; 13/3/99; 21/3/99; 25/4/99; 1/12/99;

Jornal Pagina Aberta: 17/1/98; 23/1/98; 7/3/98; 14/3/98.

Jornal o Globo: 24/1/98.

Jornal de Todos: 26/1/98

Jornal Resumo news: 17/3/2001.

Jornal Vanguarda: 12/5/96; 23/5/96; 25/8/97; 4/1/97; 19/1/97; 22/2/97; 5/4/97; 11/4/97; 13/5/97; 21/6/97; 29/6/97; 5/11/97; 15/11/97; 21/11/97; 1/8/98; 31/8/97; 23/1/98; 30/2/98; 7/3/98; 14/3/98; 20/3/98; 24/3/98; 4/4/98; 18/4/98; 24/4/98; 9/5/98; 15/5/98; 23/5/98; 29/5/98; 30/5/98; 5/6/98; 25/6/98; 27/6/98; 7/8/98; 14/8/98; 12/9/98; 18/9/98; 12/9/98; 3/10/98; 9/10/98; 21/10/98; 21/11/98; 06/12/98; 10/3/99; 13/3/99; 19/3/99; 24/3/99; 26/3/99; 29/3/99; 11/12/99; 3/2/2000; 11/3/2000; 17/3/2000; 8/4/2000; 10/6/2000; 10/6/2000; 24/6/2000; 30/6/2000; 8/7/2000; 14/7/2000; 1/8/2000; 18/8/2000; 25/8/2000;

2/9/2000; 8/9/2000; 2/10/2000; 6/10/2000; 21/10/2000; 30/10/2000;  
30/12/2000; 20/1/2001; 26/1/2001; 10/2/2001; 23/2/2001; 10/3/2001;  
24/3/2001; 30/3/2001; 12/5/2002; 6/4/2002; 6/6/2002; 13/7/2002; 16/7/2002;  
20/7/2002; 27/12/2002;

Jornal Visão: 18/3/ 2001.

Muterlicher Anzuger, Mittwoch: 19/8/98.

NetEstado: 20/8/98.

Oxente online. 12/8/2002.

Pernambuco.com:13/10/2000

Revista Espaço Aberto: 10 a 20/10/1997.

Revista Isto é: 25/2/98.

www.agresteonline.com.br: 3/2/2001.

www.netstage.com.br. TV ASA branca: 15/72000.

www.novoagreste.com.br: 11/7/2000.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

(Utilizados na realização de gráfico)

Ofício Secretaria de Justiça e Cidadania, programação-Capacitação de ASPs; Ofício da Pastoral Carcerária de São Paulo de SP, 19 de julho de 2000; Convite do Casamento dos Presos, 16 de junho de 1999; Convite - Recital, Coral Ponto de Partida - PJPS, Igreja da Natividade - 16 de junho de 2000; Secretaria de Justiça (ASCES - PJPS) 2000; Secretaria de Assessoria de Comunicação, 03 de março de 1998; Secretaria da Justiça de Pernambuco, (Secretario Roberto França), portaria SEJU nº063, 03 de março de 1998; Secretaria de Justiça PE- convite Secretário - Humberto Vieira de Melo, 1 de junho de 1999; Ofício da Prefeitura de Caruaru, 06 de junho de 1998; Documento da Pastoral Carcerária Coordenador do NE - 2, Geraldo Soares Vanderlei, 13 de abril de 1998; Diário Oficial poder legislativo, 18 de março de 1998; Poder judiciário do Estado do Pará, 26 de março de 2001; Relatório Sobre Encontro de Pastorais Carcerárias, 13 de maio de 2000; Ofício da Pastoral carcerária regional NE-2, 09 / setembro / 2000; Voto de Aplauso - Câmara Municipal do Recife, 17 de março de 1999; E-mail - Teatro de Amadores do Araripe, 02 de outubro de 2000; Cartas de detentos; Ofício

de Elogio aos detentos - PJPS 1de fevereiro de 1999; Ofício - ASCES – FADICA, 11 de junho de 1999; Ofício SEJU- nº 063- ofício de impedimento de entrada de detentos na PJPS - Secretário de Justiça Roberto Franca - 13/03/1998; Convite da Prefeitura de Caruaru para a Pastoral Carcerária compor a equipe de representantes do município para conhecer programas sociais na Alemanha, 19/8/1998; Convite da Coordenação da Pastoral Carcerária NE – 2 - Encontro de Natal-13/4/1998; Ofício da Câmara Municipal do Recife-vereador Waldemar Borges- voto de aplauso; Protocolo de intenção - Projeto de Adoção Jurídica de Cidadão Presos – Convênio - Secretaria de Justiça –PJPS –ASCES / FADICA; Programa de Capacitação - Penas Alternativas - frase de parede da PJPS; Ofício da Pastoral Regional Nordeste II – Jubileu dos Presos; Relatório de Encontro de Pastoral Carcerária: Resumo do Debate; Ofício da Diocese e Caruaru para a Faculdade de Direito de Caruaru; Convite do Casamento dos Presos – Cerimônia dia 16/06/1999; ASCES / FADICA: Programa de debates - Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos. Humberto V. de Melo, James Cavalaro, Armando Tambini, Guilherme Azevedo; Convite do Secretario de justiça - Humberto Vieira de melo- 01/06/1999 - Convite para que a direção da PJPS apresente o tema: O Trabalho de Humanização da Administração da PJPS; Lista de Detentos Eleitores; Proposta de Censo Escolar; Projeto de Férias; Projeto Político-Pedagógico da PJPS; Fotografias de 1996 a 2002; Cartilha Buscando a Liberdade; Relatórios anuais da Pastoral Carcerária; Editais de seleções para técnicos para a SERES; Proposta de Reforma do Estado do governo Jarbas Vasconcelos (9/1/2003); Oração do Preso (Leonardo Boff); Decreto nº 26.249, de 7/1/2002; Decreto nº 26.249, de 18/12/2003; Decreto nº28.505 de 20/10/2005; Decreto nº28.985, de 8/3/2006 (Decretos relacionados às mudanças de territorialidade das Gerências Regionais Penitenciárias).

**ANEXO 1.**  
**Notícias de Jornais**

RELAÇÃO Há três anos, a Diocese de Caruaru, formada por 23 municípios, se esforça para ampliar sua atuação junto às comunidades eclesiais

# Igreja se aproxima dos fiéis em Caruaru

REGIÃO DE CARUARU

Caruaru — Ver 140

...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

REGIÃO DE CARUARU

Caruaru — Ver 140

...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Algumas dessas pastores estavam em Caruaru, considerando a situação de saúde do padre Carlos Daniel. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

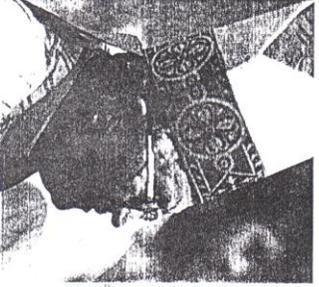


COMUNIDADE

...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.



...este ano, juntamente com o padre José Marcos Soares Silva, a saúde do padre Carlos Daniel. No final do último dia 29 de fevereiro, o padre Carlos Daniel foi admitido no Hospital São Sebastião uma manhã após passar por um ano de tratamento em um hospital de São Paulo. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru no dia 1º de março e foi recebido por uma comissão de bem-vindas formada por membros da comunidade e amigos dos irmãos. O padre Carlos Daniel chegou em Caruaru acompanhado de sua esposa e filhos, além de outros membros da comunidade.

Journal do Comunic - 20/03/1999



# Índice de reincidência é o menor de Pernambuco

Detentos têm aulas de alfabetização, informática e área para lazer

Mônica Cristóvão

DA COLUNA DO DIÁRIO

Para o diretor do presídio Juiz Flávio de Souza, o médico Guilherme Azevedo, os bons resultados obtidos pelo trabalho realizado com os detentos são evidentes até mesmo para os que ganham a liberdade. Enquanto os demais presídios do Estado registram uma taxa de reincidência de 80%, em Caruaru apenas 1,57% dos ex-presidiários retorna para o local. "Mesmo com nossas limitações, estamos conseguindo bons resultados dando ocupação e assistência médica e psicológica para todos", disse Azevedo. O presídio de Caruaru tem capacidade para 50 presos, mas abriga atualmente 207 pessoas.

Há sala para atendimento ambulatorial e realização de pequenas cirurgias, sala de aula com material didático e um mini-sala de jogos. O refeitório serve também para o culto eco-

mênico aos domingos. Uma equipe de professores ministra aulas de informática e alfabetização. "Aqui somos tratados como seres humanos", afirma o detento Cláudio Macedo, 22 anos, que está preso há dois anos acusado de homicídio. O preso José Geovani Araújo, 24, que está na unidade também há dois anos e responde a processo por tráfico de entorpecentes, referenda o bom tratamento. "Nunca fui insultado ou espancado nesse tempo", completou.

A gestão do presídio é feita de forma participativa e membros da Pastoral Carcerária participam das decisões. Apesar da inclusão no relatório da Anistia Internacional, a direção diz que ainda existem dificuldades a superar. Entre elas está a superlotação, a falta de água e a problemas estruturais como instalações sanitárias inadequadas. "Nossa meta é fazer com que os detentos possam ter um local limpo e privacidade", explica.



Geovani aprova tratamento



Cláudio não tem o que reclamar

Diário de PE - 27/06/99

JUSTIÇA *Protesto pressiona juiz para que caso de Enaldo seja reavaliado*

## Mãe vai à faculdade no lugar do filho preso

De Socursal

**C**ARUARU — Embora de maneira simbólica, a dentista Luzia Maria Campelo de Borba Maranhão, mãe do detento Enaldo Campelo, impedido de frequentar a faculdade por decisão da Justiça, resolveu assistir as aulas do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (Fafica). Desde ontem ela ocupa uma das bancas da sala de aula onde seu filho deveria estar estudando, caso o juiz Mauro Alencar de Barros, da Vara de Execução

Penal, não tivesse dado parecer contrário, impedindo-o de deixar a penitenciária. "Preferindo deixar a faculdade apenas para dar lugar ao meu filho", ressaltou a dentista.

Acompanhada de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a mãe do detento foi apresentada aos alunos pela professora de português Lucicléia Feitosa. Ela contou para os alunos versão sobre o crime cometido pelo filho. De acordo com Luiza Maranhão, a pena de 16 anos de reclusão (latrocínio) foi injusta porque a vítima não chegou a falecer, o que já daria ao detento o

direito de cumprir a pena em regime semi-aberto.

Os alunos não conheciam a versão e questionaram a posição do juiz Mauro Alencar, que classificaram de incoerente. "Ele (juiz) teve uma posição injusta. Se foi aberta uma exceção não tem sentido, agora, proibiu de frequentar as aulas", afirmou a estudante Cintia Vanessa Alves Tenório. Luzia Maranhão está preocupada com a possibilidade de que o filho venha a ser reprovado por falta. No dia 15 encerra-se o prazo estipulado pela instituição para os alunos novatos.

## "Detento se recupera se for bem tratado"

Jornal do Commercio — *O que mudou em sua vida nos últimos dias?*

**Enaldo Campelo** — *As brincadeiras têm sido inevitáveis. Não são poucos os colegas que me chamam de "garoto do Fantástico". Outros procuram saber o que é preciso para fazer o supletivo, quais os critérios estabelecidos, se é fácil ou não. Fico feliz em saber que os presos têm demonstrado interesse de retomar os estudos.*

**JC** — *Você se sente gratificado pelo apoio que vem recebendo?*

**Enaldo** — *O apoio que tenho recebido estimula bastante e dá forças, não só a mim, mas a outros companheiros de penitenciária, no sentido de mostrar à sociedade que é possível recuperar a detento, desde que ele receba um tratamento humano.*

ROBERTO FRANCA/IC



ENALDO E A MÃE Discriminação

**JC** — *A família tem sido importante em sua recuperação?*

**Enaldo** — *Passei 17 meses no Anibal Bruno e um mês na Barreto Campelo. Lá, durante a semana, a conversa era sempre a mesma: os presos planejando as*

*fugas e incentivando a volta à criminalidade. Aos domingos, nos momentos reservados às visitas, minha mãe trazia uma palavra de carinho, mostrando que de nada adiantaria seguir os conselhos dos presos. O apoio dela e de meus irmãos tem sido fundamental para minha recuperação.*

**JC** — *A profissionalização dos presos é importante?*

**Enaldo** — *A sociedade tem que estar consciente de seu papel no problema. Sei que é difícil aceitar o convívio com um ex-detento, pois a discriminação ainda é grande. Sei também que sou um privilegiado, pois tenho uma família que dá apoio e que não vão faltar oportunidades de emprego quando eu cumprir minha pena. Dá a importância da realização dos cursos profissionalizantes nas penitenciárias.*

JUSTIÇA Desembargador decide hoje se reconsidera liminar que nega liberdade aos militantes do

## Decisão do Tribunal de Justiça e do STJ pode libertar sem-terra

Da Secural

**C**ABUARI. O Movimento do Sem-Terra (MST) está aguardando para hoje duas decisões judiciais. O Tribunal de Justiça do Estado e o Supremo Tribunal de Justiça pedem o pedido de habeas corpus dos militantes Carlos Roberto dos Santos e Cláudio Jorge de Oliveira, que permanecem detidos na penitenciária Luiz Plicato de Souza. Enquanto aguardam a decisão, sem terra e entalados do direitos humanos fazem cinto em frente aos dois órgãos.

Optem os coordenados estadual do movimento, Jaime Amorim, representantes e advogados do MST estiveram reunidos com o presidente do TJPE, Etrício Galvão, para tentar agilizar o processo, enquanto esperam a posição do desembargador do Tribunal de Justiça, Og Mangas Fernandes. O jurista recebeu informações judiciais do juiz de São Bento da Urua, Gilvan Macedo, para poder decidir sobre a reconsideração da medida liminar, que nega a liberdade dos dois detentos.

No pedido de habeas corpus, os advogados utilizaram dois elementos. "O militante Cláudio Jorge tem 31 anos. Sendo assim, deveria ser ao contrário por um curador. Outro argumento é que o juiz Gilvan Macedo impôs uma liminar sobre a sua própria decisão quando os militantes foram presos por reunião de crime ao invés da fazenda Santa Rita.

Segundo Bulcenera de Souza, esposa de Jaime Amorim, os dois militantes estão exaustos psicologicamente devido ao tratamento judicial que vêm sofrendo. "No momento da transferência para o presídio Aníbal Benício (cidade do juiz Gilvan Macedo), quando foram algemados e encarcerados, eles pensaram que seriam assassinados". A militante afirma que Cláudio Jorge está com a cabeça com ferimentos e traumatizado. Já fazem 123 de prisão.



INDIGNAÇÃO O advogado Ricardo Campos e o líder Jaime Amorim estiveram ontem com Etrício Galvão

### Amorim aproveitou para falar sobre reforma agrária a detentos

Da Secural

CABUARI — A 66 horas em que o coordenador estadual do MST, Jaime Amorim, permaneceu detido na Penitenciária Juiz Plicato de Souza, em Cabuari, não serviram apenas para fazer com que a notícia tivesse repercussão nacional e internacional. A passagem do líder do MST serviu também para que os 202 presos — a maioria formada por ex-agricultores que cumprem pena no local — aprendessem um pouco sobre a luta pela reforma agrária no país.

Enquanto esteve detido, Jaime Amorim confessou ter realizado várias palestras explicando aos presos sobre a importância da reforma agrária. Segundo Amorim, a sua implicação beneficiaria o próprio sistema carcerário, pois evitaria o problema de desem-

prego, fixando o homem no campo. "Dissei com os presos até mesmo sobre uma das propostas do movimento, para que eles possam trabalhar em regime semi-aberto nos assentamentos", ressaltou Amorim.

Em seu pouco tempo de permanência na penitenciária, o coordenador pôde assistir e conversar com os detentos, que consideram como um modelo a ser seguido. Destacou que até mesmo os cursos profissionalizantes aplicados na penitenciária, como mecanização, pintura e formação de pedreiros, podem ser úteis nos assentamentos, caso seja fundada a parceria entre o MST e a direção da penitenciária.

Antes de ser libertado, Jaime distribuiu livros do MST com os detentos e fez questão de se despedir de cada um.

**DIREITOS HUMANOS** Tratamento dado a detentos surpreendeu pesquisadora

## Anistia Internacional visita presídio

Da Secursal

**C**ARUARU. O trabalho desenvolvido na Penitenciária Juiz Plácido de Souza começa a despertar o interesse de entidades internacionais de defesa dos direitos humanos. Ontem à tarde, a pesquisadora britânica Fiona Macaulay, encarregada pelo Secretariado da Anistia Internacional de investigar as condições do sistema carcerário no Brasil, esteve visitando a unidade penal. "De todos os cárceres que tenho visitado no país, este me surpreendeu pelo tratamento humano que é dado aos presos", ressaltou Macaulay.

Acompanhada do gerente da penitenciária, médico Guilherme Azevedo, além de representantes de entidades locais de direitos humanos, a pesquisadora conheceu todas as dependências do prédio e os programas desenvolvidos de ressocialização dos detentos. Inicialmente conheceu a sala de aula onde é aplicado o curso de alfabetização dos presos e também o núcleo de informática. Na área dos pavilhões conversou com alguns detentos e constatou o problema da superlotação. Não existem outras unidades penais por ela visitadas no país. Apesar de projetado para receber apenas 50 detentos, a penitenciária conta hoje com 202 internos.

Segundo a pesquisadora, foi em Londres, na sede da entidade, que teve informações sobre o trabalho desenvolvido na penitenciária. Após ter conhecido a realidade de unidades penais do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, além do presídio Anibal Bruno e da Penitenciária Barreto Campelo. "Para se conhecer um pouco da realidade carcerária no Brasil é preciso ter uma visão geral, desde o melhor e pior", esclareceu.

Com a visita, os representantes de entidades de direitos humanos esperam em breve implantar um núcleo da Anistia Internacional no Estado. A pesquisadora vai elaborar um relatório sobre as condições das unidades penais de Pernambuco para ser entregue à Secretaria estadual de Justiça.



**MODELO** Macaulay conheceu as dependências da unidade penal

Jc- 51413998

12/01/94

# Crianças levam alegria e encanto a penitenciária

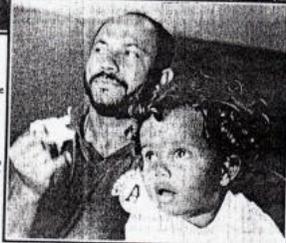


Guilherme Azeredo: humanização

Em Caruaru, uma colônia de férias planetária reeduca os detentos aproximando-os de seus filhos



**D**urante muito tempo, o ex-soldado Marivaldo Alves Rodrigues, 37 anos, não encontrava motivos para ficar com a família. Brincar com os filhos, nem pensar. Há três anos cumprindo pena na cela cinco, do pavilhão II, da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, Marivaldo descobriu-se encantado com as crianças. Esta semana, decidiu juntar-se ao grupo de monitores que colaboram com a Colônia de Férias da Penitenciária. Foi a oportunidade que o detento encontrou para se reaproximar das filhas Jéssica, 3 anos; Joyce, 1 ano e seis meses; Érika, 11 anos, e Jakely de 12 anos. "É muito divertido brincar com elas. Esse é o tempo de resgatar a atenção que eu não podia dar antes", comenta o detento, o qual ainda aguardará mais cinco anos na prisão, até cumprir a pena por homicídio. A família de Marivaldo mora no bairro do Salgado, periferia de Cavara, e só o próximo dia 26, a partir das 7h, um ônibus do



O trabalho executado no pavilhão de Caruaru mostra que o melhor caminho para a recuperação do detento é investir no lado humano, na sua dignidade. Aqui, a criança leva seus pais a se prepararem para o volta à liberdade.

Sistema Penitenciário de Pernambuco (Sustep) circulará em toda a cidade, transportando os 70 filhos e sobrinhos de detentos inscritos este ano na Colônia de Férias. Já o detento Wesley Mendes, 19 anos e há 43 dias preso por ter emprestado sua arma para um colega praticar um assalto, passa a metade da manhã vigiando o sono tranqüilo do filho, John Wesley, de 2 anos. "Ele chegou e foi logo entrando no grupo de dança. Brinco tanto que está exausto", disse o pai orgulhoso por ter o direito de ficar todos os dias com o filho, mesmo estando num presídio. Outro que também não esconde a satisfação de estar com o filho era Otacilio Ribeiro, 23 anos, dos quais dois cumprindo pena por assalto. Aguarda no filho David, de 4 anos, disse que ambos não têm muito entusiasmo para sair brincando: "A gente passa tanto tempo separados, que a vontade é de ficar assim: agarradinhos", desabafa Otacilio, acrescentando que fora das férias, só encontra o filho aos domingos, dia de visita da penitenciária. As crianças, quase todas das escolas Públicas de Caruaru, na faixa etária de 2 a 15 anos, passam a manhã inteira participando de diversas atividades recreativas e educativas. Antes têm direito ao lanche. Depois o presídio oferece oficinas de mamulengões, músicas, carnavalizadas e informática básica e até de capoeira. As brincadeiras são programadas por sete monitores detentos que participam espontaneamente, sob a coordenação da agência de segurança penitenciária Cíleze Rocha. No final das



O contato com as crianças, para muitos presos, está acontecendo muito forte pela primeira vez na vida. O contato pelas refeições tem sido despertado na maioria delas. E um prazer recíproco.



Foto: Luciano Haddad

Depois das brincadeiras, o xano com os afagos do pai



A prática esportiva ajuda o estabelecimento entre os detentados e as crianças que participam da rotina



No bola, um instrumento valioso para reaproximar pai e filho

que é membro, há 3 anos, da Comissão Pastoral Carcerária de Caruaru. Para ele, o desafio foi superado. A participação espontânea dos detentos como monitores tem sido parte responsável do sucesso na Colônia de Férias da Penitenciária de Caruaru. Pelo menos é o que pensa o detento, Edilson José da Silva, 35 anos, e condenado há dez por homicídio. Ele passou pela Penitenciária Barreto Campelo e Penitenciária Agrícola de Iamaracá (PAI). Há dois anos está em Caruaru. No ano passado, Edilson foi monitor e repetiu a experiência porque disse sentir saudades dos três filhos que moram em Gravata. "Fico tão envolvido com as crianças que me sinto em casa", disse, e enquanto estaria um grupo de cinco crianças na oficina de desenho e pintura em papel. "O diretor confia muito em deixar as crianças comigo e isso é muito gratificante", arrematou o detento.



Arte-educação e pintura integram as atividades

atividades, às 11h, a coordenadora leva a criança para o "rancho" — como é chamado o refeitório das unidades prisionais — e oferece almoço para todo mundo. Em seguida, o ônibus as leva para casa.

**DESAFIO**

Permitir que os presos se aproximem da família e, através dela, consigam superar todos os vícios que os levaram à prisão, foi um dos motivos que convenceu o diretor da Penitenciária Juiz Filício de Sousa, Guilherme de

Azevedo, a adotar o Programa de Férias da Secretaria Estadual de Educação, numa parceria com a Deus Agreste / Centro Norte. "Foi um desafio muito grande trazer as crianças para dentro da unidade e colocá-las em contato direto com a população carcerária. Graças a Deus a ideia deu certo e somamos muitos pontos positivos", disse Azevedo.

## Presos fazem jejum pelos flagelados da seca

Um dia por semana, mais precisamente aos domingos, a cozinha da Penitenciária Juiz Plácido de Souza vai ficar totalmente parada. É que os presos decidiram, por unanimidade, doar os alimentos das três refeições para os flagelados da seca na nossa Região. Os primeiros suprimentos serão entregues durante a celebração do Dia das Mães, neste domingo na PJPS, para serem distribuídos pelo bispo Dom Antonio Costa nas paróquias mais carentes.

A iniciativa e todas as decisões foram tomadas por um



Anailton José da Silva

grupo de presos, que fizeram circular um abaixo-assinado para que todos se comprometessem: "Eu fiquei muito alegre com a adesão dos companheiros. Todo mundo concordou com a idéia na hora", comentou Wagner Pereira, um dos que encabeçaram a proposta. "Inicialmente eles pensaram em três domingos, mas já decidiram que será pelo tempo que for necessário", disse o gerente da unidade.

Os presos querem que a iniciativa sirva de exemplo para a sociedade. "Estamos privados de liberdade, mas não perdemos a solidariedade humana", disse Wagner Pereira. Os detentos disseram que a imagem de crianças famintas emocionou a todos: "Nós que estamos aqui comemos três vezes ao dia, não é justo que aquelas crianças inocentes passem fome", afirmou Rubem Severino dos Santos. "Somos seres humanos e também vamos contribuir para diminuir o sofrimento daquelas pessoas", completou o apenado.

Para o preso Anailton José



Rubem Severino

da Silva, as imagens veiculadas pela Rede Globo marcaram muito: "A gente tem família e sente na pele a tristeza de ver uma pessoa comento comida de animal". Ele informou que, no dia do "jejum" pelos flagelados da seca, quem tiver alguma coisa para comer vai dividir com o companheiro. "Vai ser um por todos e todos por um", disse. Outro preso, Arnaldo Bezerra, afirmou que desde as primeiras imagens ficou pensando numa forma de contribuir, mesmo estando na cadeia.

O diretor da PJPS disse que ficou surpreso com a iniciativa dos presos. São cerca de

130 quilos de alimentos de cesta básica, como arroz, feijão, farinha, café, leite em pó e charque, suficientes para atender 200 homens em três refeições. Guilherme Azevedo afirmou que essa é um prova concreta de que o projeto de humanização do ambiente carcerário é viável: "No momento em que eles resgatam sua cidadania percebem que são capazes de pensar nos outros e se solidarizar como o sofrimento alheio", finalizou o gerente.



Wagner Pereira

SEGURANÇA *Secretário de Justiça, Roberto Franca, baixou portaria para evitar incidentes na unidade*

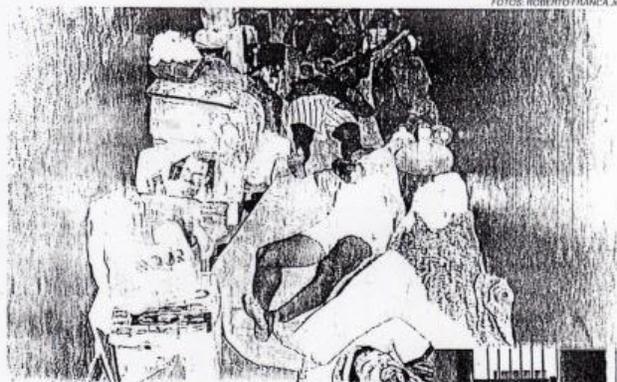
## Presídio superlotado é proibido de receber detentos em Caruaru

Da Secursal

**C**ARUARU — Por decisão do secretário da Justiça do Estado, Roberto Franca, a Penitenciária Juiz Alcides de Sousa, não poderá receber novos detentos devido à superlotação. Num espaço onde caem, em condições normais, 50 presos, 208 vivem, desde o final de fevereiro, em condições duvidosas. Este número é recorde desde a inauguração da unidade, em 1989. "A situação é complicada. Estamos administrando a absoluta falta de espaço enquanto existem 229 vagas em cadeias de 19 cidades do Agreste", lamentou o gerente da unidade, Guilherme Azevedo.

Na Portaria nº 136, o secretário justificou que a medida espera evitar que incidentes, motivados pela superlotação, possam comprometer a integridade física dos funcionários da penitenciária e dos próprios detentos. A direção da unidade penal começou, ontem, a comunicar a decisão aos juízes da região. "Tem que haver uma mudança de visão do Poder Judiciário. Vinte e cinco cadeias no Agreste foram reformadas ou ampliadas nos últimos meses. Não temos condições de receber mais ninguém", justificou Azevedo, que foi o primeiro integrante da Comissão Pastoral Econômica Carcerária, a assumir a administração de um presídio, em agosto de 1986.

A penitenciária tem hoje o maior déficit de vagas de todo o sis-



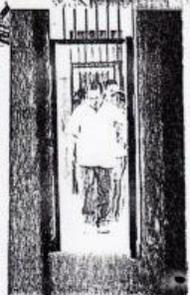
FOTOS: ROBERTO FRANCA, A.C.

**LOTADO** Até os corredores do presídio são ocupados por detentos

tema carcerário de Pernambuco — 314%. O Presídio Aníbal Bruno fica em segundo lugar (299% de carência de vagas), com 524 lugares para 2.092 presos. As tentativas de fuga, comuns em unidades superlotadas, são controladas pela direção da Penitenciária de Sousa a base do diálogo, diálogo e muito esforço para manter os internos em atividade. Essa realidade é difícil uma vez que até as celas individuais estão sendo ocupadas por até quatro homens.

Nas duas celas coletivas, onde caberiam no máximo 30 presos,

70 detentos sobrevivem onde até os colchões são divididos por até dois homens. No galpão projetado para 30, ficam 50 detentos. Num banheiro adaptado, vivem 17 detentos. Presos com autorização para trabalhar no presídio, e que têm bom comportamento, dormem no refeitório e até nos corredores, entre as celas. "A situação aqui é difícil. Não podemos ficar parados, nem pensar em fazer o que fizemos antes", contou o detento Antônio Cláudio dos Santos, de 26 anos, que cumpriu cinco anos dos 17 anos de sua pena.



GUILHERME Situação complicada

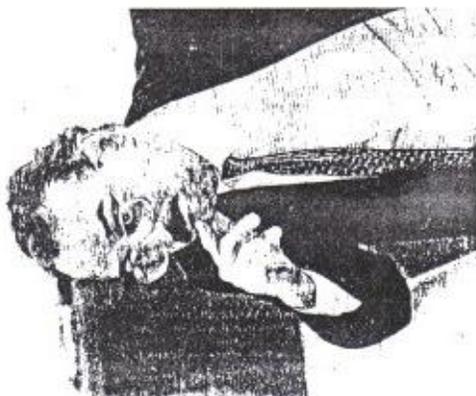
ENTREVISTA/Roberto Franca

# “Vivo esperando por uma nova rebelião”

ROSE GUERINAC

O secretário da Justiça, Roberto Franca, resolveu colocar o dedo na ferida que lambe a conta do sistema penitenciário do Estado. Ao invés de colocar novos quotas no massacre da Barrota Campesina, assumiu que os conflitos nos presídios e penitenciárias são previsíveis, como uma espécie de crônica de uma morte anunciada.

“Hoje eu vivo a angústia permanente de esperar por uma nova rebelião”, reconhece. Para Franca, acreditar em expectativas fantasmas só serve para preterir ainda mais as medidas concretas que precisam ser tomadas com urgência. Apesar de admitir as falhas, o secretário garante que as sementes de um sistema mais democrático e humanitário estão sendo espalhadas pelos 10 unidades prisionais do Estado, através de programas de capacitação dos presos e da regionalização das prisões.



Roberto Franca admite que problemas nas prisões são previsíveis

## 12. Últimas

### PJPS recebe dona Madalena Arraes



A Cruzada de Ação Social tem atendido o Sistema Penitenciário do Estado

A presidente da Cruzada de Ação Social, Madalena Arraes, esteve na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, na última sexta-feira (11), para entregar a 38 detentos as carteiras da Empetur, que os cadastra como artesãos. Na ocasião, ela afirmou que as carteiras são um passaporte para a vida social fora do presídio. Também foram entregues óculos aos presos que fizeram consulta oftalmológica, dentro do Programa Boa Visão.

Durante a visita, o grupo de teatro do presídio fez uma apresentação especial em homenagem aos dois anos de administração da Pastoral Carcerária. Depois, vários detentos entregaram à presidente da Cruzada de Ação Social peças de artesanato produzidas por eles. "Desejo que este trabalho possa continuar. Que esta experiência dentro da prisão possa servir para que as pessoas encontrem o caminho da liberdade interior", disse Madalena Arraes.

## Detento escritor sonha com publicação de livro

O tempo vai passando, mais presos vão chegando e ele vai escrevendo. Ali mesmo, dentro da cela. Folha a folha, um livro ficou pronto e o desejo agora é de vê-lo publicado.

Pedro Gregório de Menezes, o Carioca, de 39 anos, é o autor de Quanto vale uma vida?, escrito à mão entre setembro de 99 e abril deste ano. "Imagino ele impresso em tamanho 12 x 20 cm, para ficar com cerca de 180 páginas e fácil de ser portado", define Carioca, com a experiência de ter trabalhado como gráfico antes de se tornar presidiário.

No enredo, a experiência do menino de rua, o gosto pela escrita e a admiração pelo jornalismo do autor são encarnados pelo jovem Biano, que encontra a ajuda de amigos e parte em busca da realização de um

sonho. Esforços são conjugados, uma pesquisa é feita e vem a realização. Está pronto o livro Quanto vale a vida?, a descrição recheada de reflexões sobre o que viram e viveram Pedro e Biano, autor e personagem.

"Em todo roteiro eu abordo temas como política, mundo do crime, religião e diferenças sociais, entre outros. São experiências que sei que vão fazer com que os leitores percebam melhor realmente 'quanto vale a vida'", explica Pedro Gregório. "A valorização da vida do próximo é medida de acordo como cada um se

vê e é por isso que muito se mata a troco de nada. Isso acontece porque quem mata se acha desvalorizado, não vê valor na própria vida", ensina.

Para a finalização do trabalho, Pedro aguarda por alguém. "Só posso publicá-lo com a ajuda de alguém e só no momento certo vou fazer o prefácio, mas até a capa já tenho pronta", anuncia. "Outro ponto é que não quero multa. Tudo que for arrecadado com esse livro quero passar para a Casa dos Pobres. Sei que há pessoas precisando de auxílio lá e são ancianos. Quero ajudá-los", sentença.

Meu pai, em seu bestial viver, era visto como um terror, um inimigo, um medo constante dentro de casa. De ver essas cenas se repetirem com frequência, não fui capaz de suportar viver em casa, vendo meu pai ser o senhor da verdade e do poder, quando não tinha domínio nem sobre si mesmo.

Trecho de Quanto vale a vida?, de Pedro Gregório de Menezes



"Quanto vale a vida?" - Descrição recheada de reflexões sobre o que viram e viveram Pedro e Biano, autor e personagem



Coral Ponto de Partida, formado por detentos do presídio de Caruaru, se apresentará durante conferência

## Justiça usa teatro para ressocializar

Projeto reunirá, no Recife, artistas e jovens infratores

Com o slogan *O Teatro Construiu a Cidadania*, tem início essa semana no Recife a Conferência Internacional Mudança de Cena II. Trata-se de um encontro organizado pelo Conselho Britânico e Secretaria de Justiça e Cidadania através do projeto *Abre a Solução*, desenvolvido pela secretaria estadual, que usa o teatro como instrumento de construção da cidadania e profissionalização de presos do Estado e jovens em conflitos com a lei. A abertura festiva está marcada para quarta-feira, com show de Antônio Carlos Nóbrega, no Teatro Guararapes (Centro de Convenções). Na quinta, começam as palestras, painéis de estudo, workshops e apresentações de algumas experiências com resultados positivos no Brasil e no mundo.

Participam do evento Augusto Boal, criador do Teatro do Oprimido, o inglês Paul Heritage, coordena-

dor da conferência e professor da Universidade de Londres, atriz Leticia Sabatella, vários atores e diretores que desenvolvem trabalhos artísticos com presos e até um ex-detento de Rondônia, Risomar Régis, que apresentará o painel *Reabilitando Através da Arte*.

De Pernambuco se apresentam o Coral Ponto de Partida, da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, de Caruaru, e o *Maracatu do Fimórf*, formado por meninos e meninas, que abrirá os trabalhos da quinta-feira. Após a cerimônia de abertura, com representantes do governo, Secretaria de Justiça, Conselho Britânico e das entidades parceiras do evento - universidades Federal de Pernambuco e Queen-Mary, de Londres - o teatrólogo Augusto Boal faz a palestra de abertura sobre as experiências do Centro do Teatro do Oprimido (CTO).

O centro, que tem um trabalho

pioneiro no Brasil de trabalhar o teatro com não atores, é responsável por um workshop com os alunos do curso de Artes Cênicas da UFPE. Na oficina, que já está em andamento desde o sábado e prossegue até quarta, os estudantes terão contato com jogos teatrais e técnicas usadas pelo CTO.

**PEÇA** - Ainda na programação da quinta, a apresentação da peça *Reijos Roubados*, de Shakespeare, encenada por jovens infratores do Rio de Janeiro e a participação do professor Paul Heritage e da atriz Leticia Sabatella, e ainda exposição de painéis de estudos e mesa redonda. Na sexta, o Coral Ponto de Partida faz a abertura, seguido por apresentações de trabalhos dos EJA, Rio de Janeiro, Sri Lanka, Inglaterra, Uganda. Mestre Salustiano faz o show de encerramento do evento, às 19h da sexta.

## Exoneração é um golpe na Igreja, diz bispo

Da Soturna

**C**ARÍARI - A possível exoneração do médico Guilherme Azevedo das funções de gerente da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, está sendo considerada pelo bispo diocesano de Caruaru, dom Antônio Soares Costa, como um grande golpe sofrido pela Igreja local, onde está inserida a Pastoral Carcerária, a responsável pela administração da unidade prisional. Caso essa decisão venha realmente a acontecer, não atingiria apenas a pessoa do dr. Guilherme, mas também a pastoral carcerária da Diocese de Caruaru, de que é seu coordenador", ressaltou. O bispo diz acreditar que o governo não atará a decisão, que na sua opinião trará perdas incalculáveis para a população carcerária e suas famílias, bem como para as pessoas que acreditam no trabalho de ressocialização dos presos.

O bispo lembrou que o trabalho desenvolvido atualmente na penitenciária ganhou projeção fora do Estado, tendo o reconhecimento nacional e até mesmo internacional, através de entidades de luta pelos direitos humanos. Essa opinião já foi expressa ao próprio secretário estadual de Justiça,

Humberto Vieira de Melo, com quem falou por telefone anteriormente. O bispo garantiu que se for preciso irá falar pessoalmente com o governador Irlan Vasconcelos e principalmente com o deputado federal Tony Gel e o estadual Antônio Liberato, para que revertam a posição assumida, em favor da mudança na direção da penitenciária.

"Faço um apelo ao deputado Tony Gel, em nome do trabalho desenvolvido pela pastoral, para que use seu bom senso nesta questão e acima de tudo demonstre amor à terra, em favor do trabalho humanitário que vem sendo realizado na penitenciária", pediu o religioso. Para dom Costa, mesmo que o futuro indicado para a função siga a mesma linha adotada pela atual gerência, dificilmente será aceito pelos presos. O bispo, que garantiu não ter influenciado na decisão do atual gerente em entregar o cargo, se disse disposto a conversar com os detentos.

Entre os presos, o momento é de expectativa. A possibilidade de que o agente penitenciário Ezequiel Bertino - indicação do Deputado Tony Gel para assumir a função de gerente da unidade - não foi bem aceita entre a população carcerária.

## Medidas evitaram fugas e rebeliões por 2 anos

Desde que a Pastoral Carcerária assumiu em setembro de 91 a gerência da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, através do médico Guilherme Azevedo, uma série de medidas foram adotadas, buscando a ressocialização dos presos. A primeira medida adotada foi a campanha de desarmamento voluntário dos detentos. Em poucos dias foram recolhidas duas sacolas com armas artesanais. Porém o maior triunfo que atual direção apresenta para provar a viabilidade do trabalho desenvolvido é a redução na taxa reincidência dos detentos que deixam a unidade, que da média nacional de 80%, em Caruaru alcança 1,57%.

A medida em que ganhava a confiança dos detentos, a direção da penitenciária seguiu implementando novas medidas. Em janeiro de 92 teve início o projeto de férias, que durante todo o mês levou os filhos dos

detentos para dentro da unidade, onde passavam todos os dias ao lado dos pais, exercendo as mais diversas atividades. Em janeiro do ano passado, através deste projeto, um grupo de detentos visitou o Jardim Zoológico, no Recife. Entre os vários cursos profissionais realizados oferecidos aos presos, eles tiveram aulas de informática, serigrafia, pedreiro e pintor pedral.

Foram oferecidos também cursos de alfabetização e inaugurada uma sala de computadores. Durante a greve da PM, ocorrida em 92, os agentes penitenciários assumiram a guarda interna, o que aconteceu até hoje, não havendo qualquer problema. Outra medida que chamou a atenção foi a implantação das pernoites entre os detentos e as companhias, permitidas para os internos que apresentassem bom comportamento. Neste período não foi registrada qualquer tentativa de fuga ou de rebelião.

R\$ 0,50

Ano I, número 2

**Jornal**

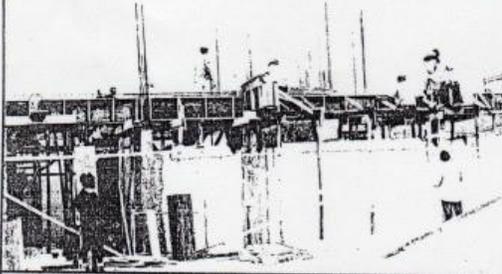
**Visão**

de olho no futuro

Caruaru, 18 de fevereiro a 04 de março de 2001

## Empreiteira contrata presos para reformar o próprio presídio

Foto: Flávio José



Os apenados da Plácido de Souza estão sendo contratados para trabalhar na reforma do presídio com o benefício de redução da pena.

Vinte e dois presidiários do Plácido de Souza foram contratados pela Contrata Engenharia e já estão reformando o presídio onde cumprem pena.

De acordo com o diretor adjunto do presídio, Fernando Lins, a decisão da administração objetiva a ressocialização dos apenados. "Com essa tomada de atitude estamos criando oportunidade para que eles gerem renda para ajudar seus familiares, além de reduzir a pena daqueles que estão prestando serviços. A

cada três dias de trabalho, diminui-se um dia da pena. Para o presidiário Pedro Manoel da Silva, 25 anos, condenado por homicídio, desde 1995, a atitude da direção do presídio não poderia ter sido melhor. "Além de sabermos que temos a confiança dos diretores, estamos voltando a fazer o que fazíamos antes: trabalhar", afirmou, acrescentando que o mais importante para ele é saber que está chegando o dia de ter a liberdade de volta.

SEGURANÇA Presos resistem à idéia de que um militar assuma a gerência de penitenciária de Caruaru

# Detento teme futuro de presídio

ROMÉRIO FERREIRA

RICARDO FERREIR  
Da Sucursal

**C**ARUARU — Os 200 detentos que vivem na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, neste município, temem que possa haver um retrocesso na administração da instituição a partir do próximo ano, quando toma posse o novo secretário de Justiça do Estado, Humberto Vieira de Melo. O receio dos presos é que um militar seja nomeado para administrar a penitenciária, única do País a ser gerenciada por um coordenador da Pastoral Carcerária, o médico Guilherme Felipe de Azevedo, de 42 anos. A unidade é considerada como modelo entre os demais estabelecimentos penais brasileiros, com reconhecimento até no exterior, por vir realizando nos últimos anos um trabalho de ressocialização dos presos.

O médico Guilherme Azevedo assumiu a gerência da penitenciária de Caruaru em setembro de 96 e passou a tratar os detentos de uma forma que eles afirmam jamais terem experimentado. A estratégia deu certo e nos últimos dois anos a unidade prisional registrou números expressivos. O índice de reincidência entre os presos libertados caiu para 1,57%, quando em outras unidades do País este número não é menor que 80%. Neste período, segundo Azevedo, não foi registrada nenhuma tentativa de fuga nem casos de violência interna entre os detentos.

Azevedo informou que para combater a ociosidade várias ações foram implementadas na unidade. Através de convênios com o Senai e o Itept Instituto Tecnológico de Pernambuco, foram oferecidos 11 cursos profissionalizantes, entre eles os de pedreiro, serigrafia, pintor, pretafite, encanador, eletricitista e iniciação à computação. Cada turma conta com uma média de 20 alunos e os cursos de formação e culinária são extensivos às companheiras dos detentos. Através de convênios com as faculdades de Direito e Filosofia de Caruaru os presos começaram a ter acesso à assistência judiciária e cursos de alfabetização. Da população de 200 detentos, o número de analfabetos não chega a

local de detentos que cumprem pena em outras unidades prisionais do Estado. "É fundamental que a futura administração mantenha o respeito aos presos e seus familiares. Caso isso aconteça e seja combatida a ociosidade estou certo de que o trabalho por nós implantado não terá sido em vão", acredita Azevedo.

O atual gerente garante que mesmo afastado do cargo vai permanecer acompanhando o trabalho da futura administração através da Pastoral Carcerária e para isso conta com o apoio do bispo de Caruaru, dom Antônio Soares Costa. "Espero que a futura administração dê prosseguimento ao trabalho desenvolvido nestes últimos anos, que tem dado resultados significativos", ressalta dom Costa, ao dizer que se Guilherme Azevedo viesse a permanecer no cargo "seria magnífico".

## RETROCESSO

— Os presos não esconderam a expectativa em relação à futura administração. Segundo eles, o maior temor é que seja indicado um militar para o cargo, o que consideram um retrocesso. "A pior coisa que existe numa prisão não é ser privado da liberdade mas não ser respeitado em sua dignidade física e moral", destacou o detento P.G.S.M. 37, há quatro anos na penitenciária. "Nenhum repórter, por exemplo, se sentiria bem em nos entrevistar tendo ao lado vários PMs armados, como acontecia anteriormente", complementou.

Os detentos afirmam que neste período em que a Pastoral Carcerária vem administrando a penitenciária eles aprenderam a lutar pelos próprios direitos. O receio de que um militar venha assumir o cargo é tamanho que os detentos e seus familiares estão organizando um abaixo-assinado a ser entregue ao futuro secretário de Justiça. Eles solicitam a permanência do atual gerente da penitenciária ou pelo menos a continuidade do tratamento que os internos vêm recebendo. "A pressão psicológica tem sido grande. A gente anda de acordo com o tratamento que recebemos. Se não fossem respeitados pela atual gerência, muitos não



NOVAÇÃO Médico Guilherme Azevedo gerencia presídio há dois anos

**Penitenciária de Caruaru é considerada como modelo no País por promover a ressocialização dos detentos**

**JUSTIÇA** Bispo garante a deputado Tony Gel que administração do gerente não será político-partidária

## Médico permanece na gerência da Penitenciária de Caruaru

ROBERTO FRANCA JX

Um telefonema do bispo de Caruaru, dom Antônio Soares Costa, para o deputado federal Tony Gel (PFL-PE), na manhã de ontem, resultou na permanência do coordenador da Pastoral Carcerária, o médico sanitarista Guilherme Azevedo, no cargo de gerente da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, naquele município. Sob pressão dos correigionários de Gel, que o consideravam partidário do ex-governador Miguel Arraes, Azevedo havia entregue o cargo, essa semana, gerando protestos de presos e familiares.

"O bispo fez um apelo, dizendo que o atual gerente tem grande entrosamento com a população carcerária e garantindo que sua permanência é uma questão humanitária, sem qualquer interesse político-partidário", disse Tony Gel. Segundo o deputado, a decisão foi bem aceita por seus correigionários que haviam criticado a manutenção de Azevedo no cargo pela Secretaria Estadual de Justiça sem consultá-lo previamente. "Não somos intransigentes, nem estávamos lutando por um cargo, era apenas uma questão de coerência política", esclarece Gel. "Avultamos atrás diante do aval da



**ALEGRIA** Presos comemoram permanência de Guilherme Azevedo (centro) na administração da unidade

Dioocese e da Pastoral Carcerária".

O médico Guilherme Azevedo fez elogios à atitude do deputado, afirmando que seus correigionários haviam se equivocado ao deduzir que utilizara o cargo para fins políticos. "Felizmente presaleceu o bom senso", comentou ele, que está na coordenação da Pasto-

ral há quatro anos, dois e meio dos quais como gerente da Juiz Plácido de Souza.

A notícia de sua permanência, divulgada em rádios locais por assessores de Tony Gel, foi motivo de alegria e batucada entre os presos da unidade penal. "Só não soltei fogos porque não

podia, mas, com certeza, esse é o dia mais feliz do ano pra mim", confessou o presidiário Lindelvo Vitorino da Silva, 36, o "Bigode", há seis anos no local. No próximo domingo, dia de visita, haverá uma festa com a presença dos familiares dos presos para comemorar a notícia.



- brasil
- politica
- economia
- ciudades
- regional
- esportes
- caderno c
- meio ambiente
- internacional
- informatica
- artigos/colunas
- semanais
- charge
- classificados



ENTREVISTA / DOM ANTÔNIO COSTA

### "O projeto de Deus é que todos tenham vez e voz na sociedade"

**DOM COSTA** - Acho que a Pastoral Carcerária pode dar uma contribuição muito grande, pela visão nova que foi dada a este trabalho de respeito aos presos. A gente procura ver a pessoa humana antes de tudo. Quando eu vou à penitenciária e visito a área onde estão os presos mais perigosos, falo com eles, aperto a mão deles. Se eles estão ali é porque mereceram o castigo. Quando eu olho para eles os vejo como pessoas humanas, como filhos de Deus. Eles têm uma dignidade, acho que isto é o novo que está acontecendo em nosso trabalho, você olhar para estes homens como pessoas humanas, isto é o fundamental para o trabalho.

serviços JC

Jornal do Commercio  
Recife - 21.03.99  
Domingo

#### JC - Na sua opinião, quais seriam as principais falhas de gerenciamento nas demais unidades penais do país?

**DC** - Primeiramente a falta de crédito na pessoa humana, de respeitá-lo, de tratá-lo bem, e numa perspectiva cristã, ver que Deus é maior do que o crime. Em uma das missas celebradas na penitenciária, um dos detentos fez uma declaração muito forte, ao dizer que Deus era maior do que o crime por ele praticado. Outro aspecto é acreditar na possibilidade do resgate, da reconciliação, da mudança de vida, acreditar que o preso pode se recuperar.

#### JC - O senhor acredita que o trabalho desenvolvido na Penitenciária de Caruaru poderia ser estendido às instituições que trabalham com os menores infratores?

**DC** - É claro que sim. Aqui na Diocese a irmã Werbugatem desenvolve um trabalho interessante com menores, através da Oásis (organização não-governamental criada há ... anos em ... e ligada à Pastoral), temos também a comunidade dos menores do Cedro (bairro da periferia de Caruaru). Nossa equipe procura sempre respeitar e ajudar esses meninos. A gente ouviu um deles dizer que permanecia na rua, pois se ficasse em casa, poderia ser morto pelo pai ou pela mãe. Se você ama essas crianças e passa a respeitá-las, você resolve esse problema.

#### JC - Quais os principais problemas encontrados pela pastoral carcerária antes de assumir a gerência da unidade?

**DC** - A própria questão da estrutura penitenciária, o modo como os presos eram tratados. Mesmo assim criamos um clima humano ali dentro. Tem presos que chegam de outras penitenciárias e dizem que ali é um hotel, uma casa, onde se respira e se vive, onde eles têm a certeza de que poderão adormecer e amanhecer

vivos. Além disso, tínhamos a questão da saúde, trabalho maior desenvolvido pelo Dr. Guilherme antes de assumir a gerência da penitenciária, dando acompanhamento médico aos presos.

**JC - Quais os maiores desafios que a pastoral tem pela frente, agora que foi confirmada a permanência de Guilherme Azevedo na gerência?**

DC - O grande desafio é o espaço físico. A nossa penitenciária é uma casa construída para abrigar 50 presos e hoje tem quase 200, o que é terrível. Outro desafio é continuar dando uma formação profissional para eles. Na linha de educação, continuar com o apoio da Fafica (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru). Há perspectivas de convênios com universidades do exterior, tudo isso são caminhos novos que se abrem.

**JC - O senhor chegou a interceder junto ao governador Jarbas Vasconcelos para conseguir a permanência de Guilherme?**

DC - Cheguei a conversar com o secretário de Justiça, Humberto Vieira de Melo e me preparava para ir até o governador, se fosse preciso.

**JC - Quais os argumentos usados para convencer o secretário de Justiça de que Guilherme seria a melhor solução para o fim do impasse criado na penitenciária?**

DC - Eu mostrei para ele e para o deputado federal Tony Gel (PFL) o prejuízo que iria causar ao trabalho, ao sistema penitenciário, não só da nossa unidade, mas de outras também, à Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária que acompanha este trabalho. Era um prejuízo enorme que iria causar essa saída porque o trabalho já tinha dados passos significativos. Na hora que uma outra pessoa que não tivesse a mesma visão e não estivesse por dentro do nosso trabalho assumisse seria um prejuízo muito grande.

**JC - Qual a sua opinião sobre a interferência da política partidária nas indicações de cargos no governo?**

DC - Eu acho que essas questões dependem muito das pessoas, da visão que os políticos têm da vida, dos problemas do povo. Para mim a política partidária é importante. Imagine se houvesse um partido só? Agora acima da vida partidária deve haver a visão sobre a grande política, aquela que tem como núcleo central a vida humana, a pessoa humana, o bem de todos.

**JC - Foi fácil convencer o deputado Tony Gel a mudar de opinião, pois desde o início ele se mostrava contrário à permanência de Guilherme Azevedo na direção da penitenciária?**

DC - O deputado foi muito aberto e entendeu o nível da questão, percebeu o alcance e o porquê do nosso

apelo. Acho que o deputado teve uma postura muito poída e séria. Atendeu e viu que era importante para a comunidade e para causa pela qual nós estávamos lutando. Era uma causa libertadora da dignidade humana. O deputado colocou a pessoa humana acima das pretensões do partido.

**JC - O senhor acha que este episódio teria o mesmo desfecho se não fosse a interferência da igreja, representada na sua pessoa?**

DC - Não sei. A igreja influiu muito, mas, além da igreja, houve muitos apelos, a sociedade se manifestou nos vários segmentos. Naturalmente eu acho que a igreja teve um papel importante neste caso.

**JC - A fuga ocorrida na última quarta-feira na penitenciária mancha a imagem que a unidade vinha conseguindo por conta do trabalho de humanização dos presos ?**

DC - Acho que não, essa questão da fuga, poderia dizer até que é uma rotina das penitenciárias, muito embora a nossa de Caruaru, pelo clima que se vive lá, pelo espírito que se dá ao trabalho, não tem acontecido coisas dessa natureza, nem coisas piores ou mais graves, como crimes e mortes lá dentro. Graças a meu Deus, a paz do Senhor domina a unidade.

**JC - Este ano o tema da campanha da fraternidade é o desemprego e uma das principais metas da pastoral carcerária é fazer com que os detentos participem de cursos de formação profissional, para que possam ter mais uma opção trabalho durante o retorno ao convívio social. O senhor acha que ainda existe muito preconceito da sociedade em dar uma nova chance aos ex-detentos?**

DC - Claro, demais. Na campanha da fraternidade que abordou a questão dos encarcerados há dois anos, a gente bateu muito nessa tecla. A campanha teve muito esse objetivo em fazer com que a sociedade olhe e dê a mão a este preso, que ganhou liberdade, ajudando-o a ser reintegrado ao convívio social. Isto é um grande desafio, conscientizar a sociedade, fazendo com que ela veja que esse homem é capaz de voltar, que ele falhou, sofreu, penou, foi castigado e agora volta. Vamos fazer com que ele assuma um espaço na sociedade e não seja marginalizado.

**JC - Como mudar esta situação?**

DC - Combatendo a marginalização, pois ela é o grande pecado social dos nossos dias. Você marginaliza o homem que foi preso, pessoas que tem outras culturas, o negro, o índio, a mulher, uma pessoa que não reza no seu credo, a prostituta. Porque eles não podem ser integrados à nossa sociedade? A sociedade é de todos, todos têm direito a usufruir dela, são filhos de Deus, são pessoas humanas. O projeto de Deus é este, que todos tenham vida, vez e voz na sociedade.

## Fuga de presos em quatro unidades do Interior

A população de cidades do Interior está alarmada com as fugas de presos. Com apenas o início do segundo mês do ano, já aconteceram incidentes em cidades de São Bento do Una, Bezerros, Caruaru e Cambinho. Esta última com invasão da cadeia, cujo saldo foi a fuga de 23 homens. O quadro revela a realidade das prisões interiores.

Com dificuldades de pessoal e infra-estrutura deficiente, as penitenciárias são alvo das escapadas. Em São Bento, um preso fugiu, além de dois em Bezerros e dois em Caruaru. Desacostumada com esses atos, mais comuns em cidades grandes, as autoridades estranharam. O diretor do presídio de Caruaru, Guilherme Azevedo, tem explicação. "Primeiro há a superlotação, seguida de problemas como morosidade no andamento de ter presos querendo reforço policial e fazendo greve de fome para melhorar a co-

moída", detalhou.

A opinião é compartilhada pelo comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar de Caruaru (4º BPM), Alex Shams. "A questão passa por problemas estruturais das cadeias que, geralmente, estão com excesso de lotação. Além, é claro, da própria necessidade do preso, que é privado da liberdade".

Visões sociológicas justificam, mas no caso de Caruaru, a causa foi diferente. "Houve falha por parte do agente penitenciário da unidade caruaruense ter sido projetada para 50 vagas, atualmente, abriga 296 presos. Este contingente é policiado por 43 PMs em regime de escala. Nos outros municípios são 12 prédios que estão sob a

guarda do 4º BPM, com uma média de 20 a 30 vagas em cada estabelecimento, montando sempre extrapolado. Bezerros, por exemplo, tem 32 vagas ocupadas por 50 sen-

teiros. Em Cambinho, o edifício comporta 86 detentos, porém 180 cumprem pena. Situação que não é diferente em todo o Estado.

Para o Agreste (exceto a "Capital do Forró"), o efetivo é de 26 homens, com média de três escadões por dia, para cada lugar. O ideal seria o plantão permanente de mais dois PMs. Some-se a isto, o fato de que, nestes locais, o policial "faz tudo", ou seja, vigiam os banhos, visitas familiares, encontros conjugais, entre outras atribuições que são do agente penitenciário. Uma situação irregular, haja vista que a guarda dos presídios é tarefa da Secretaria de Justiça.

Apesar de reconhecer as deficiências, Guilherme Azevedo festeja as mu-



Guilherme Azevedo: morosidade da Justiça convém

danças por que passa a penitenciária de Caruaru. "23 foram embora.

Nos incidentes de Bezerros e Caruaru, dois fugitivos foram recuperados. Detalhe: pela ação de familiares que não querem os mesmos na rua.

Em Caruaru, o pai de um deles o trouxe de volta. Ele foi encaminhado para a Presidência Aníbal Bruno, no Recife. "Foi para priorizar a segurança dele, pois os outros colegas se revoltaram contra a sua atitude", revelou Guilherme Azevedo.

libertou todos os 180



Alex Shams: problema é superlotação e cadeia sem estrutura



# Morte súbita de Dom Antonio Costa deixa Caruaru de luto



O corpo de Dom Costa ficou sob a guarda dos cadetes da Polícia Militar de Pernambuco.

Dom Antonio Soares Costa morreu na última sexta-feira (07), por volta das 21h45, no Pronto-socorro, vítima de infarto e edema pulmonar agudo. Milhares de pessoas passaram pela Igreja da Catedral, onde aconteceu o velório, para dar o último adeus a Dom Costa. O corpo foi enterrado por volta das 22h na própria Catedral. O bispo tinha 71 anos e estava há nove

anos à frente da Diocese de Caruaru. O prefeito Tony Gel decretou luto oficial por três dias.

O corpo ficou no saguão da igreja até às 21h e logo em seguida saiu em cortejo no caminhão do Corpo de Bombeiros, sendo acompanhado por uma multidão pelas ruas. O Duque de Caxias, 15 de Novembro, parte da Vigário Freire, até ser sepultado ao lado do corpo do

seu antecessor, Dom Augusto de Carvalho, na Catedral.

## AÇÕES SOCIAIS

Durante seu tempo à frente da Diocese de Caruaru, Dom Antonio Soares Costa se destacou pelas ações e projetos desenvolvidos na área social. Entre as inúmeras atividades que a Diocese articulou na Região se destacam o Programa um

Milhão de Cisternas para as Famílias no Semi-árido, que propõe a construção de 500 mil cisternas, no período de cinco anos, a partir de 2001.

Em 1994, Dom Costa realizou o Seminário Maior Nossa Senhora das Dores. No mesmo ano, fundou o ITC - Instituto de Teologia de Caruaru - que oferece cursos de Teologia e Filosofia e, em 1986, a Pastoral Carcerária, destaque em todo o Brasil pelos projetos de ressocialização.

Dois anos depois, Dom Costa organizou o I Congresso Eucarístico Diocesano, um dos maiores eventos religiosos que já aconteceram em Caruaru, encerrado com a inauguração do Centro Pastoral Diocesano. Ainda em 1988, criou a Infância Missionária. E deste ano também se inaugurou a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na Cobah III, e da Igreja Na-



Dom Costa, durante entrega de restos na Vila Diocesana

tividade do Senhor, no Bairro Maria Goretti, além da criação da Comissão Diocesana dos Direitos Humanos. Participou de forma definitiva para a criação da Associação dos Protezores do Meio Ambiente (Apromez).

Dom Costa entregou, em abril de 2001, 130 casas para pessoas carentes na Vila Diocesana Irmã Gerbilde. Participou do nascimento do Conselho Missionário Diocesano (Comidi) e dos Contêlbos Missionários Paroquiais

(Comipa). Dinamizou as Assembleias Diocesanas e criou as pastorais Urbana, da Família e das Comunicações.

Seu projeto mais recente, Morada do Morro do Bom Jesus, está em andamento. O objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Morro, integrando o local à estrutura urbana de Caruaru. Para isso serão realizadas ações de urbanização e regularização fundiária, estimulando o desenvolvimento da população local.

## De Natal para Caruaru

Dom Antonio Soares Costa nasceu na cidade de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, em 18 de junho de 1930. Era filho de Francisco Soares Costa e Luiza Soares Costa. Iniciou seus estudos em Natal. Ingressou no Seminário São Pedro no dia dez de fevereiro de 1944, onde fez o curso sacerdotal. No Seminário de Fortaleza, fez o curso superior, em 1950.

Foi sabido em cinco de dezembro de 1954 e dia-

no em 25 de março de 1955. Dom Costa foi ordenado sacerdote no dia oito de dezembro de 1955. O papa Paulo VI o nomeou bispo auxiliar de Natal, com o título de Sínclita de Manduá, a dois de dezembro de 1971. Foi sagrado no Palácio das Esportes em seis de fevereiro de 1972. Foi professor em várias instituições.

No dia 27 de outubro de 1993, o papa João Paulo II assinou sua nomeação como bispo de Caruaru. Milhares

de pessoas receberam o novo bispo. Dom Costa desfilou em carro aberto até a Igreja Nossa Senhora das Dores, no lado do então prefeito José Queiroz.

Foi eleito presidente do Regional NE 2 em abril de 1999. Em março de 2000 Dom Costa recebeu o Título de Cidadão Pernambucano numa iniciativa do deputado João Gomes, e em julho de 2000, tornou-se Cidadão de Caruaru, uma honraria do então vereador Rui Lima.



A missão do MPPE é garantir a cidadania da sociedade pernambucana.



Assessoria de Imprensa  
do MPPE



sábado, 11 de março de 2006

março (JC – 11/03 – Cidades Regional)

### **Presídio de Caruaru sofre com superlotação**

A Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, no Agreste, que já foi considerada modelo pelo trabalho de ressocialização dos presos, sofre com a superpopulação. Projetada para abrigar 98 detentos, está com mais de 620 presos, sendo considerada a mais populosa de Pernambuco. Essa situação levou promotores de Caruaru a mover uma ação contra o Estado pedindo sua interdição.

O pedido foi negado, mas os promotores recorreram da decisão no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). "A situação é totalmente insustentável", resumiu a promotora Sara Souza. A solicitação dos promotores faz parte de uma Ação Civil Pública movida contra o Estado, exigindo providências para combater o criminalidade na região.

No documento, eles denunciam a precariedade das instalações físicas, elétricas e hidráulicas e afirmam que os aprisionados ocupam celas, galpões, corredores, banheiros e o refeitório. Alegam ainda que hoje a unidade situa-se em área urbanizada, inadequada para uma penitenciária.

De acordo com os promotores, apesar da existência de oito guaritas de segurança, apenas quatro delas estão ativadas por carência de efetivo. Foi constatado também que das 23 câmeras de segurança existentes apenas a metade funciona e os presos vivem soltos nos espaços internos do presídio por falta de celas. Depois de uma visita feita em dezembro do ano passado, os promotores afirmam existir na Penitenciária Juiz Plácido de Souza "um quadro degradante de pessoas amontoadas como se estivessem num campo de concentração, à espera, não da eliminação física, mas da destruição paulatina e persistente da personalidade. O ambiente tornou-se um grande pátio, superpovoado, inseguro e extremamente insalubre." Além dos riscos e das dificuldades de alojamento, a superlotação causa problemas nos dias de visita, principalmente aos domingos. De acordo com parentes de presos, até para circular fica difícil.

A chefe da unidade, Cirlene Rocha, disse que são desenvolvidas atividades educacionais, esportivas e cursos profissionalizantes. Além disso, muitos dos detentos trabalham, em serviços terceirizados, na produção de confecções. Os presos contam ainda com um grupo de hip-hop e uma rádio. "Este ano, além do ensino básico, oferecemos também turmas de segundo grau. Apesar das dificuldades, os trabalhos continuam sendo desenvolvidos".

**voltar**

## **ANEXO 2**

### **Imagens do Caso Concreto<sup>572</sup>**

---

<sup>572</sup> Todas as imagens aqui mostradas são do acervo pessoal da autora e do Ex-gerente da PJPS que administrou a prisão pela Pastoral Carcerária de Caruaru- autorizadas por ele para uso nessa pesquisa.























## QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em [www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org) você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



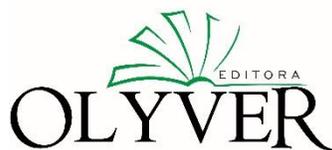
[facebook.com/editoraolyver](https://www.facebook.com/editoraolyver)



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://www.instagram.com/editoraolyver)



[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)

[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)

Este livro é resultado de minha Tese de doutorado, onde estudei a experiência da Pastoral Carcerária de Caruaru na administração da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS), para a sua publicação realizei recortes para que a leitura possa fluir para o leitor com maior facilidade, retirei do trabalho as questões mais técnicas e metodológicas que poderiam tornar a leitura menos atrativa, e optei por contar a história a partir dos documentos, dos sujeitos e da percepção da autora sobre a vivência de anos como pesquisadora/educadora na prisão. A razão resolver publicar este trabalho que defendi em 2007 no doutorado de Ciência Política da UFPE se dá por algumas razões: a primeira é o registro histórico já que muitos destes sujeitos estão vivos, construíram uma história singular que ainda não foi contada em livro e acompanhei de perto, às vezes imaginando que fazia parte de um interessante roteiro de cinema. A segunda razão é política, pois é uma experiência que dificilmente aconteceria no atual cenário político autoritário e conservador, em que as políticas de segurança pública passam por um momento de extrema repressão, e de descaso com os Direitos Humanos e de desprezo pelas políticas de ressocialização e pela pessoa humana do detento (a). Também considero relevante o conhecimento da experiência colegiada de decisões com agentes penitenciários, com os gerentes prisionais na esfera do governo do Estado e com os detentos numa vivência cívica e cidadã, que merece seu registro através dessa publicação. Em se tratando de história, a responsabilidade de contar esta aventura democrática e de Direitos Humanos na prisão em Pernambuco, é partilhada com os entrevistados que me ajudaram a reconstruir parcialmente o que foi vivenciado naqueles anos e seus impactos nas políticas públicas de segurança pública no Estado de Pernambuco. O meu olhar sobre esta história é o olhar de alguém da sociedade civil, que esteve presente em muitos momentos narrados pelos entrevistados (as) e que tem muito orgulho de fazer parte dessa aventura de cidadania e Direitos Humanos na prisão.

ISBN: 978-65-81450-51-9



  
OLYVER  
www.editoraolyver.org

